UMUARAMA
Ilustrado
O GRANDE JORNAL DO NOROESTE DO PARANÁ

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

www.ilustrado.com.br

R$ 2,00

ANO: 48

DESDE: 1973 - Nº: 12.021

Diretor Presidente: Ilídio Coelho Sobrinho

UMUARAMA, QUARTA-FEIRA, 2 de Dezembro de 2020

Editor Responsável: Osmar Nunes da Silva



Começa a transição em Pérola

A prefeita eleita de Pérola, Valdete Cunha, e o vice Everton Borges, foram recebidos ontem pelo atual prefeito Darlan Scalco e pela vice Vilde Biaca para o início da transição de governo. Valdete elogiou a disposição de Darlan e Vilde em colaborar. Página A4



O plano dos eleitos em Iporã

O prefeito eleito de Iporã, Sérgio Borges, e a vice Silvania Pissinati querem manter o município em desenvolvimento e, para isso, manterão o foco na Saúde e, principalmente, na geração de mais empregos e rendas com projetos já definidos. Página A5

ECONOMIZAR É PRECISO

Captação do rio Piava chega ao nível crítico e pode faltar água em Umuarama



Há um ano, vazão na barragem do Piava formava até cascata



Atualmente, o nível do rio foi reduzido em 50% e sumiu a cascata

As fotos acima ilustram bem a queda na vazão da barragem do rio Piava em Umuarama. Ontem a Sanepar emitiu alerta e fez um apelo para a população economizar água, caso contrário, o manancial não terá capacidade de abastecer toda a cidade. O Piava que já foi mais volumoso e até fazia uma cascata na barragem, agora está no menor nível de todos os tempos com uma pequena lâmina d` água. Além de economizar água, é preciso pedir por mais chuvas intensas. Página A4

DESRESPEITO

Filas levam Procon a alerta bancos de Umuarama

Página A3

COVID-19

Vacina vai primeiro para profissionais da Saúde

Página A2

"Toque de recolher" agora vale em todo o Paraná

Página A2



Bolsonaro e Ratinho Jr na 2ª ponte em Foz

O governador Carlos Massa Ratinho Junior acompanhou ontem os presidentes Jair Bolsonaro e Mario Abdo Benítez, do Paraguai, e outras autoridades em visita às obras de construção da segunda ponte entre Brasil e Paraguai em Foz do Iguaçu. Obra já está com 45% do projeto executado.

Página A2

PARANÁ

Governo determina o toque de recolher em todo o Estado a partir das 23 horas

Curitiba - Em razão do significativo aumento no número de pessoas contaminadas pela Covid-19 no Paraná, o Governo do Estado produziu um novo instrumento jurídico para ajudar a conter a alta na disseminação do vírus verificada nos últimos dias. O decreto 6.284/2020, assinado nesta terça-feira (01) pelo governador Carlos Massa Ratinho Junior, estabelece limitação de horário para circulação de pessoas no período noturno, o chamado "toque de recolher". O prazo de vigência é de 15 dias, prorrogáveis ou não.

De acordo com o texto, a proibição valerá durante o fim da noite e a madrugada, das 23 horas às 5 horas. A medida entra em vigor a partir desta quarta-feira (02). Apenas serviços essenciais, como saúde e segurança pública, ficam liberados da restrição. A Polícia Militar do Paraná vai ampliar a fiscalização, reforçando o trabalho das guardas municipais.

"A Secretaria de Estado de Segurança Pública deverá, durante o período indicado, intensificar operações de fiscalização e orientação, a fim de coibir aglomerações, principalmente aquelas com consumo de bebidas alcoólicas, especialmente entre as 23 horas e 05 horas", diz o texto do decreto.

Secretário de Estado da Saúde, Beto Preto explicou que a resolução busca conter a movimentação de pessoas durante o período noturno, especialmente dos mais jovens. A iniciativa, reforçou ele, é para evitar aglomerações em parques, bares, festas, casas noturnas e estabelecimentos do gênero.

"A situação é muito grave. Precisamos deste toque de recolher para quebrar a velocidade de transmissão do vírus. E conscientizar as pessoas para que fiquem em casa. Quem pode, precisa respeitar o isolamento e o distanciamento social", afirma o secretário. "É a medida para que possamos ter um Natal mais calmo. Neste momento o ritmo abertura de leitos no Estado, seja de UTI ou de enfermaria, não consegue mais acompanhar a velocidade dos casos", acrescenta.

Beto Preto lembrou que houve um aumento de 23,9% na média móvel de casos e de 6,2% na média de óbitos nos últimos 14 dias no Paraná. Atualmente, de acordo com a Secretaria da Saúde, a equação aponta para 2.635 novas contaminações por dia e 24 mortes em decorrência do coronavírus.

"É difícil falar para as pessoas permanecerem em casa depois de nove meses de pandemia. Mas precisamos com urgência tentar mais uma vez o isolamento social, uso de máscara e principalmente o distanciamento", destaca.

O novo decreto informa que "a expansão de leitos de UTI exclusivos para Covid-19 já se encontra em seu último estágio, havendo falta de recursos humanos, insumos e equipamentos no atual panorama".

Vacinação terá quatro fases e vai começar com profissionais da Saúde

Brasília - O plano nacional de vacinação contra a covid-19 terá quatro fases. Em cada etapa serão atendidos determinados tipos de públicos, escolhidos a partir do risco da evolução para quadros graves diante da infecção, da exposição ao vírus e de aspectos epidemiológicos da manifestação da pandemia no país.

A proposta preliminar foi discutida em reunião realizada ontem (1º) com a participação do Ministério da Saúde e outras instituições, como a Fundação Oswaldo Cruz, o Instituto Butantan, o Instituto Tecnológico do Paraná e conselhos nacionais de secretários estaduais (Conass) e municipais (Conasems) de saúde.

A primeira fase terá como prioridade trabalhadores de saúde, pessoas de 75 anos ou mais e idosos em instituições de longa permanência (como asilos), bem como povos indígenas. Na segunda fase a imunização será focada nos idosos de 60 a 74 anos. Pacientes a partir de 60 anos são considerados grupo de risco pelo risco maior da contaminação evoluir para uma morte.

Na terceira fase estarão pessoas com comorbidades, condições médicas que também favorecem um agravamento do quadro a partir da covid-19. Entre as doenças crônicas incluídas neste grupo estão as cardiopatias e doenças renais crônicas.

A quarta fase vai focar em professores, forças de segurança, trabalhadores do sistema prisional e pessoas privadas de liberdade. O conjunto destes segmentos soma 109,5 milhões de pessoas, que deverão receber, cada um, duas doses. No comunicado do Ministério sobre a reunião não há informações sobre o restante da população.

O Brasil já firmou acordo para compra de 100,4 milhões de doses com o consórcio Oxford/Astrazeneca e 42,5 milhões no âmbito do grupo Covax Facility, que reúne governos e empresas de diversos países.

De acordo com o ministério, o planejamento apresentado pode sofrer alterações no decorrer dos debates sobre o esforço de imunização contra a covid-19. Os representantes da pasta informaram durante a reunião que estão negociando a aquisição de mais seringas e agulhas. O órgão está providenciando a aquisição de 300 milhões de seringas no mercado nacional e 40 milhões no internacional.

O Ministério da Saúde manteve reunião nas últimas semanas com outros grupos desenvolvendo vacinas, como Pfizer e Biontech (EUA e Alemanha), Instituto Gamaleya (Rússia), Baharat Biontech (covaxin).

Governo estaduais firmaram parcerias próprias, como o de São Paulo com Sinovac para a Coronavac e os governos do Paraná e da Bahia com o Instituto Gamaleya para a Sputinik V, mas não houve anúncio de planos específicos. Nenhuma destas vacinas obteve ainda a autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Bolsonaro justifica alta na conta de luz com nível de represas e risco de apagões

Ao justificar o aumento na conta de luz, o presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmou via redes sociais nesta terça-feira, 1º de dezembro, que o País corre o risco de ter apagões. Em resposta a um comentário em sua página oficial no Facebook, o chefe do Executivo ressaltou que "as represas estão em níveis baixíssimos" e que o período de chuvas ainda não veio. A fala foi direcionada ao comentário de um usuário que disse: "A conta de luz vai aumentar. Obrigado PR "

Aumento

Na segunda-feira, 30, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou a retomada do sistema de bandeiras tarifárias na conta de luz a partir desta terça. Por conta da pandemia da covid-19, o mecanismo havia sido suspenso em maio.

A agência havia acionado a bandeira verde, sem cobrança de taxa extra, até o fim deste ano, mas a decisão foi revisada na segunda-feira, para a vermelha patamar dois.

"As represas estão níveis baixíssimos. Se nada fizermos poderemos ter apagões. O período de chuvas, que deveriam começar em outubro, ainda não veio. Iniciamos também campanha contra o desperdício", escreveu Bolsonaro.

Bandeira vermelha

De acordo com a Aneel, não é possível manter a bandeira verde nas atuais condições. Agora, as tarifas terão bandeira vermelha em seu segundo patamar, com uma taxa extra de R$ 6,243 a cada 100 kWh.

A justificativa relacionada à seca também foi apresentada pelo diretor da Aneel, Efrain Pereira da Cruz. Ele destacou "afluências críticas" nos principais reservatórios do País, no Sudeste e Centro-Oeste, além do Sul, e deterioração nos meses de outubro e novembro.

A situação já implicou no acionamento de termelétricas, o que pressionou o custo de geração de energia no País, que desde setembro já retomou o consumo de energia no patamar pré-pandemia

Coluna Ilustradas

Ponte da Integração Brasil-Paraguai atinge quase 45% de execução

A Ponte da Integração Brasil – Paraguai atingiu quase 45% de execução em novembro, um ano e três meses após o início da construção, no Rio Paraná, em Foz do Iguaçu (Oeste).

Nesta terça-feira (01), o governador Carlos Massa Ratinho Junior recebeu os presidentes Jair Bolsonaro e Mario Abdo Benítez e os acompanhou na vistoria à obra. A visita foi uma comemoração ao estágio da construção. O governador é um dos responsáveis pela articulação com a Itaipu Binacional para tirar o projeto do papel.

A ponte tem como objetivo principal desafogar o trânsito intenso da Ponte da Amizade, construída nos anos 1960, e consolidar o Estado como um hub logístico e de turismo da América do Sul. As obras são executadas dentro de um convênio entre Itaipu Binacional e o governo federal com o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Infraestrutura e Logística e o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR).

O presidente Jair Bolsonaro disse que a obra representa um "casamento perfeito" entre Brasil, Paraguai e o Paraná. "Nosso relacionamento é excelente, só pode produzir frutos como esse. É uma obra de integração. O Paraguai não é nosso vizinho, é nosso irmão", disse. Ele também destacou a geração de cerca de 500 empregos diretos (85% de operários da região) e 1.500 indiretos na cadeia de fornecedores.

O governador Ratinho Junior destacou a parceria estratégica com a governo federal e a Itaipu Binacional, propondo uma nova era de desenvolvimento para o Paraná. "É uma conquista histórica do Estado e que atrairá novos investimentos, novos empregos. A ponte é um marco arquitetônico, turístico e de integração entre os dois países", afirmou.

Segundo o diretor-geral brasileiro de Itaipu Binacional, Joaquim Silva e Luna, a obra respalda o planejamento estratégico do Governo do Estado para a região Oeste. "Está interligada com as demais intervenções de Itaipu no Estado, alinhadas com o governador Ratinho Junior", afirmou. "É uma obra fundamenta para a região da tríplice fronteira, para o Paraná e para o Brasil".

Pfizer e BioNTech pedem uso emergencial de vacina na Europa

Brasília - A Pfizer e a BioNTech pediram ao regulador de medicamentos da Europa autorização condicional para sua vacina contra a covid-19, após submeterem solicitações semelhantes nos Estados Unidos e no Reino Unido, informaram as empresas nesta terça-feira (1º), em Frankfurt, na Alemanha

O pedido para a Agência Europeia de Medicamentos (EMA) vem depois de as empresas reivindicarem aprovação nos EUA em 20 de novembro, deixando-as um passo mais perto de lançarem sua vacina.

Na busca por lançar o imunizante na Europa, potencialmente ainda neste ano, as empresas estão passo a passo com a rival Moderna, que anunciou na segunda-feira (30) que pediria ao regulador da União Europeia para recomendar a aprovação condicional para sua vacina.

Lista negra: Relatório feito para o governo classifica jornalistas como 'detratores'

O governo federal contratou uma empresa que classificou jornalistas como "detratores" em uma avaliação feita de postagens de influenciadores sobre o Ministério da Economia e o ministro Paulo Guedes. A lista foi revelada pelo jornalista Rubens Valente, do UOL, e mostra que o relatório separou os nomes em três grupos: os "detratores" do governo Bolsonaro, do Ministério da Economia e/ou do ministro Paulo Guedes, os "neutros informativos" e os "favoráveis". No relatório, a empresa orienta o governo a lidar com os influenciadores. As medidas vão de esclarecimentos ao "monitoramento preventivo". Intitulado de "Mapa de influenciadores", o relatório analisou postagens feitas em maio de 2020 sobre Guedes e seu ministério. Entre os classificados como "detratores" estão a colunista do Estadão e apresentadora do Roda Viva, da TV Cultura, Vera Magalhães, Guga Chacra, Xico Sá, e Cynara Menezes.

Em nota, a BR+ Comunicação afirmou que o uso termo "detrator", costumeiramente utilizado para se referir a traidores da pátria, "foi um erro de processo, já corrigido pela empresa". "Nosso padrão de monitoramento, que é uma técnica comum e utilizada por todas as assessorias, utiliza as expressões 'Negativo', 'Positivo' e 'Neutro'. Pedimos desculpas ao cliente e aos influenciadores pelo mal entendido, que, reiteramos, já foi sanado", diz a nota.

COTAÇÕES MERCADO AGRÍCOLA

DERAL – DEPARTAMENTO ECONOMIA RURAL — DATA 01/12/2020

	Unidades	Mercado	Mínimo	Máximo
ARROZ IRRIGADO AGULHINHA em casca – Tipo 1	Saca de 60 kg	EST	140,00	145,00
CAFÉ em coco Bebida Dura (até 130 defeitos)	Kg/Renda	EST	7,40	7,67
CAFÉ BENEFICIADO bebida dura (até 130 defeitos)	sc. 60 kg	EST	460,00	485,00
FEIJÃO DE COR	sc. 60 kg	EST	270,00	290,00
MANDIOCA (Padrão de amido 580 g)	Tonelada	EST	464,00	475,60
CASULO – Teor de Seda 17%	Kg	EST		20,06
MILHO	sc. 60 kg	EST	69,00	69,00
SOJA	sc. 60 kg	FRA	147,00	147,00
TRIGO PH 78 Superior	sc. 60 kg	AUS	AUS	AUS
BOI Gordo - para abate	Arroba	EST	270,00	270,00
FRANGO DE CORTE (vivo)	Kg	EST		4,60
VACA Gorda - para abate	Arroba	EST	250,00	250,00
SUÍNO Gordo – Tipo carne	Kg	FRA	7,70	8,00

Mercado: FIR - firme; EST - estável; FRA - fraco; AUS - ausente.

Expediente:
Ilustrado
Publicado desde 5 de agosto 1.973
EMPRESA JORNALISTICA UMUARAMA LTDA - EPP
CNPJ/MF - 04.233.582/0001-07
Planta Industrial Própria
Av. Tiradentes, 2.680 - Tel. (44) 3621-2500
CEP 87.505-090 - Umuarama-PR
www.ilustrado.com.br

Conselho de Administração:
Presidente: Ilidio Coelho Sobrinho
ilidio@ilustrado.com.br
Vice-Presidente: Maria Hirata Coelho
Diretora de Assuntos Jurídicos:
Dra. Katiúscia Hirata Coelho
Diretora: Dra. Karina Hirata Coelho

Editor Responsável:
Osmar Nunes da Silva
osmar@ilustrado.com.br
(Registro no MTB nº 184/01/92v)

REDAÇÃO
Tel.: (44) 3621-2535 | Fax: (44) 3621-2516
editoria@ilustrado.com.br
ASSINATURAS
(44) 3621-2526
assinaturas@ilustrado.com.br
CLASSIFICADOS
(44) 3621-2525
classificados@ilustrado.com.br
COMERCIAL
(44) 3621-2502
comercial@ilustrado.com.br

FINANCEIRO
(44) 3621-2502
financeiro@ilustrado.com.br
FALE CONOSCO
(44) 3621-2535
faleconosco@ilustrado.com.br
SUCURSAL CURITIBA
(41) 3019-3500
(41) 9 9972-3735
44-9.9913-0130
umuaramailustrado

FILIADO A: ANJ Associação Nacional de Jornais
WAN - Associação Mundial de Jornais

DEFESA DO CONSUMIDOR: As queixas deverão ser enviadas por escrito para o endereço acima.
As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a linha editorial do jornal

COVID-19

Sanitização de locais com grande movimento é estendida pela Prefeitura de Umuarama

Umuarama - Além das medidas restritivas a determinadas atividades econômicas e dos cuidados preventivos recomendados à população, a Prefeitura de Umuarama também adotou procedimentos internos para o enfrentamento à pandemia de coronavírus e tem prestado apoio com ações de sanitização em locais de grande movimento, onde nem sempre é possível evitar concentrações de pessoas. Uma grande lista de serviços tem sido realizada de forma ininterrupta nos últimos dias, com o objetivo de aumentar a proteção aos umuaramenses.

O trabalho envolve equipes das secretarias de Administração, Serviços Públicos, Obras, Planejamento Urbano, Projetos Técnicos e Habitação, sob a orientação da Secretaria Municipal de Saúde. A desinfecção de locais públicos é uma ação preventiva contra a disseminação do coronavírus, que amplia os efeitos das medidas individuais adotadas pela população, como uso de máscara, distanciamento social, espaçamento em ambientes públicos e higienização constante das mãos e objetos pessoais.



A Prefeitura de Umuarama também adotou procedimentos internos para o enfrentamento à pandemia de coronavírus e tem prestado apoio com ações de sanitização

"A sanitização reforça o combate à circulação do vírus. Além de postos de saúde, entrada de bancos e pontos de ônibus, também cuidamos da Prefeitura (ambientes externo e interno) com o envolvimento dos servidores na desinfecção de suas estações de trabalho", lembrou o secretário de Administração, Vicente Gasparini.

A Secretaria de Saúde também tem tomando medidas com empresas onde colaboradores apresentem casos suspeitos ou confirmados do novo coronavírus. "O procedimento consiste em aplicar o plano de contingência e realizar a sanitização do ambiente para eliminar a circulação do vírus e garantir a segurança de trabalhadores, fornecedores e clientes", afirmou a secretária Cecília Cividini.

Na última semana houve sanitização no Paço Municipal, na Secretaria de Saúde, na frente de mercados e supermercados, em dezenas de pontos de ônibus, no Hemonúcleo, Farmácia Central, Diretoria de Habitação, Pronto Atendimento 24h, terminal urbano e estação rodoviária, Centro de Especialidades Médicas (CEM), Igreja São José Operário, lotéricas, agências bancárias, hospitais, Agência do Trabalhador, longos trechos das avenidas Brasil, Paraná, Rio Branco e Londrina, camelódromo, todo o entorno da Praça Miguel Rossafa e frentes de empresas de alguns segmentos.

CHUVA

O trabalho de sanitização foi interrompido por conta do tempo ressaltou o secretário Gasparini "O trabalho não pode ser realizado se houver previsão de chuva –, mas será mantido nos próximos dias. Todos nós temos de colaborar para controlar a circulação do vírus e reduzir o contágio das pessoas", completou o secretário.

Procon Municipal alerta bancos sobre organização e demora nas filas

Umuarama - O Procon Municipal e o setor de fiscalização da Vigilância Sanitária emitiram, nesta segunda-feira, 30, uma nota orientadora conjunta para reforçar as medidas de organização de fila, entrada e atendimento de clientes nos estabelecimentos do Sistema Financeiro no município de Umuarama. As instituições bancárias são responsáveis por manter a organização, o distanciamento e evitar a aglomeração de pessoas, para evitar o contágio do coronavírus.

Com o início de dezembro, existe a possibilidade desse movimento aumentar ainda mais, por conta do pagamento de auxílios sociais, salários e benefícios dos trabalhadores. Nas últimas semanas enormes filas têm se formado nos bancos e em muitos casos o distanciamento não é respeitado, bem como os limites de espera pelo atendimento, para os clientes.

Desde o início do ano, o Procon proferiu 26 decisões administrativas contra instituições bancárias na cidade, relacionadas a tempo de espera em fila, que foram julgadas subsistentes com aplicação de multa pecuniária. Os processos foram instaurados a partir de reclamações individuais os usuários. Paralelamente, o Procon teve processos administrativos instaurados de ofício para apurar tempo de espera, organização, orientação e outros cuidados no trato da fila formada na parte externa das agências.



O Procon Municipal e o setor de fiscalização da Vigilância Sanitária emitiram, nesta segunda-feira, 30, uma nota orientadora conjunta para reforçar as medidas de organização de fila

"Os processos resultam de uma ação fiscalizadora do Procon iniciada em setembro de 2020, com base em denúncias enviadas pelos consumidores. A expectativa é que haja uma mudança na conduta das instituições bancárias, adequando-se ao cenário atual de restrição social e proporcionando melhora no atendimento ao consumidor", explicou o secretário municipal de Proteção e Defesa do Consumidor e chefe do Procon Municipal, João Paulo Souza Oliveira.

Caso haja resistência por parte das instituições bancárias os procedimentos serão remetidos ao Ministério Público para as medidas legais cabíveis, acrescentou o secretário. Nesta terça-feira, o Procon distribuiu a nota orientativa aos bancos e lotéricas sobre a conduta nas filas, elaborada em conjunto com a Vigilância Sanitária.

Número de casos de covid-19 em Umuarama continua acima de 100



Umuarama - Mais 108 casos de covid-19 foram anunciados pela Secretaria Municipal da Saúde em Umuarama, nesta terça-feira, 1º de dezembro: são 58 mulheres e 41 homens com idades de até 95 anos e mais nove crianças abaixo dos 12 anos.

O número é superior ao divulgado na segunda-feira (61), porém mantém-se abaixo dos seguidos recordes batidos na última semana, elevando para 3.582 o número de pessoas com diagnóstico positivo para a doença desde o registro do primeiro caso, em 27 de março deste ano.

Desse total, 1.531 pacientes já se recuperaram, 32 morreram, 1.998 estão em isolamento domiciliar e 21 seguem hospitalizados – sendo 12 em enfermarias e nove em leitos de UTI.

Há ainda 1.587 umuaramenses com suspeita de infecção pelo coronavírus, dos quais quatro estão internados (três em enfermarias e uma na UTI) e 1.583 em isolamento monitorado.

Leitos lotados

Dos 36 leitos disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para Umuarama e região, havia apenas um leito de enfermaria livre na tarde desta terça-feira – todos os 16 leitos de UTI estavam ocupados.

Aciu apresenta requisições para aprimorar protocolos em Umuarama

Umuarama - O prefeito Celso Pozzobom, o promotor Marcos Antonio de Souza e a secretária municipal de Saúde, Cecília Cividini, receberam na manhã de ontem no anfiteatro Haruyo Setogutte (Centro Cívico), representantes da Associação Comercial, Industrial e Agrícola (Aciu), dos feirantes e outros segmentos.

Como membros efetivos do Centro de Operações de Enfrentamento à Covid-19 (COE), eles abriram espaço para requisições que serão avaliadas no conjunto. Pozzobom ressaltou a importância de manter um canal aberto com a sociedade organizada em um cenário suscetível, que requer revisões praticamente diárias. As recomendações do COE embasam a atualização dos protocolos preventivos por meio dos decretos executivos.

A Aciu foi representada pelo presidente, Orlando Luiz Santos, pelo 1º vice-presidente, José Celso Zolim, e pelo diretor setorial de Comércio, Clóvis Bruno Filho. "Entregamos um ofício que sintetiza o clamor aliado ao senso de responsabilidade dos nossos associados. Mais do que nunca, estamos empenhados na conscientização, mas destacamos aspectos que devem, antes, ser reconhecidos como requisições para aprimorar os protocolos", contextualiza Orlando Luiz Santos.

Uma das observações do documento é a valia da dilatação moderada do expediente comercial. "Notamos em várias localidades que, com alguns ajustes, tendo o consumidor mais tempo para realizar compras com segurança, é possível minar as aglomerações. Mas, claro, não é possível tolerar o desrespeito às medidas mais efetivas: máscara, álcool e distanciamento", complementa.

A proposição contemplaria os seguintes ajustes horários: das 9h às 19h/20h, de segunda a sexta, e das 9h as 13h aos sábados para o comércio tradicional; abertura das padarias às 6h, de segunda a sábado; abertura de bares, restaurantes e similares até 22h, mas com proibição de venda de bebidas alcoólicas a partir das 14h, sob pena de cassação de alvará e multa pesada; proibição de mesas em calçadas e aglomeração nos arredores; atenção redobrada no tocante a fiscalizar as filas de casas lotéricas e agências bancárias; atendimento delivery até 22h e única exceção dominical para o expediente farmacêutico.

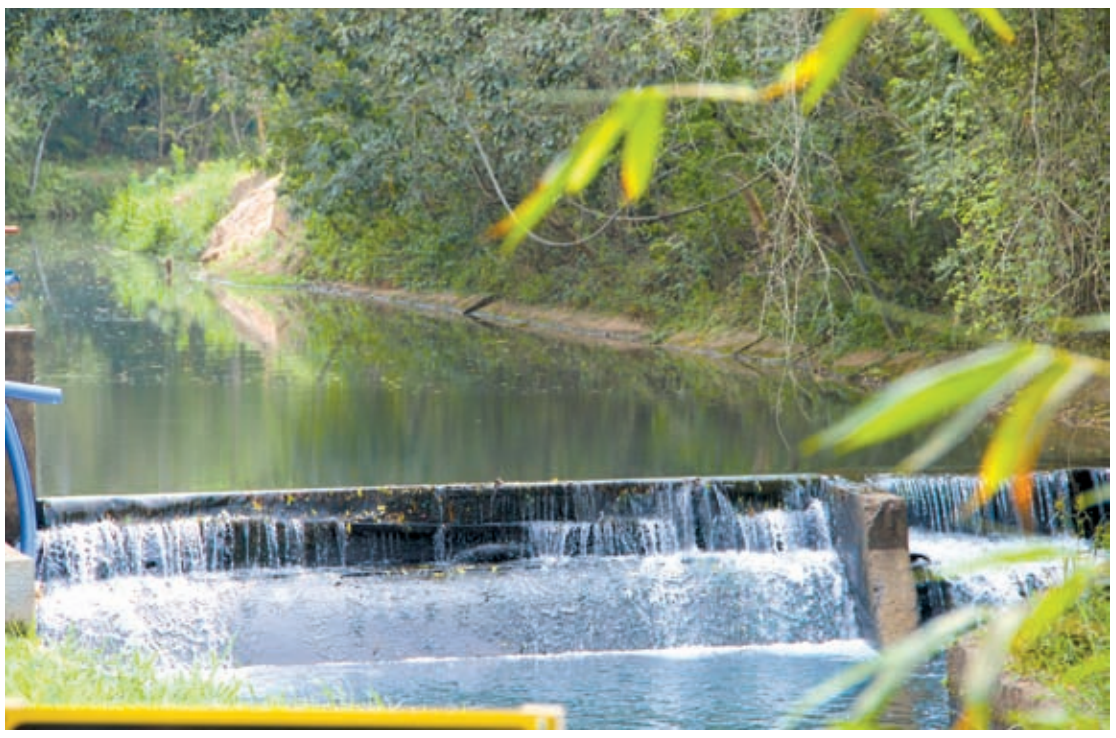
As ideias serão compiladas e avaliadas pelo COE, bem como a aspiração dos feirantes, que requerem a realização de pelo menos duas feiras semanais, dada a escala de prejuízo no período recente e o inequívoco apelo de atividade essencial.

VEM AI A FALTA DE ÁGUA

Redução da vazão na Barragem do rio Piava coloca Umuarama em alerta

Umuarama - O Rio Piava, principal manancial de abastecimento de Umuarama, também registra os efeitos da estiagem prolongada que atinge várias regiões do Paraná. A vazão teve uma queda de 50%, fazendo com que a Sanepar acenda o alerta na região Noroeste. A Barragem do Rio Piava abastece 93% dos moradores da cidade de Umuarama. Os outros 7% são atendidos por dois poços tubulares profundos.

A redução na vazão acontece em paralelo ao aumento da demanda. O consumo de água em setembro deste ano bateu recorde, chegando a média diária de 24 milhões de litros de água. No mesmo período do ano passado, a média não passou dos 21 milhões de litros. Para garantir o abastecimento aos mais de 112 mil moradores da sede urbana, a Sanepar ampliou em 14% a produção e distribuição de água potável na cidade



A queda na vazão em 2020 reduz em 50% a quantidade de água disponível no manancial

O alerta se dá em função das previsões que indicam poucas chuvas ao longo do verão que se inicia neste mês. Técnicos do Simepar confirmam que a precipitação pluviométrica só deve entrar na normalidade a partir de fevereiro do próximo ano. Com a chegada da estação de altas temperaturas, há o consequente aumento no consumo de água. Por isso, a Sanepar alerta para que a população use a água de forma racional. "O alerta é preventivo. Queremos passar o verão de forma tranquila e mantendo o abastecimento em níveis normais para evitar que Umuarama precise adotar medidas mais extremas como o rodízio, destaca o gerente regional da Sanepar em Umuarama, Carlos Henrique Gonçalves.

Economia

No momento, é imprescindível que todos colaborem, adotando hábitos de consumo racional da água. A orientação é priorizar o uso para alimentação e higiene pessoal. As limpezas mais pesadas, como lavagem de carros, calçadas e fachadas, devem ser adiadas até que a situação se normalize.

Reaproveitar a água do tanque e da máquina de lavar roupas pode contribuir muito com o consumo consciente. O reúso dessas águas pode ser aplicado na limpeza de calçadas, por exemplo, ou até mesmo na rega de hortas e jardins. Reduzir o tempo do banho, fechar as torneiras durante a lavagem da louça, da escovação de dentes e do barbear são outras ações que representam muito na economia de água.

Ao encontrar qualquer tipo de vazamento de água na rua, a população deve avisar imediatamente a Sanepar pelo telefone 0800 200 0115.

Rubens Bueno cobra de Guedes volta de atendimento de clientes do BB nas lotéricas da Caixa

O deputado federal Rubens Bueno (Cidadania -PR) enviou ao ministro da Economia, Paulo Guedes, requerimento pedindo que ele faça gestão junto ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal para que seja retomado o convênio de compartilhamento das lotéricas e dos terminais de autoatendimento entre as duas instituições, a fim de não prejudicar os milhares de correntistas e de usuários desses serviços.

Recentemente, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal encerraram o acordo que permitia, desde 2005, saques em espécie e pagamento de boletos a partir de retiradas nas lotéricas, além de consulta aos saldos nas contas. Também era possível que clientes do BB realizassem saques em terminais da Caixa e vice-versa.

"O fim do convênio representa claro prejuízo aos correntistas e clientes de lotéricas, que, muitas vezes, tinham nessa opção a única forma de acesso a serviços bancários. Milhares de brasileiros no interior do Brasil, e em locais de acesso precário à internet, incluindo aposentados e pensionistas, dependiam quase que exclusivamente dessa alternativa. Com isso, as mais de 13 mil lotéricas no Brasil passam a ficar impedidas de prestar esse valioso serviço", argumentou o Rubens Bueno no pedido enviado ao ministro.

O deputado reconhece que as razões, de cunho comercial e econômico, merecem ser consideradas por ambas as empresas, que não podem se descuidar da sustentabilidade financeira de suas operações.

"Mas sugerimos ao ministro uma intermediação no sentido de construir um entendimento para que se retome o convênio de compartilhamento das lotéricas e dos terminais de autoatendimento, com o objetivo de não prejudicar os milhares de correntistas e cidadãos usuários das lotéricas", explicou o parlamentar.

Começa a transição de governo em Pérola

Pérola - O processo de transição entre o atual governo e a equipe da prefeita eleita em Pérola, Valdete Cunha (PP) e do vice Everton Borges (PP) teve início nesta terça-feira (1º). Conforme o atual prefeito de Pérola, Darlan Scalco (PSDB), a comissão de transição instalada nesta terça, deve realizar a entrega de relatórios financeiros e da administração direta e indireta nos próximos dias.

"A Valdete e o Everton, como eu sempre disse são pessoas preparadas para dar sequência ao trabalho que começamos lá atrás. Embora ambos tenham um amplo conhecimento da situação do município, estaremos repassando principalmente as questões administrativas e orçamentárias implementadas nos últimos seis meses, bem como a situação atualizada de todas as obras, programas e convênios que estão em execução. Será uma transição técnica e ágil que vai garantir a dinâmica de andamento da gestão", declarou o prefeito Darlan Scalco.

A prefeita eleita Valdete Cunha, agradeceu ao prefeito Darlan e sua vice, Vilde, pelo importante apoio e pela forma que se dispôs a colaborar no processo de transição. "Será uma transição tranquila e harmônica onde temos todo o apoio do prefeito Darlan Scalco e de toda sua equipe, afinal foram oito anos de um grande trabalho que possibilitaram o desenvolvimento de nossa cidade. Esse apoio nos fortalecerá para dar continuidade as ações desta gestão e implantar o nosso plano de governo, garantindo ainda mais o crescimento de Pérola e o cumprimento de nosso compromisso com a população" finalizou Valdete.



Reunidos no gabinete da Prefeitura: Valdete Cunha, Darlan Scalco, Vilde Biaca e Everton Borges.

A comissão de transição da prefeitura é integrada pelo prefeito, Darlan Scalco, o procurador Jurídico, Rodrigo Caliani, a secretária de Saúde, Rosangela Guandalin, o secretário de Fazenda e Administração, Carlos Roberto Domingues dos Santos e pela secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Maria Sonia Celini.

A equipe de transição de Valdete Cunha e Everton Borges é formada por Orlando Adilson Biaca, Bruno Augusto Silvério, Claudemir de Oliveira Carvalho, atual chefe de Gabinete e Maycon Junior dos Santos, atual secretário de Assistência Social. Uma agenda de reuniões e pautas foi acertada para as próximas semanas.

Escola oferece bolsas de estudos em provas com inscrições grátis

Umuarama - As inscrições gratuitas para a Prova de Bolsas 2021, do Elite Rede de Ensino, estão abertas e podem ser feitas das seguintes formas: pelo site www.ensinoelite.com.br, pela Central de Relacionamento (0800 031 0306) ou no Elite Umuarama. Este ano, com modalidade presencial ou on-line, de acordo com a escolha do responsável, a Prova de Bolsas do Elite acontecerá no dia 12 de dezembro (sábado), os horários das avaliações serão informados no ato da inscrição. Estudantes de todas as séries poderão participar da avaliação que contempla descontos de 5% a 90% nas mensalidades de 2021. Serão tomadas todas as medidas de segurança exigidas pelos órgãos públicos para a realização das provas presenciais.

Na modalidade presencial, no Ensino Médio e no Fundamental II (6º ao 9º ano), os estudantes realizarão um exame com 13 questões de Matemática e 12 de Português. No Fundamental I, as crianças do 3º ao 5º ano farão uma prova diagnóstica, com 8 questões de Matemática e 8 de Português. Para os que irão ingressar no 1º ou 2º ano, do Fundamental I, e na Educação Infantil, os responsáveis farão agendamento a fim de conhecerem a estrutura e a metodologia da escola e também participarão de uma entrevista.

Ao participar da prova de bolsas, o aluno poderá estudar com desconto de até 90% nas mensalidades em uma escola que aprova nos concursos mais difíceis como UEM, Unioeste e UFPR.

Inscrições e mais informações: www.ensinoelite.com.br, 0800 031 0306 e no Elite Umuarama

Edital: https://ensinoelite.com.br/estude-no-elite/bolsa-de-estudo/

Aniversário

Comemorando aniversário hoje em grande estilo, o empresário Alcides Porto do restaurante Tamoyo, perto do HCC. Os parabéns são dos familiares e amigos.



ELEIÇÕES 2020

Para manter Iporã em desenvolvimento, Sérgio e Silvania focam na economia e saúde

Iporã – Com grande aprovação da população, 59,43% dos votos válidos, o prefeito eleito de Iporã, Sérgio Borges (PSDB) e a vice-prefeita Silvania Pissinati (PTB) iniciaram os estudos para começar janeiro implantando o plano de governo. Com o foco em manter a cidade no desenvolvimento, Borges ressaltou que vai dar continuidade nas obras em andamento, como também, investir na geração de emprego e na atualização da Saúde, visando mais qualidade para a comunidade.

Em uma campanha realizada de casa em casa, Sérgio e Silvania iniciaram a entrevista agradecendo toda a população de Iporã pela recepção durante o período da campanha e o resultado nas urnas. "Em alguns momentos as visitas foram emocionantes. Trabalho há mais de 40 anos no sindicato e na saúde e quando recordávamos momentos com a população a emoção voltava à tona", relembrou Borges.



Sérgio e Silvania agradeceram toda a população de Iporã pela recepção durante o período da campanha e o resultado nas urnas

Sérgio Borges ressaltou que o trabalho de desenvolvimento de Iporã será continuado com a conclusão das obras, além de novos projetos. "Vamos atuar seguindo nosso plano de governo, focando na geração de emprego e atualizando pontos da Saúde Pública, como proporcionar cursos para a humanização do atendimento, investimento no Programa Saúde da Família (PSF), como também, no hospital que hoje atende 24 horas", disse.

Dentro da geração de emprego, o prefeito eleito e a vice-prefeita ressaltaram a conclusão do abatedouro de frango, que deve entrar em funcionamento no segundo semestre de 2022. A unidade vai gerar mais de mil empregos para Iporã de forma direta, além dos indiretos. Além do abatedouro uma unidade incubatória de aves também está em fase de conclusão e no início das atividades vai gerar cerca de 300 vagas de empregos. "Vamos iniciar com mais de 1.000 vagas de empregos, o que também vai influenciar na economia do comércio local, gerando renda e qualidade de vida para os moradores de Iporã", enfatizou o entrevistado.

Agricultura

Localizada em uma região agrícola, a pasta da Agricultura também é um dos setores que impulsionam a economia de Iporã. Desta forma, o setor rural receberá atenção da nova gestão com continuidade dos investimentos no Programa Caminho do Campo, pavimentação e cascalhamento de estradas para o escoamento da produção, apoio a associação de produtores, ampliação de patrulha mecanizada, investimentos na agroindústria e na feira do produtor. "São vários projetos que passam pela pecuária, sericicultura, fruticultura, suinocultura e piscicultura. Só em pavimentação de estradas queremos fazer mais 50 km", ressaltou o prefeito eleito.

Saúde

Com a experiência de trabalhar 42 anos na área da saúde, Sérgio ressaltou que ao lado da vice-prefeita Silvania, irá realizar uma mudança no setor. "Saúde é um dos pontos a que vamos estudar muito bem, pois fomos muito cobrados por melhorias. Além do investimento no PSF, melhoria na qualidade do atendimento e investimentos no hospital, queremos idealizar um centro de especialidades. O objetivo é trazer, a custo zero para os pacientes, especialistas como um cardiologista, endocrinologista, cirurgião vascular e ortopedista", noticiou.

Planejamento Urbano e lazer

Silvania Pissinati enfatizou que além de emprego, renda e saúde, a comunidade também precisa de uma cidade planejada e com espaços de lazer e cultura. Para isso a vice-prefeita já estuda a reestruturação urbana de Iporã, com melhorias nos canteiros, estacionamentos, paisagismo e sinalizações das vias. "A iluminação pública será melhorada, como os espaços de lazer e esporte, a exemplo das pistas de caminhada. A cultura também não será deixada de lado os próximos anos", falou Silvania.

Os distritos e Vila Rural

Com a experiência de cinco mandatos na Câmara de Vereadores de Iporã, sendo três vezes presidente, Sérgio também quer contar com o conhecimento empresarial de Silvania para administrar Iporã. Neste cenário de otimismo os candidatos eleitos também têm olhos para os distritos e a Vila Rural. "Estamos observando a saúde, educação, emprego e infraestrutura dos distritos, pois não podemos parar", finalizou Sérgio.

Segurança

Na segurança, o objetivo da nova administração é aumentar o efetivo das polícias, viabilização da sinalização pública de trânsito, instalação de câmeras em pontos estratégicos, além de apoio a Guarda Municipal. "Pretendemos viabilizar treinamento dos servidores da GM, restruturação da equipe e aquisição de equipamentos individuais e melhoria na frota de veículos" enfatizou Silvania.



Sérgio e Silvania na carreata da vitória em Iporã, quando foram eleitos com 59,43% dos votos válidos

Educação e Cultura

O plano de governo de Sérgio e Silvania ainda aborda atividades culturais, como a criação do centro de artes do município, promover festivais entre outras ações. Na educação o trabalho será na qualidade, buscando sempre implementação continuada de escola em tempo integral, respeitando todas as fases e garantindo o acesso à escola e a educação a todas as crianças, jovens e adultos. Ainda na educação, o investimento e valorização dos profissionais da educação, com a formação continuada entre outras ações.



Prefeito e vice-prefeita eleitos já começaram a idealizar os projetos para o próximo ano



Sérgio e Silvania com Renan Borges, filho de Sérgio e também chefe da Ciretran de Iporã

FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

Novos ‘furões’ entram hoje em operação. Saiba onde estão instalados

Mais cinco conjuntos de câmeras para fiscalização de avanço de sinal vermelho e parada na faixa de pedestre, os populares ‘furões’ entram em funcionamento esta semana em Umuarama. Com isso, a cidade passa a contar com 15 pontos diferentes de fiscalização.

O objetivo é fazer o condutor pisar no freio e respeitar a sinalização de trânsito, principalmente o limite de velocidade e avanço de sinal vermelho.


Agora Umuarama conta com 15 pontos de fiscalização por monitoração em cruzamentos

Fiscalização

“Queremos que o trânsito de Umuarama seja mais seguro. Para isso, além das campanhas educativas o Município tem investido muito nos últimos quatro anos para melhorar a estrutura, com sinalização vertical e horizontal, além da instalação dos pontos de fiscalização em cruzamentos mais perigosos”, afirmou o secretário de Defesa Social Valdecir Capelli.

Novos furões

No cruzamento das avenidas Presidente Castelo Branco com Dr. Ângelo Moreira da Fonseca; avenida Dr. Ângelo Moreira da Fonseca com a Praça Odete Mossurunga (rotatória saída para Xambrê) e avenida Tiradentes com a Presidente Castelo Branco (que agora têm a fiscalização nos dois sentidos da via).

Avenida Governador Parigot de Souza no cruzamento com a avenida Ipiranga (próximo ao Bosque do Índio) e avenida Ivo Sooma no entroncamento com a Praça Odete Mossurunga (na saída para Xambrê).

Anjinhos

Além dos furões a cidade conta com 22 anjinhos espalhados por ruas e avenidas em pontos considerados críticos e campeões de acidentes. O equipamento tem a função educativa e mostra em tempo real a velocidade do veículo ao condutor o alertando quando não há o respeito a velocidade máxima. A maior parte das vias da cidade o motorista não pode andar mais do que a 40 km/h, principalmente na área central e nos bairros. Algumas avenidas permitem que o máximo chegue a 50 km/h.

Radar

Nesta temática já está em estudo a viabilidade de instalação de radares fixos para os pontos de entrada e saída de Umuarama. “Queremos que o condutor já entre na cidade andando mais devagar e respeitando a sinalização”, afirmou Capelli. Ele esclareceu que todos os pontos, se instalados, serão muito bem sinalizados, dentro do que prevê a legislação, para que não haja surpresa para o motorista.

Pontos dos “furões”

EM OPERAÇÃO:
Av. Tiradentes x Av. Liberdade;
Av. Paraná x Av. Rolândia;
Av. Paraná x Av. Rio Grande do Sul;
Av. Governador Parigot de Souza x Av. Presidente Castelo Branco;
Av. Tiradentes x Av. Presidente Castelo Branco;
Av. Flórida x Av. Presidente Castelo Branco;
Av. Dr. Ângelo Moreira da Fonseca x Praça Oscar Thompson;
Av. Paraná x Av. Apucarana;
Av. Manaus x Av. Rio Branco;
Av. Brasil x Av. Ipiranga.

NOVOS PONTOS
Av. Presidente Castelo Branco x av. Dr. Ângelo Moreira da Fonseca;
Av. Dr. Ângelo Moreira da Fonseca x a Praça Odete Mossurunga (rotatória saída para Xambrê);
Av. Tiradentes x av. Presidente Castelo Branco (que agora têm a fiscalização nos dois sentidos da via);
Av. Governador Parigot de Souza x av. Ipiranga (próximo ao Bosque do Índio);
Av. Ivo Sooma x Praça Odete Mossurunga (na saída para Xambrê).

CNH vencidas em 2020 ganham mais um ano de validade

Entrou em vigor nesta terça-feira (1º), a resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) que restabelece os prazos para a regularização das carteiras nacionais de Habilitação (CNHs) vencidas.

Segundo a nova resolução, os documentos de habilitação vencidos em 2020 ganharam mais um ano de validade. Com isso, a renovação das CNHs vencidas em 2020 ocorrerá de forma gradual, de acordo com um cronograma estabelecido no documento.

Permissões

A medida inclui também a Autorização para Conduzir Ciclomotores (ACC) e a Permissão Para Dirigir (PPD), documento provisório utilizado no primeiro ano de habilitação do condutor. Pelo texto, a renovação ocorrerá com base no mês de vencimento do documento.

Ainda de acordo com a resolução, para fins de fiscalização, qualquer documento de habilitação vencido em 2020 deve ser aceito até o último dia do mês correspondente em 2021.

Revogada

A medida, publicada no último dia 24, revogou uma portaria publicada em março pelo órgão, que suspendeu os prazos para a renovação das CNHs, aplicação de multas, transferência de veículo, registro e licenciamento de veículo novo, entre outros, em razão da pandemia do novo coronavírus.

Transferências de veículos

A resolução também determina que, a partir de 1º de dezembro de 2020, sejam retomados os prazos para serviços como transferência veicular, comunicação de venda, mudança de endereço, conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Em relação à transferência de veículos adquiridos de 19 de fevereiro de 2020 a 30 de novembro de 2020, o Contran diz que os departamentos estaduais de Trânsito (Detrans) dos estados e do Distrito Federal poderão estabelecer cronograma específico para a efetivação da transferência de propriedade e que ele deverá ser informado ao Contran até 31 de dezembro de 2020.

Caso os Detrans não estabeleçam um cronograma específico, a transferência de propriedade de veículo adquirido no período indicado deverá ser efetivada até 31 de dezembro de 2020.

Para os veículos novos, adquiridos no período de de 19 de fevereiro de 2020 a 30 de novembro de 2020, também valerá a data 31 de janeiro de 2021 para a efetivação do registro e licenciamento.

Infrações

A resolução também retoma a partir de hoje, os prazos previstos para as infrações cometidas, a exemplo dos prazos para defesa da autuação e recursos de multa; defesa processual e de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação, bem como identificação do condutor infrator e expedição de notificações de autuações.

No caso das notificações já enviadas, a resolução posterga para 31 de janeiro de 2021, os prazos para a apresentação de defesa prévia e indicação do condutor, posteriores a 20 de março de 2020. O mesmo prazo vale para as notificações de penalidade.

Já para o envio de notificações registradas no período de 26 de fevereiro até o dia 30 de novembro, será observado um cronograma de 10 meses. Este prazo será contado a partir da data de cometimento da infração. Desta forma, por exemplo, os motoristas que cometeram infrações em fevereiro e março de 2020 deverão ter as notificações de autuações enviadas em janeiro de 2021.

“A autoridade de trânsito deverá providenciar, sempre que possível, leiaute diferenciado para a expedição das NAs [notificações de autuação] decorrentes de infração cometida de 26 de fevereiro de 2020 a 30 de novembro de 2020, ressaltando, com clareza, que estas notificações contam com prazos diferenciados”, diz a resolução.

Já os prazos das licenças para funcionar como Instituição Técnica Licenciada (ITL), vencidos de 20 de março de 2020 a 30 de novembro de 2020, ficam prorrogados para 31 de janeiro de 2021.

Recuperada

Uma moto Honda XRE preta, tomada em assalto no último dia 21 de novembro, foi recuperada na manhã desta segunda-feira (1º), em Mariluz, segundo a Polícia Militar. O veículo estava escondido embaixo de uma árvore e coberta por vegetação. Os militares encontraram a moto após uma denúncia anônima. Ela foi levada para a delegacia da Polícia Civil de Cruzeiro do Oeste e posteriormente devolvida ao proprietário.



Jovem é preso após morder mão da ex-namorada e joga lixo na vizinhança

Um jovem de 25 anos acabou preso após morder a mão direita da ex-namorada e jogar lixo em casas da rua Copacabana, no Jardim São Rafael, em Umuarama, segundo a Polícia Militar. O incidente foi às 15 horas desta segunda-feira (30) e após ser contido, o rapaz foi levado para a delegacia da Polícia Civil onde foi autuado por lesão corporal pela lei Maria da Penha.

Segundo a Polícia Militar, denúncias informaram que um homem de camiseta preta estaria transtornado na rua e jogando lixo nas residências. Quando a PM abordou o jovem, com ele foi encontrado apenas um aparelho celular.

De acordo com a PM, o jovem contou que teria usado drogas e enquanto conversava com os policiais a ex-namorada apareceu e contou que o suspeito não aceita o término do relacionamento e após uma discussão o mesmo o ex-namorado mordeu a sua mão direta, pegou o seu celular e saiu trastornado.

Quadrilha aterroriza centro de Criciúma durante assalto a banco

Cerca de 30 criminosos, com armas de grosso calibre, invadiram e assaltaram uma agência do Banco do Brasil no Centro de Criciúma (SC) no início da madrugada desta terça-feira (1º). Várias pessoas foram usadas como reféns. Para dificultar o trabalho da polícia, integrantes do grupo incendiaram um caminhão em frente ao batalhão, inviabilizando a saída de algumas viaturas da Polícia Militar.

O início

De acordo com o delegado da Polícia Civil responsável pela investigação, Ulisses Gabriel, a ação teve início pouco antes da meia-noite, quando começaram os primeiros disparos no batalhão da PM onde um caminhão foi incendiado. Policiais tiveram que percorrer cerca de 2 quilômetros a pé para chegar à agência do Banco do Brasil, no centro da cidade, onde funciona a tesouraria regional do banco.

Valores

Não há, até o momento, estimativa sobre quanto foi roubado pelos bandidos. Quatro homens foram presos pelo furto de cédulas de dinheiro deixadas por bandido. Logo após o fim dos tiroteios, a Polícia Militar (PM) apreendeu R$ 810 mil em dinheiro em um apartamento da área central de Criciúma. Nesta ocorrência, quatro pessoas foram presas e conduzidas à Delegacia de Polícia.

Eles alegam não ter envolvimento com os criminosos que praticaram o assalto nesta madrugada. A Polícia Civil investigará se os suspeitos presos teriam aproveitado a situação para pegar o dinheiro que ficou para trás durante a ação, após a fuga do grupo.

Explosivos

Como cerca de 30 quilos de explosivos não detonados foram deixados no local, o batalhão antibombas da PM foi acionado, bem como a divisão antirroubos e sequestro. Durante a ação criminosa, algumas pessoas foram abordadas nas proximidades e feitas de reféns. “Elas foram colocadas sem camisa na faixa de pedestre”, detalhou o delegado.

Perícias

Segundo ele, diligências e perícias estão sendo feitas no banco. “Há equipes analisando filmagens e câmeras de segurança. Muitos disparos foram efetuados no centro da cidade e vários prédios e construções foram alvejados”, acrescentou.

Feridos

Durante a troca de tiros, um policial militar foi alvejado e um refém foi agredido pelos criminosos. O policial passou por três cirurgias e seu estado é considerado grave. Ele está com hemorragia interna. O refém está bem, informou o delegado.

Criminosos

Ainda não há informações precisas sobre a origem dos criminosos. No entanto, algumas pessoas que foram abordadas pelos bandidos disseram que eles tinham sotaque diferente do de Santa Catarina, informou a Polícia Civil.

Ao deixarem o local, os criminosos usaram cerca de dez veículos e foram na direção do município de Nova Veneza, a cerca de 10 quilômetros de Criciúma, onde teriam abandonado os carros em meio a um milharal e pego outros veículos.

canaldafama2@agenciagb.com.br

Canal da Fama

Por Artur Bentlin / GB Edições
colunacanaldafama@yahoo.com.br

Homenagem à amada

Luciano Huck fez questão de homenagear sua mulher, a apresentadora Angélica, que completou 47 anos. Casados há 16 anos, ele explicou que com o passar do tempo, o relacionamento deles ficou ainda mais sólido e que estava celebrando a mulher mais incrível que ele conheceu. Bonito de se ver.

Até março

Sílvio de Abreu continua à frente do departamento de teledramaturgia da Globo até março e nesse tempo fará a transição para José Luiz Villamarim. Especula-se que o novelista já está na mira de outra emissora.

Aniversário de casamento

Para comemorar o aniversário de um ano de casados, o ex-jogador Kaká e sua mulher, Carol Dias, trocaram mensagens apaixonadas e muitas declarações de amor. E, claro, foram muito parabenizados pelos fãs. Eles são pais de Esther, que nasceu há quase dois meses.



A ceia de Natal

Luis Lobianco é um dos participantes da edição especial de Natal da série "Diário de Um Confinado", estrelada por Bruno Mazzeo, Renata Sorrah, Fernanda Torres e Arlete Salles. Neste trabalho, Lobiano contracenará também com Letícia Colin, Renato Góes e Tonico Pereira em cenas da ceia de Natal da família de Murilo, vivido por Mazzeo.

Série finalizada

Consta que Bruna Marquezine já terminou de gravar suas cenas na série "Condom Ladies", da Netflix. Na produção estão também Manu Gavassi, Enzo Romani, Sheron Menezes, Guilherme Winter e Samuel Mello e ainda não foi divulgada a data de estreia.

Situação resolvida

Depois de muitas especulações, polêmicas e pedido de demissão, Silvia Abravanel está de volta ao comando do "Bom Dia & Cia", mostrado pelo SBT diariamente a partir das 10h30. E voltou para ficar. Como já era esperado.

Plantou o umbigo

Seguindo uma tradição do folclore brasileiro que promete auxiliar o bebê na vida adulta, o cantor Sorocaba e sua mulher, Biah Rodrigues, plantaram o umbigo do filho Theo, que completou seis meses, embaixo de um pé de oliveira, no haras do cantor, localizado no interior de São Paulo. A árvore teria cerca de 200 anos e o casal escolheu gente especializada no assunto para transferir a árvore até o local escolhido por eles.

Lua de mel

Ludmilla e Brunna Gonçalves estão nas Ilhas Maldivas curtindo lua de mel. A cantora compartilhou algumas fotos da viagem numa rede social.

Isolada

Lívia Andrade segue em isolamento em sua casa; a apresentadora testou positivo para Covid-19. Força, menina!

Parece que é verdade mesmo

Há quem jure que Luan Santana e a digital-influencer Franciny Ehlke estão mesmo se conhecendo melhor. Os boatos começaram depois que ela viajou mais de doze horas para ver a live dele no Pantanal, dias atrás. E agora, apesar de não terem sido clicados juntos, fãs compararam fotos publicadas por ambos – separadamente – no Instagram e detectaram que os cliques de ambos foram feitos no mesmo local.

Preocupante

Nicette Bruno tem 87 anos e foi hospitalizada no Centro de Terapia Intensiva num hospital do Rio de Janeiro. Segundo sua filha, a atriz Beth Goulart, Nicette está com Covid-19 e foi internada porque faz parte do grupo de risco; ela está bem e respira com auxílio de oxigênio, mas não está entubada. Beth contou também que Nicette estava em isolamento há dez meses e que contraiu o vírus de um familiar que foi visitá-la e não sabia que estava doente. O irmão, filho e nora de Beth Goulart também foram infectados.

UNIVERSIDADE PARANAENSE

NOTÍCIAS DA UNIPAR

VESTIBULAR – PROVA AGENDADA

Inscreva-se e marque o dia e a hora

No Processo Seletivo em Fluxo Contínuo da Unipar você amplia as chances de entrar, já no ano que vem, em um curso superior

A Universidade Paranaense continua firme na sua proposta de facilitar o ingresso do estudante em seus cursos superiores. Nesta campanha de vestibular estão sendo oferecidas mais de cem opções, em todas as áreas do conhecimento.

Disputar uma vaga fazendo prova on-line vale para todos [menos para Medicina, que obrigatoriamente tem que ser presencial]. Neste período, são as vagas remanescentes que estão disponíveis, nas modalidades presencial e semipresencial.

Na lista estão excelentes cursos, com estrutura laboratorial arrojada, todos com projeto pedagógico sintonizado com os avanços da ciência e as expectativas do mercado de trabalho e, claro, ancorados na tradição de seriedade dos quase cinquenta anos da Unipar.

Confira as opções

A Unipar tem para todos os sonhos e desejos.

Realize o seu: venha para a Unipar!

Administração | Arquitetura e Urbanismo | Biomedicina | Ciências Contábeis | Ciências Biológicas | Design de Interiores | Design de Moda | Direito | Educação Física | Enfermagem | Engenharia Agronômica | Engenharia Ambiental | Engenharia Civil | Engenharia da Computação | Engenharia de Software | Engenharia Elétrica | Engenharia Mecânica | Engenharia Mecatrônica | Engenharia Química | Estética e Cosmética | Farmácia | Fisioterapia | Gestão em Agronegócio | Jogos Digitais | Medicina Veterinária | Nutrição | Odontologia | Pedagogia | Processos Gerenciais | Produção Audiovisual | Publicidade e Propaganda | Química Industrial | Sistemas de Informação | Terapia Ocupacional

SAIBA MAIS.

Acesse vestibular.unipar.br ou

ligue 0800 601 4031

Horóscopo

Áries
Tenha cuidado com suas atitudes para não magoar a pessoa amada, se seu lado perfeccionista falar mais alto. Deixe um pouco o estresse do lado e tenha um ótimo final de ano.

Libra
Fique alerta porque a sua capacidade mental poderá ser colocada à prova. Canalize as energias para terminar tarefas iniciadas. Seja responsável em suas atitudes.

Touro
Dê atenção especial à pessoa amada. Livre-se da tendência de ter pressa para a solução de alguma coisa inacabada. Cultive o bom humor e tenha muita paciência.

Escorpião
O momento pede serenidade. Não se apegue a detalhes pequenos no trabalho e procure enxergar o lado bom das coisas. Organize sua rotina para ter momentos só para você.

Gêmeos
Nervosismo e o mau humor não levam a lugar nenhum. Lembre-se de que a solução dos problemas depende, na maioria das vezes, de nós mesmos. Pense nisso e espere 2021 com alegria.

Sagitário
Não se deixe contaminar pela inveja dos outros. Finja que não percebe os comentários maldosos e siga em frente. Cultive mais o seu lado religioso e espiritual. Faça uma oração.

Câncer
Cuidado no trato de assuntos financeiros. Quanto ao trabalho, analise se não seria melhor adiar projetos e novas ideias. Dedique-se apenas à rotina. Pense bem antes de dar uma opinião.

Capricórnio
Deixe em segundo plano os assuntos problemáticos e dedique-se a atividades ao ar livre. O seu corpo pede pausa a fim de recarregar as baterias. Coloque sempre sua saúde em primeiro lugar.

Leão
Liberte-se do passado. Remoer antigos erros só fará mal a você e às pessoas com as quais convive. É hora de virar a página e ser feliz. Pense mais em seu futuro, fazendo planos.

Aquário
Procure dedicar-se mais a si mesmo e não se deixe abater pelo pessimismo. Na hora de agir, use a cabeça. Não faça as coisas só por vaidade. Reflita o que você deseja para o futuro.

Virgem
O seu jeito autoritário de falar pode azedar o relacionamento com os colegas. As suas chances de entendimento estão melhores, desde que aja com diplomacia. Seja um entusiasta em tudo.

Peixes
Procure manter os pés no chão. Cuidado com os devaneios que podem prejudicar principalmente o trabalho. Com certeza, terá um feliz e abençoado Natal. Seja generoso.

Resumo das Novelas

(ATENÇÃO: OS RESUMOS DOS CAPÍTULOS ESTÃO SUJEITOS A MUDANÇAS EM FUNÇÃO DA EDIÇÃO DAS NOVELAS)

MALHAÇÃO: VIVA A DIFERENÇA – 17h45, na Globo
Tato se desespera com a falsa revelação de K2. Todos se divertem na festa de Tonico e Keyla. Deco afirma a Roney que será um pai presente para Tonico. Tato questiona K2 sobre a veracidade da gravidez. Lica pensa em Samantha. Tato desabafa com Anderson sobre a suposta gravidez de K2. Fio conta a Anderson e Tato que passou a noite com Clara. Ellen conta a Fio que ficou com Jota. Noboru estranha a ausência de Tato e questiona Lica e Tina. Tina afirma a Lica e Mitsuko que irá morar com Anderson. Tato pressiona K2 a refazer o teste de gravidez na sua presença.

FLOR DO CARIBE - 18h20, na Globo
Alberto humilha Ester. Cassiano avisa a Taís que irá viajar, mas não revela seu destino. Ester diz ao pai que fará de tudo para destruir Alberto. Taís e Mantovani se beijam. Carol grava o vídeo com o recado de Veridiana e seus netos para Maria Adília. Vanessa avisa a Ester que não foi encontrado nada de errado nas contas da ONG. Duque avisa a Mantovani que Cassiano foi atrás de Dom Rafael. Mantovani manda Rodrigo, Ciro, Isabel e Amadeu para o Rio de Janeiro a fim de proteger Cassiano. Cassiano procura Dom Rafael no quarto do hotel e fica surpreso ao ser recepcionado por Cristal.

QUANDO ME APAIXONO - 18h30, no SBT
Renata e Jerônimo vivem o mel do amor depois de tanto sofrimento, enquanto Honório, Matías e Constanza descobrem que Roberta é filha de Regina. Inês decide ir para Guadalajara ao constatar que a amiga já conseguiu resolver sua vida e Josefina planeja destruir Roberta se a jovem não aparecer. Por sua vez, Roberta mostra uma cara que não é e faz Regina acreditar que quer mudar. Augusto fica sabendo da notícia de Marina e decide se encontrar com Roberta no México. Roberta conversa com Augusto e conta-lhe que a irmã passou a noite com Jerônimo, por isso ele decide ir visitar Renata. Ele aproveita para lhe dizer que Marina está grávida.

HAJA CORAÇÃO - 19h30, na Globo
Bruna diz a Enéas que tem uma ideia para afastar Giovanni de Camila. Agilson recebe Rebeca fingindo ser Aparício. Leozinho avisa a Dinamite que deseja tirar a vida de Aparício para herdar o patrimônio dos Abdala. Carmela instiga Tancinha a ir à boate em que Apolo está com os patrocinadores. Aparício fica arrasado ao saber que Rebeca se casará com Pedro Bertolucci. Nair confessa a Larissa que não gosta de Edu. Aparício comenta com Agilson que Pedro está envolvido em uma investigação. Fedora expulsa Aparício de casa, em respeito à última vontade de Teodora. Beto se sente vitorioso quando Tancinha decide confrontar Apolo.

CHIQUITITAS - 20h30, no SBT
No orfanato, Bia e Binho se preparam para passar o final de semana com Verônica e Edgar. Carol resolve fugir com Dani para pensar sobre o que fazer com a assistente social. No orfanato, Ernestina vai à sala de Cintia e confessa à diretora que gosta de Chico.Carol não acredita que o pai de seu noivo esteja a chantageando. José Ricardo deixa claro que a moça nunca será bem vinda à família Almeida Campos e Carol diz que não irá se separar do noivo. O empresário afirma que se ela contar sobre a conversa, ela não irá mais ver Dani. Carol liga para Beto e avisa ao irmão que levará Dani para a casa de D. Nina, sua avó. A moça pede para o rapaz guardar segredo e não contar sobre o paradeiro das duas para Junior.

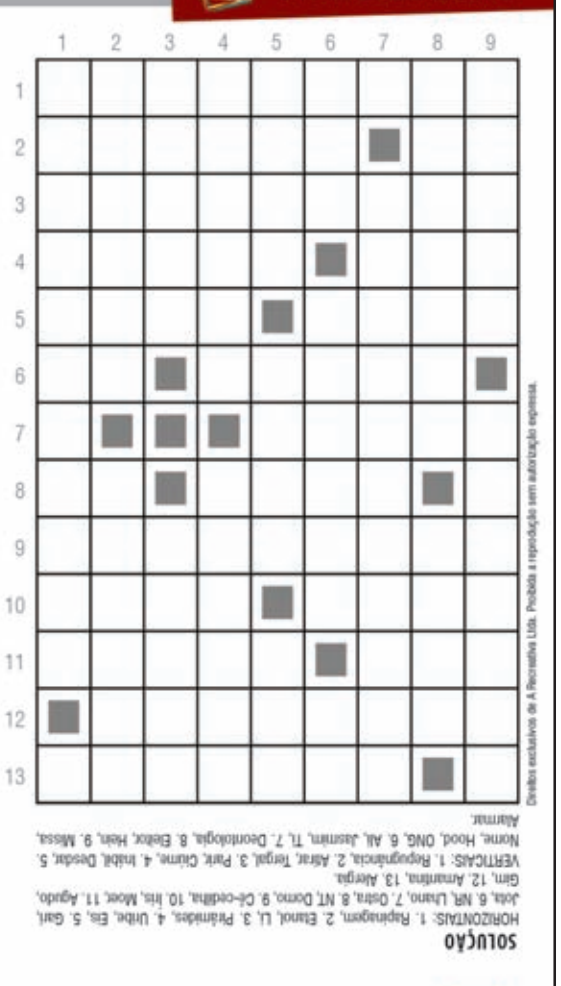
A FORÇA DO QUERER - 21h15, na Globo
A polícia descobre a fuga de Rubinho e outros traficantes e Jeiza comanda uma operação de resgate no morro. Dantas e Eurico pensam em empregar Bibi e custear seus estudos. Nonato confunde Ivana com um rapaz. Rubinho e Bibi conseguem fugir e se instalam em um apartamento de luxo. Bibi se surpreende quando Rubinho anuncia que se tornou importante no tráfico. Aurora revela a Caio que Bibi fugiu com Rubinho. Caio afirma a Aurora que deixará o caso de Rubinho. Irene reconhece Ritinha nadando como sereia e manipula Eugênio para ir a seu encontro. Zeca conta para Jeiza que foi abandonado por sua mãe.

PASSATEMPO

www.recreativa.com.br — EDITORA A RECREATIVA

HORIZONTAIS
1. Hábito de roubar
2. Álcool etílico / **51**, em algarismos romanos
3. As grandes estruturas feitas de pedra ou tijolos, com função funerária ou religiosa, comuns no antigo Egito
4. O político colombiano **Álvaro**, ex-presidente do país / Aqui está!
5. Varredor de rua / J
6. As iniciais do romancista e dramaturgo pernambucano **Rodrigues** (1912-1980) / Que se caracteriza pela amabilidade
7. Molusco comestível, de fácil deterioração
8. Nota do Tradutor / Igreja principal
9. A terceira letra do nosso alfabeto com um sinal gráfico sotoposto
10. (Arco-) Fenômeno atmosférico óptico produzido pela refração dos raios solares nas gotas de chuva / Reduzir a pó
11. A nota alta do cantor / Bebida alcoólica perfumada com ingredientes aromáticos
12. Princípio venenoso produzido por alguns cogumelos
13. Reação exagerada de um organismo para alimentos ou remédios.

VERTICAIS
1. Nojo
2. Descarregar uma arma de fogo / Tipo de tecido que não amassa facilmente
3. Expelir o feto fazendo-o nascer / Inveja amorosa
4. Desprovido dos requisitos necessários / Desfazer um nó
5. Denominação, designação / O **Robin**, lendário herói inglês / Organização Não Governamental
6. Um pouco mais adiante / Flor branca de perfume muito suave / Tecnologia da Informação
7. Conjunto de deveres profissionais do médico estabelecidos em um código específico
8. Aquele que vota para presidente, deputado, vereador etc. / O quê?
9. Um rito sagrado / Alvoroçar.



SOLUÇÃO
HORIZONTAIS: 1. Rapinagem. 2. Etanol. L. 3. Pirâmides. 4. Uribe. Eis. 5. Gari. Jota. 6. NR. Lhano. 7. Ostra. 8. NT. Domo. 9. Cê-cedilha. 10. Iris. Moer. 11. Agudo. Gim. 12. Arsenito. 13. Alergia.
VERTICAIS: 1. Repugnância. 2. Atirar. Tergal. 3. Parir. Ciume. 4. Inábil. Desdar. 5. Nome. Hood. ONG. 6. Ali. Jasmim. TI. 7. Deontologia. 8. Eleitor. Hem. 9. Missa. Alarmar.

Direitos exclusivos de A Recreativa Ltda. Proibida a reprodução sem autorização expressa.



LIBERTADORES

Palmeiras recebe Delfín para avançar no 3º mata-mata em um mês com Abel Ferreira

São Paulo, 01 (AE) - O técnico português Abel Ferreira tem tudo para conquistar nesta quarta-feira um feito para selar a comemoração do primeiro mês desde a chegada ao Brasil. A partir das 19h15, no Allianz Parque, o treinador do Palmeiras tem ótimas chances de conduzir o time a passar pelo Delfín pelas oitavas de final da Copa Libertadores e acumular a terceira classificação em mata-mata.

A equipe alviverde é muito favorita por ter vencido o confronto de ida em Manta, no Equador, por 3 a 1, estar invicta no torneio e contar com o retorno de alguns jogadores que se recuperaram nos últimos dias da covid-19. O lateral-esquerdo Matías Viña, o meia Raphael Veiga e o atacante Willian devem ser as novidades em comparação à equipe que, mesmo bastante desfalcada, conquistou uma boa vitória fora de casa semana passada.

O treinador português desembarcou no Brasil na madrugada de 2 de novembro e um mês depois acumula resultados bastante positivos. O aproveitamento dele é de 79% dos pontos disputados. Em oito jogos, o time venceu seis, empatou um e perdeu apenas uma única vez. Além disso, em competições mata-mata Abel não tem passado dificuldade e já conquistou recentemente duas classificações.

Logo na estreia, ele levou o time a confirmar a vantagem diante do Red Bull Bragantino e avançar às quartas de final da Copa do Brasil. Pelo mesmo torneio, o português conduziu o time a bater o Ceará por 3 a 0 no jogo de ida e a confirmar a classificação fora de casa. Agora, o próximo passo será encarar o América-MG, no fim deste mês, pela semifinal da competição.

Na Libertadores tudo leva a crer que Abel novamente levará o time adiante. Invicto no torneio, o Palmeiras pode até mesmo perder um gol de diferença que estará classificado. Na opinião dos jogadores, a qualidade do trabalho do técnico é o segredo dos resultados positivos em pouco tempo.

"Ele ajudou bastante a gente, tanto no individual como no coletivo. Sempre nos treinos ele chama alguém para conversar individualmente. Isso foi dando confiança para a equipe. Graças a Deus estamos fazendo um bom Campeonato Brasileiro, Libertadores e Copa do Brasil", disse o volante Danilo.



No primeiro confronto, o Palmeiras venceu o Delfin por 3 X 1

Lewis Hamilton testa positivo para a covid-19 e está fora do GP de Sakhir

Manama (AE) - O piloto inglês Lewis Hamilton, da Mercedes, testou positivo para o novo coronavírus. A informação foi divulgada nesta terça-feira pela própria escuderia alemã. Com isso, o agora heptacampeão mundial de Fórmula 1 não participará do GP de Sakhir, marcado para este domingo, no Bahrein, e é dúvida para a última etapa, em Abu Dabi, nos Emirados Árabes Unidos, no final de semana seguinte. Ele só vai participar caso apresente até lá um teste negativo para a covid-19.

A nota publicada no Twitter da escuderia alemã diz que Hamilton foi testado três vezes durante a última semana - o último exame foi feito na tarde de domingo no Circuito Internacional do Bahrein, local do GP do Bahrein, vencido pelo inglês. O mesmo autódromo receberá a próxima etapa, porém com uma configuração diferente da pista.

No entanto, na segunda-feira ele apresentou sintomas moderados da doença. Ao mesmo tempo, foi informado de que teve contato com uma pessoa infectada na semana passada, antes da última corrida. O piloto fez o teste novamente e recebeu o diagnóstico que confirma o novo coronavírus. A Mercedes informou ainda que Hamilton está isolado e, apesar dos sintomas leves, está bem. Assim, será a primeira vez que Hamilton ficará fora de uma corrida desde que estreou na Fórmula 1. Ele disputou 265 provas seguidas desde o GP da Austrália de 2007.

O piloto inglês foi campeão há pouco mais de duas semanas, na Turquia, e havia lamentado durante a semana passada que apenas tinha conseguido ver parte de sua família para comemorar o fato de ter igualado o recorde do alemão Michael Schumacher com sete títulos na Fórmula 1.

A escuderia ainda não oficializou quem será o substituto de Hamilton. Os mais prováveis substitutos serão os pilotos de testes da equipe alemã. Ocupam o posto atualmente o belga Stoffel Vandoorne e o mexicano Esteban Gutiérrez. Ambos já tiveram experiências no passado com a Fórmula 1 com outras escuderias.

Em situações opostas, América-MG e Cruzeiro se enfrentam no Independência

Belo Horizonte (AE) - O confronto mineiro entre América e Cruzeiro vai encerrar a 25.ª rodada da Série B do Campeonato Brasileiro nesta quarta-feira, às 21h30, no Independência, em Belo Horizonte. Em campo, dois rivais em situações opostas. O América, apesar de na última rodada só ter empatado com o lanterna Oeste, por 1 a 1, está em bom momento e não perde há cinco jogos - duas vitórias e três igualdades. O time do técnico Lisca ocupa a vice-liderança com 44 pontos.

O Cruzeiro, por sua vez, sofreu a primeira derrota sob o comando de Felipão ao cair diante do Confiança por 2 a 1, no Mineirão. Como se não bastasse, o time celeste voltou a ser o primeiro clube fora da zona de rebaixamento, com apenas 28 pontos.

"Se for analisar um contexto de tudo o que aconteceu com o Cruzeiro neste ano, no meu ponto de vista, sincero e aberto, eu tenho que dizer que o Cruzeiro não vai conseguir subir, porque são salários atrasados, brigas jurídicas, trocas de presidentes", afirmou o atacante William Pottker, um dos últimos reforços a chegar ao time.

O clássico ainda terá dois técnicos que disseram "não" ao Cruzeiro. Lisca foi o primeiro cogitado, mas preferiu o América. Felipão também negou, mas dias depois disse "sim". Mas desde que chegou ao clube, ele bate na mesma tecla. "Precisamos chegar ao 45 pontos. Esta é nossa meta". Essa é a marca para evitar o rebaixamento, segundo os estatísticos.

No América, o lateral-direito Diego Ferreira e o lateral-esquerdo Sávio voltam após cumprirem isolamento por causa da covid-19. O primeiro entrará na vaga de Daniel Borges, enquanto Sávio disputará posição com João Paulo.

O volante Zé Ricardo sofreu lesão na coxa esquerda e voltou ao departamento médico. Flávio, que o substituiu em Barueri, deverá ser titular. Sabino e o recém-contratado Léo Gomes correm por fora.

No Cruzeiro, Felipão fará mudanças. Assim como a torcida, a paciência do comandante acabou com Patrick Brey. O garoto Matheus Pereira voltará a ser titular na lateral esquerda. Na zaga, Cacá jogará ao lado de Manoel. Com isso, Ramon voltará ao meio-campo junto com Jadsom. E Adriano perderá a vaga. No ataque, Marcelo Moreno está suspenso. O trio ofensivo continuará sendo composto por William Pottker, Rafael Sobis e Airton. Por fim, Henrique e Stênio seguem em transição após cirurgias e continuam fora do time.

Outros Jogos

A quarta-feira ainda terá o duelo em Ribeirão Preto entre Botafogo-SP e Juventude, às 19 horas. O clube paulista amarga a lanterna com só 19 pontos e, após o empate sem gols diante do Figueirense, chegou a seis jogos sem vitória - dois empates e quatro derrotas. Já o Juventude bateu o Náutico, por 1 a 0, e, com 40 pontos, defenderá sua posição no G4, a zona de acesso.



Reforçado, Corinthians tenta manter a evolução no duelo com o Fortaleza

São Paulo, 01 (AE) - Com apenas o Campeonato Brasileiro para se preocupar, o Corinthians teve uma semana de descanso entre um jogo e outro e entrará em campo nesta quarta-feira reforçado para enfrentar o Fortaleza, às 21h30, no Castelão, pela 24.ª rodada do torneio.

O goleiro Cássio e o volante Ramiro, baixas na vitória sobre o Coritiba quarta-feira passada, se recuperaram de problemas musculares e devem retornar ao time. Apesar das ausências, o Corinthians mostrou evolução em campo e abriu cinco pontos da zona de rebaixamento.

"O grande responsável pela evolução é o professor Mancini. Desde quando ele chegou, tem nos orientado bastante e nos corrigido. A gente acabou se adaptando bem à maneira dele, com muita conversa É um estilo diferente em relação ao que a gente vinha jogando, tivemos de nos readequar, porque a gente vinha jogando por seis ou sete meses de uma maneira diferente. Estamos felizes e mais confiantes", destacou Cássio.

Para a partida, o técnico Vagner Mancini não contará com Bruno Méndez, punido com dois jogos de suspensão pelo STJD. O zagueiro foi julgado pelo vermelho recebido na vitória por 1 a 0 sobre o Athletico-PR, em 14 de outubro. Outra baixa será o centroavante Boselli. O jogador argentino se recuperou de uma pubalgia, mas não foi relacionado para a partida.

Com contrato até 31 de dezembro, ele não terá seu vínculo renovado pela nova diretoria de futebol. A expectativa corintiana é reduzir a folha salarial mensal e possibilitar novos investimentos para a próxima temporada. Não está descartada a saída de Boselli antes mesmo do fim do contrato.

Fortaleza

O Fortaleza vai precisar superar alguns desfalques para levar a melhor sobre o Corinthians em confronto marcado para essa quarta-feira. Os dois times estão empatados com 29 pontos, mas o Fortaleza está à frente do Corinthians pelo saldo de gols (2 contra -4). Quem levar a melhor se garante por mais uma rodada na zona de classificação para a Copa Sul-Americana.

A principal ausência da equipe tricolor para esse jogo vai estar no ataque. Principal goleador do clube na temporada, com 12 gols, o experiente Wellington Paulista testou positivo para a covid-19 e já entrou em isolamento. Bergson é quem será seu substituto.

Infectados também pelo coronavírus, o lateral-direito Gabriel Dias e o meia Marlon são desfalques. Por outro lado, o zagueiro Paulão cumpriu os dez dias de isolamento e fica à disposição do técnico Marcelo Chamusca.



CHEVROLET

ASTRA HATCH ADVANTAGE
11/11, completo, preto. R$ 28.000,00. Fones: (44) 3622-3292 / (44) 99976-0563.

ASTRA SEDAN ADVANTAGE
10/11, completo com air bag, branco. R$ 25.000,00. Fones: (44) 3622-3292 / (44) 99976-0563.

CELTA LT 1.0
2013, completo. R$ 22.000,00. Fones: (44) 3622-3292 / 99976-0563.

CRUZE LTZ 1.4 TURBO
Prata, 2018 30.000 km, sem detalhes, R$ 84.000,00. Fones: (44) 3622-3292 / 99976-0563

ONIX LTZ
13/14, branco, automático. R$ 40.000,00. Fones: (44) 3622-3292 / (44) 99976-0563.

ONIX LTZ 1.4
18/18, branco, rodas de liga leve.39.000 km, R$ 47.000,00. Fones: (44) 3622-3292 / (44) 99976-0563.

S10 2.4 LS 16/16
Branca, completa, cab. dupla. R$ 68.000 Fones: (44) 3622-3292 / 99976-0563.

S10 ADVANTAGE 2.4 10/10
Flex, dupla. R$ 32.000,00.

FIAT

FIAT

PALIO ATTRACTIVE 1.0 12/13
Completo. Fones:

FORD

FORD

FIESTA TITANIUM
2017, completo, automático, branco R$ 36.000,00 + 31 parcelas de R$ 708,00 . Fones: (44) 3622-3292 / (44) 99976-0563.

FOCUS HATCH 12/13
Branco, flex, completo, R$ 35.000,00. Fones:

IMPORTADOS

IMPORTADOS

CIVIC LXS 18/18
Prata + teto solar. R$ 88.000,00. Fones: (44) 3622-3292 / 99976-0563.

COROLLA ALTIS 18/18
Preto, 90.000 km, R$ 90.000,00 Fones: (44) 3622-3292 / 99976-0563.

COROLLA XEI 18/19
Branco, 35.000 km R$ 89.000,00 Fones: (44) 3622-3292 / 99976-0563.

HONDA CIVIC LXS
Flex, 07/08, completo

VOLKSWAGEN

VOLKSWAG

GOL 1.0 2003/04
Prata, 4 portas,R$ 12.500,00. Fones: (44) 3622 -3292 / 99976-0563.

GOL 1.6 2012/2013
Branco, completo com airbag, R$ 27.000,00. Fones: (44) 3622 -3292 / 99976-0563.

GOLF 1.6 2004/2004
Cinza, completo. R$ 19.500,00. Fones: (44) 3622-3292 / 9 9976-0563.

KOMBI 1.4 BRANCA
2014, envidraçada, 90.000km, R$ 35.000,00. Fones: (44) 3622-3292 / 9 9976-0563.

POLO 1.6 18/18
Branco, 60.000km R$ 50.000,00. Fones:

CASAS

CASAS

ABDON E CABRELI IMÓVEIS
Casa à venda localizada Avenida Olinda, n° 2806, Condomínio Royal Residence, Umuarama/PR. A residência contem 100m² de área construída, 196.35m² de área total, sendo 2 quartos, sala de estar, sala de jantar, cozinha planejada, 2 banheiros sociais, garagem e área gourmet com piscina. Valor 285.000,00. Gostaria de visitar o imóvel? Fale com um de nossos corretores! (44) 3056-6100 ou (44) 99122-8210

ABDON E CABRELI IMÓVEIS
Casa à venda, contendo ótima localização! Rua Luiz Gavassi, n° 2216, Jardim Porto Seguro, Umuarama-PR.(em frente ao Residencial Dubai) Contendo 1 suíte, 2 quartos, Sala, Cozinha planejada, 1 banheiro social, lavanderia, Edícula/ espaço gourmet com churrasqueira e Garagem Coberta para 02 carros. Valor R$ 260.000,00. Gostaria de visitar o imóvel? Fale com um de nossos corretores! (44) 3056-6100 ou (44) 99122-8210

ABDON E CABRELI IMÓVEIS
Sobrado à venda, contendo ótima localização! Rua Doutor Paulo Pedrosa de Alencar, n° 4366, Zona I, Umuarama-PR. Contendo 247.95m² de área construída, sendo 1 suíte máster, 2 Suítes, 1 quarto, Sala, Cozinha, 1 banheiro social, lavabo, lavanderia, edícula, garagem coberta e 1 sala comercial. Valor R$ 1.200.000,00. Gostaria de visitar o imóvel? Fale com um de nossos corretores! (44) 3056-6100 ou (44) 99122-8210

ABDON E CABRELI IMÓVEIS
Residência á construir de alto padrão, localizada no condomínio fechado Paysage Essenza, próximo ao Palladium Shopping de Umuarama/ PR. O condomínio é composto por piscina, quadras poliesportivas, brinquedoteca, academia de ginástica, churrasqueiras, salão de festas e portaria 24 horas, nossa Arquiteta está à disposição para fazer a planta da sua casa de acordo com a sua necessidade. Gostaria de visitar os terrenos disponíveis? Fale com um de nossos corretores! (44) 3056-6100 ou (44) 99122-8210

ABDON E CABRELI IMÓVEIS
Casa à venda, localizada Rua Lions, Jardim Lisboa, Umuarama-PR. Contendo 155m² de área construída sendo 3 suítes, Sala com pé direito duplo, lavabo, copa, área de serviço, churrasqueira, garagem coberta para 02 carros, moveis planejados e Aquecedor solar em todos os pontos d'água. Valor R$ 710.000,00. Gostaria de visitar o imóvel? Fale com um de nossos corretores! (44) 3056-6100 ou (44) 99122-8210.

ABDON E CABRELI IMÓVEIS
Casa à venda, localizada Rua Lions, Jardim Lisboa, Umuarama-PR. Contendo 165m² de área construída sendo 3 suítes, Sala com pé direito duplo, lavabo, copa, área de serviço, churrasqueira, moveis planejados, ar condicionado em todos os quartos e Garagem Coberta para 02 carros. Valor R$ 800.000,00. Gostaria de visitar o imóvel? Fale com um de nossos corretores! (44) 3056-6100 ou (44) 99122-8210

ABDON E CABRELI IMÓVEIS
Sobrado à venda, contendo localização privilegiada na Rua Mato Grosso, Zona II, Umuarama/PR. Contendo 281.51m² de área construída, 280.00m² de área total sendo 1 suíte máster, 2 Quartos, Sala de estar, Sala de Jantar, Banheiro social, Cozinha planejada, Copa, Despensa, Área de Serviço, Churrasqueira, Piscina e 2 vagas de garagem. Valor R$ 1.200.000,00. Gostaria de visitar o imóvel? Fale com um de nossos corretores! (44) 3056-6100 ou (44) 99122-8210.

APARTAMENTOS

ABDON E CABRELI IMÓVEIS
Excelente apartamento localizado na Avenida Maringá, n° 1103, Edifício Residencial Orion, Umuarama/PR. Contendo área total de 300 m², possuindo 03 suítes sendo uma máster, hall de entrada, sala de jantar, sala de estar, varanda gourmet com churrasqueira, banheiro social, cozinha, área de serviço, copa e 03 vagas de garagens. O condomínio possui: 02 piscinas, sauna, cinema, 01 salão de festa grande integrado com a piscina, 01 salão de festa pequeno, brinquedoteca e academia. Valor R$ 990.000,00. Gostaria de visitar o imóvel? Fale com um de nossos corretores! (44) 3056-6100 ou (44) 99122-8210

LOCAÇÃO
Ed. Burle Marx, 8º andar, contendo: 01 suíte, 02 quartos, sala, cozinha, 02 garagem, piscina, academia, brinqueoteca, sala de eventos. R$ 1.350,00 + condomínio. (av. Paraná nº 5636). Fone: (44) 9 9958-0170.

SEMINOVOS Uvel
A ALEGRIA DE SER CHEVROLET
COM GARANTIA DE QUALIDADE

CARROS	ANO	COR	OPCIONAIS	VALOR
PRISMA 1.4 ADVANTAGE	19/19	BRANCO	COMPLETO, AUT	R$ 58.900,00
PRISMA 1.4 LTZ	18/18	VERMELHO	COMPLETO, AUT	R$ 54.900,00
SPIN 1.8 ACTIV 7	18/19	PRETO	COMPLETO, AUT, 7 LUGARES	R$72.900,00
TRACKER 1.8 LTZ	14/15	BRANCO	COMPLETO, AUT, COURO, TS	R$ 59.900,00
TRACKER 1.4T PREMIER	18/18	CINZA	COMPLETO, AUT, COURO, TS	R$ 79.900,00

CONFIRA MAIS OFERTAS EM NOSSO SITE: WWW.UVEL.COM.BR
SERVIÇOS FINANCEIROS RESPEITE OS LIMITES DE VELOCIDADE
3621-3000
Uvel A ALEGRIA DE SER CHEVROLET

CETARH Ambiental
SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
- PPRA, PCMSO, LTCAT, LIP e CIPA.
- CURSOS/TREINAMENTOS
Procure sempre "a CETARH"
(44) 3056-6475 / (44) 99724-1420
Av. Flórida, 4561 - Sala 03 - Centro - Umuarama - PR
www.cetarh.com.br

JAPÃO P/ DESCENDENTE
VAGAS PARA EMBARQUE IMEDIATO
A) COMPONENTES ELETRÔNICOS/MURATA
Homens, mulheres e casais 18/47 anos, com re-entry ou nissei, em Fukui, breve em outras unidades
Salário inicial Y 1.250, após 6 meses Y 1.300, após 1 ano Y 1.350 e após 2 anos Y 1.400
2 horas extras obrigatórias/dia
Passagem sem custo para o trabalhador, se for para Murata.
B) ALIMENTOS
Padarias, confeitarias, bentoyás para homens, mulheres e casais, algumas fábricas aceitam até 64 anos.
Providenciamos:
Vistos, Traduções, Certificados de Elegibilidade, Empregos e Passagens Aéreas.
INFORMAÇÕES:
(44) 3224-5403 | 99972-0149
C/ Kurihara em Maringá
e-mail: jnkurihara@gmail.com

FAÇA PARTE DA NOSSA EQUIPE
Envie seu currículo a Viação Umuarama:
Avenida Apucarana, 3890 – Centro
E-mail: curriculos@viacaoumuarama.com.br.
Telefone: (44) 3621-0350
Pessoas com deficiência (PCDs) podem participar de processo seletivo!
Umuarama Umuarama

Férias Inviolável é + paz e tranquilidade
INVIOLÁVEL
MONITORAMENTO ELETRÔNICO
Umuarama - PR | 44 3621.4220
inviolavel.com

DEDETIZADORA UMUPRAGAS
EMPRESA ALTAMENTE ESPECIALIZADA NA IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS - BARATAS - FORMIGAS - TRAÇAS - ARANHAS - ESCORPIÕES - RATOS - CUPINS E OUTRAS PRAGAS. CHAME QUEM ENTENDE.
IMPORTANTE: EMPRESA COM ALVARA DE FUNCIONAMENTO SANITARIO NOSSOS PRODUTOS SÃO TODOS REGISTRADOS NO MINISTÉRIO DA SAÚDE - QUÍMICO RESPONSAVEL - TODOS OS NOSSOS SERVIÇOS SÃO ACOMPANHADOS DE CERTIFICADO DE GARANTIA . ATENDEMOS, RESIDÊNCIAS, COMÉRCIOS, INDÚSTRIAS, HOSPITAIS E CONDOMÍNIOS. ORÇAMENTO SEM COMPROMISSO.
FAZEMOS LIMPEZA DE CAIXAS D`ÁGUA
(44)3038-1155
9-8454-7309 Oi
9-9922-8383 TIM WhatsApp

VASILHAMES VENEZA
PLANTÃO DE VENDAS 44 99996-6123 44 99753-8729
BOMBONAS CORTADA PARA COCHO/LIXEIRA
BARRICA 20,30,50 E 100 LITROS
BALDES 12, 15 E 20 LITROS
CONTAINERS 1.000 LITROS
BOMBONAS 200 LITROS
TAMBOR DE FERRO
'Construindo com a preservação do Meio Ambiente'
Rua Manoel Botelho Cordeiro, 2372 - Jardim Colorado - Umuarama-PR

Comece o dia bem informado
Assine
Ilustrado
Ligue: 3621:2526

AVISO AOS ANUNCIANTES

"De acordo com o art. 5° da CF/88 c/c art. 373-A da CLT não é permitido anúncio de emprego no qual haja referência quanto ao sexo, idade, cor, situação familiar ou qualquer outra forma que possa ser interpretada como fator discriminatório, salvo quando da atividade, pública e notoriamente, assim o exigir."

Ilustrado

Publicações legais

CEMIL
Amor pela vida

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS ASSOCIADOS

O Presidente da ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO FRANCISCO DE ASSIS - ABESF, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.019.110/0001-81, sem fins lucrativos ou político, com sede na Avenida Dr. Ângelo Moreira da Fonseca, 3415, nesta cidade de Umuarama-PR, **FAZ SABER** aos associados da referida entidade que no dia **14 de dezembro de 2020**, às **19:30 horas**, em primeira convocação e **20 horas** em segunda convocação, realizar-se-á no Auditório Hyzo Gondeberto dos Santos, Assembléia Geral Ordinária dos associados, com a seguinte pauta: **A) Eleição e posse do Conselho de Administração; B) Eleição e posse do Conselho Fiscal da Associação Beneficente São Francisco de Assis; C) Outros assuntos.**

Umuarama, 30 de novembro de 2020.

Guilherme Antonio Schmitt
Presidente

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO FRANCISCO DE ASSIS
Av. Avenida Ângelo Moreira da Fonseca, 3415 | CEP: 87.503-030 | Umuarama – PR | (44) 3621 9200
cemil@hospitalcemil.com.br | www.hospitalcemil.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 458 de 1 DE DEZEMBRO DE 2020
SÚMULA: Dispõe sobre alterações de horários de funcionamento de atividades à enfrentamento da epidemia de infecção humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19) a serem observadas no Município de Cruzeiro do Oeste – PR., e dá outras providências.
A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelos incisos V, XXI e XXV do parágrafo 1º do artigo 76, da Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o entendimento exarado pelo Supremo Tribunal Federal no sentido de que as medidas para enfrentamento do Novo Coronavírus são de competência legislativa concorrente da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
CONSIDERANDO o artigo 19 do Decreto nº 451/2020, onde dispõe que medidas poderão ser revisadas a qualquer momento,
DECRETA:
Art. 1º Fica alterado o inciso II do artigo 3º do Decreto nº 451/2020 para o fim de constar:
"Art. 3° O horário de funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, ficam temporariamente alterados, da seguinte forma:
I - ...
II - das 8 (oito) às 19 (dezenove) horas, de segunda a sexta, das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas aos sábados, das 8 (oito) as 12 (doze) horas aos domingos, isto para os mercados, mercearias, padarias, açougues, peixarias e outros do mesmo gênero que se igualam aos demais estabelecimentos deste inciso, sendo que às padarias e congêneres, o horário de funcionamento dar-se-á a partir das 6 (seis) horas de segunda a domingo;".
Art. 2º As medidas tratadas neste Decreto deverão ser amplamente divulgadas pela mídia e empresas de comunicação.
Art. 3º Este decreto vigorará a partir do dia 2 de dezembro de 2020, mantendo-se as demais disposições constantes do Decreto Municipal de nº 451/2020 revogando-se as disposições em contrário.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AO 1º (PRIMEIRO) DIA DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2020.
MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES
PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 360/2020.
SÚMULA: Concede férias a servidora pública.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder férias a servidora pública FLORINDA MARIA PERANTONI SILVEIRA, portadora CI/RG nº.6.451.855-0, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de ENFERMEIRA, lotado na SECRETARIA DE SAÚDE, com o período de aquisição de 01/04/2018 a 31/03/2019, com fruição em 11/12/2020 a 09/01/2021.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de novembro de 2020.
DÉRCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 153/2019
Pregão Presencial nº 073/2019
Processo Administrativo nº 105/2019
Homologado: 04/11/2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO
CONTRATADO: C A E INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA
CNPJ: Nº 04.162.105/0001-06
OBJETO: Aquisição de Intercap, Solupan e Shampoo, para a limpeza dos veículos, maquinas e equipamentos, destinados aos serviços do Pátio Rodoviários do Município de Alto Paraíso conforme especificado no Anexo I deste edital. Os produtos serão retirados de acordo com a necessidade do município, seguindo as condições particulares deste Edital.
CLAUSULA PRIMEIRA:
Fica alterado a clausula segunda do contrato n° 153/2019, prorrogando o prazo de vigência do contrato para 31/12/2020.
FORUM: Comarca de Xambrê.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 031/2020
Pregão Presencial nº 007/2020
Processo Administrativo nº 011/2020
Homologado: 06/03/2020
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO
CONTRATADO: ÁGUIA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E SUPRIMENTOS EIRELI - ME
CNPJ: Nº 27.789.446/0001-01
OBJETO: Aquisição de Materiais para uso hospitalar, odontológicos e Instrumentais, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme materiais descritos nos anexos deste edital, onde deverão ser entregues nos locais especificados pela Secretaria solicitante; seguindo as condições particulares deste Edital.
CLÁUSULA PRIMEIRA:
Fica alterada a Cláusula Terceira do contrato 031/2020, passando seu valor contratual para R$ 155.830,50 (cento e cinquenta mil, oitocentos e trinta reais e cinquenta centavos), baseado no parecer jurídico da procuradoria do Município autorizando o Reequilíbrio Financeiro, devidamente especificado na tabela abaixo, recaindo o aumento percentual somente a partir da data deste aditivo e nos produtos que ainda serão retirados, sendo que o aumento real do presente contrato é de R$ 6.570,00 (seis mil, quinhentos e setenta reais).
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais clausulas e condições do contrato 031/2020, o reajuste terá validade a partir do dia 17 de Novembro de 2020.
FORUM: Comarca de Xambrê.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 157/2019
Pregão Presencial nº 075/2019
Processo Administrativo nº 108/2019
Homologado: 27/11/2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO
CONTRATADO: CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP
CNPJ: Nº 01.328.535/0001-59
OBJETO: Aquisição de medicamentos que compõe a REMUNE – Relação Municipal de Medicamentos da Farmácia Básica Municipal e Complementares de Emergência, destinado a Secretaria de Saúde de Alto Paraíso, conforme materiais descritos nos anexos deste edital, onde deverão ser entregues nos locais especificados pela Secretaria solicitante; seguindo as condições particulares deste Edital.
CLÁUSULA PRIMEIRA:
Fica alterada a Cláusula Terceira do contrato 157/2019, passando seu valor contratual para R$ 53.167,34 (cinquenta e três mil, cento e sessenta e sete reais e trinta e quatro centavos), baseado no parecer jurídico da procuradoria do Município autorizando o Reequilíbrio Financeiro, devidamente especificado na tabela abaixo, recaindo o aumento percentual somente a partir da data deste aditivo e nos produtos que ainda serão retirados, sendo que o aumento real do presente contrato é de R$ 1.341,50 (Um mil, trezentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos).
CLÁUSULA SEGUNDA:
Permanecem inalteradas as demais clausulas e condições do contrato 157/2019, o reajuste terá validade a partir do dia 11 de Novembro de 2020.
FORUM: Comarca de Xambrê.

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaiso@pref.pr.gov.br
www.altoparaiso.pr.gov.br

NOTIFICAÇÃO

Dando cumprimento ao contido no Art. 2º da Lei nº 9.452/97, **NOTIFICAMOS** os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais do Município, quanto ao recebimento dos seguintes recursos financeiros:

ÓRGÃO REPASSADOR / PROGRAMA	DATA	VALORES
UNIÃO - Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios	30/11/2020	240.978,70
TOTAL REPASSE		240.978,70
UNIÃO - Cota Parte do Imposto Sobre Propriedade Territorial Rural	30/11/2020	194,69
TOTAL REPASSE		194,69
Transferências de Recursos do FNAS - Principal	30/11/2020	3.124,86
TOTAL REPASSE		3.124,86

Alto Paraíso, 01 de Dezembro de 2020.

DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO nº 320/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal a Sra. MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade civil RG nº. 3.946.795-0 e do CPF nº. 795.588.109-59.
CONTRATADO: B.W. FERREIRA MENDES-ME
SEDE: Umuarama - PR
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Pregão nº 111/2020, na forma da Lei 8.666/93 e pela Lei Federal nº. 10.520/2002, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
Este instrumento tem por objeto a Aquisição de OLEO LUBRIFICANTES para uso nos veículos da Frota Municipal das Secretarias de Obras e Educação.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R$ 152.200,00 (cento e cinquenta e dois mil e duzentos reais)
Data da assinatura do contrato: 12/11/2020
Vigência do contrato: 12/11/2021
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL – PR

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL Nº 004
CONTRATO ORIGINAL N.º 066/2017 – DATA: 25/05/2017
PARTES: MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL
HF GESTAO PUBLICA LTDA. - ME - CNPJ: 12.402.787/0001-05
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS PARA IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO DOS DADOS PRÉ EXISTENTES, CAPACITAÇÃO DE USUÁRIOS, LOCAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DOS SISTEMAS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL INTEGRADO, PELO PRAZO DE 12 (DOZE MESES), PARA O MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL.
MOTIVO: ALTERAÇÃO DO VALOR (aditivo de 25%).
DATA DE ASSINATURA DESTE TERMO: 01/12/2020
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Cláusulas décima, alínea "e" do Contrato Administrativo n.º 066/2017 (art. 57, II, da Lei nº 8.666/93)
ASSINATURAS: Marcio Juliano Marcolino
Prefeito Municipal
Rodrigo Emilio Montovanelli
HF GESTAO PUBLICA LTDA. – ME
01/12/2020
Departamento de Licitações e Contratos
Brasilândia do Sul-PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Parana
TERMO ADITIVO Nº. 01 ao CONTRATO Nº. 61/2019, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cafezal do Sul e a empresa: L. J. MECÂNICA PARANÁ LTDA
I – CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Av. Ítalo Orcelli, 604, inscrita no CNPJ sob o n.º 95.640.652/0001-05, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa L. J. MECÂNICA PARANÁ LTDA, com sede na cidade de cafezal do Sul - PR, sito à Rua Maranhão, 518, CEP: 87565-000 inscrita no CNPJ/MF sob nº 31.203.237/0001-01,denominada CONTRATADA.
II – REPRESENTANTES: Representa a CONTRATANTE o Senhor Prefeito Municipal, Sr. MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado á Rua João Antonio Mendes nº 491, Conjunto Habitacional Mão Amiga, nesta Cidade de Cafezal do Sul-PR, portador do RG nº 004.695.479-10 e a CONTRATADA Sr. LUIZ CÉSAR BUFETI, inscrito no CPF/MF sob nº 014.424.489-62 e portador da Carteira de Identidade RG nº6.458.892-3 residente e domiciliado nesta cidade.
III – DA AUTORIZAÇÃO: O presente Termo Aditivo é celebrado em decorrência da autorização do Senhor Prefeito Municipal, e necessidade justificada em razão de fato superveniente, sendo que este termo passa a fazer parte integrante e complementar do Contrato original, como se nele estivesse contido Processo Administrativo n.º 34/2019, Pregão Presencial nº 16/2019.
IV – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidos, pela Lei Federal no. 8.666/93 e suas posteriores alterações.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
– Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da – CLÁUSULA QUARTA: Da Vigência - passando a ter a seguinte redação:
"CLÁUSULA QUARTA– DA VIGÊNCIA DO CONTRATO"
-Fica prorrogado por mais 12 meses o respectivo contrato, a necessidade é continuada sendo de 22 de maio de 2020 a 22 de maio de 2021.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
2.1 – O presente Termo Aditivo entra em vigor na data da assinatura.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
3.1 – Ratificam-se as demais cláusulas e condições do contrato original, passando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante do referido instrumento contratual.
3.2 – E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.
Cafezal do Sul, 07 de maio de 2020.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA
Prefeito Municipal – Contratante
L. J. MECÂNICA PARANÁ LTDA
LUIZ CÉSAR BUFETI
Testemunhas:
GLICÉRIO DIAS DE ARAÚJO CLODOALDO TAKAITI AMORIM
CPF: 395.665.289-49 CPF: 562.792.321-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Parana
TERMO ADITIVO Nº. 01 ao CONTRATO Nº. 160/2019, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cafezal do Sul e a empresa: F H REINA – PINTURA AUTOMOTIVA
I – CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Av. Ítalo Orcelli, 604, inscrita no CNPJ sob o n.º 95.640.652/0001-05, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa F H REINA – PINTURA AUTOMOTIVA , com sede à Avenida Manoel Vicente do carmo,679 centro, CNPJ: 13.677.179/0001-68, nesta cidade. Denominada CONTRATADA.
II – REPRESENTANTES: Representa a CONTRATANTE o Senhor Prefeito Municipal, Sr. MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado á Rua João Antonio Mendes nº 491, Conjunto Habitacional Mão Amiga, nesta Cidade de Cafezal do Sul-PR, portador do RG nº 004.695.479-10 e a CONTRATADA Sr. FÁBIO HENRIQUE REINA, residente e domiciliado à Avenida Manoel Vicente do Carmo, 679, centro, nesta cidade, portador do RG n.º 8.924.727-6 SSP/PR e CPF: 008.346.669-01.
III – DA AUTORIZAÇÃO: O presente Termo Aditivo é celebrado em decorrência da autorização do Senhor Prefeito Municipal, e necessidade justificada em razão de fato superveniente, sendo que este termo passa a fazer parte integrante e complementar do Contrato original, como se nele estivesse contido Processo Administrativo n.º 90/2019, Pregão Presencial nº 32/2019.
IV – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidos, pela Lei Federal no. 8.666/93 e suas posteriores alterações.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
– Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da – CLÁUSULA QUARTA: Da Vigência - passando a ter a seguinte redação:
"CLÁUSULA QUARTA– DA VIGÊNCIA DO CONTRATO"
-Fica prorrogado por mais 04 meses o respectivo contrato, a necessidade é continuada sendo de 09 de dezembro de 2020 a 09 de abril de 2021.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
2.1 – O presente Termo Aditivo entra em vigor na data da assinatura.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
3.1 – Ratificam-se as demais cláusulas e condições do contrato original, passando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante do referido instrumento contratual.
3.2 – E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.
Cafezal do Sul, 01 de dezembro de 2020.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA
Prefeito Municipal – Contratante
F H REINA – PINTURA AUTOMOTIVA
FÁBIO HENRIQUE REINA
Testemunhas:
GLICÉRIO DIAS DE ARAÚJO CLODOALDO TAKAITI AMORIM
CPF: 395.665.289-49 CPF: 562.792.321-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Parana
TERMO ADITIVO Nº. 01 ao CONTRATO Nº. 159/2019, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cafezal do Sul e a empresa: WILLIAN BRUNO CUSTÓDIO 06711514955
I – CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Av. Ítalo Orcelli, 604, inscrita no CNPJ sob o n.º 95.640.652/0001-05, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa WILLIAN BRUNO CUSTÓDIO 067.115.149-55, com sede à Rua Argentina, 392, centro, fundos, CNPJ: 24.672.874/0001-53, nesta cidade. Denominada CONTRATADA.
II – REPRESENTANTES: Representa a CONTRATANTE o Senhor Prefeito Municipal, Sr. MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado á Rua João Antonio Mendes nº 491, Conjunto Habitacional Mão Amiga, nesta Cidade de Cafezal do Sul-PR, portador do RG nº 004.695.479-10 e a CONTRATADA Sr. WILLIAN BRUNO CUSTÓDIO, residente e domiciliado à Rua Argentina, 392, centro, nesta cidade, portador do RG n.º 9.872.103-7 SSP/PR e CPF: 067.115.149-55.
III – DA AUTORIZAÇÃO: O presente Termo Aditivo é celebrado em decorrência da autorização do Senhor Prefeito Municipal, e necessidade justificada em razão de fato superveniente, sendo que este termo passa a fazer parte integrante e complementar do Contrato original, como se nele estivesse contido Processo Administrativo n.º 90/2019, Pregão Presencial nº 32/2019.
IV – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidos, pela Lei Federal no. 8.666/93 e suas posteriores alterações.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
– Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da – CLÁUSULA QUARTA: Da Vigência - passando a ter a seguinte redação:
"CLÁUSULA QUARTA– DA VIGÊNCIA DO CONTRATO"
-Fica prorrogado por mais 04 meses o respectivo contrato, a necessidade é continuada sendo de 09 de dezembro de 2020 a 09 de abril de 2021.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
2.1 – O presente Termo Aditivo entra em vigor na data da assinatura.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
3.1 – Ratificam-se as demais cláusulas e condições do contrato original, passando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante do referido instrumento contratual.
3.2 – E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.
Cafezal do Sul, 01 de dezembro de 2020.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA
Prefeito Municipal – Contratante
WILLIAN BRUNO CUSTÓDIO 06711514955
WILLIAN BRUNO CUSTÓDIO
Testemunhas:
GLICÉRIO DIAS DE ARAÚJO CLODOALDO TAKAITI AMORIM
CPF: 395.665.289-49 CPF: 562.792.321-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
Decreto nº 214/2020
Ementa: Dispõe sobre Exoneração a Pedido de Servidora Municipal ocupante de Cargo de Provimento Efetivo - Professora, dá outras providências.
Preâmbulo: Eu, Alexandre Lucena, Prefeito Municipal do Município de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, observando especialmente a Lei Orgânica do Município.
R e s o l v o:
Art. 1º - Exonerar, a pedido em 01 de dezembro de 2020, inclusive, a Servidora Municipal Elen Stelmaki de Andrade – portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.316.144-4 SSP/PR, ocupante do Cargo de Professora de Artes – cargo de provimento efetivo, nomeada em 01 de julho de 2016 pelo Estatutário, conforme Decreto de Nomeação nº 099/2016.
Art. 2º - O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.
Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha, 01 de dezembro de 2020.
Alexandre Lucena
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REF. AO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 004/2020, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA – PR E A EMPRESA CLAUDIA MONTEIRO AITA – SERVIÇOS MÉDICOS.
O MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA, ESTADO DO PARANÁ, inscrito no CNPJ n.º 75.377.200/0001-67, com sede a Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, 2394, centro, Município de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ALEXANDRE LUCENA, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade civil RG n.º 5.192.076-7/SSP-PR, inscrito no CPF n.º 036.950.609-05, residente e domiciliado a Rua J. K., Município de Cidade Gaúcha, PR, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa CLAUDIA MONTEIRO AITA – SERVIÇOS MEDICOS, inscrita no CNPJ sob n.º 28.654.554/0001-21, com sede a Rua Apucarana, n.º 1686, centro, Fone: (44) 3624-0403, e-mail: claudiamonteiroaita@gmail.com, no Município de Ivaté – PR, CEP: 87.525-000, neste ato devidamente representada pela Sra. CLAUDIA MONTEIRO AITA, brasileira, casada, medica, portadora da cédula de identidade civil RG n.º 9.541.648-9 SSP/PR e inscrita no CPF sob o n.º 047.788.859-37, residente e domiciliada na Rua Apucarana, n.º 1686, centro, Fone: (44) 3624-0403, Cel. (49) 9 9803-9804, Município de Ivaté - PR, CEP: 87.525-000, doravante denominada CONTRATADA.
Considerando a necessidade dos serviços médicos de atendimento clinico geral para atendimento nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Cidade Gaúcha - PR, considerando a vantajosidade à Administração Publica e observando a viabilidade técnica e econômica da contratação no que diz respeito à economia de recursos, agilidade e principalmente a continuidade ao objeto licitado, considerando o inciso II, art. 57, da Lei Federal n.º 8666/93, resolvem pelo presente instrumento ADITAR O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, celebrando o presente instrumento conforme estipulado nas cláusulas abaixo.
CLÁUSULA PRIMEIRA
1.1 Através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem alterar a cláusula quarta, do contrato original n.º 037/2020, passando a viger da seguinte forma, a saber:
1.1.1 DO REAJUSTE: acrescer o quantitativo de:
ITEM DESCRIÇÃO UND. QUANT.
1 Prestação de serviços médicos, de atendimento clinico geral, para realização de consultas ambulatoriais em pacientes sintomáticos com sintomas gripais e outras patologias crônicas nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Cidade Gaúcha – PR. Svç / Mês 3
1.1.2 Para os serviços acordados neste objeto, serão faturados, mensalmente, conforme sua execução, os seguintes valores;
ITEM DESCRIÇÃO UND. VLR. UNIT.
1 Prestação de serviços médicos, de atendimento clinico geral, para realização de consultas ambulatoriais em pacientes sintomáticos com sintomas gripais e outras patologias crônicas nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Cidade Gaúcha – PR. Svç / Mês 17.500,00
1.2 O valor total integrado ao exercício de 2020, será de R$ 105.500,00 (cento e cinco mil reais).
1.3 A clausula quarta contratual, passa a perfazer o valor global de R$ 157.500,00 (cento e cinquenta e sete mil e quinhentos reais).
CLÁUSULA SEGUNDA
2.1 As partes resolvem, além disso, alterar a clausula nona do contrato original, acrescendo o prazo da vigência contratual até o período de 31 de Janeiro de 2021.
CLÁUSULA TERCEIRA
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas, e condições do contrato original, datado de 02 de Abril de 2020.
3.2 E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que produza seus efeitos jurídicos e legais.
Cidade Gaúcha - PR, 28 de Setembro de 2020.
ALEXANDRE LUCENA
Prefeito municipal
Contratante
CLAUDIA MONTEIRO AITA
Representante legal
Contratado
TESTEMUNHAS:

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

ASSICAR COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA torna público que recebeu do IAT, a Licença de Operação para COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVÉIS PARA VEICULOS AUTOMOTORES a ser implantado na AV. PRESIDENTE KENNEDY, N°3242, LOJA, CENTRO, PALOTINA- PR (VALIDADE: 30/11/2024)

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - CMDI

CAFEZAL DO SUL - PR
RESOLUÇÃO Nº 01, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2020
Súmula: Aprovar na integra o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do município de Cafezal do Sul, com vigência de 02 (dois) anos.
O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE CAFEZAL DO SUL, de acordo com as competências estabelecidas na Lei Federal nº. 10.741, de 1 de outubro de 2003, Lei Municipal nº 750, de 01 de outubro de 2013, no Regimento Interno,
CONSIDERANDO a deliberação da Plenária em reunião ordinária realizada no dia 30 de novembro de 2020, às 10h, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Cafezal do Sul.
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar na integra o Plano Municipal Dos Direitos Da Pessoa Idosa do município de Cafezal do Sul-PR, com vigência de 02 (dois) anos.
Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.
Cafezal do Sul-PR, 01 de dezembro de 2020.
NEUZA BOSCARIOLI CANOVA
Presidente do Conselho Municipal Dos
Direitos da Pessoa Idosa de Cafezal do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 55/2020
O Município de Alto Piquiri do Paraná torna público o edital tipo menor preço por item. Recursos através da Secretaria Municipal de Assistência Social. Objeto: Aquisição de materiais permanente para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme Termo de Referência ANEXO I do edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 10h00min. do dia 02/12/2020 às 08h00min. do dia 14/12/2020. ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h10min. às 08:25 horas do dia 14/12/2020.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08h30min. do dia 14/12/2020. Local de disputa Bolsa de Licitações e Leilões (www.bll.org.br). Edital pelo site www.altopiquiri.pr.gov.br Informações pelo Telefone 044 3656-8000 (ramal 212).
Em, 01 de dezembro de 2020.
LUIZ APARECIDO RABELO JUNIOR
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Parana
DECRETO Nº 213 / 2020
Regulamenta a Lei Complementar nº 006, de 26/11/2020, que institui o Programa de Recuperação Fiscal de Cidade Gaúcha – Pr.,
REFISCIG/2020, e dá outras providências.
Eu, ALEXANDRE LUCENA, Prefeito Municipal de Cidade Gaúcha Estado do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, observando especialmente a Lei Orgânica do Município
DECRETO:
Art. 1º - Fica instituído o Programa de Regularização Fiscal de Cidade Gaúcha, REFISCIG/2020 destinado a oferecer aos sujeitos passivos oportunidade de extinguir suas dívidas tributárias com a Administração Municipal, inscritas em Dívida Ativa, ou não, seja em forma de crédito fiscal ou saldo consolidado, mediante parcelamento, nos termos da Lei Complementar nº 006/2020, nas seguintes situações:
I - declaradas espontaneamente ou já constituídas;
II - em fase de cobrança amigável ou judicial, ou ainda, sob discussão judicial de iniciativa do sujeito passivo;
III - resultantes de parcelamento anterior, em qualquer fase de cobrança.
§ 1º - Não poderão ser objeto do Programa REFISCIG/2020 as seguintes dívidas não tributárias:
I - referentes a indenizações devidas ao Município de Cidade Gaúcha, por dano causado ao seu patrimônio.
§ 2º - A adesão ao Programa REFISCIG/2020 dar-se-á por opção espontânea do contribuinte devedor, assim considerado nos termos do Sistema Tributário Municipal, no período desta data, até 20 de Dezembro 2020, mediante requerimento, o qual deverá atender os seguintes requisitos:
I - estar assinado pelo próprio contribuinte, possuidor, detentor ou procurador devidamente constituído, devendo o instrumento de mandato conter poderes específicos para adesão ao REFISCG/2020;
II - estar instruído com cópia de documento oficial que contenha indicação de número do Registro Geral e do Cadastro de Pessoa Física junto a Secretaria da Fazenda Nacional do requerente da adesão ou do seu procurador;
III - no caso de contribuinte pessoa jurídica o requerimento de adesão far-se-á por seu representante legal, preposto ou procurador, devendo apresentar comprovante oficial que tem essa qualidade nos termos da legislação civil.
§ 3º - A opção do contribuinte ao REFISCIG/2020 implica na confissão irrevogável e irretratável dos débitos referidos no art. 1º.
§ 4º - O requerimento de opção ao novo programa implica em renúncia à adesão a programas anteriores e do cancelamento automático do parcelamento a ele referente.
§ 5º - Os contribuintes que tiverem débitos já parcelados, com prestações vencidas ou não, poderão optar pelo REFISCIG/2020.
Art. 2º - A anistia corresponderá a 100% (cem por cento) da multa e dos juros, para pagamento em cota única do débito tributário até o dia 20 de Dezembro de 2020.
§ 1º- A anistia dos juros e multas, nos casos de parcelamentos, corresponderá a:
I – para pagamento em 12 (doze) parcelas: 50% (cinquenta por cento), com entrada mínima de 35% da dívida total, com pagamento da entrada até 20/12/2020;
II - para pagamento em 24 (vinte e quatro) parcelas: 35% (trinta e cinco por cento), com entrada mínima de 35% da dívida total, com pagamento da entrada até 20/12/2020;
III - para pagamento em 36 (trinta e seis) parcelas: 20% (vinte por cento), com entrada mínima de 35% da dívida total, com pagamento da entrada até 20/12/2020;
Parágrafo único. Os descontos previstos neste artigo não incidirão sobre o principal e correção monetária.
Art. 3º - Para fins do disposto no art. 2º, e seu §1º, do valor total parcelado, cada parcela não poderá ser inferior a R$ 100,00 (cem reais) para pessoas naturais e R$ 200,00 (duzentos reais) para pessoas jurídicas.
§ 1º - A primeira parcela deverá ser paga no ato da assinatura do Termo de Adesão, tratando-se da condição exigida para que o contribuinte esteja em situação regular perante o Fisco Municipal, para todos os efeitos legais.
§ 2º - Os processos de execução fiscal cujos valores vierem a integrar o REFISCIG/2020 deverão ter sua tramitação sobrestada pelo prazo previsto de quitação do parcelamento.
§ 3º - Constará obrigatoriamente do requerimento de adesão do programa previsto nesta Lei, o compromisso, sob pena de não deferimento ou exclusão dos benefícios da Lei Complementar 006/2020, a obrigatoriedade de liquidação das custas judiciais por parte do contribuinte.
Art. 4º - O débito parcelado na forma do art. 1º e 2º sujeitar-se-á a variação anual do INPC IBGE, aplicável em 1º de janeiro de cada ano.
Art. 5º - O pedido de parcelamento implica em:
I - confissão irrevogável e irretratável dos débitos tributários;
II - expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos relativamente aos débitos fiscais no pedido por opção do contribuinte.
Art. 6º - A adesão ao REFISCIG/2020 será rescindida diante da ocorrência de uma das seguintes ações:
I - descumprimento de quaisquer das exigências estabelecidas na Lei Complementar nº 006/2020, inclusive por sonegação ou apresentação de informações falsas;
II - pela inadimplência da 2ª parcela;
III - pela falência decretada ou a insolvência civil do sujeito passivo.
Parágrafo único. A rescisão de que trata o "caput" deste artigo depende de notificação prévia ao sujeito passivo, por via postal ou publicação no Órgão Oficial do Município, e implica a:
I - perda do direito de reingressar no Programa;
II - perda de todos os benefícios concedidos na Lei;
III - exigibilidade imediata do saldo remanescente, correspondente à diferença entre o valor pago e o valor total consolidado;
IV - inscrição em Dívida Ativa do saldo remanescente, caso ainda não inscrita, para cobrança judicial ou prosseguimento da Ação de Execução Fiscal, conforme o caso;
V - demais medidas de cobrança, inclusive protesto da dívida, ou negativados junto ao SPC e/ou Serasa, incluindo nestes casos, a partir de 01 de Janeiro de 2021, os contribuintes devedores que não aderirem a este Programa REFISCIG/2020.
Art. 7º - O REFISCIG/2020 não alcança débitos relativos ao Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI.
Art. 8º - O pedido de parcelamento será efetuado junto aos postos de atendimento do REFISCIG/2020, junto a Prefeitura Municipal.
Art. 9º - O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.
Publique-se, registre-se, cumpra-se e arquive-se.
Edifício da Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha – Estado do Paraná, aos Trinta Dias do Mês de Novembro, do Ano de Dois Mil e Vinte.
ALEXANDR LUCENA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO nº 313/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal a Sra. MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade civil RG nº. 3.946.795-0 e do CPF nº. 795.588.109-59.
CONTRATADO: PHARMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELLI
SEDE: Cascavel - PR
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Pregão nº 101/2020, na forma da Lei 8.666/93 e pela Lei Federal nº. 10.520/2002, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
Este instrumento tem por objeto a AQUISIÇÃO DE OXIGENIO, FLUXOMETRO E REGULADOR. .
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais).
Data da assinatura do contrato: 09/11/2020
Vigência do contrato: 09/11/2021
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná.

CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ
Ato da Mesa nº 72/2020
Súmula: Autoriza Viagem e concede diária.
A Mesa Executiva da Câmara Municipal de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas prerrogativas legais, com base na resolução nº 004/2015 de 05 de maio de 2015, publicada em 13 de maio de 2015 e tendo em vista a solicitação formulada pelo vereador Aparecido Delfino dos Santos,
Resolve,
Autorizar viagem com direito a diária:
Vereador/Servidor: Aparecido Delfino dos Santos
Matrícula e/ou RG: 299649453 - SSP/SP
Destino: Foz do Iguaçu-PR
Finalidade da Viagem: Participar do SEMINÁRIO SOBRE DIREITOS E DEVERES DOS VEREADORES EM ENCERRAMENTO DE MANDATO. Junto a DATALEGIS e apoio da UVEPAR, na cidade de Foz do Iguaçu-PR.
Justificativa: Aperfeiçoar conhecimento para melhor desempenhar sua função pública.
Data de saída: 02/12/2020.
Data de retorno: 04/12//2020.
Dias solicitados: 02, 03 e 04/12/2020
Valor diário: R$ 500,00
Valor total: R$ 1500,00
Transporte: Próprio, sem ônus ao Legislativo Municipal.
Câmara Municipal de Cruzeiro do Oeste, 30 de novembro de 2020.
Aparecido Delfino dos Santos
Presidente
Percival Pretti Rosy Anne Almodovas Rodrigues

Ato da Mesa nº 73/2020.
Súmula: Autoriza Viagem e concede diária.
A Mesa Executiva da Câmara Municipal de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas prerrogativas legais, com base na resolução nº 004/2015 de 05 de maio de 2015, publicada em 13 de maio de 2015 e tendo em vista a solicitação formulada, pelo vereador Euclides dos Santos,
Resolve,
Autorizar viagem com direito a diária:
Vereador/Servidor: Euclides dos Santos
Matrícula e/ou RG: 2.099.901-7 SSP/PR
Destino: Foz do Iguaçu-PR
Finalidade da Viagem: Participar do SEMINÁRIO SOBRE DIREITOS E DEVERES DOS VEREADORES EM ENCERRAMENTO DE MANDATO. Junto a DATALEGIS e apoio da UVEPAR, na cidade de Foz do Iguaçu-PR.
Justificativa: Aperfeiçoar conhecimento para melhor desempenhar sua função pública.
Data de saída: 02/12/2020.
Data de retorno: 04/12//2020.
Dias solicitados: 02, 03 e 04/12/2020
Valor diário: R$ 500,00
Valor total: R$ 1.500,00.
Transporte: Próprio, sem ônus ao Legislativo Municipal.
Câmara Municipal de Cruzeiro do Oeste-PR, 30 de novembro de 2020.
Aparecido Delfino dos Santos
Presidente do Legislativo
Percival Pretti Rosy Anne Almodovas Rodrigues

Ato da Mesa nº 74/2020.
Súmula: Autoriza Viagem e concede diária.
A Mesa Executiva da Câmara Municipal de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas prerrogativas legais, com base na resolução nº 004/2015 de 05 de maio de 2015, publicada em 13 de maio de 2015 e tendo em vista a solicitação formulada, pelo vereador Márcio Tadashi Matsumoto,
Resolve,
Autorizar viagem com direito a diária:
Vereador/Servidor: Márcio Tadashi Matsumoto
Matrícula e/ou RG: 5864396-3 SSP/PR
Destino: Foz do Iguaçu-PR
Finalidade da Viagem: Participar do SEMINÁRIO SOBRE DIREITOS E DEVERES DOS VEREADORES EM ENCERRAMENTO DE MANDATO. Junto a DATALEGIS e apoio da UVEPAR, na cidade de Foz do Iguaçu-PR.
Justificativa: Aperfeiçoar conhecimento para melhor desempenhar sua função pública.
Data de saída: 02/12/2020.
Data de retorno: 04/12//2020.
Dias solicitados: 02, 03 e 04/12/2020
Valor diário: R$ 500,00
Valor total: R$ 1.500,00.
Transporte: Próprio, sem ônus ao Legislativo Municipal.
Câmara Municipal de Cruzeiro do Oeste-PR, 30 de novembro de 2020.
Aparecido Delfino dos Santos
Presidente do Legislativo
Percival Pretti Rosy Anne Almodovas Rodrigues

Ato da Mesa nº 75/2020
Súmula: Autoriza Viagem e concede diária.
A Mesa Executiva da Câmara Municipal de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas prerrogativas legais, com base na resolução nº 004/2015 de 05 de maio de 2015, publicada em 13 de maio de 2015 e tendo em vista a solicitação formulada, pelo vereador Milton de Freitas,
Resolve,
Autorizar viagem com direito a diária:
Vereador/Servidor: Milton de Freitas
Matrícula e/ou RG: 4565282-8/PR
Destino: Foz do Iguaçu-PR
Finalidade da Viagem: Participar do SEMINÁRIO SOBRE DIREITOS E DEVERES DOS VEREADORES EM ENCERRAMENTO DE MANDATO. Junto a DATALEGIS e apoio da UVEPAR, na cidade de Foz do Iguaçu-PR.
Justificativa: Aperfeiçoar conhecimento para melhor desempenhar sua função pública.
Data de saída: 02/12/2020.
Data de retorno: 04/12//2020.
Dias solicitados: 02, 03 e 04/12/2020
Valor diário: R$ 500,00
Valor total: R$ 1.500,00.
Transporte: Próprio, sem ônus ao Legislativo Municipal.
Câmara Municipal de Cruzeiro do Oeste-PR, 30 de novembro de 2020.
Aparecido Delfino dos Santos
Presidente
Percival Pretti Rosy Anne Almodovas Rodrigues 1º

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ
HOMOLOGAÇÃO
DECRETO Nº 457/2020
Homologa Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, da Dispensa por Justificativa nº 83/2020, dando outras providências.
A PREFEITA MUNICIPAL DE Cruzeiro do Oeste, PR, no uso de suas atribuições legais;
D E C R E T A:
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Portaria nº 811/2020 de 01/07/2020, publicado em 02/07/2020, sobre o Processo de Licitação nº 16/2020, que tem por objeto a locação para a nova sede da Secretária Municipal de Assistência Social.
Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da empresa(s) abaixo relacionada
PROPONENTE VALOR TOTAL VALOR POR EXTENSO
SERGIO ALVARES 18.000,00 DEZOITO MIL
Art. 3º. Pelo presente, fica intimado o participante da licitação supramencionado, da decisão estabelecida neste Decreto.
Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PAÇO MUNICIPAL, 01 de Dezembro de 2020.
MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES
PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

DECRETO Nº 222/2020
De 01 de dezembro de 2020.
Súmula: "Altera do Decreto nº 221, de 30 de novembro de 2020."
O Prefeito(a) do Município Douradina, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1.º - O Art. 4º do Decreto nº 221, de 30 de dezembro de 2020 passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 4º O horário de funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, fica temporariamente alterado, da seguinte forma:
I – das 08h às 17h, de segunda a sexta-feira, para o comércio em geral e para os prestadores de serviços, sendo proibido o funcionamento aos sábados, domingos e feriados;
II –...
III –...
IV –...
V –das 07h às 20h, de segunda a sábado, para os estabelecimentos industriais, prestadores de serviços da construção civil e academias de ginástica, sendo proibido o funcionamento aos domingos e feriados.
§ 1°...
§ 2º...
Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Douradina – PR, 01 de dezembro de 2020.
JOÃO JORGE SOSSAI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº. 211/2020
Súmula: Concede férias regulamentares ao servidor Claudemir Antônio dos Santos, e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao servidor Claudemir Antônio dos Santos, casado, Portador da Carteira de Identidade RG nº 6.082.791-5, relativas ao período aquisitivo 05/02/2018 a 04/02/2019, por 30 (trinta) dias devendo entrar em gozo da mesma a partir de 04 de dezembro de 2020.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se, Cumpra-se e Arquive-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte.
Valdir Hidalgo Martinez
Prefeito Municipal

Publicações legais

CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Município de Altônia – Estado do Paraná.
Lei Federal nº. 8.742/93 / Lei Municipal nº. 1666/2018
cmasaltonia@gmail.com

RESOLUÇÃO Nº. 004/2020

SUMULA: Prestação de Contas: Piso Paranaense de Assistência Social- PPAS IV- 1º Semestre/2020 e Incentivo Benefícios Eventuais 1º Semestre 2020;

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS - de Altônia-PR, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 1666/2018, e lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e,

CONSIDERANDO as orientações enviadas por e-mail pela Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS/PR Umuarama/PR;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 039/2014 CEAS/PR;
CONSIDERANDO a Resolução nº 23 de 2013- CNAS
CONSIDERANDO a Deliberação 065/2017 CEAS/PR

CONSIDERANDO a apresentacao do relatorio de gastos do orgao gestor ao CMAS, e após discussao e deliberacao do conselho, de forma virtual, no dia 27 de novembro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º DELIBERAR Parecer Favorável à Prestação de Contas do Cofinanciamento Estadual, PPAS IV, no período de janeiro a junho de 2020, referente ao cofinanciamento estadual da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, no Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens de até vinte e um anos, conforme previsto na Resolução n° 23 de 2013 – CNAS.
Art. 2º Deliberar Parecer favorável à Prestação de Contas do Incentivo Benefícios Eventuais no período de janeiro a junho de 2020.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Altônia-Pr, 27 de novembro de 2020

Marcia Pereira Pinto
Vice-Presidente do CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Altônia – Paraná. Tel.: (44) 3659–3881
e-mail: cmdca.altonia@outlook.com
Lei Federal N° 8.069 de 13.07.90/ Lei Municipal N° 1624 de 27.09.17

CMDCA

RESOLUÇÃO N° 03/2020-CMDCA de 27.11.2020

SUMULA: Dispõe sobre a prestacao de contas dos repasses do FIA: Liberdade Cidadã; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Crescer em Família e Incentivo para Fortalecimento dos Conselheiros Tutelares (Del 107/2017 CEDCA) para o município de Altônia-PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Altônia - PR, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal 1.624, de 2017 em cumprimento a Lei nº 8.069/90, e

Considerando a apresentacao de gastor do orgao gestor para o CMDCA, e posterior discussao e deliberacao de modo virtual, do CMDCA ocorrida no dia 27 de novembro de 2020;

Considerando a Deliberação 062/2016 CEDCA-PR

Considerando a Deliberação 054/2016 CEDCA-PR

Considerando a Deliberação 055/2016 CEDCA-PR

Considerando a Deliberação 107/2017 CEDCA-PR

Resolve:

Art. 1º - Aprecia-se e delibera pela aprovação total da prestação de contas dos repasses Liberdade Cidadã; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Crescer em Família e Incentivo para o Conselho Tutelar de Altonia referente ao primeiro semestre de 2020.

Art. 2º - Aprecia e aprova a Prestação de Contas Final do recurso Crescer em Família.

Art. 3º- A prestacao de contas do Incentivo para o Conselho Tutelar, refere-se desde o início do recebimento do recurso em fundo municipal até o primeiro semestre de 2020.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições ao contrário.

Altônia-PR, 27 de novembro de 2020.

TAMIRIS BORGES ROMITO
Presidente CMDCA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI
CNPJ: 76.247.352/0001-08
Rua Santos Dumont, 315, fone (44) 3656-8000 Cx. Postal 141
CEP: 87.580-000 Alto Piquiri - Paraná

PORTARIA Nº 222/2020, de 01/12/2020

SÚMULA: Concede férias fracionadas de 15 dias ao servidor abaixo relacionado, nos termos do art. 111 §1º e 3º da Lei Nº 455/92 com a redação dada pela Lei Nº 246/2015 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais.

RESOLVE:

I - Concede férias regulamentar ao servidor que abaixo discrimina, como segue:

NOME	PERÍODO	DATA
ANGELO VICENTE TAMBORELLI TORRE	**2018/2019**	**02/12/2020 A 16/12/2020**

II - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Alto Piquiri, 01 de Dezembro de 2020.

Luis Carlos Borges Cardoso
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
Rua João Ormindo de Rezende, 686, Centro, CEP 87400-000
CNPJ 76.381.854/0001-27 - FONE: (44) 3676-8150

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 127 /2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11 /2020

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

O MUNICêPIO DE CRUZEIRO DO OESTE, Estado do Paran‡, torna pœblico que ‡s 09:00 do dia 14/12/2020 , atravŽs do Portal da BLL (http:bll.org.br) realizar‡ licita•‹o na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do Menor Pre•o , Por lote , por meio da utiliza•‹o de recursos de tecnologia da informa•‹o INTERNET, conforme especifica abaixo.

OBJETO: AQUISI‚ÌO DE ELETRODOMƒSTICOS PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCA‚ÌO E DEMAIS SETORES.

PERIODO: 12 MESES

VALOR MÁXIMO: R$ 154.165,91 (Cento cinquenta quatro mil cento e sessenta cinco reais noventa um centavos)

O CritŽrio de julgamento ser‡ o Menor Pre•o **, Por lote**

O Edital estar‡ ˆ disposi•‹o dos interessados na Se•‹o de Licita•›es, da Prefeitura Municipal, no hor‡rio das 08:30 ˆs 11:00 e das 13:30 ˆs 17:00 horas, em dias œteis e no site www.cruzeirodooeste.pr.gov.br, bem como no portal da BLL (http://bll.org.br/), maiores informa•›es poder‹o ser obtidas pelos telefones 0xx 44 3676-8150.

Cruzeiro do Oeste, 16/11/2020

ANDRESSA RAFAELA BANDEIRA

Pregoeira

Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste

ESTADO DO PARANÁ
Rua João Ormindo de Rezende, 686, Centro, CEP 87400-000
CNPJ 76.381.854/0001-27 - FONE: (44) 3676-8150

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 129 /2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13 /2020

LICITAÇÃO COM COTA EXCLUSIVA PARA MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

O MUNICêPIO DE CRUZEIRO DO OESTE, Estado do Paran‡, torna pœblico que ‡s 10:00 do dia 14/12/2020 , atravŽs do Portal da BLL (http:bll.org.br) realizar‡ licita•‹o na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do Menor Pre•o , Por Item , por meio da utiliza•‹o de recursos de tecnologia da informa•‹o INTERNET, conforme especifica abaixo.

OBJETO: FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ESCOLAS E CMEIS

PERIODO: 12 meses

VALOR MÁXIMO: R$ 297.302,00 (Duzentos noventa sete mil trezentos e dois reais)

O CritŽrio de julgamento ser‡ o Menor Pre•o **, Por Item**

O Edital estar‡ ˆ disposi•‹o dos interessados na Se•‹o de Licita•›es, da Prefeitura Municipal, no hor‡rio das 08:30 ˆs 11:00 e das 13:30 ˆs 17:00 horas, em dias œteis e no site www.cruzeirodooeste.pr.gov.br, bem como no portal da BLL (http://bll.org.br/), maiores informa•›es poder‹o ser obtidas pelos telefones 0xx 44 3676-8150.

Cruzeiro do Oeste, 24/11/2020

ANDRESSA RAFAELA BANDEIRA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº. 213/2020
Súmula: Concede férias regulamentares a servidora Maria Santíssima Fernandes Lomba, e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder férias regulamentares a servidora Maria Santíssima Fernandes Lomba, brasileira, Solteira, Portadora da Carteira de Identidade RG nº 4.302.768-9, relativas ao período aquisitivo 26/09/2018 a 25/09/2019, por 30 (trinta) dias, devendo entrar em gozo da mesma a partir de 01 de dezembro de 2020.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se, Cumpra-se e Arquive-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte.
Valdir Hidalgo Martinez
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 214/2020
Súmula: Concede férias regulamentares a servidora Amanda Naiara Gonçalves Bolsanello Dudek, e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder férias regulamentares a servidora Amanda Naiara Gonçalves Bolsanello Dudek, Portadora da Carteira de Identidade RG nº 9.636.189-0, relativas ao período aquisitivo 01/08/2018 a 31/07/2019, por 10 (dez) dias devendo entrar em gozo da mesma a partir de 22 de dezembro de 2020.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se, Cumpra-se e Arquive-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte.
Valdir Hidalgo Martinez
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 130/2020.
O MUNICÍPIO de **CRUZEIRO DO OESTE**, torna público que às 10:00 horas do dia 14/12/2020, na Portal da BLL (http:bll.org.br), realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:

OBJETO	QUANTI-DADE	VALOR TOTAL (R$)	PRAZO (DIAS)
Veículo Utilitário tipo PICK UP	01	66.390,00	60

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao **Pregoeiro Andressa Rafaela Bnadeira, Paraná, Brasil - Telefone : (044) 3676-8150 - E-mail licitacoes@cruzeirodooeste.pr.gov.br.** A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereço Portal da BLL (http:bll.org.br) e no site www.cruzeirodooeste.pr.gov.br, das 07:30 às 13:30 horas.

Cruzeiro do Oeste,PR, 01 de Novembro de 2020.

ANDRESSA RAFAELA BANDEIRA
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº. 212/2020
Súmula: Concede férias regulamentares a servidora Marli Scuizato Hidalgo Martinez, e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder férias regulamentares a servidora Marli Scuizato Hidalgo Martinez, brasileira, casada, Portadora da Carteira de Identidade RG nº 5.468.564-5, relativas ao período aquisitivo 17/03/2016 a 16/03/2017 por 30 (trinta) dias devendo entrar em gozo da mesma a partir de 01 de dezembro de 2020.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se, Cumpra-se e Arquive-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte.
Valdir Hidalgo Martinez
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 018/2020
SÚMULA- Dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento, no âmbito do Poder Legislativo, da doença infecciosa causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.
Considerando o disposto na Lei Federal 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que diz respeito às medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid – 19).
Considerando medidas a serem realizadas conforme orientação do Ministério da Saúde e da Secretaria Estadual de Saúde do Paraná;
O Presidente da Câmara Municipal de Esperança Nova, no uso de suas atribuições lagais;
RESOLVE:
Art. 1º - Fica restrito o atendimento ao publico devido a pandemia do COVID – 19.
Paragrafo Primeiro – Os trabalhos internos não serão paralizados;
Paragrafo Segundo – As Sessões Ordinarias da Câmara Municipal de Esperança Nova serão realizadas normalmente, com restrição a presença do publico;
Art. 2º - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.
Esperarança Nova, aos 01 (primeiro) dia do mê de dezembro de 2020.
José Marcos Bicudo
Presidente

MUNICÍPIO DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ
E R R A T A
O MUNICÍPIO DE GUAÍRA, inscrito no CNPJ nº 77.857.183/0001-90, tendo em vista INCORREÇÃO no texto de descrição do "Objeto do Contrato" do Extrato do Contrato de Cessão de Uso nº 012/2020 e da Portaria nº 020/2020 (Art. 1º), do Edital de Concorrência Pública nº 023/2019, publicados em 23 de janeiro de 2020 no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, edição nº 1933, páginas 72 e 73 respectivamente; e no jornal Umuarama Ilustrado, edição nº 11.762, página B5, ajusta o seguinte:
Onde se lê:
Objeto do Contrato: concessão de direito real de uso não remunerado sobre bem imóvel, constante da área de 1.548m2, com um barracão em alvenaria com área de 255.69m2, matriculado sob o n° 10.000 do registro de imóvel Comarca de Guaíra, Paraná, localizado na Vila Cruzeirinho, contendo banheiro masculino e feminino.
Leia-se corretamente:
Objeto do Contrato: concessão de direito real de uso não remunerado sobre bem imóvel, constante da área de 1.548m2, com um barracão em alvenaria com área de 307.46m2, matriculado sob o n° 10.000 do registro de imóvel Comarca de Guaíra, Paraná, localizado na Vila Cruzeirinho, contendo banheiro masculino e feminino.
Guaíra, Paraná, 30 de novembro de 2020.

ADITIVO CONTRATUAL Nº 191/2020
Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 278/2020, do Edital de Tomada de Preços nº 027/2020
Contratante: MUNICÍPIO DE GUAÍRA
Contratada: GIGA LUZ INSTALAÇÕES ELETRICAS EIRELI - EPP, CNPJ nº 17.379.750/0001-19
Objeto do Contrato: contratação de empresa especializada em engenharia elétrica, para execução de obras de extensão de rede, Rua Nilton Sergio Jacobsem (trecho em frente a Nova Cadeia Pública Estadual), Rua Ministro Gabriel Passos (trecho BR 272 até a Rua Renildo G. Pinto), Rua Octacílio Bachega e Rua das Araras, e Rua Renildo Gonçalves Pinto, desse Município.
Objetivo do Aditivo: O objetivo do presente aditivo é aumento de metafísica no Lote 01 do Contrato de Prestação de Serviços nº 278/2020, que se refere a execução de obras de extensão de rede no Município de Guaíra, Paraná.
Do Acréscimo de Valor: A Contratante pagará a Contratada, pela inclusão dos serviços listados no Anexo I do presente Aditivo, o valor total máximo de R$ 26.811,65 (vinte e seis mil, oitocentos e onze reais, sessenta e cinco centavos), que corresponde ao percentual de 10,14% do valor total do contrato, que é de R$ 264.340,85 (duzentos e sessenta e quatro mil, trezentos e quarenta reais e oitenta e cinco centavos).
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços inicial.
Guaíra, Paraná, 30 de novembro de 2020.
HERALDO TRENTO / PREFEITO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA
AMERIOS - 12ª R. S. — CNPJ 86.689.023/0001-70
AV. ANGELO MOREIRA DA FONSECA, 900 ZONA ARMAZÉM CEP 87.503-030 — UMUARAMA - PR FONE: (44) 3623-2728
www.cisaamerios.com.br

RESUMO DE ADITIVO
Termo Aditivo nº 002/2020
Ref. Contrato de prestação de serviços n° 075/2019
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12° R.S
Contratado: NIZA E TOLENTINO RIBEIRO LTDA – ME
Objeto: Fica aditado o contrato de prestação de serviços nº 075/2019, aumentando o valor pactuado na cláusula quarta em R$ 14.880,00 (quatorze mil, oitocentos e oitenta reais) anuais, em consequência do aumento do número de consultas de psicologia em 25 %, devido aumento da demanda no município de Ivaté, consorciado ao CISA.
Umuarama, 01 de dezembro de 2020.
NILSON MANDUCA
Coordenador

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO N.º 5.641/2020
DATA: 30/11/2020
SÚMULA: Exonera a Srª Dulci Pedro dos Santos.
O Prefeito do Município de Icaraíma, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º) Fica Exonerada a Srª Dulci Pedro dos Santos portadora da RG n.º 6.660.072-6 e do CPF nº 033.761.599-39 do cargo de Assessor Especial ll, Símbolo CC-06.
Art. 2º) Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, aos 30 dias do mês de Novembro de 2020.
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA nº 327/2020
DATA: 01/12/2020
SÚMULA: Convoca Servidora em Férias
Considerando a necessidade dos trabalhos na Secretária Municipal de Saúde.
O Prefeito do Município de Icaraíma, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei.
RESOLVE:
Art. 1º) Convoca a servidora Claudete Rodrigues Nunes Campos, Portadora da RG n.º 4.476.227-7 e do CPF nº 735.650.169-49, para comparecer ao trabalho no dia 01 de Dezembro de 2020, para retornar ao trabalho normal, interrompendo nesta data seu período de Férias, ficando em haver 05 dias de Férias referente ao ano de 2018 a 2019.
Art. 2º) Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, ao 01 dia do mês de Dezembro de 2020.
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

ESTADO DO PARANÁ
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 24, II da Lei 8.666/93, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos, exigência do art. 38, inciso VI do mesmo diploma legal.
DISPENSA Nº 051/2020
PROCESSO Nº 125/2020
DEPARTAMENTO SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 1 (UM) COMPRESSOR DE AR ODONTOLÓGICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE IVATÉ.
CONTRATADA: EQUIPONORTE – COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS LTDA.
CNPJ: 04.718.950/0001-07.
VALOR TOTAL: R$ 4.280,00 (QUATRO MIL DUZENTOS E OITENTA REAIS).
RECURSO: FONTE 518 – FNS – INVESTIMENTO SUS.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 03 (TRÊS) MESES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO N.º 197/2020
SÚMULA: Adjudica e Homologa resultado do processo Licitatório.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação,
DECRETA:
Art. 1º) Fica Adjudicado em favor das empresas: AURION EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA CNPJ: 06.889.652/0001-05, CIRURGICA PARMA LTDA CNPJ: 10.368.534/0001-29, E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO EIRELI CNPJ: 05.368.504/0001-82, G D C DA SILVA COSTA - EIRELI CNPJ: 09.721.729/0001-21, M. CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 32.593.430/0001-50, M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI CNPJ: 31.499.939/0001-76, MAB EQUIPAMENTOS EIRELI CNPJ: 37.658.173/0001-01, MAQPEL PAPELARIA E EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ: 30.320.176/0001-91, MUNIZ & ROCHA LTDA CNPJ: 03.919.932/0001-20, PAPIROS - MOVEIS E ELETRO – EIRELI CNPJ: 25.325.301/0001-16, o resultado do processo Licitatório modalidade Pregão Eletrônico 056/2020.
Art. 2º) Fica Homologado o resultado do processo Licitatório modalidade Pregão Eletrônico 056/2020, em favor das empresas: AURION EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA CNPJ: 06.889.652/0001-05, CIRURGICA PARMA LTDA CNPJ: 10.368.534/0001-29, E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO EIRELI CNPJ: 05.368.504/0001-82, G D C DA SILVA COSTA - EIRELI CNPJ: 09.721.729/0001-21, M. CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 32.593.430/0001-50, M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI CNPJ: 31.499.939/0001-76, MAB EQUIPAMENTOS EIRELI CNPJ: 37.658.173/0001-01, MAQPEL PAPELARIA E EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ: 30.320.176/0001-91, MUNIZ & ROCHA LTDA CNPJ: 03.919.932/0001-20, PAPIROS - MOVEIS E ELETRO – EIRELI CNPJ: 25.325.301/0001-16, que tem como objeto aquisição de equipamentos para a estruturação de UBS da atenção básica em saúde do município de Ivaté, através do fundo nacional de saúde, conforme especificações e quantidades constantes no edital e seus anexos, com vigência de 06 (seis) meses.
Art. 3º) Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO, aos 01 dias do mês de Dezembro de 2020.
UNIVALDO CAMPANER
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE IVATÉ

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 02/2020
DISPÕE SOBRE O JULGAMENTO DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2017.
CONSIDERANDO o Acórdão de Parecer Prévio emitido pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná no Processo de n°. 293638/18, FAZ SABER que o Plenário aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:
Art. 1° Fica aprovado o Parecer Prévio do Egrégio Tribunal de Contas do Estado Do Paraná, favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Ivaté, referente ao exercício de 2017, de responsabilidade do Prefeito Univaldo Campaner.
Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Câmara Municipal de Ivaté, Estado do Paraná, aos 24 dias do mês de novembro de 2020.
MISAEL ALVES DA SILVA
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 557/2020
Data: 01.12.2020
Ementa: concede férias aos servidores públicos municipais, conforme especifica, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando os memorandos on-line sob os nºs 3.536/2017, 4.280/2017 e 1.681/2020,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Férias aos servidores públicos municipais, mencionados a seguir:

NOME	RG Nº	PERIODO AQUISITIVO	INICIO/FINAL
Claudete Alves Martins	5.896.042-0 - SESPII/PR	2019/2020	04/01/2021 a 02/02/2021
Cleyton Sampaio Barbosa	14.723.213-6 - SESPII/PR	2019/2020	04/01/2021 a 23/01/2021
Daniele Fank	7.518.418-2 - SESPII/PR	2017/2018	04/01/2021 a 16/01/2021

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se e, Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 1º de dezembro de 2020.
HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 76.247.337/0001-60
Avenida Hermes Vissoto, 810 - Icaraíma - CEP 87530-000
Fone: (44) 3665-8000 - E-mail: planejamento@icaraima.pr.gov.br - www.icaraima.pr.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2020
OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para distribuição aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica do Município, conforme a Recomendação Administrativa n° 03/2020 do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme detalhamento e condições estabelecidas abaixo:

E. AMOREZI SUPERMERCADO EIRELI

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA DISTRIBUIÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA	Nº PREGÃO	VALIDADE DO REGISTRO	EMPRESA
1	**AÇUCAR** Cristal de cana-de-açúcar, na cor branca, de primeira qualidade, contendo **2kg**. Embalagem em polietileno, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade.	PCTE	820	R$ 4,67	R$ 3.829,40	ALTO ALEGRE	066/2020	31/12/2020	E. AMOREZI SUPERMERCADO EIRELI
2	**ARROZ,** classe longo, fino, **tipo 1**, contendo **5 kg**. Embalagem com dados identificação do produto, de primeira qualidade marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade com validade de no mínimo 06 meses, contado da entrega, peso liquido.	PCTE	820	R$ 21,99	R$ 18.031,80	BOM PREÇO	066/2020	31/12/2020	E. AMOREZI SUPERMERCADO EIRELI
3	**BISCOITO,** Sabores variados (maizena, agua e sal)com prazo de validade e pacote de **740g.**	PCTE	820	R$ 5,11	R$ 4.190,20	NINFA	066/2020	31/12/2020	E. AMOREZI SUPERMERCADO EIRELI
4	**EXTRATO DE TOMATE,** concentrado, de primeira qualidade. Embalagem com no mínimo **340 g**, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido.	UNID	820	R$ 1,84	R$ 1.508,80	FUGINI SACHE	066/2020	31/12/2020	E. AMOREZI SUPERMERCADO EIRELI
5	**FEIJÃO,** carioquinha, tipo 1, classe cores. Embalagem contendo **01 kg**, de primeira qualidade, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso liquido estampado na embalagem.	KG	820	R$ 6,72	R$ 5.510,40	BUOGO	066/2020	31/12/2020	E. AMOREZI SUPERMERCADO EIRELI
6	**LEITE,** longa vida, embalagem de **1 lt**. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade e registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	LT	820	R$ 3,66	R$ 3.001,20	LIDER	066/2020	31/12/2020	E. AMOREZI SUPERMERCADO EIRELI
7	**MACARRÃO, tipo Espaguete**, MASSA COM OVOS, de primeira qualidade, empacotado em embalagem de **500g**, com dados de identificação do produto, e prazo de validade.	PCTE	820	R$ 1,89	R$ 1.549,80	NINFA	066/2020	31/12/2020	E. AMOREZI SUPERMERCADO EIRELI
8	**OLEO,** de origem vegetal, refinado, de primeira qualidade, embalagem original de fabrica com aproximadamente **900ml**, especificação dos ingredientes, informações do fabricante e data de vencimento estampada na embalagem.	UNID	820	R$ 7,54	R$ 6.182,80	COAMO	066/2020	31/12/2020	E. AMOREZI SUPERMERCADO EIRELI
VALOR TOTAL: R$ 43.804,40 (quarenta e três mil e oitocentos e quatro reais e quarenta centavos)									

CONDIÇÕES:
1. A entrega deverá ser feita duas vezes por mês, sendo que o pedido será feito a cada quinze dias, tendo a contratada o prazo de até **03 (três) dias úteis** após a confirmação do pedido de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, a qual formulará o seu pedido via controle de entrega ou similar, para entregar o produto solicitado.
2. A solicitação será feita parceladamente e deverão ser entregues mediante requisição emitida pela Secretaria Municipal de Educação, no endereço indicado na solicitação de Fornecimento, obedecendo à Programação constante no Termo de Referência.
3. Forma de pagamento: O pagamento será efetuado, 30 (trinta) dias a partir da apresentação na Nota Fiscal/Fatura ou documento equivalente, com o devido atestado de recebimento do objeto no Departamento de Finanças e mediante apresentação das certidões da empresa do INSS e FGTS que provam sua regularidade, a cada pagamento efetuado, seja ele parcelado ou não.
4. Os produtos deverão obedecer às normas e padrões da ABNT, ser de boa qualidade e atender eficazmente à finalidade que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.
5. Todos os documentos referentes à este processo licitatório integram a presente ata, independentemente de transcrição.

Município de Icaraíma
- Estado do Paraná -
Gabinete do Prefeito

1º TERMO ADITIVO
DE REALINHAMENTO DE PREÇO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 124/2020
PREGÃO 045/2020

Que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE ICARAÍMA, ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 76.247.337/0001-60, com sede à Avenida Hermes Vissoto, 810, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **Sr. MARCOS ALEX DE OLIVEIRA**, brasileiro, Agente Político Municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº 35.868.656-8 SSP/SP e CPF/MF nº 166.999.308-69, residente e domiciliado nesta cidade de Icaraíma - **AS3 AUTOMOTIVA LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob n.º 09.151.179/0001-52 com sede a Rua Alcindo Ferreira Toledo, n° 83, Jardim Curitiba, CEP 87.303-313, Campo Mourão, Estado do Paraná, Telefone para contato (044) 3525-6669, e-mail: as3automotiva@hotmail.com, neste ato representado pelo Sr. Antonio Aparecido dos Santos, portador do RG n° 1.923.638-2 – SSP/PR e devidamente inscrito no CPF sob nº 327.012.259-49 doravante denominado **CONTRATADA**, como segue:

CONSIDERANDO a solicitação da empresa de *reequilíbrio equilíbrio econômico financeiro* do contrato e do Parecer jurídico aprovando a solicitação.

CLAUSULA PRIMEIRA: Fica alterado o valor unitário e total do item 10, referente a Ata de Registro de Preços acima mencionada que passa a ter a seguinte composição:

SERVIÇOS DE SERRALHERIA

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	Unid.	QTDE.	PREÇO UNITÁRIO ATUAL	VALOR UNITÁRIO CORRIGIDO	VALOR TOTAL CORRIGIDO
1	CÂMARA DE AR 10.00 X 20	unid.	22	R$ 85,00	+31,07% R$111,41	R$ 6.000,00
3	CÂMARA DE AR 9.00 X 20	unid.	15	R$ 77,00	+11,29% R$85,69	R$ 7.380,00
13	CÂMARA 13.00-24	unid.	8	R$ 158,00	+34,92% R$213,17	R$ 8.496,00
16	CÂMARA 17.5-25	unid.	12	R$ 210,00	+40,00% R$294,00	R$ 19.260,00
23	CÂMARA 18.4-30	unid.	4	R$ 216,00	+38% R$298,00	R$ 9.720,00
27	PNEU 10.00-20 Liso	unid.	10	R$ 1.077,00	+20% R$1.292,00	R$ 7.200,00
45	PNEU 18,4-34 (12 LONAS)	unid.	8	R$ 3.190,00	+6,58% R$3.399,00	R$ 35.400,00
60	PNEU 7.50-16 (LISO12 LONAS)	unid.	21	R$ 489,00	+29,37% R$705,09	R$ 4.464,00
64	PNEU 900-20 Liso	unid.	20	R$ 898,00	+28,84% R$1.156,98	R$ 5.760,00
67	PNEU 225/75R/16	unid.	8	R$ 453,00	+8,310% R$490,64	R$ 11.280,00

CLAUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas os preços dos demais itens, clausulas e condições previstas no referido contrato.

CLAUSULA TERCEIRA: O aditivo não tem validade retroativa, sendo vedada a sua aplicabilidade a produtos já fornecidos.

E por estarem de comum acordo com as condições ora estabelecidas, firmam o presente contrato, na presença de duas testemunhas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA, ESTADO DO PARANÁ, aos 01 de Dezembro de 2020.

- MARCOS ALEX DE OLIVEIRA -
- Prefeito Municipal -

AS3 AUTOMOTIVA LTDA - EPP
Contratada

TESTEMUNHAS

Nome: Lays Oliveira Vedovoto
RG: 9.854.182-9

Nome: Joyce da Silva Francisco
RG. 10.497.866-5

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

ESTADO DO PARANÁ
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 24, II da Lei 8.666/93, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos, exigência do art. 38, inciso VI do mesmo diploma legal.
DISPENSA Nº 050/2020
PROCESSO Nº 124/2020
DEPARTAMENTO SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ENOXAPARINA PARA GESTANTE DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IVATÉ.
CONTRATADA: CIRURGICA PARANA - DISTRIBUIDORA, IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP
CNPJ: 05.746.444/0001-94.
VALOR TOTAL: R$ 1.480,00 (UM MIL QUATROCENTOS E OITENTA REAIS).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 03 (TRÊS) MESES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 207/2020
REF.: PREGÃO: 054/2020
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 30 DE NOVEMBRO DE 2020.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IVATÉ, ESTADO DO PARANÁ.
CONTRATADO: SOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA – EPP
CNPJ: 28.289.799/0001-05
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS PARA SEREM FORNECIDAS AOS PACIENTES ACAMADOS E CARENTES DO MUNICÍPIO DE IVATÉ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.
VALOR TOTAL: R$ 19.780,00 (DEZENOVE MIL SETECENTOS E OITENTA REAIS).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
FORO: COMARCA DE ICARAÍMA - ESTADO DO PARANÁ.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

ESTADO DO PARANÁ
RESOLUÇÃO: 08/2020
SÚMULA: APROVAR O DEMONSTRATIVO DOS SERVIÇOS, DEMONSTRATIVO DA GESTÃO DO SUAS E DEMONSTRATIVO DO PBF PARA CO-FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ANO DE 2019.
O Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS de Icaraíma-Pr, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Municipal n.º 459/2009 de 17 de dezembro de 2009, com a Lei mUnicipal nº 1562/2018, publicada em 11 de setembro de 2018, no Jornal Umuarama Ilustrado do dia 12/09/2018, página C-1 e, em consonância com a Lei 8.742/93, em consonância com a Lei 8.742/93, e em consulta pelo whatsap no dia 01/12/2020 em decorrência da COVID-19 e pela Ata nº 71/2020
RESOLVE:
Art. 1º- Aprovar o Demonstrativo dos Serviços/Programas, Demonstrativo da Gestão do SUAS e Demonstrativo do PBF para co-financiamento do Governo Federal do Sistema Único da Assistência Social do ano de 2019.
Art. 2º - Os casos omissos serão resolvidos em reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social.
Art. 3º- Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Icaraíma, 01 de dezembro de 2020.
João Gilson Prado
Presidente do CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº 208/2020
REF.: PREGÃO 048/2020.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 30 DE NOVEMBRO DE 2020.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IVATÉ, ESTADO DO PARANÁ.
CONTRATADO: FLASH PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI - EPP CNPJ: 19.458.719/0002-80
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 04 (QUATRO) PARQUES DE DIVERSÃO (PLAYGROUND) PARA OS DOIS CMEIS E AS DUAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA REDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.
VALOR TOTAL: R$ 34.810,00 (TRINTA E QUATRO MIL OITOCENTOS E DEZ REAIS).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
FORO: COMARCA DE ICARAÍMA - ESTADO DO PARANÁ.

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº 209/2020
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 30 DE NOVEMBRO DE 2020.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IVATÉ, ESTADO DO PARANÁ.
CONTRATADO: SLG BRINQUEDOS RECREATIVOS – EIRELI
CNPJ: 32.322.243/0001-32
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 04 (QUATRO) PARQUES DE DIVERSÃO (PLAYGROUND) PARA OS DOIS CMEIS E AS DUAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA REDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.
VALOR TOTAL: R$ 28.100,00 (VINTE E OITO MIL E CEM REAIS).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
FORO: COMARCA DE ICARAÍMA - ESTADO DO PARANÁ.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATE — Pág. 1/1
Estado do Paraná **CNPJ 95.640.553/0001-15**
Exercício: 2020

Decreto nº 198/2020 de 26/11/2020

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de IVATÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 758/2019 de 10/12/2019.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
04 SECR DA EDUCAÇÃO, ESPORTES, CULTURA E LAZER
04.001 COORDENAÇÃO GERAL SEC. ESPORTE, CULTURA E LAZER
04.001.12.361.0006.2.104. MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
61 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 26.300,00
04.003 COORDENAÇÃO GERAL DO ESPORTE, CULTURA E LAZER
04.003.13.392.0007.2.040. MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA DIVISAO DE CULTURA
138 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 19.650,00
139 - 3.1.90.13.00.00 01000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 4.050,00
Total Suplementação: 50.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso provável Excesso de Arrecadação verificado na(s) receita(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64:

Receita: 1.1.1.8.01.41.00.000 Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principa 50.000,00
Total da Receita: 50.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de IVATÉ , em 26 de novembro de 2020.

UNIVALDO CAMPANER
PREFEITO

TANIA ROBERTA SANTOS STEVANATO
Secretaria de Fazenda

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATE — Pág. 1/1
Estado do Paraná **CNPJ 95.640.553/0001-15**
Exercício: 2020

Decreto nº 200/2020 de 26/11/2020

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de IVATÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 782/2020 de 19/11/2020.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral Município, no valor de **R$ 11.040,00 (onze mil e quarenta reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
07 FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL - FMAS
07.001 FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL - FMAS
07.001.08.244.0009.2.179. AÇOES DO COVID 19 NO SUAS PARA ALIMENTOS - PORTARIA 369
586 - 3.3.90.30.00.00 31743 MATERIAL DE CONSUMO 11.040,00
Total Suplementação: 11.040,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso provável Excesso de Arrecadação verificado na(s) receita(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64:

Receita: 1.7.1.8.10.91.00.000 Outras Transferências de Convênios da União - Principal 11.040,00
Total da Receita: 11.040,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de IVATÉ , em 26 de novembro de 2020.

UNIVALDO CAMPANER
PREFEITO

TANIA ROBERTA SANTOS STEVANATO
Secretaria de Fazenda

MUNICÍPIO DE MARILUZ

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO
O MUNICÍPIO de MARILUZ-PR, (CNPJ 76.404.136/0001-29) torna público que irá requerer ao IAP (Instituto Ambiental do Paraná) a Renovação da Licença de Operação para Aterro Sanitário instalada Lote A-1, Estrada para Distrito São Luís, Km 02, Município de Mariluz-PR.
Mariluz, 1º de dezembro de 2020.
NILSON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE DOURADINA.

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO
FUNDAMENTAÇÃO:
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 111/2020
DISPENSA Nº. 056/2020
Base legal – Art. 24, inciso II, da Lei 8.666 de 21/06/93.
OBJETO: O presente contrato tem por objeto Contratação de empresa para confecção e instalação de toldos, sob o controle técnico e operacional da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de Douradina-Pr.
Contrato de Prestação de Serviços
nº. 109/2020
ID: nº. 2170
Data do Contrato 30/11/2020
CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE DOURADINA-PR, com sede à Avenida Barão do Rio Branco 767, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 78.200.110/0001-94, neste ato representado pelo Senhor João Jorge Sossai, Prefeito Municipal, abaixo assinado, em pleno exercício de suas funções.
CONTRATADA:
GERALDO DA SILVA 73466930944, com sede na Rua Rodrigues Alves, 2315, Jardim Petrópolis, CEP. 87.506-080, na Cidade de Umuarama, Estado do Paraná, CNPJ sob nº. 29.344.683/0001-86, por ter apresentado o menor preço no valor de R$-10.450,00 (dez mil e quatrocentos e cinquenta reais).
Prazo de vigência: 12(doze) meses
Paço Municipal Francisco Gil Vera, aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte (30/11/2020).
JOÃO JORGE SOSSAI
Prefeito Municipal

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

MUNICIPIO DE GUAIRA - ESTADO DO PARANÁ/COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

1° ADENDO - ESCLARECEDOR
PREGÃO ELETRÔNICO - EDITAL N° 187/2020

OBJETO: Sistema de Registro de Preços (SRP) para futura e eventual aquisição de 03 (três) veículos, sendo 02 (dois) ônibus escolares para o uso diário no transporte escolar e 01 (uma) Van de 15 passageiros, para transbordo de professores em escolas e em cursos, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, desse Município.
O Pregoeiro no uso de suas atribuições legais vem através do presente ESCLARECER o seguinte:
ALTERA-SE NAS CONDIÇÕES DE ENTREGA – CLÁUSULA QUINTA DA MINUTA DO CONTRATO (ANEXO 02) E ONDE CONSTAR NO EDITAL;
ONDE SE LÊ: a) A entrega do(s) veículo(s) deverá ser no prazo de 75 (setenta e cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da OC (Ordem de Compra). OBSERVAÇÃO: o prazo de entrega poderá ser prorrogado pela Secretaria Requisitante, se houver necessidade da respectiva prorrogação.
LEIA-SE: a) A entrega do(s) veículo(s) deverá ser no prazo de 120 (cento e vinte) dias úteis, contados a partir do recebimento da OC (Ordem de Compra). OBSERVAÇÃO: o prazo de entrega poderá ser prorrogado pela Secretaria Requisitante, se houver necessidade da respectiva prorrogação.
O presente Adendo é meramente esclarecedor e passa a fazer parte integrante do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº 187/2020, ficando ratificadas todas as demais cláusulas e condições e seus anexos no que não colidirem com as deste Adendo, inclusive quanto à data da sessão pública para o julgamento do certame.
Dê ciência a todas empresas que adquiriram o edital.
Guaíra (PR), em 01 de dezembro de 2020.
Maria José Rodrigues Souza/Pregoeiro/Comissão Permanente de Licitações.

MUNICIPIO DE GUAIRA - ESTADO DO PARANÁ/COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão Presencial n° 210/2020
Tipo: Menor Preço
Tipo de Julgamento: Por Item
Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP), para contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais para pintura em geral, os quais serão empregados nos trabalhos de manutenção e ampliação das instalações físicas pertencentes a ao Município de Guaíra – PR. LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA ME E EPP.
Data de Abertura: às 14h30min do dia 15 de dezembro de 2020.

O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Processos Licitatórios. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Telefone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.
Guaíra (PR), em 01 de dezembro de 2020.
Maria José Rodrigues Souza/Pregoeira/Comissão Permanente de Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

ESTADO DO PARANÁ
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
DECRETO Nº 5.645/2020
SÚMULA: Autoriza abertura de Créditos Adicional Suplementar por Anulação de Dotação e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orçamentária nº 1.659 de 30 de Novembro de 2019.
DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto Créditos Adicionais Suplementar por Anulação de Dotação no corrente exercício financeiro de 2020, inclusão/alteração dos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2020 e do Plano Plurianual de 2018 a 2021, no limite de R$ 42.510,00 (quarenta e dois mil e quinhentos e dez reais), mediante a seguinte ordem classificatória:
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
04.122.0003.2.008 MANUT. DA DIVISÃO DE MATERIAL, PATRIM. E SERVIÇOS
3.3.90.36.00.00.00 67 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 1.510,00
FONTE 1000 – RECURSOS LIVRES ORDINÁRIOS 1.510,00
07 SECRETARIA DE SAÚDE
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE SECRETARIA DE SAÚDE
10.301.0009.2.141 MANUT. DA DIV. DE SAÚDE - ATENÇÃO PRIMÁRIA SAÚDE
3.3.90.30.00.00.00 234 MATERIAL DE CONSUMO 21.000,00
FONTE 303 - SAÚDE - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente 21.000,00
09 SECRET. AGRICULTURA
09.01 GABINETE DA SECRETARIA DA AGRICULTURA
20.606.0019.2.058 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA
3.3.90.30.00.00.00 502 MATERIAL DE CONSUMO 20.000,00
FONTE 1000 – RECURSOS LIVRES ORDINÁRIOS 20.000,00
Art. 2º. Como recurso para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1º, o Poder Executivo utilizar-se-á da anulação integral ou parcial de dotações do orçamento do exercício corrente, como segue:
02 GOVERNO MUNICIPAL
02.03 ASSESSORIA JURIDICA
04.122.0003.2.005 MANUT. DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIAS
3.1.90.94.00.00.00 35 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 1.000,00
3.3.90.30.00.00.00 37 MATERIAL DE CONSUMO 1.000,00
3.3.90.36.00.00.00 38 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 1.000,00
3.3.90.39.00.00.00 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 2.000,00
FONTE 1000 – RECURSOS LIVRES ORDINÁRIOS 5.000,00
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.01 DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
04.128.0003.2.007 MANUT. DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
3.1.90.94.00.00.00 48 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 1.000,00
3.3.90.39.00.00.00 52 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 5.000,00
FONTE 1000 – RECURSOS LIVRES ORDINÁRIOS 6.000,00
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.02 DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMONIO
04.122.0003.2.008 MANUT. DA DIVISÃO DE MATERIAL, PATRIM. E SERVIÇOS
3.3.90.33.00.00.00 66 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 10.000,00
FONTE 1000 – RECURSOS LIVRES ORDINÁRIOS 10.000,00
04 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
04.01 GABINETE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
04.121.0003.2.009 MANUT. DO GABINETE DO PLANEJAMENTO
3.3.90.40.00.00.00 81 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA 3.000,00
3.3.90.93.00.00.00 82 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 2.000,00
FONTE 1000 – RECURSOS LIVRES ORDINÁRIOS 5.000,00
06 SECRET. OBRAS, SERV. PUB. E RODOVIARIO
06.02 DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS
15.452.0005.2.017 MANUT. DA DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS
3.3.90.36.00.00.00 167 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 1.510,00
FONTE 1000 – RECURSOS LIVRES ORDINÁRIOS 1.510,00
09 SECRET. AGRICULTURA
09.01 GABINETE DA SECRETARIA DA AGRICULTURA
20.606.0019.2.058 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA
3.1.90.05.00.00.00 495 OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU MILITAR 2.000,00
3.1.90.94.00.00.00 499 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 1.000,00
3.3.90.93.00.00.00 508 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 2.000,00
FONTE 1000 – RECURSOS LIVRES ORDINÁRIOS 5.000,00
10 SEC.FOM. INDUSTRIA, COM.GERACAO EMPREGO
10.01 GABINETE DA SECRETARIA
22.661.0021.2.062 APOIO E FOMENTO A INDUSTRIA, COM. E SERVIÇOS
3.3.90.39.00.00.00 519 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 5.000,00
FONTE 1000 – RECURSOS LIVRES ORDINÁRIOS 5.000,00
11 SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL
11.02 SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0022.2.067 MANUT. DO FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL
3.3.90.36.00.00.00 545 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 5.000,00
FONTE 1000 – RECURSOS LIVRES ORDINÁRIOS 5.000,00
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário e este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Icaraíma, aos 30 dias do mês de Novembro de 2020.
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

ESTADO DO PARANÁ
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
DECRETO Nº 5.635/2020
SÚMULA: Autoriza abertura de Créditos Adicional Suplementar por Anulação de Dotação e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orçamentária nº 1.659 de 30 de Novembro de 2019.
DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto Créditos Adicionais Suplementar por Anulação de Dotação no corrente exercício financeiro de 2020, inclusão/alteração dos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2020 e do Plano Plurianual de 2018 a 2021, no limite de R$ 18.563,98 (dezoito mil e quinhentos e sessenta e três reais e noventa e oito centavos), mediante a seguinte ordem classificatória:
14 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
14.01 DIVISÃO DE CULTURA
13.392.0034.2.150 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE CULTURA
4.4.90.52.00.00.00 674 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 18.563,98
FONTE 1000 – RECURSOS LIVRES ORDINÁRIOS 18.563,98
Art. 2º. Como recurso para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1º, o Poder Executivo utilizar-se-á da anulação integral ou parcial de dotações do orçamento do exercício corrente, como segue:
02 GOVERNO MUNICIPAL
02.01 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
04.122.0002.2.002 MANUT. DO GABINETE DO PREFEITO
4.4.90.52.00.00.00 10 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 5.000,00
FONTE 1000 – RECURSOS LIVRES ORDINÁRIOS 5.000,00
02 GOVERNO MUNICIPAL
02.02 CHEFE DE GABINETE
04.122.0002.2.004 MANUT. DO CHEFE DE GABINETE
4.4.90.52.00.00.00 18 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 5.000,00
FONTE 1000 – RECURSOS LIVRES ORDINÁRIOS 5.000,00
02 GOVERNO MUNICIPAL
02.03 ASSESSORIA JURIDICA
04.122.0003.2.005 MANUT. DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIAS
4.4.90.52.00.00.00 30 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 5.000,00
FONTE 1000 – RECURSOS LIVRES ORDINÁRIOS 5.000,00
04 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
04.01 GABINETE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
04.121.0003.2.009 MANUT. DO GABINETE DO PLANEJAMENTO
4.4.90.52.00.00.00 83 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 3.563,98
FONTE 1000 – RECURSOS LIVRES ORDINÁRIOS 3.563,98
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário e este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Icaraíma, aos 26 dias do mês de Novembro de 2020.
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito

MUNICIPIO DE GUAIRA - ESTADO DO PARANÁ/COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

AVISO DE CONVOCAÇÃO DOS LICITANTES
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2020
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução da 2ª ETAPA das obras de ampliação e reforma da sede de triagem de materiais recicláveis, localizada à Travessa do Jaú, s/nº, lotes nºs 4, 5 e 6 da quadra nº 1, da Vila São Francisco.
Após decorrido o prazo para interposição de recursos da fase de habilitação, o Município de Guaíra, Estado do Paraná, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público, a CONVOCAÇÃO de todos os interessados na licitação em questão, e em especial as empresas habilitadas: VILLARES CONSTRUTORA E METALURGICA – EIRELI – PROTOCOLO 2020/4217 e BRDL CONSTRUTORA E INCORPORAÇÃO LTDA – PROTOCOLO 2020/4216; a comparecer no dia 07 de dezembro de 2020, às 08h30min, no Paço Municipal Kurt Walter Hasper, sito à Avenida Coronel Otávio Tosta, n° 126, Centro, nesta cidade de Guaíra-PR, para a abertura do envelope "proposta de preços". Publique-se.
Guaíra (PR), em 01 de dezembro de 2020.
Maria José Rodrigues Souza/Comissão Permanente de Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 558/2020
Data: 01.12.2020
Ementa: concede elevação de referência de vencimento à servidora pública municipal, por conclusão de Curso de Graduação, conforme especifica.
O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 28 e seguintes da Lei Municipal nº 1.247, Decreto nº 17/2016, e, considerando o memorando sob o nº 2.398/2020,
RESOLVE:
Art. 1º Fica concedida a elevação de referência de vencimento à servidora pública municipal, a título de incentivo pela conclusão de Curso Superior, conforme segue:

Nome/ Cargo	RG nº	Da Referência	Para a Referência	A partir de
Cleide dos Santos/ Recepcionista	10.023.951-5 - SESPII/PR	05	08	01/12/2020

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se e, Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 1º de dezembro de 2020.
HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

ESTADO DO PARANÁ
O MUNICÍPIO DE GUAÍRA PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob n. 77.857.183/0001-90, com sede à Av. Coronel Otávio Tosta n. 126, centro, cidade de Guaíra/PR, doravante denominada CONSIGNANTE e outro lado, BANCO DO BRASIL S/A, inscrito no CNPJ/MF sob n° 00.000.000/0001-91, com sede Brasília/DF, Cep 70.073-901, doravante denominada CONSIGNATÁRIA.
01. – OBJETO.
CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Convênio tem por objeto estabelecer condições gerais e demais critérios a serem observados na consignação em folha de pagamento dos empréstimos/financiamentos realizados pela CONSIGNATÁRIA aos servidores vinculados à CONSIGNANTE, com contrato de trabalho/vínculo formalizado e vigente.
Parágrafo único – As consignações objeto do presente Convênio são regidas de acordo com a Lei 1.246/2003.
02. DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.
CLÁUSULA SEGUNDA - A CONSIGNATÁRIA, desde que respeitadas as suas programações orçamentárias, normas operacionais e análise de crédito, poderá conceder empréstimos e financiamentos aos empregados/servidores da CONSIGNANTE, com pagamento mediante consignação em folha de pagamento.
Parágrafo Primeiro - Os empréstimos e/ou financiamentos concedidos serão formalizados por intermédio de todos os canais de atendimento disponíveis e habilitados.
Parágrafo Segundo - Para a realização das operações de crédito mencionadas no objeto deste Instrumento, os empregados/servidores deverão dispor de margem consignável suficiente para amparar as prestações decorrentes da operação amparada neste Convênio, na forma da legislação em vigor.
Parágrafo Terceiro – A margem consignável é limitada a 30% do total do salário do servidor abatido os descontos obrigatórios oficiais.
Parágrafo Quarto – Os empréstimos e/ou financiamentos terão o prazo de até 96 (noventa e seis) parcelas, para servidores comissionados o prazo será de até 48 (quarenta e oito) parcelas, limitado ao número de meses remanescente da atual administração pública, ficando ao encargo da CONSIGNATÁRIA a verificação do referido prazo.
Parágrafo quinto – As parcelas deverão ser descontadas da folha de pagamento dos servidores, sendo que a CONSIGNANTE deverá providenciar mensalmente a retenção e repasse até o dia 5 de cada mês, mediante crédito na conta corrente n. 31027501 de titularidades desta no Banco 001 Agencia 0641-6.
Parágrafo sexto – A data de corte para CONSIGNATÁRIA prestar informações das consignações no sistema eletrônico é até o dia 17 de cada mês, podendo ser alterado a referida data em caso de necessidade após prévia comunicação.
03. - RESPONSABILIDADES DAS PARTES.
CLÁUSULA TERCEIRA: A CONSIGNANTE se responsabiliza por:
a) Adotar, no que lhe competir, as providências necessárias para viabilizar a formalização das Operações de consignação de pagamento entre a CONSIGNATÁRIA e o empregados/servidores da CONSIGNANTE;
b) Disponibilizar ao servidor e a CONSIGNATÁRIA o acesso a margem disponível para consignação;
c) Responsabilizam-se pela veracidade dos dados que incluir no sistema eletrônico de gerenciamento das consignações e pelas informações encaminhadas à CONSIGNATÁRIO.
e) Efetuar os descontos em folha de pagamento dos empréstimos e/ou financiamentos autorizados pelos empregados/servidores, observado o limite máximo permitido pela legislação em vigor, e repassar os valores à CONSIGNATÁRIA.
f) Informar, mensalmente, à CONSIGNATÁRIA, por arquivo magnético, meio eletrônico ou por escrito, os valores consignados e os não consignados mediante justificativa, devidamente identificados;
g) Comunicar à CONSIGNATÁRIA, a ocorrência de redução da remuneração do empregado/servidor que inviabilize a consignação mensal autorizada;
h) Informar à CONSIGNATÁRIA, a ocorrência de desligamento (demissão, exoneração, dispensa ou aposentadoria) do empregado/servidor;
i) Informar o empregado/servidor beneficiário de empréstimo e/ou financiamento para comparecer à CONSIGNATÁRIA, com o objetivo de efetuar a negociação direta do pagamento da dívida, no caso de desligamento (demissão, exoneração, dispensa ou aposentadoria) ou outro motivo que acarrete a exclusão da folha de pagamento.
CLÁUSULA QUARTA- A CONSIGNATÁRIA se responsabiliza por:
a) Atender e orientar os empregados/servidores da CONSIGNANTE quanto aos procedimentos adotados para a obtenção de créditos concedidos ao amparo deste Convênio;
b) Informar à CONSIGNANTE, por escrito ou meio eletrônico, as propostas de empréstimos e/ou financiamentos apresentadas pelos empregados/servidores diretamente à CONSIGNATÁRIA, para confirmação da reserva de margem consignável;
c) Fornecer à CONSIGNANTE arquivo, por meio eletrônico ou manual, contendo a identificação de cada contrato, beneficiário, prazo da operação e valores das prestações a serem descontadas;
d) Disponibilizar aos servidores da CONSIGNANTE informações relativas às respectivas operações por eles contratadas ao amparo deste Convênio.
e) Responsabilizam-se pela veracidade dos dados que incluir no sistema eletrônico de gerenciamento das consignações e pelas informações encaminhadas a CONSIGNANTE.
04. DO VENCIMENTO EXTRAORDINÁRIO.
CLÁUSULA QUINTA – A CONSIGNATÁRIA e CONSIGNANTE poderão, desde com notificação prévia de 30 (trinta) dias, considerar rescindido antecipadamente o presente Convênio, se uma das partes deixar de cumprir qualquer obrigação contraída neste Convênio.
Parágrafo Único - Ocorrendo rescisão do Convênio por qualquer hipótese previstas, fica automaticamente suspensa a concessão de novos empréstimos e/ou financiamentos através desconto consignado em folha de pagamento dos servidores da CONSIGNANTE, com base neste Convênio, permanecendo em vigor todas as obrigações da CONSIGNANTE e CONSIGNATÁRIA até a total liquidação do empréstimos e/ou financiamentos já concedidos.
05. - DA DENÚNCIA.
CLÁUSULA SEXTA - É facultado, às partes, denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito com antecedência de 30 (trinta) dias, ficando suspensas novas contratações e empréstimos e/ou financiamento através de consignação em folha de pagamento a partir do recebimento da denúncia, permanecendo em vigor todas obrigações da CONSIGNANTE e CONSIGNATÁRIA até a total liquidação dos empréstimos e/ou financiamentos já concedidos.
06. - DEMAIS CONDIÇÕES.
CLÁUSULA SÉTIMA- Os casos de férias não poderão ser alegados pela CONSIGNANTE para efeito de não consignação. A CONSIGNANTE deverá fazer a retenção em folha de pagamento, nos percentuais permitidos pelas leis ou regulamentos aplicáveis e na forma prevista neste instrumento, e repassar tais valores juntamente com os demais, devidos para o mês.
CLÁUSULA OITAVA - Caso o empregado/servidor se afaste por motivo de licença para tratamento de saúde superior a 15 dias com seus rendimentos reduzidos e não pagos diretamente pela CONSIGNANTE, a CONSIGNATÁRIA tomará as medidas de cobrança que se fizerem necessárias a fim de que o empregado/servidor possa manter em dia o pagamento de suas parcelas mensais referentes ao empréstimo concedido, até o retorno às suas atividades ou até a quitação do contrato de empréstimo. Quando o empregado/servidor retornar às suas atividades, a CONSIGNANTE obriga-se a repassar à CONSIGNATÁRIA as parcelas a vencer referentes ao empréstimo concedido, já a partir da data do primeiro pagamento de proventos, no seu retorno, observando os limites do valor a ser descontado, considerando que haja saldo suficiente em folha de pagamento do servidor.
CLÁUSULA NONA - Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio e trocados entre as partes (CONSIGNATÁRIA e CONSIGNANTE) deverão ser feitos por escrito, podendo ser tramitado através do sistema eletrônico de gerenciamento das consignações ou por e-mail.
CLÁUSULA DÉCIMA - Até o integral pagamento do empréstimo e/ou financiamento, as autorizações dos descontos somente poderão ser canceladas mediante prévia aquiescência da CONSIGNATÁRIA, e do empregado/servidor beneficiário.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Qualquer tolerância de uma das partes em relação à outra só importará modificação deste Convênio se expressamente formalizada.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- Este Convênio obriga a CONSIGNATÁRIA e a CONSIGNANTE e seus sucessores.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- O presente Instrumento é celebrado por prazo 60 (meses), sendo que quaisquer das partes poderão rescindi-lo mediante prévio aviso, por escrito, na forma da Cláusula Sexta.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Fica eleito o foro da cidade sede da CONSIGNANTE para dirimir eventuais dúvidas decorrentes da interpretação ou cumprimento deste Convênio, as quais não puderem ser solucionadas administrativamente pelas partes.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O presente Convênio é celebrado em conformidade com a legislação vigente que dispõe sobre a autorização para consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, declarando as partes, neste ato, terem pleno conhecimento das cláusulas e condições inseridas nas referidas normas.
07. - DA PROTEÇÃO DE DADOS.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
Parágrafo Primeiro – Os PARTÍCÍPES deverão observar as disposições da Lei 13.709, de 14.08.2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais dos SERVIDORES, EMPREGADOS, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS, em especial quanto a finalidade e boa-fé na utilização de suas informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente convênio de concessão de crédito consignado.
Parágrafo Segundo – O CONSIGNANTE (empregador) figura na qualidade de Controlador dos dados quando fornecidos ao BANCO para tratamento, sendo este enquadrado como Operador dos dados. O BANCO será Controlador dos dados com relação a seus próprios dados e suas atividades de tratamento.
Parágrafo Terceiro – Os PARTÍCIPES estão obrigados a guardar o mais completo sigilo por si, por seus empregados ou prepostos, nos termos da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001 e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste CONVÊNIO, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da lei.
Parágrafo Quarto – Além das obrigações relacionadas no parágrafo anterior, são obrigados ainda a:
I- garantir que os dados foram e serão obtidos de forma lícita, com base legal apropriada nos termos da LGPD, inclusive para fins de compartilhamento ou tratamento inerentes ao escopo e para fins deste CONVÊNIO;
II- possuir sistemas que garantam que a utilização dos dados seja realizada de acordo com a LGPD, observando, a manifestação revogabilidade do consentimento feita pelo titular dos dados;
III- Adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;
IV- manter avaliação periódica do tratamento para garantir a segurança e qualidade do objeto desse CONVÊNIO;
V- fornecer, no prazo solicitado pelo outro PARTÍCIPE, informações, documentos, certificações e relatórios relacionados ao Tratamento, conforme diretrizes do Controlador dos dados; e
VI- auxiliar o outro PARTÍCIPE na elaboração de avaliações e relatórios de impacto à proteção aos dados pessoais e demais registros, documentos e solicitações requeridos por Lei.
E, estando assim justos e acordados, declaram-se cientes e esclarecidos quanto às cláusulas deste Convênio, firmando o presente em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos. (PR).
Guaíra/PR, 23 de novembro de 2020.
CONSIGNATÁRIA
BANCO DO BRASIL S/A
Joanisse Maria Pedron Mattiuzzi – Gerente Geral
CPF: 554.629.449-34
CONSIGNANTE
Heraldo Trento
Prefeito Municipal
CPF: 428.867.759-91
TESTEMUNHAS
Nome:
CPF:
Nome:
CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

AVENIDA MARÍLIA, 1920 – CENTRO
CEP: 87.470-000 – FONE/FAX: (44) 3534-8000
MARILUZ – PARANÁ
TERMO ADITIVO nº 002
CONTRATO Nº 10/2020 – LIC. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DESTINADA AO FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS HOSPITALARES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, E NOS ELEMENTOS INSTRUTORES DO EDITAL DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2020.
O Município de Mariluz, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público inscrito no CGC/MF nº 76.404.136/0001-29, através de seu representante legal, o Prefeito NILSON CARDOSO DE SOUZA, portador do RG. Nº 6.271.013-6 – SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 779.882.649-15, aqui denominado Contratante, do outro lado a Sra. FERNANDA PASSARELA FLORIANO, brasileiro (a), inscrito no CPF/MF sob o nº 087.395.339-80, residente e domiciliado na cidade de Umuarama, Estado do Paraná, representante da ÁGUIA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E SUPRIMENTOS, aqui denominado Contratada, resolvem aditivar o presente contrato, conforme o disposto nas Cláusulas seguintes:
Cláusula Primeira: Considerando alteração nos valores inicialmente contratados, com base nas Notas Fiscais e média de preços praticados no mercado, fica alinhado o item 160 – (LUVA DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTO, NÃO ESTÉRIL, TAMANHO M C/ 100 UNIDADES), passando de R$ 52,50 para R$ 98,00 - item 161 – (LUVA DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTO, NÃO ESTÉRIL, TAMANHO G C/ 100 UNIDADES), passando de R$ 52,50 para R$ 98,00, alterando por consequência o valor do contrato de R$ 615.743,55 (seiscentos e quinze mil, setecentos e quarenta e três reais e cinquenta e cinco centavos), para R$ 845.928,05 (oitocentos e quarenta e cinco mil e novecentos e vinte e oito reais e cinco centavos), em conformidade com o artigo 58-I c/c/ Art. 65 – Inciso I letra b da Lei 8.666/93.
Cláusula Segunda: Os Contratantes se comprometem a cumprirem todas as demais Cláusulas e Condições estipuladas no Contrato que não colidirem com o presente instrumento.
Mariluz, 01 de dezembro de 2020

Nilson Cardoso de Souza	Fernanda Passarela Floriano
Prefeito Municipal	Empresária
Contratante	Contratada

Testemunhas:

CÂMARA DE NOVA OLÍMPIA

ESTADO DO PARANÁ
RESOLUÇÃO Nº 001/2020
Súmula: Altera e dispositivos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Olímpia, Estado do Paraná.
A CÂMARA DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU PRESIDENTE PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:
Art. 1º - Ficam alterado o Artigo 16, 36, 95, 106, 111, 136 e 219 da Resolução 01/91 que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara de Nova Olímpia, que passam a vigorar com a seguinte redação:
Art. 16 - O Presidente proclamará os eleitos, com assinatura do respectivo termo, ficando automaticamente empossados a partir de 1º de janeiro.
Art. 36 - As deliberações do Plenário, conforme determinações constitucionais, legais ou regimentais, serão tomadas pôr:
I - Maioria Simples;
II - Maioria Absoluta;
III - Maioria de dois terços.
§ 1º - Dependem de maioria Simples
I - Os projetos de lei ordinária, de resolução e de decreto legislativo
§ 2º - Dependem da maioria absoluta dos Vereadores:
I - Deliberar sobre perda do mandato de Vereadores;
a) - Que infringir qualquer das proibições estabelecidas neste Regimento Interno e Lei Orgânica.
b) - Cujo procedimento seja declarado incompatível com o decoro parlamentar.
c) - Que sofrer condenação criminar em sentença transitada em julgado;
II - Rejeição de veto;
III - Aprovação de:
a) - Lei Complementar.
b) - Créditos Suplementares ou especiais para realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, em projetos de Lei de iniciativa do Prefeito.
IV - Eleição da Mesa, bem como para o preenchimento de qualquer vaga nela ocorrida, em primeiro escrutínio.
§ 3º - Dependem da maioria de dois terços dos Vereadores:
I - A aprovação de emenda à Lei Orgânica do Município:
II - A rejeição do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas que o Município deve anualmente prestar.
III – As matérias de competências privativas da Mesa Diretora.
IV - Toda e qualquer matéria relativa a plano de cargos de servidores.
§ 4º - As deliberações da Câmara Municipal e de suas comissões, ressalvado o disposto nos parágrafos anteriores, serão tomadas pôr maioria de votos, presentes a maioria absoluta de seus membros.
§ 5º - Exigem votação pôr escrutínio secreto:
I - Apreciação do veto;
II - Decisão sobre perda do mandato de Vereador;
III - Eleição dos cargos da Mesa.
Art. 95 - Terminada a leitura da matéria constante do Expediente, os vereadores inscritos em listas próprias, usarão da palavra pelo prazo de 10 (dez) minutos, na ordem inversa a da inscrição, para tratar de qualquer assunto de interesse público.
§ 3º - O Vereador que inscrito para falar, não se achar presente na hora em que lhe for dada a palavra, perderá a vez.
Art. 106 - As sessões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente, de ofício, por deliberação da Câmara, a requerimento da maioria dos membros da Casa, ou mediante solicitação do Prefeito.
§ 3º - As reuniões extraordinárias poderão ser realizadas e convocadas em qualquer dia da semana, inclusive nos sábados, domingos e feriados.
Art. 111 – Redigir-se á Ata com resumo dos trabalhos de cada sessão, cuja redação obedecerá ao padrão uniforme adotado pela Mesa.
§ 1º - As Atas serão organizadas em Anais, por ordem cronológica, encadernadas, digitalizadas e/ou arquivadas em mídia digital por sessão legislativa e recolhidas ao Arquivo da Câmara.
§ 2º - Da Ata constará a lista nominal de presença e ausência as sessões ordinárias e extraordinárias da câmara.
§ 3º - A Ata da última sessão, ao encerrar-se a sessão legislativa, será digitada e submetida a discussão e aprovação, presente qualquer número de Vereadores, antes de se levantar a Sessão.
Art. 133 - As emendas de Plenário serão apresentadas:
...
IV - A Emenda rejeitada em 1ª discussão, não poderá ser renovada na 2ª discussão.
Art. 219 - O Projeto de Decreto Legislativo para a fixação da remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito, e o Projeto de Resolução para a remuneração dos Vereadores, com vigência para a Legislatura subsequente, será apresentado pela Mesa Diretora, ou por qualquer membro dessa, e sua votação realizar-se-á anteriormente as eleições.
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.
Câmara Municipal de Nova Olímpia, 01 de dezembro de 2020.
JÚLIO CÉSAR PRADELLA
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA-PR

SOLICITAÇÃO DE PARALISAÇÃO DE OBRA

Município: ESPERANÇA NOVA
Obra: MEU CAMPINHO
Empresa contratada: O. S. L. INFRAESTRUTURA LTDA EPP
Contrato nº: 004/2017
Licitação nº: T.P. Nº 01/2020
Prazo de execução: 22/06/2020 à 19/12/2020

Prezado Senhor:

Viemos por meio deste, justificar ao Paranacidade – E. R. Maringá, que a obra de execução acima citada, esteve paralisada no período de 30/09/2020 à 30/10/2020, conforme solicitação encaminhada pela empresa em época. Esta paralisação não foi formalizada entre a Prefeitura Municipal de Esperança Nova com o E. R. Maringá, por isso, estamos comunicando formalmente através deste documento o período de paralisação ocorrido, conforme solicitado.

Nada mais a declarar, e ciente das responsabilidades pelas declarações prestadas, firmamos o presente.

Esperança Nova, 18 de novembro de 2020

VAILDIR HIDALGO MARTINEZ
Prefeito Municipal

KENYDEI CAZELOTO
Fiscal da Obra

OTÁVIO SANDRI LAMAS
Responsável Execução da Obra

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº.300/2020
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.
O PREFEITO DO MUNICIPIO DE IVATE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
ART. 1º. CONCEDER Licença Prêmio ao servidor AUGUSTO JORGE PEREIRA, portador da cédula de Identidade RG nº 3.828.140-2 SSP/PR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operário Braçal, lotado na Secretaria de Saúde, pelo prazo de 03 (três) meses decorrente do quinquênio adquirido no período de 2009 a 2014, no período de 23/10/2020 à 22/01/2021.
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE IVATE, Estado do Paraná, aos 13 dias do mês de Novembro do ano de 2020.
UNIVALDO CAMPANER
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 301/2020
CONCEDE férias a servidores Públicos Municipais.
O PREFEITO DO MUNICIPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. CONCEDER férias aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria de Serviços Públicos e Rodoviários, conforme segue:

Nº	NOME	PERÍODO DE AQUISIÇÃO	PERÍODO DE FRUIÇÃO
01	Daniel Rodrigues Pereira	14/04/2019 à 13/04/2020	16/12/2020 à 14/01/2021
02	Jurema Xavier Pinedo de Oliveira	09/08/2019 à 08/08/2020	01/12/2020 à 30/12/2020
03	Marcos Alexandre de Almeida	01/04/2019 à 31/03/2020	01/12/2020 à 30/12/2020
04	Natalina Aparecida da Veiga	09/08/2019 à 08/08/2020	01/12/2020 à 30/12/2020
05	Paulo Rogerio Facalde de Oliveira	01/09/2018 à 31/08/2019	16/12/2020 à 14/01/2021
06	Sirlei Aparecida da Costa	18/11/2019 à 17/11/2020	01/12/2020 à 30/12/2020
07	Valter Messias de Oliveira	08/03/2019 à 07/03/2020	01/12/2020 à 30/12/2020

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, aos 30 dias do mês de Novembro do ano de 2020.
UNIVALDO CAMPANER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 302/2020
Concede férias a servidora.
O PREFEITO DO MUNICIPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
ART. 1º. CONCEDER férias a servidora MARIA APARECIDA DOS SANTOS, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 9.559.318-6 SSP/PR, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Zelador, lotada na Secretaria de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 25/09/2019 à 24/09/2020, com fruição em 01/12/2020 à 30/12/2020.
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE IVATÉ, ESTADO DO PARANÁ, aos 30 dias do mês de Novembro de 2020.
UNIVALDO CAMPANER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº.303/2020
CONCEDE férias a servidores Públicos Municipais.
O PREFEITO DO MUNICIPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. CONCEDER férias aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria de Saúde, conforme segue:

Nº	NOME	PERÍODO DE AQUISIÇÃO	PERÍODO DE FRUIÇÃO
01	Gilmar Fontoura da Silva	13/09/2018 à 12/09/2019	30/11/2020 à 29/12/2020
02	Nivo Pegoraro	01/10/2018 à 30/09/2019	30/11/2020 à 29/12/2020
03	Samuel Pereira Custodio	14/04/2018 à 13/04/2019	15/12/2020 à 13/01/2021

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, aos 30 dias do mês de Novembro do ano de 2020.
UNIVALDO CAMPANER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 304/2020
Promove servidor na carreira por conhecimento na modalidade horizontal.
O PREFEITO DO MUNICIPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Complementar nº. 71/2015 de 20 de janeiro de 2015;
R E S O L V E:
Art. 1º. PROMOVER na carreira por conhecimento na modalidade horizontal, que é a passagem de uma classe para outra, na mesma referência, mediante comprovação de habilitação, obtida em instituição de Ensino, devidamente credenciada pela Portaria n.°1390, publicada no D.O.U. em 14/11/2008, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar 71/2015, de 20/01/2015, a servidora HELLEN MONICA DAVANÇO DE MEDEIROS, RG. 10.691.352-8, SSP/PR, admitida em 01/02/2016, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de ZELADOR, GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL BASICO "GOOB", atualmente na Classe "D", Referência 03, que apresentou Certificado de Conclusão de Curso de Pós- Graduação, em nível de especialização, intitulado Educação Especial: Ênfase em Neuropedagogia e Psicomotricidade, emitido em 25/09/2020 pela Instituição – Faculdade ALFA Umuarama, passando para a Classe "E", Referência 03, a partir de 01/12/2020.
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE IVATÉ, ESTADO DO PARANÁ, aos 30 dias do mês de Novembro do ano de 2020.
UNIVALDO CAMPANER
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 305/2020
Súmula: Concede promoção vertical na carreira, nos termos do Artigo 21 da Lei 678/2015.
O Prefeito do Município de Ivaté, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,
Considerando a Lei n.º 678/2015 de 10/12/2015; e
Considerando o parecer da Comissão Central de Avaliação, designada pela Portaria n.º 079/2018, de 19/02/2018, publicada em 21/02/2018, registrada em ata datada de 18/11/2020,
RESOLVE
Art. 1.º - PROMOVER verticalmente na carreira, que é a passagem do profissional do magistério de uma classe para a outra, dentro do mesmo nível, nos termos do Artigo 21 da Lei n.º 678/2015 de 10 de Dezembro de 2015, a servidora pública municipal Rosilei do Carmo Tonin Pestana, RG nº 5.415.288-4, admitida em 20/06/1996, Matricula Funcional nº 21781, do Grupo Ocupacional "Magistério", atualmente ocupando em seu 1º padrão, o cargo de provimento efetivo de Professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na Classe 'IX' e no Nível 'C', passando para a Classe 'X' no Nível 'C', passando sua faixa salarial a compor o símbolo correspondente a partir de 01 de Dezembro de 2020.
Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVATÉ, ESTADO DO PARANÁ, aos trinta dias do mês de Novembro do ano de Dois Mil e Vinte, (30/11/2020).
UNIVALDO CAMPANER
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 306/2020
Súmula: Concede promoção vertical na carreira, nos termos do Artigo 21 da Lei 678/2015.
O Prefeito do Município de Ivaté, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,
Considerando a Lei n.º 678/2015 de 10/12/2015; e
Considerando o parecer da Comissão Central de Avaliação, designada pela Portaria n.º 079/2018, de 19/02/2018, publicada em 21/02/2018, registrada em ata datada de 18/11/2020,
RESOLVE
Art. 1.º - PROMOVER verticalmente na carreira, que é a passagem do profissional do magistério de uma classe para a outra, dentro do mesmo nível, nos termos do Artigo 21 da Lei n.º 678/2015 de 10 de Dezembro de 2015, a servidora pública municipal Rosilei do Carmo Tonin Pestana, RG nº 5.415.288-4, admitida em 01/07/2003, Matricula Funcional nº 21861, do Grupo Ocupacional "Magistério", atualmente ocupando em seu 2º padrão, o cargo de provimento efetivo de Professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na Classe 'VI' e no Nível 'C', passando para a Classe 'VII' no Nível 'C', passando sua faixa salarial a compor o símbolo correspondente a partir de 01 de Dezembro de 2020.
Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVATÉ, ESTADO DO PARANÁ, aos trinta dias do mês de Dezembro do ano de Dois Mil e Vinte, (30/11/2020).
UNIVALDO CAMPANER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº.307/2020
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR.
O PREFEITO DO MUNICIPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Complementar Nº.009 de 01/12/1993:
R E S O L V E:
Art. 1º. Conceder Licença Sem Remuneração para Tratar de Interesse Particular ao servidor EVERALDO PREVITAL, portador da Cédula de Identidade RG. nº. 4.164.053-7, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Técnico Agropecuária, com lotação na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, pelo prazo de 02 (dois) anos, no período de 03 de Dezembro de 2020 à 02 de Dezembro de 2022.
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, aos 30 dias do mês de Novembro do ano 2020.
UNIVALDO CAMPANER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº308/2020
EXONERA JHONATAS BARBOSA DOS SANTOS.
O PREFEITO DO MUNICIPIO DE IVATÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art.1º. EXONERAR JHONATAS BARBOSA DOS SANTOS, portador da Cédula de Identidade RG. nº. 10.152.040-4 SSP/PR, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Diretor da Divisão de Obras, Projetos e Fiscalização de Posturas – CC-3, lotado na Secretaria de Planejamento, ficando revogadas as Portarias nº 352/2017 e 612/2018, a partir de 30 de Novembro de 2020.
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, aos 30 dias do mês de Novembro de 2020.
UNIVALDO CAMPANER
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 118/2020
ESTABELECE RECESSO ADMINISTRATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS ADMINISTRADAS PELO MUNICIPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 65, VI, da Lei Orgânica do Município de Nova Olímpia, e Considerando as festividades natalícias e de final de ano; Considerando a necessidade de paralisação dos serviços públicos não essenciais nestes dias comemorativos; Considerado a necessidade de reorganização de alguns serviços administrativos; Considerando ainda a necessidade de redução no custeio da Administração Pública Municipal,
DECRETA:
Art. 1º - Fica estabelecido Recesso Administrativo no período de 02 (dois) a 31 (trinta e um) de dezembro de 2020, para os setores administrativos localizados no Paço Municipal, exceto as Divisões Municipais de Contabilidade, Licitação e Compras e Recursos Humanos que permanecerão quando necessário trabalhando internamente sem atendimento ao público.
Parágrafo Único – O Posto Municipal do Detran e o Setor de Nota Produtor cumprirão Recesso Administrativo no período de 23 (vinte e três) de dezembro de 2020 a 31 (trinta e um) de dezembro de 2020. A partir do dia 02 (dois) de dezembro de 2020 à 22 (vinte e dois) de dezembro de 2020 estarão com atendimento especial ao público das 08:00 às 11:00 horas
Art. 2º - A Secretaria de Obras Viação e Serviços Urbanos cumprirá Recesso Administrativo no período de 02 (dois) a 31 de dezembro de 2020, exceto os serviços de coleta de lixo (limpeza pública) que permanecerão com suas atividades normais.
Art. 3º - A Secretaria de Saúde estará de Recesso Administrativo no período de 21 (vinte e um) de dezembro de 2020 a 31 (trinta e um) de dezembro de 2020, exceto o Hospital Municipal que continuará com atendimento normal à população.
Art. 4º - A Secretaria de Assistência Social estará de Recesso Administrativo no período de 02 (dois) de dezembro de 2020 a 31 (trinta e um) de dezembro de 2020.
Art. 5º - A Secretaria de Agricultura cumprirá recesso administrativo no período de 02 (dois) à 31 (trinta e um) de dezembro de 2020.
Art. 6º - Este Decreto entra em vigor nesta data.
Paço Municipal Prefeito Edivaldo Rodrigues Pessanha, 01 de dezembro de 2020.
JOÃO BATISTA PACHECO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº. 303/2020
Concede licença premio ao Servidor JOSE AUGUSTO PEREIRA LEAL
O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º CONCEDER licença prêmio ao Servidor JOSE AUGUSTO PEREIRA LEAL, portador da Cédula de Identidade Nº 3.430.497-1 SSP/PR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista Cat. D, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao qüinqüênio de 1999/2004, vencido e não fruído, no período de 01/12/2020 a 28/02/2021.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, aos 30 de novembro de 2020.
ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 304/2020
Concede licença Maternidade.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º CONCEDER licença Maternidade a servidora pública municipal MICHELE CRISTINA RODRIGUES DA ROCHA, portadora da Cédula de Identidade Nº. 8.828.034-8 SESP/PR, ocupante do cargo de provimento Efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período de 24/11/2020 a 23/03/2021.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, ao 01 de dezembro de 2020.
ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicações legais

CÂMARA MUNICIPAL DE MARILUZ

ESTADO DO PARANÁ

RESOLUÇÃO N01/2020
De 01 de dezembro de 2020.
Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Mariluz.
A CÂMARA MUNICIPAL DE MARILUZ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU PRESIDENTE PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:
REGIMENTO INTERNO
TÍTULO I
Da Câmara Municipal
CAPÍTULO I
Disposições Preliminares
Art. 1º. A Câmara Municipal de Mariluz, Estado do Paraná, é o poder Legislativo do Município, composto de Vereadores eleitos na forma da legislação vigente.
Art. 2º. A Câmara Municipal tem funções institucional, legislativa, fiscalizadora, administrativa, de assessoramento, além de outras permitidas em lei e reguladas neste Regimento Interno.
§ 1º A função institucional é exercida pelo ato de posse dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, da extinção de seus mandatos, da convocação de suplentes e da comunicação à Justiça Eleitoral da existência de vagas a serem preenchidas.
§ 2º A função legislativa é exercida dentro do processo legislativo por meio de emendas à Lei Orgânica, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, resoluções e decretos legislativos sobre matérias da competência do Município.
§ 3º A função fiscalizadora é exercida por meio de requerimentos sobre fatos sujeitos à fiscalização da Câmara e pelo controle externo da execução orçamentária do Município, exercido pela Comissão de Finanças e Orçamento, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
§ 4º A função julgadora é exercida pela apreciação do parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas do Município e pelo julgamento do Prefeito e dos Vereadores por infrações político-administrativas.
§ 5º A função administrativa é exercida apenas no âmbito da Secretaria da Câmara, restrita à sua organização interna, ao seu pessoal, aos seus serviços auxiliares e aos Vereadores.
§ 6º A função integrativa é exercida pela participação da Câmara na solução de problemas da comunidade, diversos de sua competência privativa e na convocação da comunidade para participar da solução de problemas municipais.
§ 7º A função de assessoramento é exercida por meio de indicações ao Prefeito, sugerindo medidas de interesse público.
§ 8º As demais funções são exercidas no limite da competência municipal quando afetas ao Poder Legislativo.
Art. 3º A sede da Câmara Municipal é na Av. Marília, nº 1890, onde serão realizadas as sessões, sendo reputadas nulas as realizadas em outro local, cabendo motivo justificado e aprovado pelo Plenário, a realização em local diverso.
§ 1º No recinto das sessões não poderão ser realizados atos estranhos às funções da Câmara, salvo nos casos em que o Presidente ceder o recinto para reuniões cívicas, culturais e partidárias.
§ 2º As sessões solenes poderão ser realizadas fora da sede da Câmara;
Art. 4º. Cada Legislatura será igual ao número de anos de duração dos mandatos eletivos, a cada ano correspondendo uma sessão legislativa.
Art. 5º. A Câmara Municipal reunir-se-á ordinariamente de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.
§ 1º Os períodos de 1º a 31 de julho e de 16 de dezembro a 14 de fevereiro são considerados de recesso legislativo.
§ 2° As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos, feriados ou ponto facultativo.
CAPÍTULO II
Das Sessões Preparatórias e da Posse
Seção I
Da Sessão de Instalação e Posse
Art. 6º. A Câmara Municipal instalar-se-á, em sessão especial às 10h00min horas do dia 1º de janeiro de cada legislatura com qualquer número, que será presidida pelo Vereador mais votado entre os presentes, ou, declinando este da prerrogativa, pelo mais votado dentre os que aceitarem, o qual designará um de seus pares como Secretário, para auxiliá-lo nos trabalhos.
Parágrafo único. Não haverá posse por procuração.
Art. 7º. Os Vereadores, munidos dos respectivos diplomas tomarão posse na sessão de instalação, cujo termo e demais trabalhos da sessão, serão lavrados na ata, em livro próprio pelo Secretário, sendo assinada pelos empossados e demais presentes, se estes assim o quiserem.
§ 1º No ato da posse o Presidente proferirá em voz alta o seguinte compromisso: "PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, OBSERVAR AS LEIS, CUMPRIR O REGIMENTO INTERNO DA CASA E DESEMPENHAR COM LEALDADE O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO, TRABALHANDO SEMPRE PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E BEM ESTAR DO SEU POVO". Em seguida, o Secretário fará a chamada de cada Vereador, que de pé, com o braço estendido para a frente, declarará em voz alta: "ASSIM O PROMETO".
§ 2º Após tomar o compromisso dos Vereadores presentes, o Presidente declarará empossados os Vereadores proferindo em voz alta: "DECLARO EMPOSSADOS OS VEREADORES QUE PRESTARAM O COMPROMISSO".
§ 3º Ato contínuo o Presidente dará início ao processo de eleição da Mesa Diretora, na qual só poderá votar e ser votado o Vereador que tiver sido regularmente empossado.
§ 4º Após a eleição da Mesa Diretora, conhecido seu resultado, o Presidente proclamará o resultado e empossará os eleitos nos seus respectivos cargos.
§ 5 Após a eleição e posse da Mesa Diretora, o Presidente eleito dará início ao processo de posse do Prefeito e Vice-Prefeito eleitos e diplomados, seguindo o mesmo rito da posse dos Vereadores e prestando o compromisso previsto na Lei Orgânica do Município, obedecida a programação previamente elaborada pelo cerimonial ou assessoria dos dois Poderes, sendo tudo lavrado em livro próprio pelo Primeiro Secretário, em sessão a ser realizada no dia 01 de janeiro, a partir das 10h00min horas, presidida pelo Vereador mais votado.
§ 6 Terminada a posse do Prefeito e Vice-Prefeito o Presidente solicitará a todos os eleitos e empossados a entrega da declaração de bens escrita, sendo o presente ato transcrito na ata.
§ 7 Ato contínuo o Presidente concederá a palavra, por cinco minutos, a todos os Vereadores, facultando a mesma ao Vice-Prefeito e Prefeito empossados, encerrando-se em seguida a solenidade.
§ 8º Não havendo quorum para se proceder a eleição, o Presidente suspenderá a sessão e convocará o Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores eleitos para tomarem posse, convocando sessões diárias sempre às 10:00 horas, até que se proceda a eleição normal e posse da Mesa.
Art. 8º. O Vereador que não tomar posse na sessão prevista no art. 6° deste Regimento, deverá fazê-lo dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar do início do funcionamento normal da Câmara, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.
Parágrafo único. O Vereador que se encontrar em situação incompatível com o exercício do mandato não poderá empossar-se sem prévia comprovação da desincompatibilização, no prazo a que se refere este artigo.
Seção II
Da inauguração da Sessão Legislativa Anual
Art. 9º. No dia 15 de fevereiro a Câmara Municipal reunir-se-á às 20h00min, em sessão de cunho solene e festivo para a inauguração da Sessão Legislativa Anual.
§ 1º Na primeira parte da sessão o Prefeito Municipal apresentará mensagem do Poder Executivo aos representantes do povo com assento na Câmara.
§ 2º Na Segunda parte o Presidente facultará a palavra, por cinco minutos, a todos os Vereadores para pronunciamento sobre o evento, encerrando-se em seguida a sessão.
TÍTULO II
Dos Órgãos da Câmara Municipal
CAPÍTULO I
Da Mesa da Câmara
Seção I
Da Eleição, Formação e Modificação da Mesa
Art. 10. A Mesa da Câmara compõe-se dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, com mandato de 02 (dois) anos, eleitos por votação, secreta e nominal.
Art. 11. O mandato da Mesa será de dois anos, permitidos a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.
Art. 12. A eleição dos membros da Mesa somente será válida, se presentes a maioria absoluta dos Vereadores.
Art. 13. As chapas que concorrerão à eleição da Mesa deverão ser apresentadas no início da sessão, à Presidência.
§ 1º Só serão aceitas e protocoladas as chapas que contenham os nomes completos e assinaturas dos candidatos aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2° Secretário.
§ 2º O Vereador só poderá participar de uma chapa, e, mesmo no caso de desistência, não poderá inscrever-se em outra.
§ 3º Para a eleição dos membros da Mesa, serão utilizadas para a votação, cédulas de papel, datilografadas ou impressas, contendo os nomes que comporão as respectivas chapas, seguidos dos cargos pela ordem, as quais serão depositadas em urna própria.
Art. 14. A eleição da Mesa para o segundo biênio, será realizada na última sessão ordinária da segunda Sessão Legislativa considerando-se automaticamente empossados os eleitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente.
Art. 15. Nas eleições para a composição da Mesa inicial de cada legislatura, bem como na sua renovação, poderão concorrer quaisquer Vereadores ainda que tenham participado da Mesa ocupando o mesmo cargo na legislatura imediatamente anterior.
Art. 16. O suplente de Vereador convocado não poderá ser eleito para qualquer cargo da Mesa salvo se sua substituição for em caráter definitivo.
Art. 17. Se nenhuma chapa obtiver maioria absoluta de votos, deverá ser realizado, imediatamente, novo escrutínio no qual será considerado eleito o mais votado, ou, no caso de empate, a que tiver o candidato mais idoso.
Art. 18. Os Vereadores eleitos para a Mesa no primeiro biênio da legislatura serão empossados mediante termo lavrado pelo Secretário na sessão em que se realizar sua eleição e entrarão imediatamente em exercício de seus mandatos.
Art. 19. Modificar-se-á a composição permanente da Mesa ocorrendo vaga em qualquer dos cargos que a compõem.
Art. 20. Considerar-se-á vago qualquer cargo da Mesa quando:
I - extinguir-se o mandato político do respectivo ocupante, ou, se este o perder;
II - for o Vereador destituído da Mesa por decisão do Plenário ou vier a falecer.
III – licenciar-se o membro da Mesa, do mandato de Vereador, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo por motivo de doença comprovada;
IV – houver renúncia do cargo da Mesa pelo titular com aceitação do Plenário.
Art. 21. A renúncia do Vereador ao cargo que ocupa na Mesa será sempre escrita, assinada e com firma reconhecida e será tida como aceita mediante a simples leitura em Plenário pelo detentor do mandato ou pelo 1º Secretário, exceto no caso previsto no parágrafo único do art. 23 deste Regimento, quando o Plenário deliberará sobre a aceitação ou não da renúncia.
Art. 22. A destituição de membro efetivo da Mesa, somente poderá ocorrer quando comprovadamente desidioso, ineficiente ou quando tenha se prevalecido do cargo para fins ilícitos, dependendo de deliberação do Plenário pelo voto de 2/3 (dois terços) dos Vereadores, acolhendo representação de qualquer Vereador assegurada a ampla oportunidade de defesa e contraditório.
Art. 23. Para o preenchimento do cargo vago na Mesa, haverá eleições suplementares na 1ª sessão ordinária seguinte àquela na qual se verificar a vaga, observando o disposto nos arts. 11 a 17.
Parágrafo único. No caso de não haver candidato para concorrer à eleição prevista no "caput" deste artigo, após três tentativas de eleição suplementar, em sessões ordinárias seguidas, assumirá o cargo vago, o Vereador mais votado entre os que não participam da Mesa.
Seção II
Da Competência da Mesa
Art. 24. A Mesa é o Órgão Diretor de todos os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara.
Art. 25. Compete à Mesa da Câmara privativamente, em colegiado:
I - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para a fixação e alteração da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;
II - apresentar Resolução que fixa o subsídio dos Vereadores, e, Projeto de Lei fixando o subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, ou ocupantes de cargos equivalentes;
III - apresentar as proposições concessivas de licenças e afastamento do Prefeito;
IV - elaborar a proposta orçamentária da Câmara a ser incluída no orçamento do Município;
V - representar em nome da Câmara, junto aos Poderes da União, do Estado e do Município;
VI - baixar ato para alterar a dotação orçamentária com recursos destinados às despesas da Câmara;
VII - organizar cronograma de desembolso das dotações da Câmara vinculadamente ao repasse mensal das mesmas pelo Executivo;
VIII - proceder a devolução à Tesouraria da Prefeitura do saldo de caixa existente na Câmara ao final de cada exercício;
IX - enviar ao Executivo, em época própria, as contas do Legislativo do exercício precedente, para sua incorporação às contas do Município;
X - proceder à redação das resoluções e decretos legislativos;
XI - deliberar sobre convocação de sessões extraordinárias da Câmara.
XII - receber ou recusar as proposições apresentadas sem observância das disposições regimentais;
XIII - deliberar sobre a realização de sessões solenes fora da sede da Edilidade;
XIV - determinar, no início da legislatura, o arquivamento das proposições não apreciadas na legislatura anterior.
Art. 26. O Vice-Presidente substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos eventuais e será substituído, nas mesmas condições, pelo 1º e 2º Secretários, respectivamente.
Art. 27. Quando, antes de iniciar-se determinada sessão ordinária ou extraordinária, verificar-se a ausência dos membros efetivos da Mesa, assumirá a Presidência o Vereador mais idoso presente, que convidará qualquer dos demais Vereadores para as funções de Secretário, sendo este último procedimento, aplicado também nos casos de ausência conjunta do 1° e 2° Secretários.
Art. 28. A Mesa se reunirá independente do Plenário, para apreciação prévia de assuntos que serão objeto da deliberação de Edilidade que por sua especialidade, demandem intenso acompanhamento e fiscalização ou ingerência do Legislativo.
Seção III
Da Competência Específica dos Membros da Mesa
Art. 29. O Presidente da Câmara é a mais alta autoridade da Mesa dirigindo-a, e ao Plenário, em conformidade com as atribuições que lhe conferem este Regimento Interno.
Art. 30. Compete ao Presidente da Câmara:
I - exercer, em substituição, a chefia do Executivo Municipal nos casos previstos em Lei;
II - representar a Câmara em Juízo, inclusive prestando informações em mandado de segurança contra ato da Mesa ou do Plenário;
III - representar a Câmara junto ao Prefeito, às autoridades federais e estaduais e perante as entidades privadas em geral;
IV - credenciar agente de imprensa, rádio ou televisão para o acompanhamento dos trabalhos legislativos;
V - fazer expedir convites para as sessões solenes da Câmara Municipal às pessoas que, por qualquer título, mereçam a deferência;
VI - conceder audiências ao público, a seu critério, em dias e hora prefixados;
VII - requisitar a força, quando necessária à preservação da regularidade do funcionamento da Câmara;
VIII - empossar os Vereadores retardatários e suplentes e declarar empossado o Prefeito, quando tratar-se de Presidente da Câmara no exercício da chefia do Executivo Municipal, após a investidura dos mesmos perante o Plenário;
IX - declarar extintos os mandatos dos Prefeitos, Vereadores e suplentes, nos casos previstos em lei, e, em face de deliberação do Plenário, expedir decreto legislativo de cassação do mandato;
X - convocar suplente de Vereador, quando for o caso;
XI - declarar destituído o membro da Mesa ou de Comissão Permanente, nos casos previstos neste Regimento;
XII - assinar, juntamente com o 1º Secretário, as resoluções e decretos legislativos;
XIII - dirigir as atividades legislativas da Câmara em geral, em conformidade com as normas legais e deste Regimento, e em especial exercendo as seguintes atribuições:
a) convocar sessões extraordinárias da Câmara, e comunicar os Vereadores das convocações oriundas do Prefeito, inclusive durante o recesso;
b) superintender a organização da pauta dos trabalhos legislativos;
c) anunciar o início e o término do Expediente e da Ordem do Dia;
d) determinar a leitura, pelo Vereador Secretário, das atas, pareceres, requerimentos e outras peças escritas sobre as quais deva deliberar o Plenário, na conformidade do Expediente de cada sessão;
e) cronometrar a duração do Expediente e da Ordem do Dia;
f) manter a ordem no recinto da Câmara concedendo a palavra aos Vereadores inscritos, caçando-a, disciplinando os apartes e advertindo todos os que incidirem em excesso, suspendendo as sessões, caso necessário;
g) resolver as questões de ordem;
h) interpretar o Regimento Interno, para aplicação aos casos omissos;
i) anunciar a matéria a ser votada e proclamar o resultado da votação;
j) proceder à verificação do quorum, de ofício ou a requerimento de Vereador;
l) encaminhar os processos e expedientes às Comissões Permanentes para parecer;
XIV- praticar os atos essenciais de intercomunicação com o Executivo notadamente:
a) receber as mensagens de proposta legislativa, fazendo-as protocolar;
b) encaminhar ao Prefeito por protocolo, os projetos de lei aprovados e comunicar-lhe os projetos de sua iniciativa desaprovados, bem como os vetos rejeitados ou mantidos;
c) solicitar ao Prefeito as informações pretendidas pelo Plenário e convocar a comparecer na Câmara os Secretários, ou ocupantes de cargos equivalentes, para explicações, na forma regular;
d) requisitar as verbas destinadas ao Legislativo, mensalmente;
e) solicitar mensagem com propositura de autorização legislativa para suplementação dos recursos da Câmara quando necessário;
XV - promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como, as leis não sancionadas pelo Prefeito no prazo, e as disposições constantes de veto rejeitado, fazendo-os publicar;
XVI - ordenar as despesas da Câmara Municipal e assinar cheques nominativos, juntamente com o 1º Secretário ou servidor legislativo designado expressamente para tal fim;
XVII - determinar licitação para contratações administrativas de competência da Câmara, quando exigível;
XVIII - apresentar ou colocar à disposição do Plenário mensalmente, o balancete da Câmara do mês anterior;
XIX - administrar o pessoal da Câmara fazendo lavrar e assinando os atos de nomeação, promoção, reclassificação, exoneração, aposentadoria, concessão de férias e de licença, atribuindo aos funcionários do Legislativo vantagens legalmente autorizadas, determinando a apuração de responsabilidade administrativa, civil e criminal de funcionários faltosos e aplicando-lhes penalidades, julgando os recursos hierárquicos de funcionários da Câmara e praticando quaisquer outros atos atinentes à essa área de sua gestão;
XX - mandar expedir certidões requeridas para defesa de direitos e esclarecimento de situações;
XXI - exercer atos de poder de polícia em quaisquer matérias relacionadas com as atividades da Câmara Municipal, dentro ou fora do recinto da mesma;
XXII - autografar os projetos de lei aprovados, para sua remessa ao Executivo;
XXIII – zelar para que os gastos da Câmara Municipal não excedam os limites previstos na Constituição da República, na Lei Orgânica do Município e na legislação federal aplicável.
¬¬¬¬¬Art. 31. O Presidente da Câmara, quando estiver substituindo o Prefeito nos casos previstos em lei, ficará impedido de exercer qualquer atribuição ou praticar qualquer ato que tenha implicação com a função legislativa.
Art. 32. O Presidente da Câmara poderá oferecer proposições ao Plenário, mas deverá afastar-se da direção da Mesa quando estiverem as mesmas em discussão ou votação.
Art. 33. O Presidente da Câmara poderá votar nos seguintes casos:
I – na eleição da Mesa;
II – quando a matéria exigir, para sua aprovação, voto favorável de dois terços ou da maioria absoluta dos membros da Câmara;
III – no caso de empate, nas votações públicas e secretas.
Art. 34. O vice-presidente da Câmara, salvo o disposto no art. 35 e seu parágrafo único, e, na hipótese de atuação como membro efetivo da Mesa nos casos de competência desse órgão, não possui atribuição própria, limitando-se a substituir o Presidente nas faltas e impedimentos, pela ordem.
Art. 35. O vice-presidente ou seu substituto promulgará e fará publicar as resoluções e decretos legislativos sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixe escoar o prazo para fazê-lo.
Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se também, às leis municipais, quando o Prefeito e o Presidente da Câmara sucessivamente, tenham deixado expirar o prazo da sua promulgação e publicação subsequente.
Art. 36. Compete ao 1º Secretário:
I - organizar o Expediente e a Ordem do Dia;
II - fazer a chamada dos Vereadores ao abrir-se a sessão e nas ocasiões determinadas pelo Presidente, anotando os comparecimentos e as ausências;
III - ler a ata, as proposições e os demais documentos que devam ser de conhecimento da Casa;
IV - fazer a inscrição dos oradores na pauta dos trabalhos;
V - elaborar a redação das atas, resumindo os trabalhos da sessão e assinando-as, juntamente com o Presidente;
VI - certificar a frequência dos Vereadores, para efeito de pagamento dos subsídios;
VII - registrar em livro próprio, os precedentes firmados na aplicação do Regimento Interno, para a solução de casos futuros;
VIII - manter em arquivo fechado as atas lacradas de sessões secretas;
IX - cronometrar o tempo das sessões e o do uso da palavra pelos Vereadores;
Parágrafo único. Compete ao Segundo Secretário substituir o Primeiro Secretário nas suas ausências, licenças e impedimentos, bem como auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições, quando da realização das sessões em Plenário.
Seção IV
Das Atribuições do Plenário
Art. 37 - O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara constituindo-se do conjunto de Vereadores em exercício, em local, forma e número legal para deliberar.
§ 1º Local é o recinto de sua sede
§ 2º A forma legal para deliberar é a sessão;
§ 3º Número é o quorum determinado na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e neste Regimento Interno, para realização de sessões e para as deliberações;
§ 4º Integra o Plenário, o suplente de Vereador regularmente convocado, enquanto dure a convocação;
§ 5º Não integra o Plenário o Presidente da Câmara, quando se achar em substituição ao Prefeito.
Art. 38. São atribuições do Plenário:
I - elaborar, com a participação do Poder Executivo, as leis municipais;
II - votar o orçamento anual, a lei de diretrizes orçamentárias e o plano plurianual;
III - legislar sobre tributos e estabelecer critérios gerais para a fixação dos preços dos serviços municipais;
IV - autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais, bem como, aprovar os créditos extraordinários;
V - autorizar a obtenção de empréstimos e operações de créditos, bem como, a forma e os meios de pagamento;
VI - autorizar a concessão de auxílio e subvenções de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;
VII - autorizar a concessão para exploração de serviços, ou de utilidade pública;
VIII - dispor sobre aquisição, administração, utilização e alienação dos bens do domínio do município;
IX - autorizar a remissão de dívidas e conceder isenções e anistias fiscais, bem como, dispor sobre moratória e benefícios;
X - criar, alterar e extinguir cargos públicos e fixar os respectivos vencimentos;
XI - dispor sobre denominação de próprios, vias e logradouros públicos;
XII - dispor sobre a fixação da zona urbana e de expansão urbana;
XIII - dispor sobre a organização e a estrutura básica dos serviços municipais;
XIV - estabelecer normas de política administrativa, nas matérias de competência do município;
XV - estabelecer o regime jurídico dos servidores municipais;
XVI - fixar os subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais ou ocupantes de cargos equivalentes, nos limites e critérios estabelecidos na Constituição Federal, Leis Federais, Estaduais e na Lei Orgânica do Município.
Parágrafo único. É de competência privativa do Plenário, entre outras:
I - eleger os membros de sua Mesa e destituí-los na forma regimental;
II - elaborar e votar seu Regimento Interno;
III - organizar os seus serviços administrativos;
IV - conceder licença ao Prefeito e aos Vereadores;
V - autorizar o Prefeito a ausentar-se do município por mais de 15 dias;
VI - criar comissões permanentes e temporárias;
VII - apreciar vetos;
VIII - cassar o mandato do Prefeito e dos Vereadores, nos casos previstos em lei;
IX - tomar e julgar as contas do Município;
X - conceder títulos de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem;
XI - requerer informações do Prefeito sobre assuntos referentes à administração;
XII - convocar os Secretários ou ocupantes de cargos equivalentes, para prestar informações dentro do prazo de 10 (dez) dias, sobre matéria de sua competência.
CAPÍTULO II
Das Comissões
Seção I
Disposições Gerais
Art. 39. As Comissões são órgãos técnicos, permanentes ou temporários, compostos de 03 (três) Vereadores com a finalidade de examinar matéria em tramitação na Câmara e emitir pareceres sobre a mesma, ou de proceder a estudos sobre assuntos de natureza essencial ou ainda de investigar determinados fatos de interesse da administração, com as seguintes denominações:
I – Comissões Permanentes;
II – Comissões Especiais;
III – Comissões Processantes;
IV – Comissões Parlamentares de Inquérito.
Art. 40. As Comissões, logo que constituídas, se reunirão para eleger os respectivos Presidentes, Secretários e Relatores, e definir os dias de reuniões ordinárias ou extraordinárias e a ordem dos trabalhos.
§ 1º Na Constituição das Comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos e blocos parlamentares que participem da Câmara.
§ 2º O Presidente da Câmara não poderá participar de Comissão Permanente, Comissão Parlamentar de Inquérito e de Comissão Processante.
Art. 41. O Presidente da Câmara poderá substituir, a seu critério, qualquer membro da Comissão Especial, observando o § 1º deste artigo, não se aplicando aos membros de Comissão Processante, Parlamentar de Inquérito ou Permanente.
Seção II
Das Comissões Permanentes
Art. 42. Às Comissões Permanentes incumbe estudar as proposições e assuntos distribuídos ao seu exame, manifestando sobre eles sua opinião para orientação do Plenário;
Parágrafo único. As comissões Permanentes são as seguintes:
I - Legislação, Justiça e Redação Final;
II - Finanças e Orçamento;
III - Obras, Serviços Públicos, Agropecuária e Indústria, Comércio e Turismo;
IV - Educação, Saúde e Assistência Social e Ecologia.
Seção III
Da Formação e Modificação das Comissões Permanentes
Art. 43. As comissões permanentes serão compostas, para atuação no biênio subsequente, mediante a indicação dos líderes partidários ou vereadores, e nomeadas pelo Presidente, assegurando-se, tanto quanto possível, a representação proporcional partidária.
Parágrafo único. A composição das comissões permanentes far-se-á na primeira sessão ordinária ou extraordinária da sessão legislativa e constará como o primeiro item da pauta da Ordem do Dia dessa sessão.
Art. 44. Recebidas às indicações, o Presidente as homologará, depois de ouvido o Plenário, presente a maioria absoluta dos membros da Câmara, considerando-se automaticamente empossados os membros indicados.
Parágrafo único. Nenhum vereador poderá figurar em mais de três comissões permanentes.
Art. 45 – Após a composição das Comissões, as mesmas reunir-se-ão para eleger os respectivos Presidentes e deliberar sobre os dias de reunião os quais serão designados em livro próprio.
Parágrafo único – O Presidente da Comissão Permanente designará um Relator para as matérias baixadas na comissão.
Art. 46. Nos casos de vaga, licença, impedimento ou omissão dos membros das comissões, cabe ao Presidente da Câmara a designação do substituto, escolhido, sempre que possível, dentro da mesma legenda partidária ou bloco parlamentar.
Art. 47. O membro da Comissão Permanente poderá, por motivo justificado, solicitar dispensa da mesma.
Art. 48. Os membros das Comissões Permanentes serão destituídos caso não compareçam, em cada sessão legislativa, à três reuniões consecutivas ordinárias ou a cinco intercaladas da respectiva Comissão, salvo motivo de força maior, devidamente comprovada.
Parágrafo único. A destituição dar-se-á por simples petição de qualquer Vereador, dirigida ao Presidente da Câmara que após comprovar a autenticidade da denúncia, declarará vago o cargo.
Seção IV
Do Funcionamento das Comissões Permanentes
Art. 49. As Comissões Permanentes poderão se reunir em regime de urgência, no período destinado à Ordem do Dia da Câmara, se a sessão for suspensa de ofício, pelo Presidente da Câmara.
Art. 50. As Comissões Permanentes poderão reunir-se extraordinariamente sempre que necessário, presentes pelo menos dois de seus membros, devendo, para tanto, serem convocados pelo respectivo Presidente.
Parágrafo único. As convocações extraordinárias das Comissões, fora da reunião, poderão ser feitas por escrito, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, por aplicativo de mensagem devidamente definido pela maioria da Comissão ou verbal, desde que conste em ata.
Art. 51. Das reuniões das Comissões Permanentes, lavrar-se-ão atas, em livro próprio ou por Parecer das Comissões, as quais serão assinadas pelos seus respectivos integrantes.
Art. 52. Compete ao Presidente das Comissões Permanentes:
I - convocar reuniões extraordinárias da Comissão;
II - presidir as reuniões da Comissão e zelar pela ordem dos trabalhos;
III - receber as matérias destinadas à Comissão;
IV - fazer observar os prazos dentro dos quais a Comissão deverá desincumbir-se de seus misteres;
V - representar a Comissão nas relações com a Mesa e o Plenário;
VI - conceder vista de matéria, por três dias, ao membro da Comissão que o solicitar, salvo nos casos de tramitação em regime de urgência;
VII - avocar o expediente, para emissão do parecer em 48 (quarenta e oito) horas, quando não tenha feito o relator no prazo regimental.
Art. 53. Encaminhada qualquer matéria ao Presidente da Comissão Permanente, este designar-lhe-á tramitação imediata.
Art. 54. É de 10 (dez) dias, corridos, o prazo para qualquer Comissão Permanente pronunciar-se, a contar da data do recebimento da matéria pelo seu Presidente.
§ 1º O prazo a que se refere este artigo será duplicado em se tratando de proposta orçamentária e de processo de prestação das contas do Município.
§ 2º O prazo a que se refere este artigo será reduzido pela metade, quando se tratar da matéria colocada em regime de urgência e de emendas e subemendas apresentadas à Mesa.
Art. 55. Qualquer Vereador ou Comissão poderá requerer por escrito, ou verbal, ao Plenário, a audiência da Comissão a que a proposição não tenha sido previamente distribuída, devendo fundamentar detidamente o requerimento.
Parágrafo único. Caso o Plenário acolha o requerimento, a proposição será enviada à Comissão, que se manifestará nos mesmos prazos previstos no art. 54 deste Regimento.
Art. 56. Escoado o prazo sem que tenha sido proferido o parecer, a matéria será incluída imediatamente na Ordem do Dia, para que o Plenário se manifeste sobre a dispensa do mesmo.
Art. 57. Somente serão dispensados os pareceres das Comissões, por deliberação do Plenário, mediante requerimento escrito, ou verbal, de Vereador ou por solicitação do Presidente da Câmara, quando se tratar de proposição colocada em regime de urgência, na forma prevista no § 2º do art. 53 deste Regimento.
Seção V
Da Competência Específica de Cada Comissão Permanente
Art. 58. Compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, manifestar-se em todas as proposições que tramitem na Casa, quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental, gramatical e lógico, salvo expressa disposição em contrário deste Regimento.
§ 1º Quando a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final emitir parecer pela inconstitucionalidade de qualquer proposição, será esta considerada rejeitada e arquivada definitivamente, por despacho do Presidente da Câmara, se o parecer contrário for pela unanimidade dos membros da Comissão, salvo se algum Vereador pedir que o Parecer seja submetido à apreciação do Plenário, o qual poderá rejeitar o Parecer da Comissão pelo voto da maioria absoluta dos seus membros.
§ 2º Tratando-se de inconstitucionalidade parcial, a Comissão poderá oferecer emenda corrigindo o vício.
§ 3º A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se-á sobre o mérito da proposição, assim entendida a colocação do assunto sob o prisma de sua conveniência, utilidade e oportunidade, nos seguintes casos:
I - organização administrativa da Prefeitura e da Câmara;
II - criação de entidade de administração indireta ou de Fundação;
III - aquisição e alienação de bens e imóveis do Município;
IV - concessão de licença ao Prefeito;
V - alteração de denominação de próprios municipais, vias e logradouros públicos;
VI - criação de Comissão Parlamentar de Inquérito;
VII - veto;
VIII – emenda ou reforma da Lei Orgânica do Município;
IX – concessão de título honorífico ou qualquer outra homenagem;
X - todas as demais matérias não consignadas às outras Comissões.
Art. 59. Compete a Comissão de Finanças e Orçamento opinar, obrigatoriamente, sobre as matérias de caráter financeiro e especialmente quanto ao mérito, quando for o caso de:
I – diretrizes orçamentárias;
II - proposta orçamentária e o plano plurianual;
III - matéria tributária;
IV - abertura de créditos, empréstimos públicos;
V - proposições que, direta ou indiretamente alterem a despesa ou a receita do Município;
VI - proposições que acarretam em responsabilidades ao erário municipal ou interessem ao crédito ou ao patrimônio público municipal;
VII – fixação ou aumento dos vencimentos do funcionalismo público;
VIII – fixação e atualização dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores.
Art. 60. Compete a Comissão de Obras, Serviços Públicos, Agropecuária e Indústria, Comércio e Turismo, opinar obrigatoriamente, quanto ao mérito, sobre as seguintes matérias:
I – código de obras e código de posturas;
II – Plano Diretor e de Desenvolvimento Integrado (PDDI);
III – aquisição, alienação e concessão de bens imóveis do Município;
IV – quaisquer obras, empreendimentos e execução de serviços públicos locais;
V - atividades produtivas em geral, públicas ou privadas, envolvendo os setores primário, secundário e terciário da economia do Município.
Art. 61. Compete à Comissão de Educação, Saúde, Assistência Social e Ecologia, apreciar e manifestar-se obrigatoriamente quando ao mérito em todos os projetos e matérias que versem sobre:
I - assuntos educacionais, artísticos e desportivos;
II - concessão de bolsas de estudo;
III - patrimônio histórico;
IV – saúde pública e saneamento básico;
V - assistência social e previdenciária em geral.
VI - reorganização administrativa da prefeitura nas áreas de educação, saúde, assistência social e ecologia;
VII - implantação de centros comunitários sob auspício oficial;
VIII – declaração de utilidade pública municipal a entidades que possuam fins filantrópicos.
Art. 62. É vedado a qualquer Comissão se manifestar sobre a constitucionalidade ou legalidade de qualquer proposição, contrariando o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.
Art. 63. Somente a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se-á sobre o veto.
Seção VI
Das Comissões Especiais e Processantes
Art. 64. As Comissões Especiais destinadas a proceder o estudo de assuntos de especial interesse do Legislativo, serão criadas através de resolução, aprovada em Plenário por maioria absoluta, proposta pela Mesa ou mediante requerimento de, pelo menos três Vereadores, com a sua finalidade específica e o prazo para apresentação do relatório de seus trabalhos.
§ 1º O Presidente da Câmara diante das indicações dos nomes dos Vereadores, feitas pelos seus representantes partidários ou blocos formados, fará constar na resolução de criação os nomes dos membros das Comissões Especiais, observando sempre que possível, a composição partidária proporcional.
§ 2º A Comissão Especial extinguir-se-á findo o prazo de sua duração, indicado na resolução que a constituir, haja ou não concluído os seus trabalhos.
§ 3º A Comissão Especial relatará suas conclusões ao Plenário, através do seu Presidente sob a forma de Relatório fundamentado e aprovado pela maioria de seus membros e se houver de propor medidas, oferecerá projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo, que deverá conter a assinatura de, pelo menos, dois de seus membros.
§ 4º No caso do Relatório não ser aprovado pela maioria de seus membros, o mesmo será remetido ao Presidente da Câmara, juntamente com as demais peças documentais existentes, para o seu arquivamento.
§ 5º Na votação do Relatório, os membros da Comissão poderão apresentar seu voto por escrito e devidamente fundamentado.
Art. 65. A Câmara constituirá Comissão Processante no caso de processo de cassação pela prática de infração político-administrativa do Prefeito ou de Vereador, observando-se os procedimentos e as disposições previstas neste Regimento Interno, Lei Orgânica do Município e Lei Federal aplicável.
Seção VII
Das Comissões Parlamentares de Inquérito
Art. 66. A Câmara Municipal, mediante requerimento fundamentado de um terço de seus membros, criará Comissão Parlamentar de Inquérito que funcionará na sede da Câmara, através de resolução baixada pela Presidência, no prazo de quarenta e oito horas, contadas da leitura do requerimento em Plenário, para apuração de fato determinado que se inclua na competência municipal e por prazo certo, que não será superior a noventa dias, prorrogáveis até por igual período, a juízo do Plenário, a qual terá poderes de investigação, além de outros previstos em lei e neste Regimento.
Parágrafo único. Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Município, que estiver devidamente caracterizado no requerimento e na resolução de criação da Comissão.
Art. 67. O Presidente da Câmara diante das indicações dos nomes dos Vereadores, feitas pelos seus representantes partidários ou blocos formados, fará constar na resolução de criação os nomes dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, observando sempre que possível, a composição partidária proporcional.
Parágrafo único. Não participará como membro de Comissão Parlamentar de Inquérito o Vereador que estiver envolvido ou que tiver interesse pessoal no fato a ser apurado.
Art. 68. Todos os atos e diligências da Comissão serão transcritos e autuados em processo próprio, em folhas numeradas, datadas e rubricadas pelo seu Presidente, contendo também a assinatura dos depoentes, quando se tratar de depoimentos tomados de autoridades ou de testemunhas.
§ 1º A Comissão Parlamentar de Inquérito, através da maioria de seus membros, no interesse da investigação poderá:
I – proceder vistorias e levantamentos nas repartições públicas municipais e entidades descentralizadas, onde terão livre ingresso e permanência;
II – requisitar de seus responsáveis a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários.
§ 2º No exercício de sua atribuição, poderá ainda, a Comissão Parlamentar de Inquérito, através de seu Presidente:
I – determinar as diligências que achar necessárias;
II – requerer a convocação de secretários municipais, ou ocupantes de cargo equivalente;
III – tomar depoimento de quaisquer autoridades municipais, exceto o Prefeito, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso;
IV – proceder a verificações contábeis em livros, papéis e documentos dos órgãos da Administração direta e indireta.
§ 3º As testemunhas serão intimadas e deporão sob as penas do falso testemunho previstas na legislação penal, e em caso de não comparecimento, sem motivo justificado, a intimação será solicitada ao juiz criminal da localidade onde as mesmas residem ou se encontram, na forma do Código de Processo Penal.
§ 4º Se não concluir seus trabalhos no prazo que lhe tiver sido estipulado, a Comissão se extinguirá, ficando prejudicada toda apuração já realizada, salvo se, antes do término do prazo, seu Presidente requerer a prorrogação por menor ou igual período e o requerimento for aprovado por maioria absoluta pelo Plenário, em sessão ordinária da Câmara.
§ 6º Qualquer Vereador poderá comparecer às reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito, mediante consentimento de seu Presidente, desde que:
I – não tenha participação nos debates;
II – conserve-se em silêncio durante os trabalhos;
III – não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa no recinto;
IV – atenda às determinações do Presidente.
§ 7º A Comissão concluirá seus trabalhos através de relatório final, que deverá conter:
I – a exposição dos fatos submetidos à apuração;
II – a exposição e análise das provas colhidas;
III – a conclusão sobre a comprovação ou não da existência dos fatos;
IV – a conclusão sobre a autoria dos fatos apurados como existentes;
V – a sugestão das medidas a serem tomadas, com sua fundamentação legal;
VI – a indicação das autoridades que tiverem competência para a adoção das providências reclamadas.
§ 8º Considera-se relatório final o elaborado pelo relator, desde que aprovado pela maioria dos membros da Comissão, e não o sendo, considera-se relatório final o elaborado por um dos membros com voto vencedor, designado pelo presidente da Comissão, o qual deverá ser assinado primeiramente por quem o redigiu e, em seguida, pelos demais membros.
§ 9º Na votação do relatório, os membros da Comissão poderão apresentar seu voto por escrito e devidamente fundamentado.
§ 10 O relatório final será protocolado na Secretaria da Câmara Municipal, acompanhado das demais peças do processo, para ser lido em Plenário, no Expediente da primeira sessão ordinária seguinte, o qual independerá de apreciação do Plenário, devendo o Presidente dar-lhe encaminhamento de acordo com as recomendações nele propostas.
TÍTULO III
Dos Vereadores
CAPÍTULO I
Disposições Preliminares
Seção I
Do Exercício da Vereança
Art. 69. Os Vereadores são agentes políticos investidos do mandato legislativo municipal, eleitos pelo sistema partidário e de representação proporcional por voto secreto e direto.
Art. 70. É assegurado ao Vereador, uma vez empossado:
I - participar de todas as discussões e votar nas deliberações do Plenário, salvo quando tiver interesse na matéria, direta ou indiretamente, o que comunicará ao Presidente;
II - votar na eleição da Mesa e das Comissões Permanentes;
III - apresentar proposição e sugerir medidas que visem o interesse coletivo, ressalvadas as matérias de iniciativa exclusiva do Executivo e da Mesa;
IV - concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões, salvo impedimentos;
V - usar da palavra em defesa das proposições apresentadas que visem o interesse do Município, ou em oposição às que julgar prejudiciais ao interesse público, sujeitando-se às limitações deste Regimento.
Seção II
Das Vedações, Perda do Mandato e Falta de Decoro
Art. 71. É vedado ao Vereador:
I - desde a expedição do diploma:
a) firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer à clausulas uniformes;
b) aceitar cargo, emprego ou função, no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta Municipal, salvo mediante aprovação em concurso público e observado o disposto do art. 38 da Constituição Federal.
II - desde a posse:
a) ocupar cargo, função ou emprego, na Administração Pública Direta ou Indireta do Município, de que seja exonerado "ad nutun", salvo o cargo de Secretário Municipal ou Diretor equivalente, desde que se licencie do mandato;
b) exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;
c) ser proprietário controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município, ou nela exercer função remunerada;
d) patrocinar causa junto ao Município em que seja interessado em qualquer das entidades a que se refere a alínea "a" do inciso I deste artigo.
Art. 72. Perderá o mandato o Vereador:
I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;
II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;
III - que utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;
IV - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade;
V - que fixar residência fora do Município;
VI - que perder ou tiver suspenso os direitos políticos.
§ 1º Nos casos dos incisos I e II a perda do mandato será declarada pela Câmara por voto secreto de 2/3 (dois terços) de seus membros, mediante provocação da Mesa ou de Partido Político representado na Câmara, assegurada ampla defesa e contraditório.
§ 2º Nos casos previstos nos incisos III a VI, a perda será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de Partidos Políticos representados na Casa, assegurada ampla defesa e contraditório.
§ 3º O processo de cassação do mandato de Vereador obedecerá, além dos parágrafos 1° e 2° deste artigo, o estabelecido em lei federal, na Lei Orgânica do Município e neste Regimento Interno.
§ 4º Sempre que o Vereador cometer, dentro do recinto da Câmara excesso que deva ser reprimido, o Presidente conhecerá do fato e tomará as providências seguintes, conforme a gravidade:
I - advertência em Plenário;
II - cassação da palavra;
III - determinação para retirar-se do Plenário;
IV - suspensão da Sessão, para entendimentos na sala da presidência, ou na secretaria;
V - proposta de cassação de mandato de acordo com legislação vigente.
§ 5º Considera-se atentatório do decoro parlamentar, quando o detentor do uso da palavra, usar expressões que configurem crimes contra a honra ou contenham incitamento à prática de crimes.
§ 6º. É incompatível com o decoro parlamentar:
I – o abuso das prerrogativas legais asseguradas ao Vereador;
II – a percepção de vantagens indevidas;
III – a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos dele decorrentes.
Seção III
Das Penalidades Por Falta de Decoro
Art. 73. As infrações definidas nos parágrafos 5° e 6° do artigo anterior, acarretam as seguintes penalidades, em ordem de gradação:
I – censura;
II – perda temporária do exercício do mandato, até o máximo de trinta dias;
III – perda do mandato.
Art. 74. A censura será verbal ou escrita:
§ 1º. A censura verbal será aplicada em sessão pelo Presidente da Câmara ou de Comissão, no âmbito desta, ao Vereador que:
I – inobservar os deveres inerentes do mandato ou os preceitos deste Regimento;
II – praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Casa;
III – perturbar a ordem nas sessões da Câmara ou nas reuniões das Comissões.
§ 2º A censura escrita será imposta pela Mesa, ao Vereador que:
I – na qualidade de detentor do uso da palavra, usar expressões atentatórias do decoro parlamentar;
II – praticar ofensas físicas ou morais no edifício da Câmara, ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou Comissão, ou os respectivos Presidentes.
Art. 75. Considera-se incurso na sanção de perda temporária do exercício do mandato, por falta de decoro parlamentar, o Vereador que:
I – reincidir nas hipóteses previstas nos parágrafos do artigo anterior;
II – praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos deste Regimento;
III – revelar conteúdo de debates ou deliberação que a Câmara ou Comissão haja resolvido, devam ficar secretas;
IV – revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenham tido conhecimento na forma regimental;
V – faltar sem motivo justificado, a cinco sessões ordinárias consecutivas, dentro da sessão legislativa ordinária.
§ 1º Nos casos dos incisos I a IV, a penalidade será aplicada pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria simples, assegurada ampla defesa ao infrator.
§ 2º Na hipótese do inciso V, a Mesa aplicará, de ofício, o máximo da penalidade, resguardado o princípio da ampla defesa e contraditório.
Seção IV
Da Suspensão do Exercício da Vereança
Art. 76. Extingue-se o mandato de Vereador, devendo ser declarado pelo Presidente da Câmara, obedecida a Legislação Federal, quando:
I - ocorrer falecimento, renúncia por escrito lida em Plenário, cassação dos direitos políticos ou condenação com pena acessória específica;
II - deixar de tomar posse, sem motivo justificado, perante a Câmara Municipal, dentro do prazo estabelecido no art. 8º deste Regimento;
III - deixar de comparecer em cada sessão Legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara Municipal, salvo por motivo de doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade, ou, ainda deixar de comparecer a cinco sessões extraordinárias convocadas por escrito pelo Presidente, para apreciação de matéria urgente, desde que comprovado o recebimento da convocação, em ambos os casos, assegurada ampla defesa;
IV - incidir nos impedimentos para o exercício do mandato estabelecidos em lei, não se desincompatibilizar até a posse, e, nos casos supervenientes, no prazo fixado em lei ou neste Regimento.
Art. 77. A extinção do mandato se torna efetiva pela declaração do ato ou fato pelo Presidente, que fará constar da ata da primeira sessão, comunicando ao Plenário e convocando imediatamente o respectivo Suplente.
Parágrafo único. Se o Presidente da Câmara se omitir nas providências deste artigo, o Suplente de Vereador, o Prefeito Municipal ou o Presidente do Partido Político, poderá requerer a declaração da extinção do mandato, por via judicial, de acordo com a lei federal.
Art. 78. A renúncia do Vereador será sempre escrita, assinada e com firma reconhecida, reputando-se aberta a vaga a partir da sua leitura em Plenário. pelo detentor do mandato ou pelo 1º Secretário.
Seção V
Do Processo Destituitório
Art. 79. Sempre que qualquer Vereador propuser a destituição de membro da Mesa, o Plenário, conhecendo da representação deliberará preliminarmente em face da prova documental oferecida por antecipação pelo representante sobre o processamento da matéria.
§ 1º Caso o Plenário se manifeste pelo processamento da representação, a mesma será atuada pelo 1º Secretário, Presidente ou o seu substituto legal, se for ele o denunciado, e determinará a notificação do acusado para oferecer defesa no prazo de 15 (quinze) dias e arrolar testemunhas até o máximo de 03 (três) , sendo-lhe enviada cópia da peça acusatória e dos documentos que a tenham instruído.
§ 2º Se houver defesa, anexada à mesma com os documentos que a acompanharem aos autos, o Presidente mandará notificar o representante para confirmar a representação ou retirá-la no prazo de 05 (cinco) dias;
§ 3º Se não houver defesa, ou se havendo e o representante confirmar a acusação, será sorteado relator para o processo e convocar-se-á sessão extraordinária para a apreciação da matéria na qual serão inquiridas as testemunhas de defesa e de acusação até o máximo de 03 (três) para cada lado;
§ 4º Não poderá funcionar como relator o membro da Mesa.
§ 5º Na sessão o relator, que se servirá de Assessor Jurídico da Câmara para coadjuvá-lo, inquirirá as testemunhas perante o Plenário, podendo qualquer Vereador formular-lhes perguntas do que se lavrará assentada.
§ 6º Finda a inquirição, o Presidente da Câmara concederá 30 (trinta) minutos para se manifestarem individualmente o representante, o acusado e o relator, seguindo-se a votação da matéria pelo Plenário.
§ 7º Se o Plenário decidir por 2/3 de votos dos Vereadores, pela destituição, será elaborado projeto de resolução pelo Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e o Presidente da Câmara declarará destituído o membro da Mesa.
CAPÍTULO II
Das Licenças, das Vagas
Art. 80. O Vereador poderá licenciar-se mediante requerimento dirigido a Presidência, nos seguintes casos:
I - por motivo de doença devidamente comprovada, com subsídios integrais;
II – para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa;
III - para desempenhar missões temporárias e de caráter cultural ou de interesse do Município.
§ 1º Ao Vereador licenciado nos termos do inciso III, a Câmara poderá determinar o pagamento de auxílio especial, no valor que estabelecer e na forma que especificar.
§ 2º Será considerado automaticamente licenciado o Vereador investido no cargo de Prefeito ou Secretário Municipal.
§ 3º Dar-se-á a convocação de suplente de Vereador nos casos de vaga, licença ou em impedimentos previstos na Lei Orgânica do Município.
§ 4º Sempre que ocorrer vaga, licença ou impedimento, o Presidente da Câmara convocará o respectivo Suplente que deverá tomar posse no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da convocação, salvo justo motivo aceito pela Câmara, quando se prorrogará o prazo.
§ 5º Em caso de vaga, não havendo Suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato, dentro de 48 (quarenta e oito) horas ao TRE, a quem compete realizar eleição para preenche-la se faltarem mais de 18 (dezoito) meses para o término do mandato.
§ 6º Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o quorum em função dos Vereadores remanescentes.
CAPÍTULO III
Dos Líderes
Art. 81. Os partidos políticos poderão ter líderes e vice-líderes na Câmara, que serão seus porta-vozes com prerrogativas constantes deste Regimento.
Art. 82. A indicação dos líderes será feita em documento subscrito pelos membros das representações majoritárias, minoritárias, blocos parlamentares ou pelos Partidos Políticos, à Mesa, nos 30 (trinta) dias que se seguirem à instalação do primeiro período legislativo anual.
§ 1º Os líderes indicarão os respectivos vice-líderes, dando conhecimento à Mesa da Câmara.
§ 2º Enquanto não houver a indicação dos líderes, serão tidos como tais os Vereadores mais votados da respectiva bancada;
§ 3º Não havendo unanimidade entre os Vereadores componentes da bancada, será considerado líder aquele cuja indicação tiver maior número de assinatura da respectiva bancada;
§ 4º Quando as bancadas entenderem de substituir seus líderes, deverão fazê-lo na forma prevista no "caput" deste artigo, tendo validade após leitura no Expediente de sessão ordinária da Câmara;
§ 5º Não serão reconhecidos como líderes para gozo das prerrogativas regimentais os representantes de grupos, ala, facções ou do Prefeito.
Art. 83. Os líderes terão 1/3 a mais do prazo para uso da palavra nos casos previstos no art. 161, incisos I a IV deste Regimento.
CAPÍTULO IV
Das Incompatibilidades e impedimentos
Art. 84. As incompatibilidades de Vereador são somente aquelas previstas na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município.
Art. 85. São impedimentos do Vereador aqueles indicados na Lei Orgânica do Município e neste Regimento Interno.
CAPÍTULO V
Dos Subsídios dos Vereadores
Art. 86. Os subsídios dos Vereadores serão fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, no último ano da legislatura para viger na subsequente, até 30 (trinta) dias antes das eleições municipais, observados os limites e critérios estabelecidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município.
Parágrafo único. Não prejudicarão o pagamento dos subsídios aos Vereadores presentes, a não realização de sessão por falta de quorum e a ausência de matéria a ser votada, e no recesso parlamentar, os subsídios serão pagos de forma integral.
Art. 87. Os subsídios fixados na forma do artigo anterior, poderão ser revistos anualmente, por lei específica, sempre na mesma data e sem distinções de índices, coincidentemente com a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos do Município.
§ 1°. Na fixação dos subsídios de que trata o "caput" deste artigo e na revisão anual prevista no parágrafo anterior, além de outros limites previstos na Constituição Federal e na Lei Orgânica, serão ainda observados os seguintes:
I – o subsídio máximo do Vereador corresponderá a 30% (trinta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais, quando a população do Município for de até dez mil habitantes;
II – o total da despesa com os subsídios dos vereadores, não poderá ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita do Município.
III – o limite máximo com despesa de pessoal, incluindo os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o montante de 6% da receita corrente líquida do município, efetivamente realizada no exercício anterior.
IV – a Câmara Municipal não gatará mais de 70% (setenta por cento) de sua despesa total com a folha de pagamento, incluído o gasto com os subsídios dos vereadores.
§ 2°. Para os efeitos do inciso II do parágrafo anterior, entende-se como receita do município, o somatório de todas as receitas, exceto:
I – a receita de contribuição de servidores destinadas à constituição de fundos ou reservas para o custeio de programas de previdência social, mantidos pelo Município, e destinados a seus servidores;
II – operações de crédito;
III – receita de alienação de bens móveis e imóveis;
IV – transferências oriundas da União ou do Estado através de convênio ou não para a realização de obras ou manutenção de serviços típicos das atividades daquelas esferas de Governo.
TÍTULO IV
Das Proposições e da sua Tramitação
CAPÍTULO I
Das Modalidades de Preposição e de sua Forma
Art. 88. Proposição é toda matéria sujeita a deliberação do Plenário, qualquer que seja o seu objeto.
Art. 89. São modalidades de proposição:
I - proposta de emenda à Lei Orgânica
II – projeto de lei complementar
III - projetos de lei;
IV – projetos de lei delegada;
V - projetos de decreto legislativo;
VI - projetos de resolução;
VII - projetos substitutivos;
VIII - emendas e subemendas;
IX - vetos;
X - pareceres das Comissões Permanentes;
XI - relatórios das Comissões Especiais de qualquer natureza;
XII - indicações;
XIII - requerimentos;
XIV - representações;
Art. 90. As proposições deverão ser redigidas em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e na ortografia oficial pelo seu autor.
§ 1º Considera-se autor da proposição, para efeitos regimentais, o seu primeiro signatário, sendo de simples apoio as assinaturas que se seguirem à primeira.
§ 2º Ao signatário da proposição só é lícito dela retirar sua assinatura antes da sua apresentação em Plenário.
Art. 91. Exceção feita às emendas, subemendas, indicações, requerimentos e vetos, as proposições deverão conter ementa indicativa do assunto a que se referem.
Art. 92. As proposições consistentes em projetos de lei, decreto legislativo, resolução ou projeto substitutivo, deverão ser oferecidas com justificativa, por escrito, ou verbal, em Plenário;
Parágrafo único. Nenhuma proposição poderá incluir matéria estranha ao seu objeto.
CAPÍTULO II
Das proposições em espécie
Art. 93. Toda matéria legislativa de competência da Câmara, dependente de manifestação do Prefeito, será objeto de projeto de lei; todas as deliberações privativas da Câmara, tomadas em Plenário, que independem do Executivo, terão forma de decreto legislativo ou de resolução, conforme o caso, exceto o veto e o relatório de Comissão Parlamentar de Inquérito, em que a Câmara Municipal não seja competente para deliberar.
§ 1º Destinam-se os decretos legislativos a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara, sem sanção do Prefeito e que tenham efeito externo, tais como:
I - concessão de licença ao Prefeito para afastar-se do cargo ou ausentar-se do Município por mais de quinze dias;
II - aprovação ou rejeição do parecer prévio sobre as contas do Município, proferido pelo Tribunal de Contas do Estado;
III - representação à Assembleia Legislativa sobre modificação territorial ou mudança do nome da sede do Município;
IV - mudança do local de funcionamento da Câmara;
V - cassação do mandato do Prefeito, na forma prevista na legislação pertinente.
§ 2º Destinam-se as resoluções a regulamentar matéria de caráter político e administrativo de sua economia interna, sobre as quais deva a Câmara pronunciar-se em casos concretos, tais como:
I - perda de mandato de Vereador;
II - concessão de licença a Vereador, para desempenhar missão temporária de caráter cultural ou de interesse do Município;
III - criação de Comissão Especial, ou Parlamentar de Inquérito;
IV - conclusões de Comissão de Inquérito ou Especial, quando for o caso;
V - qualquer matéria de natureza regimental;
VI - todo e qualquer assunto de sua organização economia interna, de caráter geral ou normativo.
Art. 94. A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, à Mesa da Câmara, às Comissões Permanentes, ao Prefeito e ao eleitorado, ressalvado os casos de iniciativa exclusiva do Executivo e da Mesa da Câmara, conforme determinação constitucional, legal ou deste Regimento.
Parágrafo único. O eleitorado exercerá o direito de iniciativa das leis, sob a forma de moção articulada subscrita, no mínimo, por 5% (cinco por cento) do total de eleitores do Município.
Art. 95. Substitutivo é o projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo apresentado por um Vereador ou Comissão para substituir outro já apresentado sobre o mesmo assunto.
Parágrafo único. Não é permitido substitutivo parcial ou mais de um substitutivo ao mesmo projeto.
Art. 96. Emenda é a proposição apresentada como acessório de outra.
§ 1º As emendas podem ser supressivas, substitutivas, aditivas e modificativas;
§ 2º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte da outra;
§ 3º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra;
§ 4º Emenda aditiva é a proposição que deve ser acrescentada à outra;
§ 5º Emenda modificativa é a proposição que visa alterar a redação de outra;
§ 6º A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.
Art. 97. As emendas serão apresentadas diretamente à Comissão, a partir do recebimento da proposição principal até o término de sua discussão pelo órgão técnico:
I - por Vereador;
II - por Comissão, quando incorporada ao parecer.
Parágrafo único. O Prefeito poderá formular modificações em proposições de sua autoria, em tramitação legislativa, através de mensagem aditiva.
Art. 98. Não serão admitidas emendas que impliquem aumento de despesa:
I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal;
II - nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara.
Art. 98. Veto é a oposição formal e justificada do Prefeito a projeto de lei aprovado pela Câmara por considerá-lo inconstitucional, ilegal, ou contrário ao interesse público.
Art. 100. Parecer é o pronunciamento por escrito de Comissão Permanente sobre matéria que lhe haja sido regimentalmente distribuída, podendo ser simplificado ou circunstanciado.
Parágrafo único. O parecer poderá ser acompanhado de projeto substitutivo ao projeto de lei, decreto legislativo ou resolução que suscitou a manifestação de Comissão.
Art. 101. Relatório de Comissão Especial é o pronunciamento escrito que encerra as suas conclusões sobre o assunto que motivou a sua constituição.
Parágrafo único. Quando as conclusões da Comissão Especial indicarem a tomada de medidas legislativas, o relatório poderá fazer-se acompanhar de projeto de lei, decreto legislativo ou resolução, salvo se tratar de matéria de iniciativa reservada ao Prefeito.
Art. 102. Indicação é a proposição escrita pela qual o Vereador sugere medidas de interesse público, dispensado o parecer das Comissões Permanentes.
§ 1º. Não é permitido dar a forma de indicação a assuntos regimentalmente reservados para constituir objeto de requerimento.
Art. 103. As indicações serão lidas na hora do Expediente e despachadas pelo Presidente para encaminhamento, independentemente de deliberação do Plenário.
Art. 104. Requerimento é todo pedido verbal ou escrito de Vereador ou de Comissão feito ao Presidente da Câmara ou por seu intermédio, sobre assunto do expediente, da Ordem do dia ou de interesse pessoal do Vereador, dispensada a audiência das Comissões Permanentes.
§ 1º Serão verbais e decididos pelo Presidente da Câmara os requerimentos que solicitem:
I - a palavra ou desistência dela;
II - permissão para falar sentado;
III - leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;
IV - observância de disposição regimental;
V - retirada, pelo autor, de proposição ainda não inscrita na Ordem do Dia;
VI - requisição de documento, processo, livro ou publicação existente na Câmara sobre proposição em discussão;
VII - justificativa de voto e sua transcrição em ata;
VIII - verificação de quorum;
IX - licença de Vereador para ausentar-se da sessão.
§ 2º Serão igualmente verbais e sujeitos a deliberação do Plenário os requerimentos que solicitem:
I - prorrogação de sessão ou dilatação da própria prorrogação e encerramento da sessão;
II - dispensa de leitura de matéria constante da Ordem do Dia;
IV - preferência para discussão de matéria ou redução de interstício regimental para discussão;
III - destaque de matéria para votação;
IV - votação a descoberto;
V - encerramento de discussão;

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE

Publicaçõs legais

CÂMARA MUNICIPAL DE MARILUZ

ESTADO DO PARANÁ

VI - inclusão de proposição em regime de urgência;
VII - votos de louvor, congratulações, pesar ou repúdio;
VIII - impugnação ou retificação da ata;
IX - manifestação do Plenário sobre aspectos relacionados com a matéria em debate;
X - dispensa de discussão de proposição com todos os pareceres favoráveis;
XI – declaração em Plenário de interpretações do Regimento;
XII – pedido de vistas a Proposições em pauta, pelo prazo de até 10 (dez) dias, corridos, desde que a proposição não tenha sido declarada em regime de urgência e não seja objeto de deliberação em sessões extraordinárias;
§ 3º Serão escritos e sujeitos à deliberação do Plenário os requerimentos que versem sobre:
I - audiência de Comissão Permanente;
II - juntada de documentos a processo ou desentranhamento;
III – transcrição integral de proposição ou documento em ata;
IV - anexação de proposições com objeto idêntico;
V - informações solicitadas ao Prefeito ou por seu intermédio;
VI - constituição de Comissões Especiais e de Inquérito;
VII - retirada de proposição já inscrita na Ordem do Dia;
IX - convocação de Secretário Municipal ou ocupantes de cargos equivalentes, para prestar esclarecimento em Plenário.
Art. 105. Representação é a exposição escrita e circunstanciada de Vereador ao Presidente da Câmara visando a destituição de membro da Mesa nos casos previstos neste Regimento.
Parágrafo único. Para efeitos regimentais, equipara-se à representação, a denúncia contra o Prefeito ou Vereador, sob acusação de prática de ilícito político-administrativa.
Art. 106. Moção é a manifestação política da Câmara sobre determinado assunto, aplaudindo, hipotecando solidariedade ou apoio, apelando, protestando ou repudiando.
Parágrafo único. A Moção será apresentada por requerimento escrito, acompanhado do respectivo texto, que será submetido à deliberação do Plenário.
Art. 107. A Moção poderá ser subscrita por apenas um Vereador.
Art. 108. Lida em Plenário, será submetida à deliberação por maioria simples dos vereadores presentes, por uma única vez.
CAPÍTULO III
Da Apresentação das proposições
Art. 109. As proposições escritas, com exceção das indicações e requerimentos, para constar na pauta de sessão ordinária, deverão ser apresentadas com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência na Secretaria da Câmara, que as protocolará, numerando-as e encaminhando-as ao Presidente.
Art. 111. Os projetos substitutivos das Comissões, os vetos, os pareceres, bem como os relatórios das Comissões Especiais, serão apresentados nos próprios processos com encaminhamento ao Presidente da Câmara.
Art. 112. As emendas e subemendas serão apresentadas à Mesa até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão em cuja Ordem do Dia se ache incluída a respectiva proposição, a não ser que sejam oferecidas por ocasião dos debates, ou se tratar de projeto em regime de urgência, ou ainda, quando estejam assinadas pela maioria absoluta dos Vereadores.
§ 1º As emendas à proposta orçamentária, ao plano plurianual e às diretrizes orçamentárias serão oferecidas no prazo de 10 dias, a partir da inserção da matéria no expediente, à Comissão de Finanças e Orçamento.
§ 2º As emendas aos projetos de codificação e de estatutos serão apresentadas no prazo de 15 dias à comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, a partir da data em que esta receba o processo, sem prejuízo daquelas oferecidas por ocasião dos debates.
Art. 113. As representações far-se-ão acompanhar, obrigatoriamente, de documentos hábeis que as instruam e, a critério de seu autor, de rol de testemunhas, devendo ser oferecidas em tantas vias quantos forem os acusados.
Art. 114. O Presidente, conforme o caso, não aceitará proposição:
I - em matéria que não seja de competência do Município;
II - que versar sobre assuntos alheios à competência da Câmara ou privativos do Executivo;
III - que visa delegar a outro Poder atribuições próprias do Legislativo, salvo a hipótese de lei delegada;
IV - que, sendo de iniciativa do Prefeito, tenha sido apresentada por Vereador;
V - que seja apresentada por Vereador licenciado, afastado ou ausente;
VI - que tenha sido rejeitada anteriormente na mesma sessão Legislativa, salvo se tratar de matéria de iniciativa exclusiva do Prefeito, ou quando tenha sido subscrita pela maioria absoluta dos membros da Câmara;
VII - que seja formalmente inadequada, por não serem observados os requisitos dos artigos 89 a 92 deste Regimento;
VIII - quando a emenda ou subemenda for apresentada fora do prazo, e não observar a restrição constitucional ao poder de emendar ou não tiver relação com a matéria da proposição principal;
IX - quando a Indicação versar matéria que em conformidade com este Regimento, deva ser objeto de requerimento;
X - quando a Representação não se encontrar devidamente documentada ou argüir fatos irrelevantes ou impertinentes;
XI – quando o Substitutivo não versar sobre o mesmo assunto do projeto de origem.
Parágrafo único. Exceto nas hipóteses dos incisos VII e XI, caberá recurso do autor ou autores ao Plenário no prazo de 05 (cinco) dias, o qual será distribuído à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para o devido parecer.
CAPÍTULO IV
Retirada de Proposições
Art. 115. A retirada de proposição em curso na Câmara é permitida:
I – quando de autoria de um, com apoiamento de mais Vereadores, mediante requerimento da maioria dos subscritores;
II – quando de autoria de Comissão ou da Mesa, mediante requerimento da maioria de seus membros;
III – quando de autoria do Poder Executivo, mediante solicitação do autor, por escrito, não podendo ser recusada;
IV – quando de iniciativa popular, mediante requerimento assinado por metade mais um dos seus subscritores;
§ 1º O requerimento de retirada de proposição não poderá ser apresentado quando já iniciada a votação da matéria.
§ 2º. Se a proposição ainda não estiver incluída na Ordem do Dia, o requerimento será decidido pelo Presidente, em caso contrário, pelo Plenário.
§ 3º A proposição retirada na forma deste artigo não poderá ser reapresentada na mesma sessão legislativa, salvo deliberação do Plenário.
Art. 116. Os requerimentos a que se refere o § 1º do art. 104, serão indeferidos quando impertinentes, repetitivos ou manifestados contra expressa disposição regimental, sendo incorrigível a decisão.
CAPÍTULO V
Da Tramitação das Proposições
Art. 117. Recebida qualquer proposição escrita será encaminhada ao Presidente da Câmara, que determinará imediatamente a sua tramitação, observando o disposto neste Capítulo.
§ 1º Para iniciar a tramitação, com a leitura no Plenário, toda matéria, com exceção das indicações, requerimentos e das emendas oferecidas por ocasião dos debates, será fotocopiada e digitalizada para ser distribuída pessoalmente ou enviada por e-mail e aplicativo de mensagens aos Vereadores, os quais, obrigatoriamente, deverão manter atualizados seus dados cadastrais junto à Secretaria da Câmara Municipal.
Art. 118. Quando a proposição consistir em projeto de lei, de decreto legislativo, de resolução ou de projeto substitutivo, uma vez lida pelo 1º Secretário durante o Expediente, será pelo Presidente encaminhada às Comissões competentes, para os pareceres técnicos.
§ 1º Durante o período de recesso legislativo, as proposições recebidas do Poder Executivo, em regime de urgência, serão encaminhadas por despacho do Presidente às comissões competentes para parecer no prazo regimental.
§ 2º Emitidos os pareceres pelas comissões, caberá ao Presidente designar sessão extraordinária para apreciação e votação das proposições.
Art. 119. As emendas e subemendas, serão obrigatoriamente apreciadas pelo Plenário.
Art. 120. Sempre que o Prefeito vetar, no todo ou em parte, determinada proposição aprovada pela Câmara, comunicando o veto a esta, a matéria será incontinenti encaminhada a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.
§ 1º A apreciação do veto pelo Plenário da Câmara será, dentro de 30 dias a contar de seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto de maioria absoluta dos Vereadores.
§ 2º Rejeitado o veto, será o projeto enviado ao Prefeito para a promulgação.
§ 3º A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.
§ 4º Na apreciação do veto a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação no texto aprovado.
Art. 121. As indicações, após lidas no Expediente, serão encaminhadas, independente de deliberação do Plenário, a quem de direito, através da Secretaria da Câmara.
Parágrafo único. No caso de entender o Presidente que a indicação não deva ser encaminhada, dará conhecimento da decisão ao autor e solicitará o pronunciamento do Plenário sobre a mesma.
Art. 122. Os requerimentos que se referem os §§ 1º e 2º do art. 104, serão apresentados em qualquer fase da sessão e postos imediatamente em tramitação independente de sua inclusão no Expediente ou na Ordem do Dia.
Art. 123. Durante os debates, na Ordem do Dia, poderão ser apresentados requerimentos que se refiram estritamente ao assunto discutido, sendo deliberado pelo Plenário, sem prévia discussão, admitindo-se, entretanto, encaminhamento de votação pelo proponente e pelos líderes partidários.
CAPÍTULO VI
Do Regime de Urgência
Art. 124. As proposições poderão tramitar em regime de urgência.
§ 1º O regime de urgência implica que a matéria seja deliberada em votação final dentro de no máximo duas sessões, devendo os prazos para pareceres e apresentações de emendas serem reduzidos para metade do prazo previsto neste Regimento, e a não concessão de vistas.
§ 2º Caso as Comissões não emitam parecer na matéria tratada em regime de urgência, o Presidente da Câmara no dia previsto para votação final da matéria, suspenderá a Sessão na Ordem do Dia e determinará que as comissões em conjunto emitam o parecer e se prossiga a deliberação na mesma sessão.
Art. 125. A concessão de regime urgência dependerá de aprovação do Plenário, mediante provocação da Mesa, de Comissão, de autores da proposição, ou ainda, por proposta da maioria dos membros da edilidade, salvo o disposto no parágrafo único deste artigo.
§ 1º O Plenário concederá a urgência quando a proposição, por seus objetivos, exija apreciação pronta, sem o que perderá a oportunidade ou a eficácia e quando se tratar de matéria de relevante interesse público que exige, por sua natureza, a pronta deliberação.
§ 2º Concedido o regime de urgência, na mesma sessão o Presidente encaminhará o projeto às Comissões competentes, que poderão em conjunto emitir o parecer sobre o projeto.
Parágrafo único. Serão incluídos no regime de urgência, independente de manifestação do Plenário, as seguintes matérias:
I - a proposta orçamentária a partir do escoamento da metade do prazo de que disponha o Legislativo para apreciá-la;
II - os projetos de lei do executivo sujeitos à apreciação em prazo certo a partir das 03 (três) últimas sessões que se realizem no intercurso daquele;
III - o veto quando escoados 2/3 do prazo para sua apreciação.
Art. 126. Quando por extravio ou retenção indevida não for possível o andamento de qualquer proposição já estando vencidos os prazos regimentais, o Presidente fará reconstituir o respectivo processo e determinará a sua retramitação.
TÍTULO V
Das Sessões da Câmara
CAPÍTULO I
Das Sessões em Geral
Art. 127. As sessões da Câmara serão ordinárias, extraordinárias ou solenes, assegurado o acesso, às mesmas, do público em geral.
§ 1º Para assegurar maior publicidade às sessões da Câmara, poder-se-á publicar a pauta e o resumo dos seus trabalhos através da internet e imprensa, oficial ou não.
§ 2º Qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara, na parte do recinto reservado ao público, desde que:
I - apresente-se convenientemente trajado;
II - não porte arma;
III - conserve-se em silêncio durante os trabalhos;
IV - não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passar em Plenário;
V - atenda às determinações do Presidente.
§ 3º O Presidente determinará a retirada do assistente que se conduza de forma a perturbar os trabalhos e evacuará o recinto, sempre que julgar necessário.
Art. 128. As sessões da Câmara deverão ser realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento, observadas as exceções da Lei Orgânica do Município.
Parágrafo único. Comprovada a impossibilidade de acesso àquele recinto ou outra causa que impeça a sua utilização, poderão ser realizadas sessões em outro local, por decisão do Plenário.
Art. 129. A Câmara poderá realizar sessões secretas, por deliberação de 2/3 dos seus membros, para tratar de assuntos de sua economia interna, quando seja o sigilo necessário a preservação do decoro parlamentar.
Parágrafo único. Deliberada a realização de sessão secreta ainda que para realizá-la se deva interromper a sessão pública, o Presidente determinará a retirada do recinto e de suas dependências, dos assistentes, dos funcionários da Câmara e dos representantes da imprensa, rádio e televisão.
Art. 130. A Câmara somente se reunirá quando tenham comparecido, à sessão, pelo menos 1/4 dos Vereadores que a compõem, não podendo, contudo, deliberar sobre nenhuma matéria, sem que estejam presentes a maioria absoluta de seus membros.
Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às sessões solenes e de instalação, que se realizarão com qualquer número de Vereadores presentes.
Art. 131. Durante as sessões, somente os Vereadores poderão permanecer na parte do recinto que lhes é destinada.
§ 1º A convite da Presidência, ou por sugestão de qualquer Vereador, poderão situar-se nessa parte para assistir a sessão, as autoridades públicas federais, estaduais e municipais presentes ou personalidades que estejam sendo homenageadas.
§ 2º Os visitantes recebidos em Plenário em dias de sessão, poderão usar da palavra para agradecer a saudação que lhes seja feita pelo Legislativo.
CAPÍTULO II
Das Atas das Sessões
Art. 132. De cada sessão da Câmara lavrar-se-á ata dos trabalhos contendo, sucintamente, os assuntos tratados a fim de ser submetida ao Plenário.
§ 1º As indicações e os requerimentos apresentados em sessão serão indicados na ata somente com menção da respectiva numeração e as demais proposições e documentos com a menção do objeto a que se referirem, salvo requerimento de transcrição integral, aprovado pelo Plenário.
§ 2º A ata poderá ser impugnada, quando for totalmente inválida, por não descrever os fatos e as situações realmente ocorridas, mediante requerimento verbal de impugnação, aprovado pelo Plenário.
§ 3º Poderá ser requerida a retificação da ata, quando nela houver omissão ou equívoco.
§ 4º Cada Vereador poderá falar uma vez sobre a ata para pedir a sua retificação ou impugná-la.
§ 5º Requerida a impugnação ou solicitada a retificação da ata, o Plenário deliberará imediatamente a respeito.
§ 6º Aceita a impugnação, lavrar-se-á nova ata, e aprovada a retificação, será ela incluída na ata da sessão em que ocorrer a sua votação.
§ 7º Votada e aprovada a ata, será assinada pelo Presidente e pelo 1º Secretário.
§ 8º Não poderá requerer a impugnação ou retificação da ata o Vereador ausente à sessão a que a mesma se refira.
§ 9º A ata de sessão secreta será lavrada, lida e aprovada na mesma sessão, sendo ainda lacrada e arquivada, com rótulo datado e rubricado pela Mesa e somente poderá ser reaberta em outra sessão igualmente secreta por deliberação do Plenário, a requerimento da Mesa ou de 1/3 dos Vereadores.
Art. 133. A ata da última sessão de cada legislatura será redigida e submetida à aprovação na própria sessão, com qualquer número, antes de seu encerramento.
CAPÍTULO III
SEÇÃO I
Das Sessões Ordinárias
Art. 134. As sessões ordinárias serão semanais devendo ocorrer nas segundas-feiras de cada semana, com duração de até 03 (três) horas iniciando-se às 20:00 horas.
§ 1º A prorrogação das sessões ordinárias poderá ser determinada pelo Plenário, por proposta do Presidente ou a requerimento verbal de Vereador, pelo tempo estritamente necessário, jamais inferior a 15 minutos, para a conclusão de votação de matéria já discutida.
§ 2º O tempo da prorrogação será previamente estipulado no requerimento e somente será apreciado se apresentado até 10 minutos antes do encerramento da Ordem do Dia.
§ 3º Antes de escoar-se a prorrogação autorizada, o Plenário poderá prorrogá-la à sua vez, devendo o novo requerimento ser oferecido até 05 (cinco) minutos antes do término daquela.
§ 4º Havendo 02 (dois) ou mais pedidos simultâneos de prorrogação será votado o que visar menor prazo, ficando prejudicados os demais.
Art. 135. As sessões ordinárias compor-se-ão das seguintes partes:
I – Expediente;
II - Ordem do Dia;
III – Explicações Pessoais;
Parágrafo único. As sessões poderão ser prorrogadas por tempo que permita o cumprimento da Ordem do Dia, por iniciativa do Presidente ou a requerimento verbal de Vereador, aprovado pelo Plenário.
SUBSEÇÃO I
Do Expediente
Art. 136. O Expediente terá duração de UMA HORA, contado do início da sessão, e destinar-se-á:
I – leitura e aprovação da Ata da Sessão anterior;
II – leitura do expediente recebido do Prefeito Municipal;
III – relação sumária dos demais expedientes recebidos;
IV – leitura do sumário das proposições apresentadas, na seguinte ordem:
a) projetos de lei;
b) projetos de resolução e decretos-legislativos;
c) indicações;
d) requerimentos;
e) moções;
§ 1º As proposições de iniciativa dos Vereadores deverão ser entregues 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão, observadas as normas regimentais e administrativas aplicáveis.
§ 2º Por solicitações dos Vereadores interessados, serão dadas cópias dos documentos apresentados no expediente.
§ 3º Apenas as matérias, propostas em Regime de Urgência, poderão ser apresentadas até o encerramento da leitura das proposições contidas na alínea “e”, deste artigo.
Art. 137. Terminada a leitura da matéria em pauta, os Vereadores inscritos em livro próprio usarão da palavra pelo prazo máximo de 10 (dez) minutos, para tratar de qualquer assunto de interesse público.
§ 1º Ao orador que for interrompido pelo final da hora do expediente, será assegurado o direito ao uso da palavra em primeiro lugar na sessão seguinte, para completar o tempo que foi concedido na forma deste artigo.
§ 2º As inscrições dos oradores para o Expediente serão feitas em livro especial, de próprio punho, pelo Primeiro Secretário ou Servidor da Câmara.
§ 3º O Vereador que inscrito para falar, não se achar presente na hora em que lhe for dada a palavra, perderá a vez e só poderá ser de novo inscrito em ultimo lugar na lista organizada.
SUBSEÇÃO II
Da Ordem do Dia
Art. 138. A Ordem do Dia terá duração de até 60 (sessenta) minutos e destinar-se-á à apreciação das matérias constantes na pauta da sessão.
§ 1º Na sessão em que não houver pauta para a Ordem do Dia, o tempo previsto para esta será incorporado ao Expediente.
§ 2º Na Ordem do Dia, verificar-se-á previamente o número de Vereadores presentes e só será iniciada mediante a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.
§ 3º Não se verificando quorum regimental, o Presidente aguardará por 15 minutos, como tolerância, antes de declarar encerrada a sessão.
§ 4º A ausência às votações equipara-se, para todos os efeitos, ausência às sessões, ressalvada a que se verificar a título de obstrução parlamentar legítima, aprovada pelo líder e comunicada à Mesa.
§ 5º O Presidente determinará ao 1º Secretário ou ao Servidor Designado, a leitura de proposição sujeita à deliberação do Plenário, para oferecimento de emendas, na forma prevista neste Regimento.
§ 6º A pauta da Ordem do Dia obedecerá a seguinte ordem:
I – matérias em regime de urgência especial;
II – matérias em regime de urgência simples;
III – vetos;
IV – matérias em discussão única;
V – matérias em segunda discussão;
VI – matérias em primeira discussão;
VII – recursos;
VIII – demais proposições.
§ 7º As matérias de igual classificação figurarão na pauta observada a ordem cronológica de sua apresentação.
§ 8º O 1º Secretário ou o Servidor Designado, procederá a leitura das matérias da pauta, a qual poderá ser dispensada a requerimento verbal de qualquer Vereador, com aprovação do Plenário.
§ 9º Nenhuma proposição poderá ser posta em discussão, sem que tenha sido incluída na Ordem do Dia, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do início da sessão, salvo requerimento verbal aprovado pelo Plenário, facultado o conhecimento a todos os Vereadores.
§ 10 Incluem-se na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação:
I – o veto, quando não deliberado no prazo de 15 (quinze) dias a contar de seu recebimento pela Câmara;
II – a proposição de iniciativa do Prefeito, em que se solicitou urgência para sua apreciação, não havendo sido deliberado pela Câmara no prazo de 30 (trinta) dias de seu recebimento;
§ 11 Esgotada a Ordem do Dia, o Presidente concederá a palavra para o Vereador que a tenha solicitado durante a sessão, observada a ordem da inscrição e o prazo regimental.
Art. 139. Não havendo mais oradores para falar nas Considerações Finais, ou se ainda os houver, e o tempo regimental estiver esgotado, o Presidente declarará encerrada a sessão.
SUBSEÇÃO III
Das Explicações Pessoais
Art. 140. Esgotada a Ordem do Dia, o Presidente anunciará aberto o espaço para Explicações Pessoais.
§ 1º As explicações pessoais são destinadas à manifestação de Vereadores pelo espaço de 45 (quarenta e cinco) minutos, sobre atitudes pessoais assumidas durante a sessão.
I – a inscrição para falar nas explicações pessoais será feita em livro próprio.
II – Não poderá o orador ser aparteado durante as explicações pessoais.
§ 2º Encerrados os pronunciamentos ou não havendo oradores inscritos, o Presidente declarará encerrada a sessão.
§ 3º A sessão não será prorrogada para realização das explicações pessoais.
CAPÍTULO IV
Das Sessões Extraordinárias
Art. 141. As sessões extraordinárias realizar-se-ão em qualquer dia da semana e a qualquer hora inclusive domingos e feriados, ou após as sessões ordinárias.
§ 1º A duração e a prorrogação de sessão extraordinária regem-se pelo disposto no art. 134 e seus parágrafos, no que couber.
§ 2º Na sessão extraordinária a Câmara somente deliberará sobre matéria para a qual foi convocada.
§ 3º A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á:
I – pelo Prefeito, quando este a entender necessário, inclusive no período de recesso legislativo;
II – pelo Presidente da Câmara para o compromisso e a posse do Prefeito e Vice-Prefeito;
III – pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria dos membros da Casa, em caso de urgência ou interesse público relevante;
Art. 142. As sessões extraordinárias serão convocadas mediante comunicação aos Vereadores com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, através de afixação de edital no átrio do edifício da Câmara, que poderá ser reproduzido pela imprensa local, por aplicativo de mensagem eletrônica ou e-mail devidamente cadastrado na Secretaria da Câmara Municipal.
§ 1º Cabe a cada Vereador a responsabilidade de manter atualizados seus dados de e-mail, número de telefone, aplicativo de mensagens e outras informações importantes junto à Secretaria da Câmara Municipal.
§ 2º Sempre que possível, a convocação far-se-á em sessão, caso em que será feita comunicação aos Vereadores ausentes à mesma.
Art. 143. A sessão extraordinária compor-se-á exclusivamente de Ordem do Dia, que se cingirá à matéria objeto da convocação, observando-se quanto a aprovação da ata da sessão anterior, ordinária ou extraordinária.
Parágrafo único. Aplicar-se-ão às sessões extraordinárias, no que couber, as disposições atinentes às sessões ordinárias.
CAPÍTULO V
Das Sessões Solenes
Art. 144. As sessões solenes realizar-se-ão a qualquer dia e hora para fim específico, sempre relacionado com assuntos cívicos e culturais, não havendo prefixação de sua duração.
§ 1º As sessões solenes poderão realizar-se em qualquer local seguro e acessível, a critério da Mesa.
§ 2º Será elaborado previamente e com ampla divulgação, o programa a ser cumprido na sessão solene, quando poderão usar da palavra autoridades, homenageados e representantes de classes ou de clubes de serviço, sempre a critério do Presidente da Câmara.
Art. 145. As sessões solenes serão convocadas pelo Presidente da Câmara por escrito, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, no mínimo, que indicará a finalidade de reunião.
Parágrafo único. Nas sessões solenes não haverá Expediente nem Ordem do Dia formal, dispensada a leitura da ata e a verificação de presença.
TÍTULO VI
Das Discussões e Deliberações
CAPÍTULO I
Das Discussões
Art. 146. Discussão é o debate de proposição figurante na Ordem do Dia pelo Plenário, antes de se passar a deliberação sobre a mesma.
§ 1º Não estão sujeitos à discussão:
I - as indicações, salvo o disposto no parágrafo único do art. 121;
II - os requerimentos mencionados no art. 104, §§ 1° e 2°;
III - os requerimentos mencionados no art. 104, § 3º, I a V;
§ 2º O Presidente declarará prejudicada a discussão:
I - de qualquer projeto com objeto idêntico ao de outro que já tenha sido aprovado antes, ou rejeitado na mesma sessão legislativa, excetuando-se, nesta última hipótese o projeto de iniciativa do Executivo ou subscrito pela maioria absoluta dos membros do Legislativo;
II - da proposição original, quando tiver substitutivo aprovado;
III - de emenda ou subemenda idêntica a outra já aprovada ou rejeitada;
IV - de requerimento repetitivo.
§ 3º A discussão da matéria constante da Ordem do Dia só poderá ser efetuada com a presença da maioria dos membros da Câmara.
§ 4º As proposições com todos os pareceres favoráveis poderão ter a discussão dispensada, por deliberação do Plenário, mediante requerimento verbal de Vereador.
Art. 147. Terão uma única discussão as seguintes proposições:
I - as que tenham sido colocadas em regime de urgência;
II - os projetos de lei oriundos do Executivo com solicitação de prazo;
III - o veto;
IV - os projetos de decreto legislativo ou de resolução de qualquer natureza;
V - os requerimentos sujeitos a discussão;
VI – as emendas.
Art. 148. Terão 02 (duas) discussões todas as proposições não incluídas no artigo anterior;
§ 2º É considerada aprovada toda proposição submetida e aprovada em duas discussões, exceto nos casos previstos neste Regimento.
Art. 149. A discussão e debate serão feitos sobre o conjunto da proposição e das emendas, se houver.
Art. 150. Na discussão única e na primeira discussão, serão recebidas emendas, subemendas e projetos substitutivos apresentados por ocasião dos debates; em segunda discussão somente se admitirão emendas e subemendas.
Art. 151. Sempre que a pauta dos trabalhos incluir mais de uma proposição sobre o mesmo assunto, a discussão obedecerá a ordem cronológica de apresentação.
Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica a projeto substitutivo do mesmo autor da proposição originária, o qual terá a preferência.
Art. 152. O adiamento da discussão de qualquer proposição dependerá da deliberação do Plenário e somente poderá ser proposto antes de iniciar-se a mesma.
§ 1º O adiamento aprovado será sempre por tempo determinado.
§ 2º Apresentados 02 (dois) ou mais pedidos de adiamento, será votado, de preferência, o que marcar menor prazo.
§ 3º Não se concederá adiamento de matéria que se ache em regime de urgência especial ou simples.
§ 4º O adiamento poderá ser motivado por pedido de vista, caso em que, se houver mais de um, a vista será sucessiva para cada um dos requerentes e pelo prazo máximo de 02 (dois) dias para cada um deles.
Art. 153. Encerra-se a discussão de qualquer proposição:
I – pela ausência de oradores;
II – por decurso de prazos regimentais;
III – por deliberação do Plenário, a requerimento de Vereador, quando já houverem falado sobre o assunto, pelo menos 04 (quatro) Vereadores, dentre os quais, o autor, salvo desistência expressa.
Art. 154. O interstício mínimo entre os turnos de votação, ressalvada a hipótese de proposta de emenda à Lei Orgânica do Município, é de 24 horas, podendo ser reduzido dada a urgência da matéria, em atendimento a interesse público relevante.
Parágrafo único. Caberá ao Plenário, por deliberação da maioria dos vereadores presentes, decidir a redução do interstício regimental, mediante requerimento escrito ou verbal de qualquer vereador, ressalvada a hipótese de proposta de emenda à Lei Orgânica.
CAPÍTULO II
Da Disciplina dos Debates
Art. 155. Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo ao Vereador atender às seguintes determinações regimentais:
I - falará de pé, exceto o Presidente, e, quando impossibilitado de fazê-lo, requererá ao Presidente autorização para falar sentado;
II - dirigir-se-á ao Presidente ou à Câmara voltado para a Mesa, salvo quando responder a aparte;
III - não usará da palavra sem a solicitar e sem receber consentimento do Presidente ou do orador, quando for o caso;
IV - referir-se-á ou dirigir-se-á a outro Vereador pelo tratamento de excelência.
Art. 156. Ao Vereador que for dada a palavra deverá inicialmente declarar a que título se pronunciará e não poderá:
I - usar da palavra com finalidade diferente do motivo alegado;
II - desviar-se da matéria em debate;
III - falar sobre matéria vencida;
IV - usar de linguagem imprópria;
V - ultrapassar o prazo que lhe competir;
VI - deixar de atender as advertências do Presidente.
Parágrafo único. para fins deste artigo, considera-se matéria vencida, aquela já deliberada pelo Plenário, aquela regimentalmente dada por encerrada a sua discussão e aquela proveniente de assuntos devidamente resolvidos.
Art. 157. O Vereador somente usará da palavra:
I - no expediente quando for para solicitar retificação ou impugnação de ata, para comunicar falecimento, renúncia ou quando se achar regularmente inscrito;
II - para discutir matéria em debate, encaminhar votação ou justificar o seu voto;
III - para apartear na forma regimental;
IV - para explicação pessoal;
V - para levantar questão de ordem ou pedir esclarecimento à Mesa;
VI - para apresentar requerimento verbal de qualquer natureza;
VII - quando for designado para saudar qualquer visitante ilustre.
Art. 158. O Presidente solicitará ao orador, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Vereador, que interrompa o seu discurso nos seguintes casos:
I - para leitura de requerimento de urgência;
II - para comunicação importante à Câmara;
III - para recepção de visitantes;
IV - para votação de requerimento de prorrogação da sessão;
V - para atender ao pedido de palavra “pela ordem”, sobre questão regimental.
Art. 159. Quando mais de um Vereador solicitar a palavra simultaneamente, o Presidente concedê-la-á na seguinte ordem:
I – ao autor da proposição em debate;
II - ao relator do parecer em apreciação;
III - ao autor da emenda;
IV - alternadamente, a quem seja a favor ou contra a matéria em debate.
Art. 160. Para o aparte, ou interrupção do orador por outro, para indagação ou comentário relativamente à matéria em debate, observar-se-á o seguinte:
I - o aparte deverá ser expresso em termos corteses e não poderá exceder a 01 (um) minuto;
II - não serão permitidos apartes paralelos, sucessivos ou sem licença do orador;
III - não é permitido apartear o Presidente nem o orador que fala “pela ordem”, em explicação pessoal, para encaminhamento de votação ou para declaração de voto;
IV - o aparteante permanecerá de pé enquanto aparteia e enquanto ouve a resposta do aparteado.
Art. 161. Os oradores terão os seguintes prazos para o uso da palavra:
I - 03 (três) minutos, para apresentar requerimento de retificação ou impugnação da ata, levantar questão de ordem;
II – 05 (cinco) minutos para discutir requerimento, encaminhar votação, justificar voto ou emenda; discutir parecer, falar no Expediente, nas Considerações Finais e proferir explicação pessoal;
III - 10 (dez) minutos para discutir projeto de lei, de decreto legislativo ou de resolução e veto;
IV – 15 (quinze) minutos para discutir a proposta orçamentária, a prestação de contas, a destituição de membro da Mesa e processo de cassação do Prefeito ou Vereador, salvo quando se tratar do acusado, cujo prazo será o indicado na lei federal.
CAPÍTULO III
Das Deliberações e Votações
Seção I
Do Quorum Das Deliberações
Art. 162. As deliberações da Câmara, salvo disposição em contrário, serão sempre tomadas por maioria de votos, presentes a maioria de seus membros.
Art. 163. Dependerão do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, além de outros casos previstos em lei, a aprovação e a alteração das seguintes matérias:
I – código tributário do Município;
II – código de obras;
III – código de posturas;
IV – plano diretor de desenvolvimento integrado e normas relativas a zoneamento, ocupação e uso do solo urbano;
V – lei instituidora do regime jurídico dos servidores municipais;
VI – lei instituidora da guarda municipal;
VII – rejeição de veto;
VIII – criação, reclassificação, reenquadramento ou extinção de cargos, fixação, aumento e alteração de vencimentos dos servidores públicos municipais;
IX – fixação ou atualização dos subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais;
X - obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito pelo Município.
Parágrafo único. Entende-se por maioria absoluta o primeiro número inteiro acima da metade do total dos membros da Câmara.
Art. 164. Dependerão de voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, além de outros casos previstos pela legislação pertinente, a aprovação e alteração das seguintes matérias:
I - Regimento Interno da Câmara;
II - concessão de serviços públicos;
III - concessão de direito real de uso e concessão administrativa de uso;
IV - alienação de bens imóveis do Município;
V - aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargos;
VI - denominação de próprios, vias e logradouros públicos;
VII – concessão de títulos honoríficos e honrarias;
VIII – concessão de anistia, isenção e remissão tributária ou previdenciária e incentivos fiscais, bem como moratória e privilégios;
IX - transferência da sede do Município;
X - rejeição do Parecer Prévio do Tribunal de Contas, sobre as contas do Município;
XI – alteração territorial do Município, bem como alteração de seu nome;
XII – criação, organização e supressão de distritos;
XIII – cassação do Mandato de Prefeito e Vereadores.
Art. 165. Ressalvada a hipótese da obstrução parlamentar legítima prevista no art. 138, § 4°, o Vereador não poderá recusar-se a votar.
Art. 166. O Vereador estará impedido de votar quando tiver interesse pessoal na matéria, caso em que sua presença será computada para efeito de quorum.
§ 1º No curso da votação é facultado ao Vereador impugná-la perante o Plenário ao constatar que dela esteja participando Vereador impedido de votar.
§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, acolhida a impugnação, repetir-se-á a votação sem considerar-se o voto que motivou o incidente.
Art. 167. Quando, no curso de uma votação, se esgotar o tempo regimental da sessão, esta considerar-se-á prorrogada até ser concluída a votação da matéria em causa.
Art. 168. A deliberação realiza-se através da votação.
Parágrafo único. Considerar-se-á qualquer matéria em fase de votação a partir do momento em que o Presidente declarar encerrada a discussão.
Seção II
Das Votações
Art. 169. Ressalvadas as exceções previstas neste Regimento, o voto será sempre público nas deliberações da Câmara.
Parágrafo único. Nenhuma proposição de conteúdo normativo poderá ser objeto de deliberação durante a sessão secreta.
Art. 170. O voto será secreto:
I - na eleição da Mesa;
II - nas deliberações sobre o veto;
III - nas deliberações sobre as contas do Município;
Art. 171. Os processos de votação são dois: simbólico e nominal.
§ 1º O processo simbólico consiste na simples contagem de votos a favor ou contra a proposição, mediante convite do Presidente aos Vereadores para que permaneçam sentados ou se levantem, respectivamente.
§ 2º O processo nominal consiste na expressa manifestação de cada Vereador, pela chamada, sobre em que sentido vota, respondendo sim ou não, salvo quando se tratar de voto secreto, o qual será através de cédulas.
Art. 172. O processo simbólico será a regra geral para as votações, somente sendo abandonado por impositivo legal ou regimental, ou a requerimento aprovado pelo Plenário.
§ 1º Do resultado da votação simbólica qualquer Vereador poderá requerer verificação mediante votação nominal, não podendo o Presidente indeferi-la.
§ 2º Não se admitirá segunda verificação de resultado da votação.
§ 3º O Presidente em caso de dúvida, poderá, de ofício, repetir a votação simbólica para a recontagem dos votos.
Art. 173. Uma vez iniciada, a votação interromper-se-á se for verificada a falta de número legal, caso em que os votos já colhidos serão considerados prejudicados.
Parágrafo único. Não será permitido ao Vereador abandonar o Plenário no curso da votação, salvo se acometido de mal súbito, sendo considerado o voto que já tenha proferido.
Art. 174. Antes de iniciar-se a votação, será assegurado a cada uma das bancadas partidárias, através de um de seus integrantes, falar apenas uma vez, a título de encaminhamento de votação, para propor aos seus co-partidários, a orientação quanto ao mérito da matéria.
Parágrafo único. Não haverá encaminhamento de votação quando se tratar da proposta orçamentária, de julgamento das contas do Município, de processo cassatório ou de requerimento.
Art. 175. Qualquer Vereador poderá requerer ao Plenário que aprecie isoladamente determinadas partes do texto de proposição, votando-se em destaque para rejeitá-las ou aprová-las preliminarmente.
Parágrafo único. Não haverá destaque quando se tratar da proposta orçamentária, de veto, de julgamento das contas do Município e em qualquer caso em que aquela providência se revele impraticável.
Art. 176 - Terão preferência para votação as emendas supressivas e as emendas substitutivas oriundas das Comissões.
Parágrafo único. Apresentadas duas ou mais emendas sobre o mesmo artigo ou parágrafo, será admissível requerimento de preferência para a votação da emenda que melhor adaptar-se ao projeto, sendo o requerimento votado pelo Plenário, independente de discussão.
Art. 177. Sempre que o Parecer da Comissão for pela rejeição do projeto, deverá o Plenário deliberar primeiro sobre o parecer, antes de entrar na consideração do projeto.
Art. 178. O Vereador poderá, ao votar, fazer declaração de voto, que consiste em indicar as razões pelas quais adota determinada posição em relação ao mérito da matéria.
Parágrafo único. A declaração só poderá ocorrer quando toda a proposição tenha sido abrangida pelo voto.
Art. 179. Enquanto o Presidente não tenha proclamado o resultado da votação, o Vereador que já tenha votado poderá retificar o seu voto.
Art. 180. Concluída a votação de projeto de lei, com ou sem emendas aprovadas, ou de projeto de lei substitutivo, os mesmos serão considerados aprovados, para expedição dos respectivos autógrafos e serem enviados ao Prefeito, para a sanção e promulgação ou veto.
Parágrafo único. Os originais dos projetos de lei aprovados serão arquivados na Secretaria da Câmara, sendo enviada cópia autêntica ao Executivo.
TÍTULO VII
Da Elaboração Legislativa Especial e Dos Procedimentos de Controle
CAPÍTULO I
Da Elaboração Legislativa Especial
Seção I
Do Orçamento
Art. 181. Recebida do Prefeito a proposta orçamentária, dentro do prazo e na forma legal, o Presidente dará conhecimento ao Plenário na primeira sessão subsequente e mandará distribuir cópias da mesma aos Vereadores enviando-a à Comissão de Finanças e Orçamento, para recebimento de emendas nos 10 (dez) dias seguintes.
Art. 182. A Comissão de Finanças e Orçamento pronunciar-se-á em 20 (vinte) dias, sobre o projeto e as emendas, observado o disposto na Lei Orgânica do Município, findo os quais com ou sem parecer, a matéria será incluída como item único da Ordem do Dia da primeira sessão desimpedida.
Art. 183. Na primeira discussão, poderão os Vereadores manifestar-se no prazo regimental, sobre o projeto e as emendas, assegurando-se a preferência, ao relator do parecer da Comissão de Finanças e Orçamento e aos autores das emendas, no uso da palavra.
Art. 184. Se forem aprovadas as emendas, dentro de 03 (três) dias a matéria retornará à Comissão de Finanças e Orçamento para incorporação ao texto, no prazo de 05 (cinco) dias, sendo em seguida reincluída imediatamente na Ordem do Dia para segunda discussão e votação do texto definitivo, dispensada a fase de redação final.
Art. 185. Aplicam-se as normas desta Seção à proposta do plano plurianual e às diretrizes orçamentárias.
Seção II
Das Codificações e dos Estatutos
Art. 186. Os projetos de codificação e de estatutos, depois de apresentados em Plenário, serão distribuídos aos Vereadores e encaminhados às Comissões competentes, sendo de responsabilidade da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final o recebimento de emendas e sugestões nos 15 (quinze) dias seguintes.
§ 1º A Comissão terá 20 (vinte) dias para exarar parecer, incorporando as emendas apresentadas que julgar convenientes ou produzindo outras, em conformidade com as sugestões recebidas; findo os quais, com ou sem parecer, o processo será incluído na pauta da Ordem do Dia mais próxima possível.
§ 2º Na primeira discussão, poderão os Vereadores manifestar-se no prazo regimental, sobre os projetos e as emendas, assegurando-se a preferência, ao relator do parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e aos autores das emendas.
§ 3º Aprovada em primeira discussão, a matéria voltará à Comissão por mais 05 (cinco) dias, para incorporação das emendas aprovadas, sendo incluída na Ordem do Dia da sessão seguinte, para a deliberação final.
CAPÍTULO II
Do Julgamento das Contas
Art. 187. Recebidas as Contas prestadas pelo Prefeito, pelas Entidades de Administração Indireta e pela Comissão Executiva da Câmara, acompanhadas do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado, o Presidente da Câmara:
I – determinará a publicação do Parecer Prévio do Tribunal no Diário Oficial do Município;
II – encaminhará o Processo à Comissão de Finanças e Orçamento, onde permanecerá por 60 (sessenta) dias, à disposição para exame de qualquer interessado, que poderá questionar-lhes a legitimidade.
§ 1º Até 07 (sete) dias depois do recebimento do processo, a Comissão de Finanças e Orçamento receberá pedidos escritos dos Vereadores solicitando informações sobre itens determinados da prestação de contas.
§ 2º Para responder aos pedidos de informações, a Comissão poderá realizar quaisquer diligências e vistorias, bem como mediante entendimento prévio com o Prefeito, examinar quaisquer documentos existentes na Prefeitura.
Art. 188. Terminado o prazo do inciso II do artigo anterior, a Comissão de Finanças e Orçamento emitirá o Parecer.
§ 1º Em seu Parecer, a Comissão apreciará as contas e as questões suscitadas nos termos do inciso II do artigo anterior;
§ 2º Poderá a Comissão, em fase das questões suscitadas, promover diligências, solicitar informações à autoridade competente ou pronunciamento do Tribunal de Contas, se as informações não forem prestadas ou reputadas insuficientes;
§ 3º Concluirá a Comissão pela apresentação de projeto de Decreto Legislativo, cuja redação acolherá o entendimento sobre a aprovação ou rejeição, total ou parcial, das contas apresentadas;
§ 4º A Comissão apresentará separadamente, projetos de Decreto Legislativo relativamente às contas do Prefeito, da Comissão Executiva da Câmara e de cada Entidade da Administração Indireta.
Art. 189. Se o projeto de Decreto Legislativo:
I – acolher as conclusões do Parecer Prévio do Tribunal de Contas:
a) considerar-se-á rejeitado seu conteúdo, se receber voto contrário de 2/3 (dois terços), ou mais, dos Vereadores, em qualquer dos turnos de discussão e votação, caso em que a Mesa, acolhendo a posição majoritária indicada pelo resultado da votação, elaborará a redação final;
b) considerar-se-á aprovado seu conteúdo, se a votação apresentar qualquer outro resultado.
II – não acolher as conclusões do Parecer Prévio do Tribunal de Contas:
a) considerar-se-á aprovado seu conteúdo, se receber voto favorável de 2/3 (dois terços), ou mais, dos Vereadores;
b) considerar-se-á rejeitado seu conteúdo, se a votação apresentar qualquer outro resultado, devendo a Mesa acolher as conclusões do Parecer Prévio do Tribunal de Contas na redação para o segundo turno ou na final, conforme o caso.
Art. 190. Nas sessões em que se devam discutir as contas do Município, o Expediente se reduzirá em 30 minutos e a Ordem do Dia será destinada exclusivamente à matéria.
CAPÍTULO III
Da Convocação dos Secretários Municipais
Art. 191. A Câmara poderá convocar os secretários municipais ou assemelhados para prestar informações perante o Plenário, sobre assuntos relacionados com a Administração Municipal, sempre que a medida se faça necessária para assegurar a fiscalização apta do Legislativo sobre o Executivo.
Parágrafo único. Na convocação, o Presidente designará dia e hora para o seu comparecimento em Sessão Extraordinária.
CAPÍTULO IV
Do Julgamento do Prefeito e Secretários Municipais
Art. 192. O julgamento do Prefeito e dos Secretários Municipais, por infração político-administrativa definida em Lei Federal e pela Lei Orgânica, seguirá o procedimento regulado neste Capítulo.
Art. 193. Recebida a denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão ordinária que se realizar após o recebimento da denúncia, determinará sua leitura e consultará o Plenário sobre o seu recebimento.
Parágrafo único. A denúncia deverá ter forma escrita, com exposição dos fatos e indicação das provas.
Art. 194. Decidido o seu recebimento pela maioria dos Vereadores presentes, constituir-se-á, imediatamente, Comissão Processante.
Art. 195. Ficará impedido de votar e de integrar Comissão Processante, o Vereador denunciante, convocando-se, para funcionar no processo o seu Suplente, que, por sua vez, não poderá integrar a Comissão Processante.
Parágrafo único. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, deverá, para os atos do processo, passar a presidência ao seu substituto.
Art. 196. Instalada a Comissão, será notificado o denunciado, em 05 (cinco) dias, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem.
§ 1º - No prazo de 15 (quinze) dias da notificação, o denunciado poderá apresentar defesa prévia, por escrito, indicando as provas que pretende produzir e o rol de, no máximo, 10 (dez) testemunhas, sendo 03 (três) testemunhas, por ponto controvertido.
§ 2º - Se o denunciante estiver ausente do Município a notificação far-se-á por Edital, publicado duas vezes no Diário Oficial do Município, com intervalo de 03 (três) dias, pelo menos, exceto nos casos de licença autorizada pela Câmara, caso em que se aguardará o seu retorno.
Art. 197. Decorrido o prazo de defesa prévia, a Comissão Processante emitirá parecer em 05 (cinco) dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia.
§ 1º - Se o parecer for pelo arquivamento, será submetido a deliberação por maioria de votos do Plenário;
§ 2º - Decidindo o Plenário ou opinando a Comissão pelo prosseguimento, passará o processo imediatamente à fase de instrução.
Art. 198. Na instrução, a Comissão Processante fará as diligências necessárias, ouvirá as testemunhas e examinará as demais provas produzidas.
§ 1º - O denunciante será intimado de todos os atos do processo, pessoalmente ou na pessoa de seu procurador, com antecedência de pelo menos 24 (vinte e quatro) horas, permitindo-se a ele ou a seu procurador, assistir a todas as reuniões ou audiências, e a formular perguntas e reperguntas às testemunhas, bem como, requerer o que for de interesse da defesa.
§ 2º - Cabe ao denunciado informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, importando, no caso de inércia, desistência da inquirição da testemunha.
§ 3º - A intimação de que trata o parágrafo anterior deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, cumprindo ao denunciado juntar aos autos, com antecedência de pelo menos 3 (três) dias da data da audiência, cópia da correspondência de intimação e do comprovante de recebimento.
§ 4º - O denunciado pode comprometer-se a levar a testemunha à audiência, independentemente da intimação de que tratam os parágrafos anteriores, presumindo-se, caso a testemunha não compareça, que a parte desistiu de sua inquirição.
Art. 199. Concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado, para que apresente razões escritas, no prazo de 05 (cinco) dias, após o que a Comissão emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da denúncia, encaminhando os autos à Mesa.
Art. 200. De posse dos autos, o Presidente convocará sessão especial de julgamento.
§ 1º - Na sessão de julgamento o parecer final da Comissão Processante será lido integralmente e, em seguida, cada Vereador poderá usar da palavra, por 15 (quinze) minutos, e, ao final, o denunciado, ou seu procurador, terá o prazo máximo de 01 (uma) hora para produzir defesa oral;
§ 2º - Concluída a defesa, passar-se-á imediatamente à votação, por voto nominal (aberto), obedecidas as regras regimentais;
§ 3º - Serão tantas as votações quantas forem as infrações articuladas na denúncia;
§ 4º - Se houver condenação, a Mesa baixará o Decreto Legislativo de aplicação da penalidade cabível nos termos da Lei Complementar.
Art. 201. Os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar, poderão ser sustados por Decretos Legislativos propostos:
I - por qualquer Vereador;
II - por Comissão, permanente ou especial, de ofício, ou à vista de representação de qualquer cidadão, partido político ou entidade da sociedade civil.
Art. 202. Recebido o Projeto, a Mesa oficiará ao Executivo solicitando que preste, no prazo de 05 (cinco) dias, os esclarecimentos que julgar necessários.
CAPÍTULO V
Da Reforma ou Alteração do Regimento Interno
Art. 203. O Regimento Interno só poderá ser reformado ou alterado mediante proposta:
I - da Mesa da Câmara;
II - de 1/3 (um terço), no mínimo, dos Vereadores;
III - de Comissão Especial.
Art. 204. Instruído pelo órgão de assessoramento da Câmara, o Projeto de alteração ou reforma, após publicação, figurará na segunda parte da Ordem do Dia, para recebimento das emendas, durante 02 (duas) sessões ordinárias consecutivas.
CAPÍTULO VI
Da Licença do Prefeito
Art. 205. A solicitação de licença do Prefeito, recebida como requerimento, será submetida imediatamente à deliberação plenária, na forma regimental, independente de parecer.
Parágrafo único. Aprovado o requerimento, considerar-se-á automaticamente autorizada a licença.
Art. 206. Durante o recesso legislativo, caberá à Presidência da Câmara convocar sessão extraordinária para apreciação do pedido de licença.
CAPÍTULO VII
Da Concessão de Honrarias
Art. 207. A concessão de títulos de Cidadão Honorário e Vulto Emérito e demais honrarias, observado o disposto em Lei Complementar, Lei Orgânica do Município de Mariluz e neste Regimento Interno, relativamente às proposições em geral, obedecerá as seguintes regras:
I - a proposição de concessão de honraria deverá estar acompanhada de justificativa escrita, com dados biográficos suficientes para que se evidencie o mérito do homenageado;
II - no primeiro turno de discussão e votação, fará uso da palavra, obrigatoriamente, um dos autores da proposição, para justificar o mérito do homenageado.
Art. 208. Aprovada a proposição, a Mesa providenciará a entrega do título, na sede do Legislativo Municipal ou em outro local a ser designado, em Sessão Solene antecipadamente convocada, determinando:
I - expedição de convites individuais às autoridades civis, militares e eclesiásticas;
II - organização do protocolo da Sessão Solene, tomando todas as providências que se fizerem necessárias.
§ 1º - Poderá ser outorgado mais de um título em uma mesma Sessão Solene;
§ 2º - Havendo mais de um título a ser outorgado na mesma Sessão Solene, ou havendo mais de um Autor de projeto concedendo a honraria, os homenageados serão saudados por no máximo, 02 (dois) Vereadores, escolhidos de comum acordo, dentre os autores dos projetos de lei respectivos, não havendo acordo, proferirão a saudação os Líderes das Bancadas majoritárias;
§ 3º - Para falar em nome dos homenageados, será escolhido um dentre eles, de comum acordo, ou, não havendo consenso, por designação da Presidência da Câmara;
§ 4º - Ausente o Homenageado à Sessão Solene, o título ser-lhe-á entregue, ou a seu representante, no gabinete da Presidência;
§ 5º - O título será entregue ao homenageado, pelo autor e pelo Prefeito, durante a Sessão Solene, sendo este o orador oficial da Câmara.
Art. 209. Os títulos confeccionados em tamanho único, em pergaminho ou em outro material similar, conterão;
a) o Brasão do Município;
b) a legenda: “República Federativa do Brasil, Estado do Paraná e do Município de Mariluz”;
c) os dizeres: “Os Poderes Públicos Municipais de Mariluz, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a Lei Municipal nº ....., datada de....de .... de 19... de autoria do Vereador .... conferem ao Exmo. Sr.(a) .... o Título de Cidadão Honorário de Mariluz, para o que mandaram expedir o presente diploma”;
d) data e assinaturas do autor, do Presidente da Câmara e do Prefeito Municipal.
Art. 210. Serão anexadas aos respectivos processos, cópias das notas taquigráficas alusivas aos pronunciamentos feitos em relação aos homenageados, durante a discussão da matéria e por ocasião da Sessão Solene de outorga do título.
TÍTULO VIII
Da Tribuna Livre
Art. 211. Nas sessões plenárias ordinárias, será destinado, após o espaço destinado ao Expediente, o tempo de 15 (quinze) minutos à Tribuna Livre, para apresentação sobre temas ou reivindicações de interesse público do Município, quando houver oradores previamente inscritos perante a Diretoria Geral da Câmara.
Art. 212. Na Tribuna Livre, poderão usar da palavra, as pessoas indicadas à Mesa por Entidade da Sociedade Civil, com antecedência de 03 (três) dias da realização da sessão de que trata o artigo anterior.
§ 1º A inscrição deverá conter obrigatoriamente os dados pessoais do orador e o assunto que será abordado na tribuna.
§ 2º Será indeferido o uso da Tribuna Livre quando o assunto não disser respeito direto ou indiretamente ao Município ou versar sobre questões exclusivamente pessoais ou eleitorais;
§ 3º O orador na Tribuna Livre deverá usar da palavra em termos compatíveis com o decoro, sendo proibido qualquer tipo de ofensa a moral e aos bons costumes ou atentar contra os poderes constituídos, obedecendo às restrições impostas pelo Regimento Interno, ficando seu pronunciamento sujeito às sanções legais.
§ 4º No exercício da Tribuna Livre, o orador não poderá, sob pena de ter cassada a palavra pelo Presidente da Câmara:
I – desviar-se do tema proposto;
II – usar linguagem imprópria;
III – ultrapassar o tempo previsto;
IV – referir-se de modo depreciativo às autoridades constituídas.
Parágrafo único. Cada orador inscrito terá o tempo de 5 minutos para uso da palavra, prorrogáveis por mais 05 (cinco) minutos, a critério do Presidente, podendo este consultar o Plenário, desde que seja respeitado o tempo máximo estipulado no artigo anterior.
Art. 213. Não se admitirá o uso da Tribuna Livre por representantes de Partidos Políticos.
TÍTULO IX
Da Convocação de Titulares de Órgãos e Entidades da Administração
Art. 214. O requerimento de convocação de titulares de órgãos da administração direta e de entidades da administração indireta municipais deverá indicar o motivo da convocação, especificando os quesitos que lhe serão propostos.
Parágrafo único. Aprovado o requerimento, o Presidente expedirá ofício ao convocado para que seja estabelecido dia e hora para comparecimento.
Art. 215. No dia e hora estabelecidos, a Câmara reunir-se-á em Sessão Extraordinária, com fim específico de ouvir o convocado.
§ 1º - Aberta a Sessão, a Presidência concederá a palavra ao Vereador requerente, que fará uma breve explanação sobre os motivos da convocação.
§ 2º - Com a palavra, o convocado poderá dispor do tempo de 15 (quinze) minutos para abordar o assunto da convocação, seguindo-se os debates referentes a cada um dos quesitos formulados.
§ 3º - Observada a ordem de inscrição, os Vereadores inscritos dirigirão suas interpelações ao convocado sobre o primeiro quesito, dispondo do tempo de 05 (cinco) minutos, sem apartes;
§ 4º - O convocado disporá de 10 (dez) minutos para responder, podendo ser aparteado pelo interpelante;
§ 5º - Adotar-se-á o mesmo critério para os demais quesitos;
§ 6º - Respondidos os quesitos objeto da convocação e havendo tempo regimental, dentro da matéria da alçada do convocado, poderão os Vereadores inscritos interpelarem-se livremente, observados os prazos anteriormente mencionados.
TÍTULO X
Da Polícia Interna
Art. 216. Compete privativamente à presidência dispor sobre o policiamento no recinto da Câmara, que será feito normalmente pelos servidores, podendo o Presidente solicitar a força necessária para este fim.
Art. 217. Qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara, na parte do recinto que lhe é reservado desde que:
I – apresente-se decentemente trajado;
II – não porte armas;
III – conserve-se em silêncio, durante os trabalhos;
IV – não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa em plenário;
V – respeite os vereadores;
VI – atenda as determinações da Mesa;
VII – não interpele os vereadores.
§ 1º - Pela inobservância destes deveres poderão os assistentes ser obrigados, pela Presidência, a retirarem-se imediatamente do recinto, sem prejuízo de outras medidas.
§ 2º - O Presidente poderá ordenar a retirada de todos os assistentes, se a medida for julgada necessária.
§ 3º - Se no recinto da Câmara for cometida qualquer infração penal, o Presidente fará a prisão em flagrante, apresentando o infrator à autoridade competente, para lavratura do auto e instauração do processo-crime correspondente.
§ 4º - Se não houver flagrante, o Presidente deverá comunicar o fato à autoridade policial competente, para a instauração do inquérito.
Art. 218. No recinto do Plenário e em outra dependência da Câmara, reservada a critério da Presidência, só serão admitidos vereadores e servidores da secretaria administrativa, estes quando em serviço.
Parágrafo único. Cada jornal e emissora solicitará à Presidência o credenciamento de representantes, em número não superior a dois de cada órgão, para os trabalhos correspondentes à cobertura de imprensa.
Art. 219. Questão de Ordem é toda dúvida levantada em Plenário, quanto à interpretação do Regimento, sua aplicação ou sua legalidade.
§ 1º As questões de ordem devem ser formuladas com clareza e com a indicação precisa das disposições regimentais que se pretende elucidar.
§ 2º O proponente não observando o disposto neste artigo, poderá o Presidente cassar-lhe a palavra e não considerar a questão levantada.
§ 3º Cabe ao Presidente da Câmara resolver, soberanamente, na sessão em que forem requeridas, as questões de ordem, não sendo lícito a qualquer Vereador opor-se à decisão ou criticá-la.
§ 4º Cabe ao Vereador, recurso da decisão, que será encaminhada à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, cujo parecer será submetido ao Plenário, que decidirá o caso concreto, considerando-se a deliberação como julgado para aplicação em casos semelhantes.
Art. 220. Em qualquer fase da sessão, poderá o Vereador pedir a palavra “pela ordem”, para fazer reclamação quanto à aplicação do Regimento, desde que observe o disposto no artigo anterior.
TÍTULO XI
Dos Serviços Administrativos da Câmara
Art. 221. Os serviços administrativos da Câmara reger-se-ão por Regulamento Interno próprio, aprovado pelo Plenário e serão dirigidos pela Mesa, que expedirá as normas ou instruções complementares necessárias.
§ 1º Caberá ao 1º Secretário supervisionar os serviços administrativos e fazer observar o Regulamento Interno.
§ 2º O Regulamento Interno obedecerá ao disposto na Lei Orgânica do Município e aos seguintes princípios:
I – descentralização e agilização de procedimentos administrativos;
II – orientação da política de recursos humanos da Casa, no sentido de que as atividades administrativas e legislativas, sejam executadas por integrantes do quadro de pessoal da Câmara, adequados às suas peculiaridades, e que tenham sido recrutados mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvados os cargos em Comissão, de livre nomeação e exoneração, que deverão observar os preceitos estabelecidos na Constituição Federal;
III – adoção de política de valorização de recursos humanos, através de programas permanentes de capacitação, treinamento, desenvolvimento, reciclagem e avaliação profissional e da instituição do sistema de carreira.
Art. 222. As reclamações sobre irregularidades nos serviços administrativos, deverão ser encaminhadas diretamente à Mesa da Câmara, para as providências necessárias.
Art. 223. A Secretaria da Câmara manterá os seguintes livros:
I - de atas das sessões;
II - de atas e/ou pareceres das reuniões das Comissões;
III - de atas das reuniões da Mesa;
IV - de registro de leis, decretos legislativos e resoluções;
V - de termos de posse de funcionários;
VI - de declaração de bens dos Vereadores;
VII - de termo de posse do Prefeito e do Vice-Prefeito;
VIII - de termo de declaração de bens do Prefeito e do Vice-Prefeito.
§ 1º Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Presidente da Câmara, ou por funcionário expressamente designado para esse fim.
§ 2º Os livros adotados nos serviços administrativos da Secretaria poderão ser substituídos por fichas ou por outro sistema equivalente.
TÍTULO XII
Disposições Finais
Art. 224. O Plenário da Câmara Municipal de Mariluz será soberano nas decisões que tomar em relação às dúvidas surgidas nas interpretações deste Regimento Interno, devendo suas decisões ser transcritas em livros próprios destinados a registro dos precedentes regimentais.
Art. 225. Os prazos previstos neste Regimento Interno, quando não se mencionar expressamente dias úteis, serão contados em dias corridos e não correrão durante os períodos de Recesso Parlamentar.
Art. 226. Não haverá expediente no Legislativo nos dias de ponto facultativo decretado no Município.
Art. 227. Lei complementar de infrações político-administrativas, bem como a Lei que regulará o funcionamento das Comissões de Inquérito, poderão ser votadas através de projeto apresentado pela Mesa, pelo Poder Executivo ou pela maioria dos líderes da bancada, desde que observados os princípios e normas gerais da legislação federal específica.
Parágrafo único. Enquanto não for aprovada Lei Complementar regulamentadora de infrações Político-administrativas, será adotado o Decreto-Lei nº 201/67 ou outra Norma Federal que o substituir, para os casos previstos neste artigo.
Art. 228. Ficam revogados todos os precedentes regimentais anteriormente firmados até a presente data.
Art. 229. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e, em especial, a Resolução nº 04/2003, de 16 de dezembro de 2003, que regulamentava o Regimento Interno desta Casa.
Câmara Municipal de Mariluz, em 01 de dezembro de 2020.
JOSÉ BRAZ BRILHANTE
Presidente

Publicações legais

MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA   Pág. 1/2

Estado do Paraná   CNPJ 75.799.577/0001-04

Exercício: 2020

Decreto nº 116/2020 de 30/11/2020

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1419/2019 de 05/11/2019.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 57.034,00 (cinqüenta e sete mil e trinta e quatro reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

05	**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**	
05.003	**DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS**	
05.003.04.122.1100.2.003.	**Manutenção dos Serviços Administrativos**	
41 - 3.3.90.30.00.00	01000 MATERIAL DE CONSUMO	2.800,00
07	**DEPTO. DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URB.**	
07.001	**DIVISÃO DE OBRAS**	
07.001.15.451.1400.2.015.	**Manutenção da Divisao de Obras**	
89 - 3.3.90.30.00.00	01000 MATERIAL DE CONSUMO	33.560,00
07.002	**DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIARIOS MUNICIP.**	
07.002.26.782.1401.2.009.	**Manutenção da Divisao de Servicos Rodoviarios Municipais**	
103 - 3.3.90.30.00.00	01000 MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00
07.003	**DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS**	
07.003.15.452.1400.2.017.	**Manutençao da Divisao de Servicos Urbanos**	
123 - 4.4.90.52.00.00	01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.070,00
08	**DEPARTAMENTO DE SAUDE**	
08.001	**DIVISÃO DE SAUDE PUBLICA - FMS**	
08.001.10.301.1700.2.016.	**Manutenção das Atividades de Saude**	
131 - 3.1.90.11.00.00	494 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
09	**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESP.**	
09.001	**DIVISÃO DE EDUCAÇÃO**	
09.001.12.361.1300.2.006.	**Manutenção do Ensino Fundamental**	
229 - 3.1.90.11.00.00	00104 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.907,00
236 - 3.1.91.13.00.00	00103 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	105,00
09.001.12.361.1300.2.028.	**Manutenção do Transporte Escolar**	
264 - 3.1.90.11.00.00	00103 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.520,00
12	**DIVISÃO DE SERVIÇOS SOCIAL**	
12.001	**DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL - FMAS**	
12.001.08.244.1500.2.032.	**Manutenção das Atividades de Assistencia Social do FMAS**	
368 - 3.1.91.13.00.00	01000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	72,00
	Total Suplementação:	**57.034,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

05	**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**	
05.003	**DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS**	
05.003.04.122.1100.2.003.	**Manutenção dos Serviços Administrativos**	
34 - 3.1.90.11.00.00	01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	23.331,06
06	**DEPARTAMENTO DE FINANÇAS**	
06.001	**DIVISÃO DE CONTABILIDADE**	
06.001.04.123.1200.2.013.	**Manutenção das Atividades de Tesouraria e Contabilidade**	
60 - 3.1.90.16.00.00	01000 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
62 - 3.3.90.14.00.00	01000 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	3.000,00
64 - 3.3.90.33.00.00	01000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.000,00
66 - 3.3.90.36.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
69 - 3.3.90.93.00.00	01000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.000,00
08	**DEPARTAMENTO DE SAUDE**	
08.001	**DIVISÃO DE SAUDE PUBLICA - FMS**	
08.001.10.302.1700.2.056.	**Assistencia Hospitalar e Ambulatorial**	
173 - 3.3.90.30.00.00	494 MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
09	**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESP.**	
09.001	**DIVISÃO DE EDUCAÇÃO**	
09.001.12.361.1300.2.006.	**Manutenção do Ensino Fundamental**	
240 - 3.3.90.30.00.00	00103 MATERIAL DE CONSUMO	3.286,79
246 - 3.3.90.36.00.00	00103 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	328,16
247 - 3.3.90.36.00.00	00104 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.907,00
09.001.12.365.1300.2.008.	**Manutenção das Atividades da Educacao Infantil**	
306 - 3.3.90.30.00.00	00103 MATERIAL DE CONSUMO	10,05
13	**DEPARTAMENTO DE TURISMO, ESPORTE E LAZER**	
13.001	**DIVISÃO DE TURISMO**	
13.001.23.695.1303.2.106.	**Manutenção Atividades do Turismo**	
394 - 3.1.90.11.00.00	01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.037,74
395 - 3.1.90.13.00.00	01000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.133,20
	Total Redução:	**57.034,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia , em 30 de novembro de 2020.

JOÃO BATISTA PACHECO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

Estado do Paraná
DECRETO N.º 117/2020
SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do beneficio PENSÃO POR MORTE às menores KARINA OTÁVIO DA CRUZ e MILENA MARÇAL DA CRUZ, em razão do falecimento da servidora aposentada Sra. SUELI MARÇAL DE OLIVEIRA DA CRUZ".
O Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, em conformidade com o Artigo 16, da Lei Municipal n.º 1427 de 29/07/2020 c/c o Artigo 23 da Emenda Constitucional 103,
DECRETA:
Art. 1º - Fica concedido a partir do dia 29 de setembro de 2020, o beneficio da pensão por morte, em decorrência do falecimento da servidora aposentada Sra. SUELI MARÇAL DE OLIVEIRA DA CRUZ , inscrita sob o CPF n.º 035.156.409-83 e CI RG. sob nº 30.491.900-7 SSP/SP, aposentada no cargo de Auxiliar de serviços Gerais -Feminino, cujo valor da Pensão a ser paga é de R$. 1.070,60 (um mil, setenta reais e sessenta centavos), distribuído em duas cotas entre as dependentes KARINA OTÁVIO DA CRUZ – CPF. 157.215.019-01 e MILENA MARÇAL DA CRUZ – CPF 157.214.919-14, filhas menores da servidora falecida.
Art. 2º - Os benefícios acima concedidos terão valores iguais de R$. 535,29 (quinhentos e trinta e cinco reais e vinte e nove centavos), cada um totalizando o valor mensal de R$. 1.070,60 (um mil setenta reais e sessenta centavos) e anual de R$. 12.847,20 (doze mil, oitocentos e quarenta e sete reais e vinte centavos).
Art. 3º - Os benefícios concedidos possuem caráter temporário que serão encerrados em datas de 05/07/2033 e 21/03/2036 quando as beneficiárias completarem 21 (vinte e um) anos de idade.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a data de 29 (vinte e nove) de setembro de 2020.
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO EDIVALDO RODRIGUES PESSANHA, AOS 30 (TRINTA) DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2020.
JOÃO BATISTA PACHECO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Paraná
PORTARIA Nº. 302/2020
Concede Férias a Servidores Públicos Municipais.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º CONCEDER férias aos servidores públicos municipais, abaixo relacionados, como segue:

Nome	RG	Aquisição	Período de Fruição
Ademar Alves Melo	2.196.875	2017/2018	07/12/2020 a 05/01/2021
Douglas Rogerio Furlan	8.663.029-0	2019/2020	03/12/2020 a 01/01/2021
Fabiano Augusto Passotti Cavalhieri	2.315.051-8	2018/2019	08/12/2020 a 18/12/2020
Ijanete Ribeiro de Queiroz	4.239.750-4	2019/2020	01/12/2020 a 30/12/2020
Irene Santos Ornellas	5.575.498-5	2019/2020	01/12/2020 a 30/12/2020
Jaqueline da Silva	10.209.754-8	2019/2020	23/11/2020 a 22/12/2020
Luzia Lucia Lustoza Brandão	9.994.781-0	2019/2020	21/12/2020 a 19/01/2021
Maria Ines Rodrigues de Alcantara	5.366.520-9	2019/2020	01/12/2020 a 30/12/2020
Maria Rozilei Percinoto	5.864.566-4	2019/2020	01/12/2020 a 15/12/2020
Nedina Aparecida da Silva	5.089.349-9	2019/2020	23/11/2020 a 22/12/2020
Olga Maria Rodrigues da Silva Pierangeli	7.580.339-7	2019/2020	15/12/2020 a 13/01/2021
Paola Jurenilda Duarte Rubio	10.385.903-4	2017/2018	30/11/2020 a 14/12/2020
Raquel Souza Marquezoni Pereira	9.693.896-9	2018/2019	17/12/2020 a 15/01/2021
Roberto Sergio Raimundo	4.152.716-1	2018/2019	23/11/2020 a 22/12/2020
Ronaldo Gomes dos Santos Filho	6.386.450-1	2017/2018	01/12/2020 a 30/12/2020
Silvio Alves Machado	4.676.329-9	2017/2018	01/12/2020 a 30/12/2020
Siumara Aparecida Testa	4.958.527-6	2020/2021	23/11/2020 a 22/12/2020
Sonia Aparecida Goularte Fornasieri	4.295.417-9	2019/2020	01/12/2020 a 30/12/2020
Tatiane Kamisato	43.378.491-x	2019/2020	10/12/2020 a 08/01/2021
Valdenir Rodrigues Alves	6.929.262-3	2018/2019	01/12/2020 a 30/12/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, aos 27 de novembro 2020.
ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

MUINICIPIO DE PÉROLA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 558/2020
Exonera MAYCON JUNIOR DOS SANTOS, do cargo em comissão de Secretário Municipal de Assistência Social e dá outras providências.
O PREFEITO DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
Art. 1º Exonerar MAYCON JUNIOR DOS SANTOS, matricula nº 2140-7, do cargo em comissão de Secretário Municipal de Assistência Social, retornando o servidor ao cargo efetivo de carreira, a partir de 01 de Dezembro de 2020.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Registre-se, publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.
Pérola - Paraná, 01 de Dezembro de 2020.
DARLAN SCALCO
Prefeito

PORTARIA Nº 556/2020
Concede Férias ao servidor ADEMIR FULCHINI CARDOSO e da outras providencias.
O PREFEITO DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
Art. 1º Conceder ao servidor ADEMIR FULCHINI CARDOSO, matricula nº 254-4, ocupando o cargo efetivo de Fiscal de Tributos, Obras e Posturas, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda e Administração, 30(trinta) dias de Férias, referente ao período aquisitivo de (2019/2020) de 01/12/2020 a 30/12/2020.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Pérola/Paraná, 01 de Dezembro de 2020.
DARLAN SCALCO
Prefeito

PORTARIA Nº 557/2020
Exonera EDSON BISARRI, do cargo em comissão de Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente e dá outras providências.
O PREFEITO DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
Art. 1º Exonerar EDSON BISARRI, matricula nº 431-6, do cargo em comissão de Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, retornando o servidor ao cargo efetivo de carreira, a partir de 01 de Dezembro de 2020.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Registre-se, publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.
Pérola - Paraná, 01 de Dezembro de 2020.
DARLAN SCALCO
Prefeito

MUINICIPIO DE PÉROLA

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato de Prestação de Serviços nº 124/2020.
Inexigibilidade nº 04/2020
Contratante: MUNICÍPIO DE PÉROLA
Contratada: G. PISSINATI BIAVA LTDA-ME
Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica da área da saúde, para prestação de serviços de saúde - atendimento urgência, emergência e ambulatorial, e demais especialidades médicas existentes na Secretaria Municipal de Saúde de Pérola para o período 04 (quatro) meses, para atendimento em caráter complementar aos usuários do Sistema Único de Saúde-SUS, para os seguintes serviços médicos; Clínico Geral-Unidades de Saúde (PSF III).
Valor Total: R$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais)
Vigência: 01/12/2020 a 31/03/2021.
Adjudicada e Homologada: 27/11/2020.
Data de Assinatura: 30/11/2020.
(REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

MUINICIPIO DE PÉROLA

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato de Prestação de Serviços nº 125/2020.
Inexigibilidade nº 05/2020
Contratante: MUNICÍPIO DE PÉROLA
Contratada: CIBAX-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DA BACIA DO RIO XAMBRÊ E PIQUIRI.
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra, maquinários, alimentação, transporte de pessoal e transporte de maquinários referente ao "Programa Estradas da Integração-Patrulha Rural SEAB" no Município de Pérola, Estado do Paraná.
Valor Total: R$ 20.000,00 (vinte mil reais).
Vigência: 01/12/2020 a 31/12/2020.
Adjudicada e Homologada: 30/11/2020.
Data de Assinatura: 01/12/2020.

MUINICIPIO DE PÉROLA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 384/2020
Ratifica Inexigibilidade de Licitação nº 05/2020
O PREFEITO MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º. Fica ratificado, nos termos das razões constantes no procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 05/2020, os atos praticados que autorizou a contratação da seguinte empresa; CIBAX-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DA BACIA DO RIO XAMBRÊ E PIQUIRI, que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra, maquinários, alimentação, transporte de pessoal e transporte de maquinários referente ao "Programa Estradas da Integração-Patrulha Rural SEAB" no Município de Pérola, Estado do Paraná.
Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Pérola/PR, 30 de novembro de 2020.
DARLAN SCALCO
Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 201/2020
SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de férias a servidora SIMONE GODOIS DA SILVA de acordo com o Estatuto do Servidor do Município de Nova Olímpia, dando outras providências.
O Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
Art. 1º - Conceder férias a servidora SIMONE GODOIS DA SILVA, portadora do RG: 10.143.842-2 SSP/PR e CPF 065.866.109-40, sendo de 30 (TRINTA) dias de descanso a se cumprir entre os dias 01 a 30 de dezembro de 2020.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, convalidando o ato com a publicação oficial.
Paço Municipal Prefeito Edivaldo Rodrigues Pessanha, aos 30 dias do mês de novembro do ano de 2020.
JOÃO BATISTA PACHECO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 202/2020
SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de férias ao servidor PAULO SERGIO RODRIGUES, de acordo com o Estatuto do Servidor do Município de Nova Olímpia, dando outras providências.
O Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
Art. 1º - Conceder férias ao servidor PAULO SERGIO RODRIGUES, portador do RG: 7.670.370-1 SSP/PR e CPF 040.275.599-59, sendo 30 (TRINTA) dias de descanso a se cumprir entre os dias 01 a 30 de dezembro, de acordo com o Estatuto dos Servidores do Município de Nova Olímpia.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, convalidando o ato com a publicação oficial.
Paço Municipal Prefeito Edivaldo Rodrigues Pessanha, aos 30 dias do mês de novembro do ano de 2020.
JOÃO BATISTA PACHECO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 203/2020
SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de férias ao servidor DEIVO ADRIANO CHAVERNUE, de acordo com o Estatuto do Servidor do Município de Nova Olímpia, dando outras providências.
O Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
Art. 1º - Conceder férias ao servidor DEIVO ADRIANO CHAVERNUE, portador do RG: 7.889.743-0 SSP/PR e CPF 034.376.339-70, sendo 30 (TRINTA) dias de descanso a se cumprir entre os dias 01 a 30 de dezembro, de acordo com o Estatuto dos Servidores do Município de Nova Olímpia.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, convalidando o ato com a publicação oficial.
Paço Municipal Prefeito Edivaldo Rodrigues Pessanha, aos 30 dias do mês de novembro do ano de 2020.
JOÃO BATISTA PACHECO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 204/2020
SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de férias a servidora CLAUDETE GONÇALVES DOS SANTOS de acordo com o Estatuto do Servidor do Município de Nova Olímpia, dando outras providências.
O Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
Art. 1º - Conceder férias a servidora CLAUDETE GONÇALVES DOS SANTOS, portadora do RG: 6.250.195-2 SSP/PR e CPF 899.310.179-53, sendo de 30 (TRINTA) dias de descanso a se cumprir entre os dias 01 a 30 de dezembro de 2020.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, convalidando o ato com a publicação oficial.
Paço Municipal Prefeito Edivaldo Rodrigues Pessanha, aos 30 dias do mês de novembro do ano de 2020.
JOÃO BATISTA PACHECO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 205/2020
SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de férias ao servidor PAULO SERGIO BONI, de acordo com o Estatuto do Servidor do Município de Nova Olímpia, dando outras providências.
O Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
Art. 1º - Conceder férias ao servidor PAULO SERGIO BONI, portador do RG: 6.506.154-6 SSP/PR e CPF 027.939.689-94, sendo 30 (TRINTA) dias de descanso a se cumprir entre os dias 02 a 31 de dezembro, de acordo com o Estatuto dos Servidores do Município de Nova Olímpia.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, convalidando o ato com a publicação oficial.
Paço Municipal Prefeito Edivaldo Rodrigues Pessanha, aos 01 dias do mês de dezembro do ano de 2020.
JOÃO BATISTA PACHECO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 206/2020
SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de férias ao servidor FRANCISCO GOMES, de acordo com o Estatuto do Servidor do Município de Nova Olímpia, dando outras providências.
O Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
Art. 1º - Conceder férias ao servidor FRANCISCO GOMES, portador do RG: 3.075.395-0 SSP/PR e CPF 048.113.778-50, sendo 30 (TRINTA) dias de descanso a se cumprir entre os dias 02 a 31 de dezembro, de acordo com o Estatuto dos Servidores do Município de Nova Olímpia.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, convalidando o ato com a publicação oficial.
Paço Municipal Prefeito Edivaldo Rodrigues Pessanha, aos 01 dias do mês de dezembro do ano de 2020.
JOÃO BATISTA PACHECO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 207/2020
SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de férias ao servidor APARECIDO FRANCISCO DOS SANTOS, de acordo com o Estatuto do Servidor do Município de Nova Olímpia, dando outras providências.
O Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
Art. 1º - Conceder férias ao servidor APARECIDO FRANCISCO DOS SANTOS, portador do RG: 310.081-6 SSP/PR e CPF 413.891.159-68, sendo 30 (TRINTA) dias de descanso a se cumprir entre os dias 02 a 31 de dezembro, de acordo com o Estatuto dos Servidores do Município de Nova Olímpia.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, convalidando o ato com a publicação oficial.
Paço Municipal Prefeito Edivaldo Rodrigues Pessanha, aos 01 dias do mês de dezembro do ano de 2020.
JOÃO BATISTA PACHECO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 208/2020
SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de férias ao servidor VALDEMIRO GRIFFO, de acordo com o Estatuto do Servidor do Município de Nova Olímpia, dando outras providências.
O Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
Art. 1º - Conceder férias ao servidor VALDEMIRO GRIFFO, portador do RG: 200.126-1 SSP/PR e CPF 387.447.249-34, sendo 30 (TRINTA) dias de descanso a se cumprir entre os dias 02 a 31 de dezembro, de acordo com o Estatuto dos Servidores do Município de Nova Olímpia.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, convalidando o ato com a publicação oficial.
Paço Municipal Prefeito Edivaldo Rodrigues Pessanha, aos 01 dias do mês de dezembro do ano de 2020.
JOÃO BATISTA PACHECO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 209/2020
SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de férias ao servidor ADEMIR SCARPANTE JUNIOR, de acordo com o Estatuto do Servidor do Município de Nova Olímpia, dando outras providências.
O Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
Art. 1º - Conceder férias ao servidor ADEMIR SCARPANTE JUNIOR, portador do RG: 10.087.978-6 SSP/PR e CPF 064.483.859-08, sendo 10 (DEZ) dias de descanso a se cumprir entre os dias 09 a 18 de dezembro, de acordo com o Estatuto dos Servidores do Município de Nova Olímpia.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, convalidando o ato com a publicação oficial.
Paço Municipal Prefeito Edivaldo Rodrigues Pessanha, aos 01 dias do mês de dezembro do ano de 2020.
JOÃO BATISTA PACHECO
Prefeito Municipal

CIUENP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO NOROESTE DO PARANÁ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2020
PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EMPREGADOS PÚBLICOS PARA O CIUENP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO NOROESTE DO PARANÁ

EDITAL Nº 014/2020

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná - CIEUNP, no uso de suas atribuições conferidas pelo Estatuto Social do CIUENP, TORNA PÚBLICO:

1. A convocação dos candidatos relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2020 do CIUENP, homologado pelo Edital nº 004/2020, nos termos deste edital.
2. O candidato adiante relacionado deverá comparecer no CIUENP, no período de **01/12/2020 a 07/12/2020**, das **08h às 11h** e das **13h30min às 16h30min**, na Rua Dr. Paulo Pedrosa de Alencar, nº 4348 – CEP 87.501-270, em Umuarama-Pr, para entrega dos documentos que comprovem os requisitos previstos no Edital e agendamento de exame admissional:

12ª REGIONAL DE UMUARAMA

Class.	Insc.	Nome	Cargo	Regional/Base
3º	035	Eliana Mara Antonio	TARM	Umuarama/PR

3. O exame médico pré-admissional e exames complementares são parte integrante do Processo Seletivo Simplificado de caráter eliminatório, tendo a finalidade de verificar as condições físicas e mentais necessárias ao desempenho das funções no emprego público, sendo eliminado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que não comparecer no dia, horário e local determinado para a realização da entrevista, teste e exame.
4. Será considerado inapto nessa etapa o candidato que não atender aos requisitos de aferição estabelecidos para cada teste ou que apresentem características, quer estruturais, quer situacionais, que denotem comprometimento nas esferas psíquicas ou neurológicas e /ou tiverem condição de saúde incompatível com o emprego, devidamente atestado por médico do trabalho designado pelo CIUENP.
5. É condição para admissão no CIUENP a apresentação de todos os documentos exigidos por este Edital, no prazo acima estabelecido, bem como a realização do exame médico pré-admissional e exames complementares.
6. O candidato deverá apresentar, obrigatoriamente, fotocópia autenticada ou simples, se acompanhado do original, dos seguintes documentos:
a) Cartão com número do PIS ativo na Caixa Econômica Federal;
b) Carteira/Cédula de Identidade - RG;
c) Cartão de Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
d) Título de eleitor e comprovante de votação referente à última eleição e/ou certidão de quitação eleitoral;
e) CNH (Carteira Nacional de Habilitação categoria "D"), certificado de treinamento em condução de veículos de emergência, bem como extrato disponível no site do Detran/PR comprovando os demais pré-requisitos do cargo de Condutor de Ambulância Socorrista, conforme Anexo I do Edital do Regulamento do presente PSS;
f) Prova de quitação com o serviço militar, para candidatos do sexo masculino;
g) Certidão de Nascimento ou Casamento;

1

h) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 (vinte) anos (quando couber);
i) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;
j) Comprovante do grau de escolaridade exigido para o cargo;
k) Comprovante de registro no respectivo conselho de classe e comprovante de regularidade do registro (quitação da anuidade);
l) Declaração firmada pelo candidato da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), excetuadas as hipóteses previstas no Art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do Art. 37 da CF;
m) Declaração de bens, direito e valores com dados que integram o respectivo patrimônio, acompanhada da Declaração de Imposto de Renda do exercício imediatamente anterior (na forma da Lei n.º 8.429/1992);
n) Comprovante de Residência atualizado;
o) Carteira de Vacinação atualizada;
p) 01 Foto 3x4 recente;
q) Comprovante de Conta Corrente ou Salário no Banco do Brasil;
r) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal, da Comarca onde residir, emitidas há 90 (noventa) dia da data da posse;
s) Certidão de que o candidato encontra-se no pleno exercício de seus direitos políticos e não responde ou respondeu por crime administrativo (Contra o Patrimônio e Administração Pública), através de Certidão expedida pela Justiça Estadual onde o candidato esteve domiciliado e trabalhado nos últimos 05 (cinco) anos, emitida há 90 (noventa) dias da data da posse; (Varas Criminais ou Cartório Distribuidor);
t) Certidão de que o candidato encontra-se no pleno exercício de seus direitos políticos e não responde ou respondeu por crime eleitoral, através de Certidão expedida pela Justiça Eleitoral onde o candidato esteve domiciliado e trabalhando nos últimos 05 (cinco) anos, emitida há 90 (noventa) dias da data da posse.

Obs.1: O formulário de declaração de não acúmulo de cargos ou empregos e formulário de declaração de bens poderão ser solicitados no Setor de Recursos Humanos do CIUENP.
Obs. 2: Caso os dependentes (filhos e cônjuge) sejam considerados para fins de dedução para imposto de renda na fonte, deverá ser apresentado o número do CPF do dependente, independentemente da idade.

7. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Edital implica em perda dos direitos advindos do Processo Seletivo Simplificado, nos termos da lei. Publique-se.

Umuarama/PR, 30 de novembro de 2020.

Almir de Almeida
Presidente do CIUENP

PREFEITURA DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
PORTARIA Nº. 518/2020, de 01 de dezembro de 2020.
CONCEDE Férias e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. CONCEDER com esteio no Inciso XVII do Art. 7º. da Constituição da República Federativa do Brasil, e Art. 95 da Lei Municipal nº. 410/93, § único do Art. 2º da Lei Municipal 929/2005, férias em favor do Servidor Público Sr. GENIVALDO BRAZ DE CAMPOS, brasileiro, Portador do RG n°. 26.260.662-8 SSP/PR, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Lotado na seguinte Funcional Programática: Órgão: 03 – Secretaria de Administração, Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Unidade Orçamentária: 01 – Gabinete do Secretário; Atividade: 2.212 – Manutenção da Secretaria de Administração, Desenvolvimento, Indústria e Comércio; correspondente a 15 (quinze) dias regulamentares, inerentes ao período aquisitivo de 12/02/2016 à 11/02/2017, a serem concedidas no período de 02/12/2020 à 16/12/2020, não havendo direito ao pagamento do abono de 1/3 constitucional uma vez que já foi pago na competência de outubro de 2018.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
JOSÉ CARLOS BARALDI
Prefeito Municipal

CORIPA

PORTARIA Nº.015/2020

Nomeia Gestor e Fiscal para Controle, Fiscalização, Acompanhamento e Avaliação da Execução dos Contratos Administrativos, do Consórcio Intermunicipal para Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência – CORIPA e dá outras Providências.

O Presidente do CORIPA, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1°. NOMEAR Servidores do quadro do CORIPA, para Gerenciar, fiscalizar Controlar, Acompanhar e Avaliar a Execução dos Contratos Administrativos, nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores:

GESTOR:
NAYARA RAPOSO OLIVO
RG nº: 9.923.742-2 / SSP – PR
CPF nº: 061.698.959-85

FISCAL:
THAMIRES COLONELLI DA SILVA
RG nº:10.281.816-4 SSP – PR
CPF nº: 081.856.369-90

Art. 2º - O gestor conjuntamente com o fiscal, serão responsáveis perante os contratados e zelar pela boa execução do objeto pactuado, mediante a execução das atividades de orientação, fiscalização, controle e aceite, devendo ainda:

I. Ler minuciosamente o contrato, convênio ou termo de cooperação, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

II. Verificar se o contrato, convênio ou termo de cooperação atende as formalidades legais, especialmente no que se refere à qualificação e identificação completa dos contratados, convenentes ou partícipes;

III. Exigir somente o que for previsto no contrato. Qualquer alteração de condição contratual deve ser submetida ao superior hierárquico, acompanhada das justificativas pertinentes;

IV. Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

V. Notificar a contratada, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo, etc.). Em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, anotar todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando as que fugirem a sua competência;

VI. Verificar se o cronograma físico-financeiro das obras e serviços ou a aquisição de materiais e equipamentos se desenvolvem de acordo com a respectiva Ordem de Serviço, Nota de Empenho e com o estabelecido no Instrumento firmado;

VII. Verificar articulação entre as etapas, de modo que os objetivos sejam atingidos;

VIII. Certificar a execução de etapa de obras ou serviços e o recebimento de aquisições e equipamentos, mediante emissão de Atestado de Execução e de termo circunstanciado;

IX. Atestar a conclusão das etapas ajustadas;

X. Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação do fiscal, nesses casos, observará o que reza o contrato e o ato licitatório, principalmente em relação ao prazo ali previsto;

XI. Receber e encaminhar as faturas, devidamente atestadas, ao setor financeiro, observado se a fatura a presentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

XII. Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação;

XIII. Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

XIV. Anotar em formulário próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

XV. Comunicar à unidade competente, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada;

XVI. Solicitar à unidade competente esclarecimentos de dúvidas relativas ao contrato sob sua responsabilidade;

XVII. Acompanhar o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico-financeiro;

XIII. Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;

XIX. Encaminhar à autoridade competente eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, 01 DE DEZEMBRO DE 2020.

ALTAIR DONIZETE DE PÁDUA
Presidente do CORIPA

CIUENP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO NOROESTE DO PARANÁ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2020
PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EMPREGADOS PÚBLICOS PARA O CIUENP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO NOROESTE DO PARANÁ

EDITAL Nº 015/2020

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná - CIEUNP, no uso de suas atribuições conferidas pelo Estatuto Social do CIUENP, TORNA PÚBLICO:

1. A convocação dos candidatos relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2020 do CIUENP, homologado pelo Edital nº 004/2020, nos termos deste edital.
2. O candidato adiante relacionado deverá comparecer no CIUENP, no período de **02/12/2020 a 08/12/2020**, das **08h às 11h** e das **13h30min às 16h30min**, na Rua Dr. Paulo Pedrosa de Alencar, nº 4348 – CEP 87.501-270, em Umuarama-Pr, para entrega dos documentos que comprovem os requisitos previstos no Edital e agendamento de exame admissional:

12ª REGIONAL DE UMUARAMA

Class.	Insc.	Nome	Cargo	Regional/Base
5º	010	Luciano Alex do Prado Pinheiro	Médico Regulador	Umuarama/PR
6º	058	Juliana Patrícia Santos de Oliveira	Médico Regulador	Umuarama/PR

3. O exame médico pré-admissional e exames complementares são parte integrante do Processo Seletivo Simplificado de caráter eliminatório, tendo a finalidade de verificar as condições físicas e mentais necessárias ao desempenho das funções no emprego público, sendo eliminado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que não comparecer no dia, horário e local determinado para a realização da entrevista, teste e exame.
4. Será considerado inapto nessa etapa o candidato que não atender aos requisitos de aferição estabelecidos para cada teste ou que apresentem características, quer estruturais, quer situacionais, que denotem comprometimento nas esferas psíquicas ou neurológicas e /ou tiverem condição de saúde incompatível com o emprego, devidamente atestado por médico do trabalho designado pelo CIUENP.
5. É condição para admissão no CIUENP a apresentação de todos os documentos exigidos por este Edital, no prazo acima estabelecido, bem como a realização do exame médico pré-admissional e exames complementares.
6. O candidato deverá apresentar, obrigatoriamente, fotocópia autenticada ou simples, se acompanhado do original, dos seguintes documentos:
a) Cartão com número do PIS ativo na Caixa Econômica Federal;
b) Carteira/Cédula de Identidade - RG;
c) Cartão de Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
d) Título de eleitor e comprovante de votação referente à última eleição e/ou certidão de quitação eleitoral;
e) CNH (Carteira Nacional de Habilitação categoria "D"), certificado de treinamento em condução de veículos de emergência, bem como extrato disponível no site do Detran/PR comprovando os demais pré-requisitos do cargo de Condutor de Ambulância Socorrista, conforme Anexo I do Edital do Regulamento do presente PSS;
f) Prova de quitação com o serviço militar, para candidatos do sexo masculino;
g) Certidão de Nascimento ou Casamento;
h) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 (vinte) anos (quando couber);
i) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;
j) Comprovante do grau de escolaridade exigido para o cargo;
k) Comprovante de registro no respectivo conselho de classe e comprovante de regularidade do registro (quitação da anuidade);
l) Declaração firmada pelo candidato da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), excetuadas as hipóteses previstas no Art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do Art. 37 da CF;
m) Declaração de bens, direito e valores com dados que integram o respectivo patrimônio, acompanhada da Declaração de Imposto de Renda do exercício imediatamente anterior (na forma da Lei n.º 8.429/1992);
n) Comprovante de Residência atualizado;
o) Carteira de Vacinação atualizada;
p) 01 Foto 3x4 recente;
q) Comprovante de Conta Corrente ou Salário no Banco do Brasil;
r) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal, da Comarca onde residir, emitidas há 90 (noventa) dia da data da posse;
s) Certidão de que o candidato encontra-se no pleno exercício de seus direitos políticos e não responde ou respondeu por crime administrativo (Contra o Patrimônio e Administração Pública), através de Certidão expedida pela Justiça Estadual onde o candidato esteve domiciliado e trabalhado nos últimos 05 (cinco) anos, emitida há 90 (noventa) dias da data da posse; (Varas Criminais ou Cartório Distribuidor);
t) Certidão de que o candidato encontra-se no pleno exercício de seus direitos políticos e não responde ou respondeu por crime eleitoral, através de Certidão expedida pela Justiça Eleitoral onde o candidato esteve domiciliado e trabalhando nos últimos 05 (cinco) anos, emitida há 90 (noventa) dias da data da posse.

Obs.1: O formulário de declaração de não acúmulo de cargos ou empregos e formulário de declaração de bens poderão ser solicitados no Setor de Recursos Humanos do CIUENP.
Obs. 2: Caso os dependentes (filhos e cônjuge) sejam considerados para fins de dedução para imposto de renda na fonte, deverá ser apresentado o número do CPF do dependente, independentemente da idade.

7. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Edital implica em perda dos direitos advindos do Processo Seletivo Simplificado, nos termos da lei. Publique-se.

Umuarama/PR, 01 de dezembro de 2020.

Almir de Almeida
Presidente do CIUENP

PREFEITURA DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
PORTARIA Nº. 519/2020, de 01 de dezembro de 2020.
CONCEDE FÉRIAS e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. CONCEDER com esteio no Inciso XVII do Art. 7º. da Constituição da República Federativa do Brasil, e Art. 95 da Lei Municipal nº. 410/93, § único do Art. 2º da Lei Municipal 929/2005, férias em favor do Servidor Público Sr. COSMO MENDES DA SILVA, brasileira, Portador do RG n°. 5.159.708-7 SSP/PR, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquina Rodoviária, Lotado na seguinte Funcional Programática: Órgão: 03 - Secretaria de Administração, Desenvolvimento, Indústria e Comércio; 08 – Departamento de Transportes; 2.038 – Manutenção e Encargos do Pátio Rodoviário; correspondente a 30 (trinta) dias regulamentares, inerentes ao período aquisitivo de 01/08/2018-2019, a serem concedidas no período de 02/12/2020 a 31/12/2020, com direito ao Abono Constitucional a título de 1/3 de férias, a ser pago em folha da competência de dezembro de 2020.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
JOSÉ CARLOS BARALDI
Prefeito Municipal

CIUENP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO NOROESTE DO PARANÁ SAMU 192 NOROESTE DO PARANÁ

PORTARIA Nº 360/2020

EXONERAR O SERVIDOR MARCIO AUGUSTO SCHRAMM VOLPE

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Urgências e Emergências do Noroeste do Paraná CIUENP, usando de suas atribuições legais, especialmente as contidas na Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, no Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, no Protocolo de Intenções e Estatuto, e de acordo RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a pedido, a partir de 30 de novembro de 2020, o Sr. **MARCIO AUGUSTO SCHRAMM VOLPE**, portador da Cédula de Identidade nº 59122061 SSP PR, admitido em 01 de maio de 2017, ocupante do emprego público efetivo de MÉDICO REGULADOR – 24 horas semanais, pelo regime CLT, lotado na Central de Regulação, situada no município de Umuarama, Estado do Paraná, ficando revogada a Portaria nº 118/2017 de 17 de maio de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, notifique-se, registre-se e cumpra-se.

Umuarama-PR, 01 de dezembro de 2020.

ALMIR DE ALMEIDA
PRESIDENTE DO CIUENP

CIUENP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO NOROESTE DO PARANÁ SAMU 192

PORTARIA Nº 361/2020

Prorroga o prazo do contrato temporário de DANIELA LOPES DE SOUZA, contratada através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020, regido pelo Edital nº 001/2020 – CIUENP.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Urgências e Emergências do Noroeste do Paraná CIUENP, usando de suas atribuições legais, especialmente as contidas na Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, no Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, no Protocolo de Intenções e Estatuto,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar até o dia 01 de junho de 2021, o prazo do contrato temporário da Sra. **DANIELA LOPES DE SOUZA,** portadora da Cédula de Identidade R.G. sob nº 43320831 SSP PR, contratada através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020, regido pelo Edital nº 001/2020, ocupante do cargo por prazo determinado de Médico Regulador, 24 horas semanais, conforme subitem 1.6 do Regulamento Especial, a contar de 02 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, notifique-se, registre-se e cumpra-se.

Umuarama-PR, 02 de dezembro de 2020.

ALMIR DE ALMEIDA
PRESIDENTE DO CIUENP

CIUENP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO NOROESTE DO PARANÁ SAMU 192

PORTARIA Nº 362/2020

Prorroga o prazo do contrato temporário de RENATA BOTEON, contratada através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020, regido pelo Edital nº 001/2020 – CIUENP.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Urgências e Emergências do Noroeste do Paraná CIUENP, usando de suas atribuições legais, especialmente as contidas na Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, no Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, no Protocolo de Intenções e Estatuto,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar até o dia 01 de junho de 2021, o prazo do contrato temporário da Sra. **RENATA BOTEON,** portadora da Cédula de Identidade R.G. sob nº 25940370-2 SSP SP, contratada através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020, regido pelo Edital nº 001/2020, ocupante do cargo por prazo determinado de Médico Regulador, 24 horas semanais, conforme subitem 1.6 do Regulamento Especial, a contar de 02 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, notifique-se, registre-se e cumpra-se.

Umuarama-PR, 02 de dezembro de 2020.

ALMIR DE ALMEIDA
PRESIDENTE DO CIUENP

PREFEITURA DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 02 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 130/2018
Pelo presente instrumento particular, entre o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA, inscrita no CNPJ nº 77.870.475/0001-63, denominada de CONTRATANTE, com sede administrativa à Av. Carlos Spanhol, 164, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ CARLOS BARALDI, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.132.712-1-SSP/PR, e do CPF/MF nº 409.020.649-91, residente e domiciliado à Avenida Marcionílio Pereira dos Santos, nº 38, Centro, CEP – 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, Brasil e de outro lado, na qualidade de CONTRATADA a empresa: DYONATHAN FERREIRA DA SILVA ME, inscrita no CNPJ nº 29.513.804/0001-76, com sede à RUA FABIANO DA SILVA TAVARES, nº 488, Centro - 87555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do PR, Brasil, neste ato representado pelo Sr.,DYONATHAN FERREIRA DA SILVA, portador(a) do RG. nº12.529.557-6 SSP/PR., e do CPF/MF Nº088.610.539-00, residente e domiciliado à Rua Fabiano da Silva Tavares – 488, resolvem firmar o presente Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Profissionais, firmado com amparo da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e fundamentado na Licitação Modalidade de Pregão nº 63/2018, Processo n° 153, data da homologação da licitação 28/11/18, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
Da Vigência
Fica estabelecido a prorrogação do prazo de vigência do Contrato por mais 01 (um) mês, até dia 31/12/2020, contados a partir de 29/11/2020 prazo acordado anteriormente.
Das Ratificações
Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento principal, ora aditado, não abrangidas neste Termo Aditivo.
Do Foro Competente
Fica eleito o Foro da Comarca de Altônia, estado do Paraná, para que nele venham a ser dirimidas as eventuais desavenças no cumprimento do presente Contrato.
São Jorge do Patrocínio-PR, 29 de novembro de 2020.

PREFEITURA DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
DECRETO Nº 157/2020
Altera o Decreto nº 23, de 18 de março de 2020.
O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, no uso de suas atribuições conferidas pelos artigos 10, I; 11, II, e 151, todos da Lei Orgânica de São Jorge do Patrocínio, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;
CONSIDERANDO o Decreto nº 23 de 18 de março de 2020 e o Decreto nº 26 de 20 de março de 2020 que estabelecem uma série de medidas e restrições para o enfrentamento da contaminação humana pelo COVID-19 em nosso Município;
CONSIDERANDO a deliberação do Comitê Gestor das ações de Prevenção e Contingenciamento em Saúde do COVID-19;
CONSIDERANDO o Artigo 30 inciso II da Constituição Federal de 1988, o qual determina aos municípios suplementar a legislação federal e estadual no que couber;
D E C R E T A:
Art. 1º O Decreto nº 23, de 18 de março de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:
....
Art. 2º Ficam suspensos por prazo indeterminado, no âmbito do município de São Jorge do Patrocínio:
§ 2º Eventos de qualquer natureza com público superior a 30 (trinta) pessoas, ressalvadas as hipóteses previstas em legislação específica que preveja público diverso do previsto neste dispositivo;
....
§ 7º Caso qualquer cidadão, servidor público ou não, presencie a ocorrência de evento que desrespeite o limite de 30 (trinta) pessoas, deverá denunciar tal fato à Prefeitura Municipal, que remeterá documentação aos órgãos competentes, para apuração de eventuais responsabilidades criminais, administrativas e civis.
....
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 142, de 22 de outubro de 2020.
São Jorge do Patrocínio, ao 1º dia do mês de dezembro de 2020.
JOSÉ CARLOS BARALDI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

PORTARIA Nº 285 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2020
Concede Pensão por morte de servidor.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art. 71, inciso VI e IX, da Lei Orgânica do Município e considerando o Parecer Jurídico n.º 26 de 01 de dezembro de 2020.
RESOLVE:
Art. 1o Conceder pensão por morte do servidor Sr. Djalma Garcia de Oliveira, portador do CPF/MF n.º 475.856.689-53, matrícula n.º 89648, ocupante do cargo de Motorista I, Grupo Ocupacional Operacional (OPE), classe F, Referência I, na data de seu óbito ocorrido em 22 de novembro de 2020, a pensionista abaixo citado.

BENEFICIÁRIO	PARENTESCO	NATUREZA DA PENSÃO	COTA PARTE	VALOR DA PENSÃO R$
Derci Buschini de Oliveira	Esposa	Vitalícia	100%	1.313,27

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 01 de dezembro de 2020.
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 425/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES SOCIOEDUCATIVAS NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO DE TAPEJARA-PR - COVID-19.
MODALIDADE: Dispensa n° 62/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAPEJARA
CONTRATADA: THALITA PRESENTES LTDA - ME.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 (cento e oitenta) dias.
VALOR: R$-13.869,25 (treze mil, oitocentos e sessenta e nove reais e vinte e cinco centavos)
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR
Tapejara/PR, em 01 de dezembro de 2020
MUNICÍPIO DE TAPEJARA
Rodrigo de Oliveira Souza Koike

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

MUNICÍPIO DE PÉROLA
Estado do Paraná

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Município de Pérola, Estado do Paraná, através do Serviço de Fiscalização, nos termos do artigo 115 da Lei Complementar n° 15/2011 (Código de Posturas Municipais), notifica os proprietários abaixo relacionados, para proceder a limpeza de seus lotes, prazo máximo de 10 dias a contar da data da presente notificação.
Decorrido o prazo acima concedido, e não sendo atendida a notificação, serão aplicadas as penalidades previstas no artigo 115, §3° inciso II da lei acima informada, e os serviços serão executados pelo Município de Pérola.
Sendo executado o serviço pelo Município, será cobrada a importância de R$ 967,80 (novecentos de sessenta e sete reais e oitenta centavos), pela limpeza de cada lote.
Outrossim, solicita-se a periódica manutenção da limpeza do referindo lote. OBS: Manter o terreno limpo, evita objetos que acumulam água, eliminando o criadouro do mosquito transmissor da DENGUE, ZIKA VIRUS e FEBRE CHIKUNGUNYA. Se por ventura no recebimento desta notificação a limpeza já tenha sido efetuada, queira por gentileza desconsiderá-la.

Pérola, em 01 de dezembro de 2020.

NICOLAU CRISOSTOMO DE SALES RUA OLAVO BILAC, 389 BAIRRO: CENTRO INSC: 196000	AUREO JOSE NAVAS DOS SANTOS RUA BRUNO NICOLAU JUNGES, 1381 BAIRRO: JARDIM TROPICAL INSC: 407400	ELMU- EMPRESA DE LIMP. E MANUT. URBANA LTDA RUA BRUNO NICOLAU JUNGES, 1401 BAIRRO: JARDIM TROPICAL INSC: 407300
INCORPLAN INCORPORAÇÕES E LOTEAMENTOS LTDA RUA BRUNO NICOLAU JUNGES, 1340 BAIRRO: JARDIM TROPICAL INSC: 409000	LEONARDO TOSHIO MATSUMOTO AV. COSTA E SILVA, 587 BAIRRO: JARDIM TROPICAL INSC: 401600	RONALDO BATISTA MARQUES RUA BRUNO NICOLAU JUNGES, 1196 BAIRRO: JARDIM TROPICAL INSC: 400600
MOACIR GUILHERME FACIN RUA BRUNO NICOLAU JUNGES, 1300 BAIRRO: JARDIM TROPICAL INSC: 409400	INCORPLAN INCORPORAÇÕES E LOTEAMENTOS LTDA RUA BRUNO NICOLAU JUNGES, 1310 BAIRRO: JARDIM TROPICAL INSC: 409300	PAULO LEMOS RUA CIRILO EVANGELISTA DA SILVA, 53 BAIRRO: JARDIM TROPICAL INSC: 406350
JOSE MARIA FATTORE RUA CIRILO EVANGELISTA DA SILVA, 65 BAIRRO: JARDIM TROPICAL INSC: 406300	EDEVALDO LUIZ RUA JOSE SANTELLI, 122 BAIRRO: JARDIM TROPICAL INSC: 403200	MANOEL LUIZ NETO RUA JOSE SANTELLI, 110 BAIRRO: JARDIM TROPICAL INSC: 403100
MANOEL LUIZ NETO RUA JOSE SANTELLI, 98 BAIRRO: JARDIM TROPICAL INSC: 403000	OCTAVIO BACELAR JUNIOR RUA JOSE SANTELLI, 86 BAIRRO: JARDIM TROPICAL INSC: 402900	VERONICA PEREIRA DIAS PEDROSO E OUTRO RUA BENEDITO RODRIGUES, 233 BAIRRO: JARDIM AMERICA INSC: 517200
JOSE RODRIGUES RUA BENEDITO RODRIGUES, 223 BAIRRO: JARDIM AMERICA INSC: 517100	LUCILENE OLIVOTO CARDOSO RUA MANOEL RIBAS, 1080 BAIRRO: JARDIM AMERICA INSC: 515000	REINALDO LIMA CANHIN RUA HENRIK WIECZOREK, 16 BAIRRO: JARDIM AMERICA INSC: 517800
PERFILGRASS COM. DE VIDROS E ALUMINIOS EIRELI RUA FRANCISCO MULEZINI, 1308 BAIRRO: PARQUE RESIDENCIAL PÉROLA INSC: 443300	UBSTER DE SOUZA CARBONERA RUA BERNADINO DE CAMPOS, 328 BAIRRO: CENTRO INSC: 143600	UBSTER DE SOUZA CARBONERA RUA BERNARDINO DE CAMPOS, 334 BAIRRO: CENTRO INSC: 143650
G FERDINANDI CONSTRUÇÕES E INCORP. LTDA RUA BELARMINO RODRIGUES MIRANDA, 413 BAIRRO: RESIDENCIAL TOPAZIO INSC: 495400	JAQUELINE CORTONEZI CARLOS RUA BELARMINO RODRIGUES MIRANDA, 383 BAIRRO: RESIDENCIAL TOPAZIO INSC: 495100	FERNANDA COTRIM TRONCON RUA HERMINIO SCALCO, 354 BAIRRO: RESIDENCIAL TOPAZIO INSC: 501000
G FERDINANDI CONSTRUÇÕES E INCORP. LTDA RUA HERMINIO SCALCO, 353 BAIRRO: RESIDENCIAL TOPAZIO INSC: 501900	G FERDINANDI CONSTRUÇÕES E INCORP. LTDA RUA LUIZ FUENTES ROBAINA, 334 BAIRRO: RESIDENCIAL TOPAZIO INSC: 504400	LAERCIO GODINHO COELHO RUA LUIZ FUENTES ROBAINA, 364 BAIRRO: RESIDENCIAL TOPAZIO INSC: 503300
MARIA HELENA MEDEIROS RUA LUIZ FUENTES ROBAINA, 493 BAIRRO: RESIDENCIAL TOPAZIO INSC: 508800	G FERDINANDI COSTRUÇÕES E INCORP. LTDA RUA LUIZ FUENTES ROBAINA, 504 BAIRRO: RESIDENCIAL TOPAZIO INSC: 505600	CAIXA ECONOMICA FEDERAL RUA JORGE ALMEIDA DE OLIVEIRA, 949 BAIRRO: RESIDENCIAL TOPAZIO INSC: 509300
G FERDINANDI CONSTRUÇÕES E INCORP. LTDA RUA JORGE ALMEIDA DE OLIVEIRA, 454 BAIRRO: RESIDENCIAL TOPAZIO INSC: 509700	JANDIRA MIRANDA FERRO RUA JORGE ALMEIDA DE OLIVEIRA, 323 BAIRRO: RESIDENCIAL TOPAZIO INSC: 512400	JOSEFA MARIA SALES RUA JOSE DE ALENCAR, 178 BAIRRO: CENTRO INSC: 127000
VALDENIR RODRIGUES DE ALMEIDA RUA IPE, 138 BAIRRO: PARQUE DO BOSQUE INSC: 376500	EDIR APARECIDO RIBEIRO RUA GURUCAIA BAIRRO: PARQUE DO BOSQUE INSC: 374400	ADRIANA SILVA TELES RUA GURUCAIA, 389 BAIRRO: PARQUE DO BOSQUE INSC: 374300
PATRICIA FAVARO MAROSTICA FERREIRA RUA GURUCAIA, 377 BAIRRO: PARQUE DO BOSQUE INSC: 374200	ESTEVÃO HARUO HORIE RUA PEROBA, 281 BAIRRO: PARQUE DO BOSQUE INSC: 364850	ESPOLIO DE JAYME ROMERO AMAIS RUA VOLUNTARIOS DA PATRIA, 876 BAIRRO: CENTRO INSC: 58900
ESPOLIO DE JAYME ROMERO AMAIS AV. PÉROLA BYINGTON, 171 BAIRRO: CENTRO INSC: 204200	OKADA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA RUA JOÃO FERREIRA SALES, 75 BAIRRO: JARDIM CRISTAL INSC: 548240	OKADA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA RUA JOÃO FERREIRA SALES, 26 BAIRRO: JARDIM CRISTAL INSC: 458900
JOCIELI MENEZES MOREIRA RUA AUGUSTO BAESSO, 104 BAIRRO: JARDIM PARIS 2 INSC: 809500	TATIANA GARCIA DE OLIVEIRA RUA AUGUSTO BAESSO, 94 BAIRRO: JARDIM PARIS 2 INSC: 809400	GILSON PATRICIO DE AMORIM E OUTRO RUA AUGUSTO BAESSO, 74 BAIRRO: JARDIM PARIS INSC: 809200
MARIO HETIRO YWASAKI RUA RIO JORDÃO, 33 BAIRRO: JARDIM BELA VISTA INSC: 703700	BORGES LOTEAMENTOS LTDA RUA RIO JORDÃO, 25 BAIRRO: JARDIM BELA VISTA INSC: 703600	BORGES LOTEAMENTOS LTDA RUA RIO JORDÃO, 17 BAIRRO: JARDIM BELA VISTA INSC: 703500

BORGES LOTEAMENTOS LTDA AV. RIO BRANCO, 491 BAIRRO: JARDIM BELA VISTA INSC: 703400	ESPOLIO DE SUELI APARECIDA MAQUEDA CLOVIS RUA RIO JORDÃO, 34 BAIRRO: JARDIM BELA VISTA INSC: 701500	JOSE FAUSTO PICOLI RUA DAS ORQUIDEAS, 599 BAIRRO: JARDIM PORTO SEGURO INSC: 483000
DEOMAR DOS ANJOS SANTOS RUA RIACHUELO, 759 BAIRRO: CENTRO INSC: 12700	PEDRO DONIZETE GRASSI RUA RIACHUELO, 749 BAIRRO: CENTRO INSC: 12800	BORGES LOTEAMENTOS LTDA RUA BEIJA FLOR, 480 BAIRRO: JARDIM IPE INSC: 700950
BORGES LOTEAMENTOS LTDA RUA BEIJA FLOR, 484 BAIRRO: JARDIM IPE INSC: 700900	MARCIO JOSE RIBEIRO RUA BEIJA FLOR, 488 BAIRRO: JARDIM IPE INSC: 700850	BRUNA TALITA BERSANI RUA BEIJA FLOR, 510 BAIRRO: JARDIM IPE 2 INSC: 734750
DIORGENES CARLOS DE ALMEIDA RUA BEIJA FLOR, 514 BAIRRO: JARDIM IPE 2 INSC: 734700	M.C. PICIRILO – MATERIAS PARA CONSTRUÇÃO - ME RUA BEIJA FLOR, 520 BAIRRO: JARDIM IPE 2 INSC: 734500	LUIS AVELINO RUA JOAQUIM PEDRO DE CARVALHO, 245 BAIRRO: JARDIM IPE 2 INSC: 732850
MARIA LUCIA CASQUETE RUA JOAQUIM ANTONIO SOBRINHO, 697 BAIRRO: JARDIM UNIÃO 2 INSC: 541370	EUCLIDES DO ESPIRITO SANTO AV. PRESIDENTE VARGAS, 428 BAIRRO: JARDIM UNIÃO 2 INSC: 452620	JUVERCINO DIANIN ZANON RUA DOS IPES, 751 BAIRRO: JARDIM UNIÃO 2 INSC: 451900
JOÃO BATISTA DE BARROS RUA NILO PEÇANHA, 301 BAIRRO: CENTRO INSC: 18100	JOSELITO PASSOS DA SILVA RUA NILO PEÇANHA, 253 BAIRRO: CENTRO INSC: 18200	ANTONIO DELISE RUA OSVALDO CRUZ, 681 BAIRRO: CENTRO INSC: 17220
EDMAR DE FREITAS RUA OSVALDO CRUZ, 639 BAIRRO: CENTRO INSC: 17000	LUIZ CARLOS TRODORFE RUA OSVALDO CRUZ, 660 BAIRRO: CENTRO INSC: 16800	NILSON RODRIGUES GENTIL RUA OSVALDO CRUZ, 650 BAIRRO: CENTRO INSC: 16700
MARIA VANILDA DA SILVA BUFÃO RUA NILO PEÇANHA, 350 BAIRRO: CENTRO INSC: 15700	GILSON FUENTES LOPES RUA NILO PEÇANHA, 340 BAIRRO: CENTRO INSC: 15600	CAMILA FERNEDA BATISTA RUA OSVALDO CRUZ, 630 BAIRRO: CENTRO INSC: 16500
FABIANO DE MELO BELENTANI RUA DUQUE DE CAXIAS, 521 BAIRRO: JARDIM JULIA BORGES INSC: 418850	MB LOTEAMENTOS RUA JOSE BORGES, 76 BAIRRO: JARDIM MARIA ROSA MENDES INSC: 398460	DONIVALDO FERREIRA RUA ANTONIO MENDES, 157 BAIRRO: JARDIM JULIA BORGES INSC: 424500
FABIANO DE MELO BELENTANI RUA ANTONIO MENDES, 105 BAIRRO: JARDIM JULIA BORGES INSC: 423200	MB LOTEAMENTOS LTDA RUA ALBERTO PIPINO BATISTA, 133 BAIRRO: JARDIM JULIA BORGES INSC: 419700	MB LOTEAMENTOS LTDA RUA JOSE STEL, 109 BAIRRO: JARDIM JULIA BORGES INSC: 421000
VILMA VITAL RUA JOSE STEL, 85 BAIRRO: JARDIM JULIA BORGES INSC: 421100	MB LOTEAMENTOS LTDA RUA JOSE STEL, 67 BAIRRO: JARDIM JULIA BORGES INSC: 421200	MB LOTEAMENTOS LTDA RUA JOSE STEL, 36 BAIRRO: JARDIM JULIA BORGES INSC: 420500
MAURICIO LARENTES RUA DUQUE DE CAXIAS, 541 BAIRRO: JARDIM JULIA BORGES INSC: 418750	DEVANIR LIMA DE SOUZA RUA ANTONIO MENDES, 149 BAIRRO: JARDIM JULIA BORGES INSC: 424550	MB LOTEAMENTOS LTDA RUA ANTONIO MENDES, 135 BAIRRO: JARDIM JULIA BORGES INSC: 424600
MB LOTEAMENTOS LTDA RUA RIACHUELO, 1230 BAIRRO: JARDIM JULIA BORGES INSC: 422000	RONALDO SANTANA DOURADO RUA ANTONIO MENDES, 94 BAIRRO: JARDIM JULIA BORGES INSC: 422100	MB LOTEAMENTOS LTDA RUA ANTONIO MENDES, 81 BAIRRO: JARDIM JULIA BORGES INSC: 423250
PAULO ROGERIO CHIQUETTI REVESSI RUA ANTONIO MENDES, 75 BAIRRO: JARDIM JULIA BORGES INSC: 423300	MB LOTEAMENTOS LTDA RUA ANTONIO MENDES, 51 BAIRRO: JARDIM JULIA BORGES INSC: 423400	MB LOTEAMENTOS LTDA RUA ANTONIO MENDES, 67 BAIRRO: JARDIM JULIA BORGES INSC: 423340
BORGES LOTEAMENTOS LTDA RUA ROZANIA LOPES DO AMARAL, 316 BAIRRO: JARDIM IPE INSC: 700100	JOSE LUIZ GONÇALVES RUA MANOEL RIBAS, 1346 BAIRRO: PARQUE DO BOSQUE INSC: 361300	OKADA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA RUA MOACIR ROMAQUERI, 215 BAIRRO: JARDIM CRISTAL INSC: 456140
OKADA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA RUA ALEXANDRA BATISTA, 54 BAIRRO: JARDIM CRISTAL INSC: 456740	NELSON CORREA DE OLIVEIRA RUA MOACIR ROMAQUERI, 226 BAIRRO: JARDIM CRISTAL INSC: 456400	OKADA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA RUA ALEXANDRA BATISTA, 24 BAIRRO: JARDIM CRISTAL INSC: 456640
OKADA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA RUA ALEXANDRA BATISTA, 14 BAIRRO: JARDIM CRISTAL INSC: 456600	OKADA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA RUA MARECHAL DEODORO, 630 BAIRRO: JARDIM CRISTAL INSC: 455300	OKADA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA RUA MARECHAL DEODORO, 610 BAIRRO: JARDIM CRISTAL INSC: 455250
JACKSON RICARDO DE PAULA RUA MAURILIO FRANGIOTTI, 41 BAIRRO: JARDIM CRISTAL INSC: 455580	JACKSON RICARDO DE PAULA RUA MAURILIO FRANGIOTTI, 31 BAIRRO: JARDIM CRISTAL INSC: 455540	ESPOLIO DE JOÃO LUIZ VERLI RUA AFRANIO PEIXOTO, 1701 BAIRRO: CENTRO INSC: 93600
VALDECIR PROIETTI GONÇALVES RUA AFRANIO PEIXOTO, 1680 BAIRRO: CENTRO INSC: 95307	NIVALNEY KELLER NUNES DOS REIS RUA FELIPE CAMARÃO, 1432 BAIRRO: CENTRO INSC: 95360	EDUARDO DAVY SOUZA FURQUIM RUA FELIPE CAMARÃO, 1420 BAIRRO: CENTRO INSC: 95370

MUNICIPIO DE PÉROLA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 381, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2020.
Súmula: Autoriza abrir Crédito Suplementar por Anulação de dotação para 2020, incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, nas Diretrizes Orçamentárias para 2020 e no Plano Plurianual de 2018-2021.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei nº 2763 de 20 de dezembro de 2019, DECRETA:
Art. 1º Autoriza abrir no corrente exercício financeiro e incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Crédito Suplementar no valor de até R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) por Anulação de dotação, de acordo com a seguinte ordem classificatória:
Órgão..............: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 09.01 Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0011.2061 Manutenção do CRAS
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 000) R$ 5.000,00
Órgão..............: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 09.01 Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0011.2029 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 000) R$ 5.000,00
Órgão..............: 07 S. M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESP. E LAZER
Unidade Orçamentária: 07.01 Educação
12.367.0007.2060 Atendimento Especializado Educacional - AEE
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 101) R$ 5.000,00
Órgão..............: 07 S. M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESP. E LAZER
Unidade Orçamentária: 07.01 Educação
12.365.0007.2012 Manutenção do Ensino Infantil – Pré Escola
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 103) R$ 15.000,00
Órgão..............: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2024 Manutenção das Atividades da Administração Geral Hospitalar
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO (FR 303) R$ 5.000,00
TOTAL R$ 35.000,00
Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:
Órgão..............: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 09.01 Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0011.2061 Manutenção do CRAS
3.3.90.32.00.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (FR 000) R$ 5.000,00
Órgão..............: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 09.01 Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0011.2029 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
3.3.90.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DEC. DE CONT. DE TERCEIRIZAÇÃO (FR 000) R$ 5.000,00
Órgão..............: 07 S. M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESP. E LAZER
Unidade Orçamentária: 07.01 Educação
12.367.0007.2060 Atendimento Especializado Educacional - AEE
3.1.90.13.00.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS (FR 101) R$ 5.000,00
Órgão..............: 07 S. M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESP. E LAZER
Unidade Orçamentária: 07.01 Educação
12.365.0007.2012 Manutenção do Ensino Infantil – Pré Escola
3.3.90.37.00.00.00 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (FR 103) R$ 15.000,00
Órgão..............: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2024 Manutenção das Atividades da Administração Geral Hospitalar
3.3.90.40.00.00.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (FR 303) R$ 5.000,00
TOTAL R$ 35.000,00
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Pérola, 01 de dezembro de 2020.
DARLAN SCALCO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
ERRATA
TERMO DE RATIFICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 184/2020
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 031/2020
À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, considerando que o Parecer Jurídico prevê a Inexigibilidade em conformidade ao disposto no art. 25, caput, da Lei Federal 8.666/93, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações, RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação nº. 031/2020, referente ao a contratação de pessoa física/jurídica, da área da saúde para prestação de serviços de médicos, enfermeiros e técnico de enfermagem em regime de urgência e emergência, junto ao pronto atendimento-PA, 24 horas, referente ao mês de novembro e dezembro, do município de Tapejara/PR. Em conformidade com Edital do Chamamento Público nº 004/2020. Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da declaração de inexigibilidade expedida pela Comissão Permanente de Licitação, em favor dos profissionais: E H S ALMEID E CIA LTDA, MGM SAUDE LTDA ME , A.S DELGADO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, VANESSA RUIZ FIRMINO,MARALHA RADIJE BARAVIEIRA, ADRIANA APARECIDA, ERICA SIMONE DA CRUZ, HELEN RODRIGUES, MARIA INES FAXINA, IVANI THEODORO,KARINA MARTINEZ, MARCIA MARIA, NAYARA FERNANDES. ,com o valor de R$-161.980,35 (cento e sessenta e um mil, novecentos e oitenta reais e trinta e cinco centavos).
Tudo nas condições previstas no mencionado Edital de Chamamento Público nº 004/2020.
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.
Tapejara, 27 de novembro de 2020.
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
TERMO DE DISPENSA N.º 081/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 141/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO DE SUBSTRATO E OSMOCOT, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTRA E MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO DE SÃO JORGE DO PATROCINIO.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 24, inciso II DA LEI FEDERAL N° 8.666/93E DEMAIS REGRAMENTOS PERTINENTES.
FORNECEDOR: MUNDO FERTIL PRODUTOS PARA JARDINAGEM EIRELI
CNPJ nº 22.762.374/0001-87
VALOR TOTAL R$ 5.503,16 (cinco mil quinhentos e três reais e dezesseis centavos).

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VL/UNIT	VL/TOTAL
1	100	UND	SUBSTRATO CAFÉ – 25KG.	16,40	1.639,70
2	100	UND	SUBSTRATO FLORES – 25KG.	16,40	1.639,70
3	2	UND	OSMOCOT 15 9 12	1.111,88	2.223,76

SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.
São Jorge do Patrocínio-Pr, 01 de Dezembro de 2020.
JOSÉ CARLOS BARALDI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTONIA

Estado do Paraná
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 001/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2020
TERMO DE RATIFICAÇÃO
O Presidente do Centro Educacional Primeira Infância, Município de Altônia, estado do Paraná, MARCIO JOSE GIL, no uso de suas atribuições legais e com base no inciso II do Artigo 24 da Lei 8666/1993 RESOLVE Contratar de empresa para fornecimento de Gás de Cozinha para Manutenção das Creches do Município de Altonia, com a empresa: E FURNALETTO & SIMIONATO LTDA, inscrito no CNPJ sob nº. 79.476.172/0001-96, com sede a Avenida Santos Dumont, 730 – Residencial Morumbi - CEP: 87.360.000, na Cidade de Goioere, estado do São Paraná. Com o valor total de R$ 3.120,00 (três mil cento e vinte reais).
Os recursos para a contração acima citada serão oriundos da FONTE: CENTRO EDUCACIONAL PRIMEIRA INFANCIA – 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO
Altônia, 01 de dezembro de 2020.
MARCIO JOSE GIL
Presidente do CEPI

CIUENP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO NOROESTE DO PARANÁ SAMU 192

PORTARIA Nº 359/2020

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES RELACIONADOS

O **PRESIDENTE DO CIUENP** - Consórcio Intermunicipal de Urgências e Emergências do Noroeste do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Art. 1º Concede Férias aos funcionários a seguir relacionados, em consonância às disposições do Art. 134 da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, conforme Relação Abaixo:

	Nome	Período Aquisitivo	Cargo	Local de Trabalho	Período de Gozo
01	Adilson Francisco dos Santos	13/11/19 à 12/11/20	Condutor de Amb. Socorrista	Cianorte	08/12/20 à 06/01/21
02	Adriana Rinaldo	24/09/19 à 23/09/20	Enfermeiro Intervencionista	Cianorte	02/12/20 à 21/12/20
03	Ana Claudia dos Santos	22/05/19 à 21/05/20	Téc. Enfermagem Socorrista	Ivaiporã	03/12/20 à 01/01/21
04	Ana Claudia Pereira da Silva	01/09/19 à 31/08/20	Téc. Enfermagem Socorrista	Nova Londrina	15/12/20 à 03/01/21
05	Aniely de Melo Bossan	13/11/19 à 12/11/20	Téc. Enfermagem Socorrista	Terra Boa	12/12/20 à 31/12/20
06	Antonio Paulo de Oliveira	13/11/19 à 12/11/20	Condutor de Amb. Socorrista	Rondon	11/12/20 à 30/12/20
07	Arlete Cardozo Vilczak	06/02/19 à 05/02/20	Téc. Enfermagem Socorrista	Iretama	11/12/20 à 30/12/20
08	Cristiane Andreia Sellegim	16/02/19 à 15/02/20	Téc. Enfermagem Socorrista	Barbosa Ferraz	11/12/20 à 30/12/20
09	Cristina Pereira de Campos	13/11/19 à 12/11/20	Téc. Enfermagem Socorrista	Umuarama	05/12/20 à 03/01/21
10	Daniel Argenton Manfredini	10/09/19 à 09/09/20	Auxiliar de Tarm	Umuarama	04/12/20 à 02/01/21
11	Daniel Ramos	13/11/19 à 12/11/20	Condutor de Amb. Socorrista	Paranavaí	18/12/20 à 06/01/21
12	Edina Scavron Ribeiro	02/01/19 à 01/01/20	Téc. Enfermagem Socorrista	Manoel Ribas	01/12/20 à 20/12/20
13	Edivaldo Tavares de Oliveira	13/11/19 à 12/11/20	Condutor de Amb. Socorrista	Paranavaí	02/12/20 à 31/12/20
14	Eliane Oliva Sebatini Barreto	02/02/19 à 01/02/20	Zeladora	Adm. Ciuenp	28/12/20 à 26/01/21
15	Emersson Allan Turra	10/12/19 à 09/12/20	Condutor de Amb. Socorrista	Cruz. do Oeste	13/12/20 à 01/01/21
16	Fabio Trostdorf	01/06/19 à 31/05/20	Médico Regulador	Umuarama	21/12/20 à 19/01/21
17	Francisco Eduardo Rosa Jardim	01/07/19 à 30/06/20	Médico Intervencionista	Umuarama	21/12/20 à 09/01/21
18	Francisco Eduardo Rosa Jardim	01/04/19 à 31/03/20	Médico Regulador	Umuarama	21/12/20 à 09/01/21
19	Gilcinete Batista dos Santos	01/06/19 à 31/05/20	Zeladora	Umuarama	19/12/20 à 17/01/21
20	Giuliene Tasso Ruiz	13/11/19 à 12/11/20	Enfermeiro Intervencionista	Paranavaí	13/12/20 à 01/01/21
21	Gustavo Henrique dos S. Zanetti	05/03/19 à 04/03/20	Médico Intervencionista	Ivaiporã	03/12/20 à 01/01/21
22	Henrique Pomin Madeiras	13/11/19 à 12/11/20	Condutor de Amb. Socorrista	Paranavaí	14/12/20 à 02/01/21
23	Izabel Cristina Pinto Padilha	08/03/19 à 07/03/20	Téc. Enfermagem Socorrista	Ubiratã	01/12/20 à 30/12/20
24	Jakeline Knippelberg	18/05/19 à 17/05/20	Téc. Enfermagem Socorrista	São João do Ivaí	13/12/20 à 01/01/21
25	Janderlei Ianiski	13/11/19 à 12/11/20	Condutor de Amb. Socorrista	Terra Boa	12/12/20 à 31/12/20
26	Jean Ap. Mendonca Bonfim	11/11/19 à 10/11/20	Condutor de Amb. Socorrista	Loanda	10/12/20 à 29/12/20
27	Jisuildo Ferraz Bertolino	18/05/19 à 17/05/20	Condutor de Amb. Socorrista	Manoel Ribas	01/12/20 à 20/12/20
28	Joao Paulo Estercio Nascimento	13/11/19 à 12/11/20	Condutor de Amb. Socorrista	Umuarama	14/12/20 à 02/01/21
29	Jose Aparecido Franca Junior	01/11/19 à 31/10/20	Condutor de Amb. Socorrista	Umuarama	11/12/20 à 09/01/21
30	Jose Paulo Ranieri Cortez	13/11/19 à 12/11/20	Médico Intervencionista	Paranavaí	03/12/20 à 01/01/21
31	Jose Roberto Zancanaro	11/11/19 à 10/11/20	Téc. Enfermagem Socorrista	Quer. do Norte	02/12/20 à 31/12/20
32	Kelly Nayara Mendonca Oliveira	13/11/19 à 12/11/20	Téc. Enfermagem Socorrista	Rondon	03/12/20 à 01/01/21
33	Leandro Henrique de Souza	13/11/19 à 12/11/20	Condutor de Amb. Socorrista	Goioerê	12/12/20 à 31/12/20
34	Marcelo C. da Silva Oliveira	13/11/19 à 12/11/20	Condutor de Amb. Socorrista	Barbosa Ferraz	11/12/20 à 30/12/20
35	Marcio Aparecido Xavier	13/11/19 à 12/11/20	Condutor de Amb. Socorrista	Icaraíma	04/12/20 à 02/01/21
36	Meiry Aparecida Batista	18/07/19 à 17/07/20	Téc. Enfermagem Socorrista	Cruz. do Oeste	11/12/20 à 30/12/20
37	Natanael Oliveira da Silva	13/08/19 à 12/08/20	Condutor de Amb. Socorrista	Goioerê	11/12/20 à 30/12/20
38	Nayara Francine C. de Souza	13/11/19 à 12/11/20	Médico Intervencionista	Cianorte	02/12/20 à 31/12/20
39	Paulo Cezar Ribeiro Fernandes	01/02/19 à 31/01/20	Condutor de Amb. Socorrista	Iretama	11/12/20 à 30/12/20
40	Rozangela Bento da C. da Silva	13/11/19 à 12/11/20	Condutor de Amb. Socorrista	Icaraíma	14/12/20 à 12/01/21
41	Sheila Regina T. de Souza	01/09/19 à 31/08/20	Téc. Enfermagem Socorrista	Terra Rica	03/12/20 à 01/01/21
42	Sonia Aparecida Gardim	13/11/19 à 12/11/20	Téc. Enfermagem Socorrista	Terra Rica	14/12/20 à 02/01/21
43	Vanderlei Jose Costa da Silva	13/11/19 à 12/11/20	Condutor de Amb. Socorrista	Campo Mourão	10/12/20 à 29/12/20
44	Vanessa Leopoldino de Morais	13/11/19 à 12/11/20	Téc. Enfermagem Socorrista	Goioerê	14/12/20 à 02/01/21
45	Vinicius Dornelles Coitinho	13/11/19 à 12/11/20	Téc. Enfermagem Socorrista	Campo Mourão	11/12/20 à 30/12/20
46	Welington da Silva Drohson	08/03/19 à 07/03/20	Condutor de Amb. Socorrista	Cruz. do Oeste	10/12/20 à 29/12/20
47	Weyman Francisco C. da Costa	03/07/19 à 02/07/20	Condutor de Amb. Socorrista	Ubiratã	02/12/20 à 31/12/20

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, notifique-se, registre-se e cumpra-se.

Umuarama - PR, 01 de dezembro de 2020.

ALMIR DE ALMEIDA
PRESIDENTE DO CIUENP

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 5.646/2020
SÚMULA: Autoriza abertura de Créditos Adicionais Suplementares por Provável Excesso de Arrecadação e da outras providências.
O Prefeito Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orçamentária nº 1.659 de 30 de Novembro de 2019.
DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto Créditos Adicionais Suplementar por Provável Excesso de Arrecadação no corrente exercício financeiro de 2020, inclusão/alteração dos anexos da Lei de diretrizes orçamentária para o exercício de 2020 e do Plano Plurianual de 2018 a 2021, no limite de R$ 7.000,00 (sete mil reais), de acordo com a seguinte ordem classificatória:
08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
08.01 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO
12.306.0013.2.037 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR
3.3.90.32.00.00 294 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 7.000,00
FONTE 130 - MERENDA - PROG.NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR 7.000,00
Art. 2º. Como recurso, para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1º, o Poder Executivo Municipal utilizar-se-á do excesso de arrecadação da seguinte fonte relacionada:
COD. REDUZIDO
RECEITA RECEITA
DESCRIÇÃO VALOR FONTE
342 1.7.1.8.05.3.1.00.00.00.00.00.- TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PNAE - PRINCIPAL 7.000,00 130
TOTAL 7.000,00
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário e este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Icaraíma, ao 01 dia do mês de Dezembro 2020.
Marcos Alex de Oliveira
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI

CNPJ: 76.247.352/0001-08
Rua Santos Dumont, 315, fone (44) 3656-8000 Cx. Postal 141
CEP: 87.580-000 Alto Piquiri - Paraná

DECRETO Nº 1368/2020, de 27/11/2020

Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Alto Piquiri, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 519/2019 de 12/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$214.000,00 (duzentos e catorze mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação:

03 SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO	
03.005 Divisão de Tributação e Fiscalização	
03.005.04.129.0003.2.209. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
56 - 3.1.90.11.00.00 - 511 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
06 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001 Divisão de Educação	
06.001.12.361.0007.2.217. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
144 - 3.1.90.11.00.00 - 103 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
145 - 3.1.90.11.00.00 - 104 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	40.000,00
147 - 3.1.90.13.00.00 - 103 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	30.000,00
148 - 3.1.90.13.00.00 - 104 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10.000,00
06.001.12.361.0007.2.218. MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
175 - 3.1.90.11.00.00 - 104 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
08 SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.002 Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	
08.002.08.243.0005.2.255. MANUTENÇÃO DO PPAS IV	
315 - 3.1.90.11.00.00 - 811 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
08.002.08.244.0005.2.249. MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO ESPECIAL	
370 - 3.1.90.11.00.00 - 941 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.000,00
08.002.08.244.0005.2.250. MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO BÁSICA	
380 - 3.1.90.11.00.00 - 000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.000,00
526 - 3.1.90.11.00.00 - 934 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	8.000,00
379 - 3.1.90.11.00.00 - 934 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
381 - 3.1.90.13.00.00 - 934 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.000,00
Total Suplementações	**214.000,00**

Art. 2º Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias e excesso de arrecadação, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Anulação:

06 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001 Divisão de Educação	
06.001.12.361.0007.2.218. MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
184 - 3.3.90.30.00.00 - 104 - MATERIAL DE CONSUMO	70.000,00
08 SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001 Divisão de Ação Social	
08.001.08.244.0005.2.225. MANUTENÇÃO DO ÓRGÃO GESTOR DA ASISTÊNCIA SOCIAL	
246 - 3.1.90.11.00.00 - 000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.000,00
08.002 Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	
08.002.08.243.0005.2.255. MANUTENÇÃO DO PPAS IV	
317 - 3.3.90.30.00.00 - 811 - MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
08.002.08.244.0005.2.249. MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO ESPECIAL	
372 - 3.1.90.13.00.00 - 941 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	4.000,00
08.002.08.244.0005.2.250. MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO BÁSICA	
527 - 3.3.90.30.00.00 - 934 - MATERIAL DE CONSUMO	8.000,00
Total Redução:	**99.000,00**

Excesso de Arrecadação:

Receita: 1.1.2.2.01.11.00.00 - Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	20.000,00
Receita: 1.7.1.8.01.21.00.00 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	80.000,00
Receita: 1.7.1.8.12.11.01.00 - Bloco da Proteção Social Básica	15.000,00
Total:	**115.000,00**

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Alto Piquiri, 27 de Novembro de 2020.

Luis Carlos Borges Cardoso
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
EXTRATO DO TERMO ADITIVON° 01 AO CONTRATO DE COMPRA Nº 195/2019
Pelo presente instrumento particular, entre o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA, inscrita no CNPJ nº 77.870.475/0001-63, denominada de CONTRATANTE, com sede administrativa à Av. Carlos Spanhol, 164, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ CARLOS BARALDI, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.132.712-1-SSP/PR, e do CPF/MF nº 409.020.649-91, residente e domiciliado à Avenida Marcionílio Pereira dos Santos, nº 38, Centro, CEP – 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, e de outro lado, na qualidade de CONTRATADA a empresa: AZMSJ COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIF.LTDA, inscrita no CNPJ nº 15.509.249/0001-02, com sede à AV. MARCIONILIO PEREIRA DOS SANTOS, nº 508, CENTRO - 87555-000 na cidade de SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, Estado do PR, neste ato representado pelo Sr. MARCOS IVAN APARECIDO CANOVA, portador(a) do RG. nº 5.782.687-8 SSP/PR., e do CPF/MF Nº 762.096.959-49, residente e domiciliado à Av. Rio Grande do Norte 3101 na cidade de Umuarama – Pr., resolvem firmar o presente Contrato, firmado com amparo da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e fundamentado na Licitação Modalidade de Pregão nº 42/2019, Processo n° 136, data da homologação da licitação 22/11/19, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
Do Valor Contratual
Em razão da necessidade do objeto fica estabelecido o acréscimo do quantitativo de alguns itens do presente contrato dentro do limite legal de até 25% (vinte e cinco por cento) em conformidade com o Art. 65, Parágrafo §1° da Lei 8.666/93.
LOTE ITEM QUANT DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS QUANT. ADITIVADA VALOR UNIT VL/ ADITIVADO
1 2 240.000 DIESEL COMUM 60.000 3,41 204.600,00
1 3 100.000 DIESEL S-10 25.000 3,47 86.750,00
VALOR DO CONTRATO VALOR DO ADITIVO VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO
R$ 1.168.700,00 R$ 291.3650,00 R$ 1.460.050,00
Do Prazo
Fica alterado o prazo de vigência do CONTRATO Nº. 195/2019, até 28/02/2021 contados a partir do dia 25/11/2020, com fundamento no art. 57, II da Lei 8.666/93, ressalvado o direito de novas prorrogações nos termos da lei.
Das Ratificações
Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento principal, ora aditado, não abrangidas neste Termo Aditivo.
Do Foro Competente
Fica eleito o Foro da Comarca de Altônia, Estado do Paraná, para que nele venham a serem dirimidas as eventuais desavenças no cumprimento do presente Contrato.
São Jorge do Patrocínio-PR, 25 de Novembro de 2020.

EXTRATO DO TERMO ADITIVON° 01 AO CONTRATO DE COMPRA Nº 196/2019
Pelo presente instrumento particular, entre o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA, inscrita no CNPJ nº 77.870.475/0001-63, denominada de CONTRATANTE, com sede administrativa à Av. Carlos Spanhol, 164, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ CARLOS BARALDI, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.132.712-1-SSP/PR, e do CPF/MF nº 409.020.649-91, residente e domiciliado à Avenida Marcionílio Pereira dos Santos, nº 38, Centro, CEP – 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, e de outro lado, na qualidade de CONTRATADA a empresa: TONIATTO E SANTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.133.193/0002-65, com sede à RUA ROSALINA RIBEIRO, nº 181, CENTRO - 87555-000 na cidade de SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, Estado do PR, neste ato representado pelo Sr. SEBASTIÃO TONIATTO, portador(a) do RG. nº 4.054.880-7 SSP/PR., e do CPF/MF Nº 527.382.649-72, residente e domiciliado à Av. Brasil 325 centro na Cidade de Altonia – Pr., resolvem firmar o presente Contrato, firmado com amparo da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e fundamentado na Licitação Modalidade de Pregão nº 42/2019, Processo n° 136, data da homologação da licitação 22/11/19, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
Do Prazo
Fica alterado o prazo de vigência do CONTRATO Nº. 196/2019, até 28/02/2021 contados a partir do dia 25/11/2020, com fundamento no art. 57, II da Lei 8.666/93, ressalvado o direito de novas prorrogações nos termos da lei.
Das Ratificações
Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento principal, ora aditado, não abrangidas neste Termo Aditivo.
Do Foro Competente
Fica eleito o Foro da Comarca de Altônia, Estado do Paraná, para que nele venham a serem dirimidas as eventuais desavenças no cumprimento do presente Contrato.
São Jorge do Patrocínio-PR, 25 de Novembro de 2020.

EXTRATO DO TERMO ADITIVON° 03 AO CONTRATO DE SERVIÇOS Nº 132/2018
Pelo presente instrumento particular, entre o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA, inscrita no CNPJ nº 77.870.475/0001-63, denominada de CONTRATANTE, com sede administrativa à Av. Carlos Spanhol, 164, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ CARLOS BARALDI, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.132.712-1-SSP/PR, e do CPF/MF nº 409.020.649-91, residente e domiciliado à Avenida Marcionílio Pereira dos Santos, nº 38, Centro, CEP – 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, e de outro lado, na qualidade de CONTRATADA a empresa: R. PAZIAM - MECÂNICA DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS, inscrita no CNPJ nº 18.425.677/0001-37, com sede à ROD. PR 490 KM-01,190.L395/1 E 394/C-2/REM-A, PARQUE INDUSTRIAL, CEP - 87555-000 na cidade de SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, Estado do PR, Brasil, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO PAZIAN, portador(a) do RG. nº 102565835 SSP/PR., e do CPF/MF Nº 073.310.149-60, residente e domiciliado à RUA JOÃO LAVERDE, Nº 1072, JARDIM IMPERIAL, SÃO JORGE DO PATROCÍNIO/PR., resolvem firmar o presente Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Profissionais, firmado com amparo da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e fundamentado na Licitação Modalidade de Pregão nº 109/2017, Processo n° 198, data da homologação da licitação 17/11/17, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
Do Prazo
Fica alterado o prazo de vigência do CONTRATO Nº. 132/2018, até 31/12/2020 contados a partir do dia 22/11/2020, com fundamento no art. 57, II da Lei 8.666/93, ressalvado o direito de novas prorrogações nos termos da lei.
Das Ratificações
Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento principal, ora aditado, não abrangidas neste Termo Aditivo.
Do Foro Competente
Fica eleito o Foro da Comarca de Altônia, Estado do Paraná, para que nele venham a serem dirimidas as eventuais desavenças no cumprimento do presente Contrato.
São Jorge do Patrocínio-PR, 23 de Novembro de 2020.

EXTRATO DO TERMO ADITIVON° 02 AO CONTRATO DE SERVIÇOS Nº 133/2018
Pelo presente instrumento particular, entre o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA, inscrita no CNPJ nº 77.870.475/0001-63, denominada de CONTRATANTE, com sede administrativa à Av. Carlos Spanhol, 164, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ CARLOS BARALDI, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.132.712-1-SSP/PR, e do CPF/MF nº 409.020.649-91, residente e domiciliado à Avenida Marcionílio Pereira dos Santos, nº 38, Centro, CEP – 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, e de outro lado, na qualidade de CONTRATADA a empresa: L. FERREIRA DE LIMA, inscrita no CNPJ nº 10.728.135/00001-21, com sede à Rua Rosalina Ribeiro, nº 570, Centro, CEP – 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, Brasil, neste ato representado pelo Sr. LEONARDO FERREIRA DE LIMA, brasileiro, casado, portador do RG. nº 8.038.189-1 SSP/PR, e do CPF/MF n° 027.818.219-42, residente e domiciliado à Rua Rosalina Ribeiro, nº 570, Centro, CEP – 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, Brasil, resolvem firmar o presente Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Profissionais, firmado com amparo da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e fundamentado na Licitação Modalidade de Pregão nº 109/2017, Processo n° 198, data da homologação da licitação 17/11/17, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
Do Prazo
Fica alterado o prazo de vigência do CONTRATO Nº. 133/2018, até 31/12/2020 contados a partir do dia 22/11/2020, com fundamento no art. 57, II da Lei 8.666/93, ressalvado o direito de
Das Ratificações
Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento principal, ora aditado, não abrangidas neste Termo Aditivo.
Do Foro Competente
Fica eleito o Foro da Comarca de Altônia, Estado do Paraná, para que nele venham a serem dirimidas as eventuais desavenças no cumprimento do presente Contrato.
São Jorge do Patrocínio-PR, 23 de Novembro de 2020.

EXTRATO DO TERMO ADITIVON° 01 AO CONTRATO DE COMPRA Nº 167/2020
Pelo presente instrumento particular, entre o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA, inscrita no CNPJ nº 77.870.475/0001-63, denominada de CONTRATANTE, com sede administrativa à Av. Carlos Spanhol, 164, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ CARLOS BARALDI, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.132.712-1-SSP/PR, e do CPF/MF nº 409.020.649-91, residente e domiciliado à Avenida Marcionílio Pereira dos Santos, nº 38, Centro, CEP – 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, e de outro lado, na qualidade de CONTRATADA a empresa: MV ELETRONICOS EIRELI ME, inscrita no CNPJ nº 27.895.281/0001-44, com sede à LUIZ CIRIMBELLI, nº 1659, IMIGRANTES - 88930-000 na cidade de TURVO, Estado do SC, Brasil, neste ato representado pelo Sr. MIGUEL MARCON DANDOLINI, portador(a) do RG. nº 6707470 SSP/PR., e do CPF/MF Nº 067.988.119-06, residente e domiciliado à Rua Rui Barbosa 1530, Centro, Turvo/SC CEP 88930-000, resolvem firmar o presente Contrato, da Licitação Modalidade de Pregão Eletrônico nº 43/2020, Processo n° 124, data da homologação da licitação 23/10/20, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
Do Valor Contratual
Em razão da necessidade do objeto fica estabelecido o acréscimo do quantitativo de alguns itens do presente contrato dentro do limite legal de até 25% (vinte e cinco por cento) em conformidade com o Art. 65, Parágrafo §1° da Lei 8.666/93.
LOTE ITEM QUANT DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS QUANT. ADITIVADA VALOR UNIT VL/ ADITIVADO
03 03 04 CONDICIONADOR DE AR, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE 18.000 BTU/H, CONVENCIONAL, TIPO SPLIT HIWALL, CONTROLE REMOTO, UNIDADE CONDENSADORA DE DESCARGA HORIZONTAL. ALIMENTAÇÃO 220V, MONOFÁSICO, 60HZ. ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA - ENCE, CLASSE 'A'. MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS. GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO COM CERTIFICADO. APRESENTAR CATÁLOGO COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO OFERTADO. 01 2.200,00 2.200,00
VALOR DO CONTRATO VALOR DO ADITIVO VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO
R$ 8.800,00 R$ 2.200,00 R$ 11.000,00
Das Ratificações
Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento principal, ora aditado, não abrangidas neste Termo Aditivo.
Do Foro Competente
Fica eleito o Foro da Comarca de Altônia, Estado do Paraná, para que nele venham a serem dirimidas as eventuais desavenças no cumprimento do presente Contrato.
São Jorge do Patrocínio-PR, 26 de Novembro de 2020.

EXTRATO DE CONTRATO DE COMPRA Nº 176/2020
Pelo presente instrumento particular, entre o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA, inscrita no CNPJ nº 77.870.475/0001-63, denominada de CONTRATANTE, com sede administrativa à Av. Carlos Spanhol, 164, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ CARLOS BARALDI, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.132.712-1-SSP/PR, e do CPF/MF nº 409.020.649-91, residente e domiciliado à Avenida Marcionílio Pereira dos Santos, nº 38, Centro, CEP – 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, Brasil e de outro lado, na qualidade de CONTRATADA empresa: FARMACIA ISAFARMA LTDA, inscrita no CNPJ nº 75.474.668/0001-70, com sede à RUA CESALTINA MARQUES AFONSO, nº 26, CENTRO–CEP 87555-000 na cidade de SÃO JORGE DO PATROCÍ, Estado do PR, Brasil, neste ato representado pelo Sra. MARIA APARECIDA DOS SANTOS BERTONCELO, portador(a) do RG. nº 2.139.535 SSP/PR., e do CPF/MF Nº 014.468.759-38, residente e domiciliado à Rua João Evangelista da Silva 32na cidade de SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, Estado do PR, resolvem firmar o presente Contrato, da Licitação Modalidade de Dispensa por Justificativa nº 78/2020, Processo n° 138, data da homologação da licitação 27/11/20, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
Do Objeto
Constitui como objeto do presente Contrato: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA PROVOCADA PELO CORONA VÍRUS (COVID-19), ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO-PRsendo vencedor dos itens abaixo descritos:
DO PREÇO
Pelo fornecimento do objeto do presente contrato, o Município de São Jorge do Patrocínio – Pr., pagará a importância de R$-5.830,0-(cinco mil oitocentos e trinta reais), conforme notas fiscais e solcitações emitidas pela secretaria requisitante, à empresa acima citada, neste definida como CONTRATADA.
DA VIGÊNCIA DO CONTRATO
O presente Contrato terá vigência até31/12/2020 meses, tendo início em 30/11/20 e término previsto para 31/12/20, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as partes contratuais.
DO FORO
As partes em comum acordo elegem como foro privilegiado para dirimir quaisquer dúvidas e questões de interpretação relativas ao presente contrato, o Foro da Comarca de ALTONIA, estado do Paraná.
E por estarem justos certos e contratados assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.
São Jorge do Patrocínio-PR, 30 de novembro de 2020.

EXTRATO DE CONTRATO DE COMPRA Nº 177/2020
Pelo presente instrumento particular, entre o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA, inscrita no CNPJ nº 77.870.475/0001-63, denominada de CONTRATANTE, com sede administrativa à Av. Carlos Spanhol, 164, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ CARLOS BARALDI, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.132.712-1-SSP/PR, e do CPF/MF nº 409.020.649-91, residente e domiciliado à Avenida Marcionílio Pereira dos Santos, nº 38, Centro, CEP – 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, Brasil e de outro lado, na qualidade de CONTRATADA empresa: BERALDO ARTES GRAFICAS LTDA -ME, inscrita no CNPJ nº 07.274.456/0001-99, com sede à AVENIDA TIRADENTES, nº , JARDIM PARAISO - 87505-090 na cidade de Umuarama, Estado do PR, Brasil, neste ato representado pelo Sr. SERGIO BERALDO, portador(a) do RG. nº 62830034 SSP/PR., e do CPF/MF Nº 020.968.449-67, residente e domiciliado à AVENIDA TIRADENTES, Nº 3293, APARTAMENTO 202, UMUARAMA, PARANÁ, BRASIL,, resolvem firmar o presente Contrato, da Licitação Modalidade de Dispensa por Limite nº 80/2020, Processo n° 140, data da homologação da licitação 27/11/20, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
Do Objeto
Constitui como objeto do presente Contrato: AQUISIÇÃO DE 500 UNIDADES DE CALENDÁRIOS DER MESA E 3000 UNIDADES DE CALENDÁRIOS DE PAREDE, MATERIAL QUE SERÁ ENTREGUE Á TODA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ, sendo vencedor dos itens abaixo descritos:
DO PREÇO
Pelo fornecimento do objeto do presente contrato, o Município de São Jorge do Patrocínio – Pr., pagará a importância de R$-13.100,0-(treze mil e cem reais), conforme notas fiscais e solicitações emitidas pela secretaria requisitante, à empresa acima citada, neste definida como CONTRATADA.
DA VIGÊNCIA DO CONTRATO
O presente Contrato terá vigência de até dia 31/12/2020, tendo início em 30/11/2020 e término previsto para 31/12/20, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as partes contratuais.
DO FORO
As partes em comum acordo elegem como foro privilegiado para dirimir quaisquer dúvidas e questões de interpretação relativas ao presente contrato, o Foro da Comarca de ALTONIA, estado do Paraná.
São Jorge do Patrocínio-PR, 30 de novembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
EXTRATO DO TERMO ADITIVON° 01 AO CONTRATO DE COMPRA Nº 166/2020
Pelo presente instrumento particular, entre o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA, inscrita no CNPJ nº 77.870.475/0001-63, denominada de CONTRATANTE, com sede administrativa à Av. Carlos Spanhol, 164, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ CARLOS BARALDI, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.132.712-1-SSP/PR, e do CPF/MF nº 409.020.649-91, residente e domiciliado à Avenida Marcionílio Pereira dos Santos, nº 38, Centro, CEP – 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, e de outro lado, na qualidade de CONTRATADA a empresa: J H AR CONDICIONADOS - EIRELI, inscrita no CNPJ nº 29.468.112/0002-34, com sede à RUA FLORENTINA PEREIRA JASPER, nº 910, PORTO GRANDE - 89245-000 na cidade de ARAQUARI, Estado do SC, Brasil, neste ato representado pelo Sr.JOÃO HENRIQUE DE PAULI, portador(a) do RG. nº 3.409.764-0 SSP/PR., e do CPF/MF Nº 532.499.929-68, residente e domiciliado à Av. Pedro Taques 930 – SOBRE LOJA 01 Zona 07, Maringá – Pr., CEP 87030-000, resolvem firmar o presente Contrato, da Licitação Modalidade de Pregão Eletrônico nº 43/2020, Processo n° 124, data da homologação da licitação 23/10/20, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
Do Valor Contratual
Em razão da necessidade do objeto fica estabelecido o acréscimo do quantitativo de alguns itens do presente contrato dentro do limite legal de até 25% (vinte e cinco por cento) em conformidade com o Art. 65, Parágrafo §1° da Lei 8.666/93.
LOTE ITEM QUANT DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS QUANT. ADITIVADA VALOR UNIT VL/ ADITIVADO
02 02 04 AR - CONDICIONADO, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE MININO 12.000 BTU/H, CONVENCIONAL, CICLO QUENTE/FRIO, TIPO SPLIT HIWALL, UNIDADE CONDENSADORA DE DESCARGA HORIZONTAL, CONTROLE REMOTO. ALIMENTAÇÃO 220V, MONOFÁSICO, 60HZ. ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA - ENCE, CLASSE A. MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS. GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO COM CERTIFICADO. APRESENTAR CATÁLOGO COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO OFERTADO. 01 1.690,00 1.690,00
04 04 07 CONDICIONADOR DE AR, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE 24.000 BTU/H, CONVENCIONAL, TIPO SPLIT HIWALL, CONTROLE REMOTO, UNIDADE CONDENSADORA DE DESCARGA HORIZONTAL. ALIMENTAÇÃO 220V, MONOFÁSICO, 60HZ. ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA - ENCE, CLASSE 'A'. MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS. GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO COM CERTIFICADO. APRESENTAR CATÁLOGO COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO OFERTADO. 01 3.189,00 3.189,00
VALOR DO CONTRATO VALOR DO ADITIVO VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO
R$ 48.748,00 R$ 4.879,00 R$ 53.627,00
Das Ratificações
Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento principal, ora aditado, não abrangidas neste Termo Aditivo.
Do Foro Competente
Fica eleito o Foro da Comarca de Altônia, Estado do Paraná, para que nele venham a serem dirimidas as eventuais desavenças no cumprimento do presente Contrato.
São Jorge do Patrocínio-PR, 01 de Dezembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
RESUMO DE TERMOS ADITIVOS
Termo Aditivo 002 ao Contrato N° 113/2019
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: JM SERVIÇO ESSENCIAIS LTDA - ME
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 31 de junho de 2021.
Cláusula Segunda: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 24/11/2020.

Termo Aditivo 003 ao Contrato N° 113/2019
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: JM SERVIÇO ESSENCIAIS LTDA - ME
Cláusula Primeira: Fica reajustado no percentual de 3,62% os valores unitários dos itens do presente contrato conforme tabela em anexo.
Cláusula Segunda: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 26/11/2020.
Umuarama, 01 de dezembro de 2020.
Vicente AfonsoGasparini
Secretário Municipal de Administração

Publicações legais

Câmara Municipal de Tapejara - PR

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2020

FACULDADE ALFA

GABARITO DEFINITIVO

ZELADOR

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	E	E	E	C	B	D	A	C	B	C	C	D	A	B	E	D	A	E
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	A	D	E	C	D	A	E	B	D	B	E	A	C	E	D	A	B	C

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	B	E	C	D	C	A	B	C	C	D	A	B	E	D	A	E
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	A	D	E	C	D	A	E	B	D	B	E	A	C	E	D	A	B	C

CONTADOR

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
E	D	C	B	A	D	B	E	C	A	B	C	C	D	A	B	E	D	A	E
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	A	D	E	C	D	A	E	B	D	B	E	A	C	E	D	A	B	C

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

Estado do Paraná
DECRETO Nº. 1818/2020
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA, Prefeito do Município de Tapira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidos por Lei,
RESOLVE:
Art. 1º - Fica concedida, a partir de 01 de dezembro de 2.020, a SUELI DE FATIMA KARSTEN, brasileira, servidora pública municipal de Tapira, Paraná, ocupante do cargo de provimento efetivo de auxiliar de serviços gerais do quadro de pessoal deste executivo municipal, portadora do RG nº. 6.853.516-6 SSP-PR e CPF n° 000.537.499-52, com fundamentação legal, RT – TRANSIÇÃO – art. 3° da EC 47/2005– Último Salário de Contribuição da Ativa, e artigo 21 da Lei Municipal nº 009/2005, de 30(trinta) de março de 2005, com remuneração base no mês de novembro de 2020, correspondente ao último salário de contribuição da ativa.
Art. 2º- Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor de R$ 1.506,60 (um mil e quinhentos e seis reais e sessenta centavos)
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Edifício da Prefeitura do Município de Tapira, ao 01(um) dia do mês de dezembrode 2020.
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE TAPIRA
Estado do Paraná

** Elotech **
01/12/2020
Pág. 1/1

Exercício: 2020

Decreto nº 1817/2020 de 26/11/2020

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de TAPIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 903/2019 de 26/11/2019.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 100.000,00 (cem mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

15.000.00.000.0000.0.000. INSTÍTUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE TAPIRA
15.002.00.000.0000.0.000. Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Tapira
15.002.09.272.0075.2.072. Manutenção do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Tapira
2 - 3.1.90.03.00.00 02040 PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR 100.000,00

Total Suplementação: 100.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

15.000.00.000.0000.0.000. INSTÍTUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE TAPIRA
15.002.00.000.0000.0.000. Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Tapira
15.002.09.272.0075.2.072. Manutenção do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Tapira
1 - 3.1.90.01.00.00 02040 APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES 100.000,00

Total Redução: 100.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de TAPIRA , Estado do Paraná, em 26 de novembro de 2020.

CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná
PORTARIA Nº. 948/2020
Torna públicas as diárias concedidas aos servidores (a) do Município de Tuneiras do Oeste no mês de novembro de 2020, conforme preconiza A Lei Ordinária nº 002/2013;
TAKETOSHI SAKURADA, Prefeito Municipal de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 75, incisos XXI e XXV da Lei Orgânica do Município de Tuneiras do Oeste.
CONSIDERANDO o disposto nos parágrafos 1 ao 5º do art. 1º da Lei Municipal nº 002/2013, de 14 de março de 2013, que regulamenta a concessão de diária de viagem ao Prefeito, Vice-Prefeito, e Servidores Municipais do Município de Tuneiras do Oeste.
CONSIDERANDO o disposto no art. 12, da Instrução Normativa nº 089, de 28 de fevereiro de 2013 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que indica definições e procedimentos técnicos básicos com vistas à padronização de critérios para o adequado e uniforme exercício dos controles interno, externo e social de Entidades Municipais;
RESOLVE:
Art. 1º Ficam ratificadas as diárias de viagem concedidas aos servidores do Município de Tuneiras do Oeste, durante o período de 01/11/2020 até 30/11/2020, conforme relatório anexo a esta Portaria expedido pela Divisão de Contabilidade.
Art.2º Os servidores beneficiários das diárias de viagem concedidas e as respectivas quantidades foram às seguintes:

Nº	NOME	DIÁRIAS
001	EDER ZANATTA	06
002	JUCELINO OLIVIERI	09
003	PAULO RENATO AMARO JUNIOR	03
004	GILBERTO RODRIGUES SOBRINHO	01

Art. 3º A finalidade da concessão das diárias de viagens concedidas no período a que se refere o art. 1º desta Portaria, é a constante no relatório anexo expedido pela Divisão de Contabilidade, e conforme justificado no Requerimento de Diária de Viagem anexo ao Empenho arquivado junto a Divisão de Tesouraria.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Tuneiras do Oeste, Pr, 30 de novembro de 2020.
TAKETOSHI SAKURADA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 949/2020
TAKETOSHI SAKURADA, Prefeito do Município de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no Artigo 91 da Lei nº. 060 de 27 de Outubro de 2010 resolve,
CONCEDER
A servidora, SUZANA DOS SANTOS BRAS, portadora do CPF. Nº. 050.393.179-99, Licença Prêmio de 03 meses, referente ao quinquênio de 06/03/2012 à 06/03/2017, a ser gozada no período de 01/12/2020 à 28/02/2021, sem prejuízo em seus vencimentos, conforme dispõe o Art. 91 da Lei Municipal nº. 060 de 27 de outubro de 2010.
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE
Tuneiras do Oeste, 01 de dezembro de 2020.
TAKETOSHI SAKURADA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 950/2020
TAKETOSHI SAKURADA, Prefeito do Município de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei, Resolve;
EXONERAR
Art. 1º O conselheiro Tutelar conforme ofício nº 014/2020 – CMDCA, datado em 30 de novembro de 2020, o senhor, JOÃO PAULO DE OLIVEIRA LEITE, portador do CPF nº 067.514.279-21, ocupante do cargo eletivo de CONSELHEIRO TUTELAR, conforme carta de renúncia datado em 30 de novembro de 2020. a partir de 30 de novembro de 2020.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE
Tuneiras do Oeste, 01 de dezembro de 2020.
TAKETOSHI SAKURADA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ

Estado do Paraná
DECRETO Nº 108/2020
SÚMULA:- ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.
O Prefeito Municipal de Xambrê – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, especialmente o contido na Lei nº. 2217 de 12 de dezembro de 2019 (Lei Orçamentária Anual 2020):
DECRETA
Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Município para 2020 um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$20.000,00 (Vinte mil reais) para suporte de dotação orçamentária vigentes:

FICHA	ORG	UN	FUNC PROGRAM	FNT	NOMECLATURA	CAT ECON	VALOR
128	04	001	28.843.1201.0001	000	Amortização e Encargos da Divida Pública	3.2.90.21	20.000,00

Art. 2º - Para cobertura dos Créditos abertos no artigo anterior serão utilizados produtos do cancelamento parcial da seguinte dotação orçamentária vigente:

FICHA	ORG	UN	FUNC PROGRAM	FNT	NOMECLATURA	CAT ECON	VALOR
62	03	001	04.122.1104.2006	000	Manut Ativ de Administração	9.9.99.99	R$ 20.000,00

TOTAL R$20.000,00
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário e este Decreto entra em vigor a partir da sua assinatura.
XAMBRÊ, Pr., 01 de dezembro de 2020.
WALDEMAR DOS SANTOS RIBEIRO FILHO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 046/2020 – DISPENSA DE LICITAÇÃO
Ofício nº 144/2020 - SAD, solicita ratificação do ato por mim praticado, na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, para a contratação da empresa SAMPAIO DIAS & VASQUES DE SOUZA SERVIÇOS DE ENFERMAGEM LTDA, para prestação de serviços em diversas funções em atendimento ás necessidades do COVISA e Atenção Primária da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama, mediante a dispensa de licitação, de acordo com o artigo 4°, da Lei nº 13.979/2020.
DESPACHO/HOMOLOGAÇÃO: RATIFICO, nos termos das razões elencadas no procedimento nº 046/2020, anexo. Em 01 de dezembro de 2020.
Assina: Cecília Cividini Monteiro da Silva – Secretária Municipal de Saúde.
RATIFICO EM 01/12/2020
CECÍLIA CIVIDINI MONTEIRO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEJARA

CNPJ. 72.540.545/0001-00
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 611 – FONE (44) 3677-1366
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2020
Edital n.º 006/2020

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tapejara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e demais disposições atinentes à matéria, em conjunto com a Comissão Organizadora de Concursos, nomeada através da Portaria N.º 006/2020, RESOLVE,

TORNAR PÚBLICO

1º - A divulgação das notas da prova escrita e títulos dos candidatos inscritos e homologados neste Concurso Público nº 001/2020.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG	CE	PE	PT	NF	CLASSIF.
130369	LETICIA RUMAO DOS SANTOS	03/06/1995	18,00	16,00	18,00	36,00	88,00	0,00	**88,00**	Classif.
130175	MARIZA JESUS DA COSTA	26/01/1977	20,00	18,00	16,00	32,00	86,00	0,00	**86,00**	Classif.
127311	IGOR GIACOMETI PARREIRA	06/12/2000	18,00	20,00	16,00	32,00	86,00	0,00	**86,00**	Classif.
130311	VANESSA TALITA DE LIMA	21/09/1990	16,00	16,00	16,00	36,00	84,00	0,00	**84,00**	Classif.
124916	VINICIUS KAZUO DE SOUZA YAMACHITA	28/02/1999	16,00	16,00	16,00	36,00	84,00	0,00	**84,00**	Classif.
127084	BRUNO DOS REIS MOURA	28/06/1992	16,00	18,00	18,00	32,00	84,00	0,00	**84,00**	Classif.
125385	WILLIAN LOPES IZAGUIRRE	04/11/1987	16,00	14,00	18,00	32,00	80,00	4,00	**84,00**	Classif.
130142	DOUGLAS VINICIUS DE OLIVEIRA	24/10/1988	6,00	16,00	16,00	40,00	78,00	0,00	**78,00**	Classif.
130128	ERICO SERAFIM DE LIMA	28/11/1990	16,00	14,00	10,00	36,00	76,00	2,00	**78,00**	Classif.
124962	VERA RAMOS DOS SANTOS	20/08/1987	12,00	18,00	12,00	32,00	74,00	4,00	**78,00**	Classif.
128420	FERNANDA CARNIEL VIEIRA DA SILVA	07/03/1990	14,00	14,00	4,00	40,00	72,00	4,00	**76,00**	Classif.
124589	EVERTON CARLOS PINHEIRO LOPES	19/03/1999	8,00	18,00	14,00	36,00	76,00	0,00	**76,00**	Classif.
130212	DANIEL GARCIA NARDI	01/01/1996	12,00	12,00	12,00	36,00	72,00	2,00	**74,00**	Classif.
124752	ISABELLA CAROLINE DE OLIVEIRA LEITE	29/05/1997	10,00	16,00	14,00	32,00	72,00	2,00	**74,00**	Classif.
129437	DEISY LENE TURRA CAMARA	17/07/1984	8,00	16,00	14,00	32,00	70,00	4,00	**74,00**	Classif.
129934	ANDRIELI LEMES PAVAN	11/05/1993	10,00	16,00	14,00	32,00	72,00	0,00	**72,00**	Classif.
129278	IGOR MATEUS MARIANO DUTRA	11/11/1997	10,00	10,00	10,00	40,00	70,00	0,00	**70,00**	Classif.
125077	LUIZ CARLOS ALVES DE FARIAS	18/03/1996	8,00	12,00	12,00	36,00	68,00	2,00	**70,00**	Classif.
126402	ANNY CAROLINY RASK SILVA	04/11/1998	10,00	12,00	16,00	32,00	70,00	0,00	**70,00**	Classif.
124798	MARTA CRISTINA DE FREITAS GAZOLA	25/03/1971	8,00	16,00	10,00	32,00	66,00	4,00	**70,00**	Classif.
130168	EMANUEL DOS SANTOS ROMEIRO	11/06/1998	6,00	18,00	14,00	32,00	70,00	0,00	**70,00**	Classif.
128975	PRISCILLA ARAUJO DA SILVA	27/09/1995	8,00	12,00	10,00	36,00	66,00	2,00	**68,00**	Classif.
129225	RAFAEL BONAMIM VAZ	01/11/1982	12,00	14,00	8,00	32,00	66,00	2,00	**68,00**	Classif.
128827	PEDRO HENRIQUE FELICIANO DA SILVA	15/04/1991	6,00	20,00	10,00	32,00	68,00	0,00	**68,00**	Classif.
124992	JESSICA DE OLIVEIRA GUIMARAES	22/09/1995	14,00	12,00	12,00	28,00	66,00	2,00	**68,00**	Classif.
124623	GIOVANI EMILIANO DOS SANTOS	24/05/1997	8,00	18,00	12,00	28,00	66,00	2,00	**68,00**	Classif.
129772	NATA APARECIDO SERRANO	13/10/1999	8,00	16,00	16,00	28,00	68,00	0,00	**68,00**	Classif.
129021	THAYANA GOMES PINHEIRO	15/12/1997	6,00	8,00	12,00	40,00	66,00	0,00	**66,00**	Classif.
124897	AMANDA SHARIELLY PEREIRA ROSA	05/11/1999	10,00	14,00	10,00	32,00	66,00	0,00	**66,00**	Classif.
129711	ELISANGELA GALHARDO DE SOUZA	06/06/1980	14,00	12,00	12,00	28,00	66,00	0,00	**66,00**	Classif.
126309	CAIO MATHEUS ALONSO CABRIANA	15/04/1998	10,00	18,00	14,00	24,00	66,00	0,00	**66,00**	Classif.
130103	JOAO MATEUS VITORIANO GROSSELI	05/01/1999	10,00	16,00	16,00	24,00	66,00	0,00	**66,00**	Classif.
124646	THIAGO APARECIDO GREGORIO DE SA	16/03/1992	6,00	16,00	6,00	36,00	64,00	0,00	**64,00**	Classif.
130221	MARIA ITHAYLISE GABARDO CHAVES	12/10/1998	8,00	14,00	10,00	32,00	64,00	0,00	**64,00**	Classif.
124510	DAELLEN DA SILVA MAGIERSKI	07/07/2000	10,00	10,00	20,00	24,00	64,00	0,00	**64,00**	Classif.
129590	NEUCILENE MENDONCA SMIDT	23/12/1982	10,00	8,00	12,00	32,00	62,00	0,00	**62,00**	Classif.
130325	JULIO CESAR DE SOUZA REIS	27/11/1987	6,00	14,00	10,00	32,00	62,00	0,00	**62,00**	Classif.
124737	ELEN CAROLINE FAXINA PEREIRA CALDERON	25/06/1986	6,00	8,00	12,00	32,00	58,00	2,00	**60,00**	Classif.
126213	MILTON DE PAULA JUNIOR	13/08/1993	6,00	12,00	8,00	32,00	58,00	0,00	**58,00**	Classif.
124433	ERBRISON DA SILVA MALAFAIA	04/04/1983	2,00	16,00	8,00	32,00	58,00	0,00	**58,00**	Classif.
125056	AIME MARIA PACHECO	24/07/1990	10,00	10,00	10,00	28,00	58,00	0,00	**58,00**	Classif.
130102	LUCIOLA DOMINGUES DE SOUZA	30/09/1981	12,00	10,00	8,00	24,00	54,00	4,00	**58,00**	Classif.
125484	CREUSA CRISTINA RODRIGUES DA SILVA	08/06/1973	10,00	12,00	10,00	24,00	56,00	2,00	**58,00**	Classif.
129288	CARLOS FERNANDE DE OLIVEIRA	14/10/1999	10,00	12,00	12,00	24,00	58,00	0,00	**58,00**	Classif.
124446	LOISE MARCELA PEREIRA AVILA	29/06/1994	4,00	10,00	10,00	32,00	56,00	0,00	**56,00**	Classif.
124861	SARA ELIZA DE SOUZA SILVA	21/01/1995	8,00	10,00	8,00	28,00	54,00	2,00	**56,00**	Classif.
127811	KAUANA ROSSATO DA SILVA	03/05/1996	2,00	12,00	12,00	28,00	54,00	0,00	**54,00**	Classif.
129391	ANDREIA MARQUES DA SILVA	14/06/1983	2,00	6,00	14,00	28,00	50,00	4,00	**54,00**	Classif.
124441	SERGIANI PAULA FELIX DE SOUZA	27/10/1987	4,00	12,00	12,00	24,00	52,00	2,00	**54,00**	Classif.
129517	ALISSON DE SOUZA FULGENCIO	19/07/1993	10,00	14,00	4,00	24,00	52,00	0,00	**52,00**	Classif.
129594	CAMILLY VENANCIO DA ROCHA	06/04/2003	6,00	12,00	14,00	20,00	52,00	0,00	**52,00**	Classif.
124526	EDERSON HENRIQUE PEREIRA	20/10/1988	6,00	14,00	14,00	16,00	50,00	0,00	**50,00**	Classif.
130235	MILENE RODRIGUES DA SILVA FLORIANO	18/09/1994	6,00	6,00	8,00	28,00	48,00			Desc.
129199	LUCIANE GONCALES ANTUNES	17/10/1999	8,00	10,00	6,00	24,00	48,00			Desc.
124899	LORENA SEPULVEDA FUNAYAMA	05/10/1992	8,00	6,00	10,00	24,00	48,00			Desc.
127926	GUSTAVO ALVES PEREIRA	29/06/1996	6,00	10,00	12,00	20,00	48,00			Desc.
129518	FLAVIA TAILANA BUENO MOREIRA	01/06/1999	6,00	14,00	12,00	16,00	48,00			Desc.
127748	VALTER MARTIMIANO DA SILVA	13/04/1987	4,00	4,00	6,00	32,00	46,00			Desc.
129987	VALQUIRIA ROSSONI PHILIPPI	28/02/1979	6,00	8,00	8,00	24,00	46,00			Desc.
128479	JULIANA MURAD HATUM FANCELLI	21/02/1975	0,00	12,00	10,00	24,00	46,00			Desc.
127006	VANESSA MEDINA MOREIRA REDUCINO	27/01/1993	6,00	10,00	10,00	20,00	46,00			Desc.
130266	ELITON MARIO MARTINS	22/12/1987	8,00	12,00	10,00	16,00	46,00			Desc.
124811	EMERSON VERONICA JORGE	08/06/1998	4,00	8,00	8,00	24,00	44,00			Desc.
124581	JOSE GUILHERME MACANEIRO	08/01/1999	4,00	6,00	10,00	24,00	44,00			Desc.
128516	GILSA MIRANDA DA SILVA	06/01/1990	8,00	8,00	8,00	20,00	44,00			Desc.
124616	ANDRESSA CAMILA DOS SANTOS COSTA	13/04/2001	6,00	12,00	6,00	20,00	44,00			Desc.
128567	WEVERTHON DE SOUZA BONJORNO	07/04/1993	6,00	12,00	10,00	16,00	44,00			Desc.
124894	FLAVIO JOSE FAXINA	11/12/1989	4,00	14,00	10,00	16,00	44,00			Desc.
127844	LUCAS MARQUES RODRIGUES	06/09/2000	6,00	6,00	6,00	24,00	42,00			Desc.
124566	CARLOS DE OLIVEIRA LUIZ	10/07/1989	2,00	8,00	8,00	24,00	42,00			Desc.
124792	KARINA DOS SANTOS GONCALVES	04/11/1991	6,00	8,00	8,00	20,00	42,00			Desc.
127936	LUIZ FERNANDO GOMES DE SANTANA	02/08/1988	4,00	10,00	8,00	20,00	42,00			Desc.
129649	ANTONIO MARTINS D'AQUILA FILHO	21/03/1989	10,00	6,00	10,00	16,00	42,00			Desc.
125269	ELIZANA MARIA DA SILVA	25/08/1999	6,00	12,00	8,00	16,00	42,00			Desc.
125039	THASSYA GABRIELA MARTINS SILVA	31/07/1990	6,00	8,00	12,00	16,00	42,00			Desc.
125925	ARIEL APRIGIO DE JESUS	22/09/1996	8,00	8,00	14,00	12,00	42,00			Desc.
129989	EDSON FERREIRA LIDORIO	21/02/1977	0,00	4,00	8,00	28,00	40,00			Desc.
129902	SILVIA APARECIDA GOMES ARVANI	04/01/1967	2,00	8,00	6,00	24,00	40,00			Desc.
129999	HENRIQUE DE MOURA LIDOIRO	13/03/2002	6,00	8,00	6,00	20,00	40,00			Desc.
129103	MARINA RODRIGUES DA CUNHA	05/08/1992	2,00	8,00	10,00	20,00	40,00			Desc.
124528	MARCIA ROSANGELA FAXINA CE	03/08/1974	0,00	8,00	12,00	20,00	40,00			Desc.
124432	CARLOS GABRIEL FREDIANI DE SOUZA	12/02/2001	6,00	4,00	8,00	20,00	38,00			Desc.
130033	DAIANE SARTORI DE ALENCAR MARTINS	21/11/1979	6,00	2,00	10,00	20,00	38,00			Desc.
128606	HEITOR JACINTO	12/05/1996	4,00	6,00	8,00	20,00	38,00			Desc.
124734	PAULO HENRIQUE NOVAIS	27/09/1996	4,00	4,00	10,00	20,00	38,00			Desc.
128557	PATRICIA FERNANDA GRILO	26/02/1998	4,00	4,00	8,00	20,00	36,00			Desc.
129931	ANA BEATRIZ TORELLI	26/12/2001	4,00	2,00	10,00	20,00	36,00			Desc.
129607	EDERSON DA SILVA APPOLINARIO	26/04/1996	4,00	10,00	6,00	16,00	36,00			Desc.
124941	JOAO MARCOS DE SOUZA	29/03/1989	4,00	8,00	8,00	16,00	36,00			Desc.
128660	MILENE CAROLINE SABINO DOS SANTOS	24/04/1998	4,00	4,00	12,00	16,00	36,00			Desc.
124529	JOSE NILSON DE MELO JUNIOR	17/04/1999	0,00	6,00	4,00	24,00	34,00			Desc.
124653	JUNIOR VINICIUS PEREIRA NEVES	18/03/1990	2,00	8,00	4,00	20,00	34,00			Desc.
124868	LARYSSA BRATTI MORALES	08/06/1994	2,00	8,00	4,00	20,00	34,00			Desc.
124716	GEOVANA BRUMATTI MATOS DO AMARAL	06/06/1994	0,00	6,00	8,00	20,00	34,00			Desc.
124855	CLAUDENICE RAMALHO DELTRINO DE SOUZA	08/02/1979	6,00	4,00	8,00	16,00	34,00			Desc.
126545	DHIENIFER SILVA	29/04/1997	2,00	8,00	8,00	16,00	34,00			Desc.
124812	ALINE OLIVEIRA DA SILVA	13/04/1987	8,00	6,00	8,00	12,00	34,00			Desc.
126029	CAROLINE TROVO	11/11/1964	4,00	8,00	10,00	12,00	34,00			Desc.
128577	ANDREA PAVAN DA SILVA	05/02/1982	2,00	8,00	6,00	16,00	32,00			Desc.
128920	GUIOMAR PEREIRA DOS SANTOS	20/12/1976	6,00	6,00	8,00	12,00	32,00			Desc.
129025	LEILA APARECIDA TIBERIO	23/10/1985	4,00	10,00	6,00	12,00	32,00			Desc.
124663	EMERSON CARLOS DELLALO	22/04/1990	2,00	18,00	4,00	8,00	32,00			Desc.
129962	NAYARA PINHEIRO COSTA	05/05/2002	4,00	4,00	6,00	16,00	30,00			Desc.
129276	PALOMA MARTINS DA CONCEICAO	16/02/1995	6,00	6,00	6,00	12,00	30,00			Desc.
129240	ROSANGELA FEITOSA SANTOS	21/11/1982	2,00	2,00	4,00	20,00	28,00			Desc.
129379	LORENA DOS SANTOS ABREU	21/06/1999	2,00	2,00	8,00	16,00	28,00			Desc.
125084	MARCIEL DE SOUZA	09/10/1976	4,00	4,00	8,00	12,00	28,00			Desc.
129162	THAIS RAISSA CARDOSO SPRICIDO	29/11/1998	4,00	2,00	10,00	12,00	28,00			Desc.
129667	PAULA RENATA BALDIM	13/05/1998	4,00	8,00	6,00	8,00	26,00			Desc.
124439	FABIANE BARBAROTO DA SILVA	30/05/1979	4,00	0,00	4,00	16,00	24,00			Desc.
126048	KATHELLEN MARIETA DE SOUZA	07/01/2000	2,00	6,00	6,00	8,00	22,00			Desc.
128114	NAIARA PESSOA SANTOS	08/09/1998	2,00	4,00	4,00	8,00	18,00			Desc.
127131	JEAN MUNHOZ PRADO	18/12/2000	2,00	2,00	6,00	8,00	18,00			Desc.
129108	ADRIANA DE SOUSA DANTAS	04/06/1992					Aus.			Desc.
124906	ADRIEL LUCAS BARAVIERA	28/02/2001					Aus.			Desc.
129894	ALEKSANDER COUTINHO CORREA	23/08/1996					Aus.			Desc.
125023	ALESSANDRA DA SILVA SANTOS	18/07/2001					Aus.			Desc.
129314	ALINE CORREA DA SILVA	04/12/1990					Aus.			Desc.
126308	AMANDA BARRAVIEIRA	05/07/1999					Aus.			Desc.
124723	ANA ELISA FERNANDES SILVERIO	06/07/2000					Aus.			Desc.
130192	ANA PAULA DE SOUZA VALIM	02/07/1998					Aus.			Desc.
126591	ANA TALIA DOS SANTOS	18/02/1998					Aus.			Desc.
130362	ANDREIA DA SILVA NASCIMENTO	30/03/1986					Aus.			Desc.
130406	APARECIDA PERCILIA SILVA DE BARROS SILVA	01/05/1979					Aus.			Desc.
128933	BEATRIZ DE OLIVEIRA SECCO	01/08/2002					Aus.			Desc.
130044	BEATRIZ GAZONI MARTINS	07/01/1998					Aus.			Desc.
129712	CARLA BORDIN	20/01/1998					Aus.			Desc.
124908	CAROLINA CEULE DA SILVA	28/09/1998					Aus.			Desc.
124948	CICERA SUELEM DE ANDRADE LIMA BORJA	01/11/1981					Aus.			Desc.
124504	CILSO PINA JUNIOR	14/03/1992					Aus.			Desc.
124573	CRISLAINE DA SILVA MOTTA	14/02/2000					Aus.			Desc.
129245	CRISTIANO ALVES DOS SANTOS	23/11/1987					Aus.			Desc.
129847	DAIANE ANDRADE DE OLIVEIRA	02/06/1989					Aus.			Desc.
126956	DANIEL JORGE DE CARVALHO	06/03/1993					Aus.			Desc.
124578	DAYANE PAULA DOS SANTOS CRUZ	18/12/1989					Aus.			Desc.
130280	DOUGLAS LINO DA SILVA	03/09/1991					Aus.			Desc.
124883	EDER VINICIUS MOREIRA	21/09/2000					Aus.			Desc.
130165	EDIMIR RICARDO LASKOSKI	25/03/1976					Aus.			Desc.
130151	EDUARDO TETSUO SAKAI	27/12/1967					Aus.			Desc.
125013	ELIVELTON DE ARAUJO PEREIRA	03/01/1991					Aus.			Desc.
129722	EMANOEL FEITOSA DOS SANTOS	01/04/1998					Aus.			Desc.
129642	EVELIN BEKER DOS SANTOS	04/11/1999					Aus.			Desc.
130060	FELIPE DE CASTRO FERREIRA DA SILVA	04/06/1998					Aus.			Desc.
129564	FLAVIANE RONCHOLETA DOS SANTOS HATUM	13/02/1992					Aus.			Desc.
130392	GABRIELLI DA SILVA NASCIMENTO	27/01/1999					Aus.			Desc.
125033	GILSON SOARES DE OLIVEIRA	08/04/1979					Aus.			Desc.
124519	GIOVANNA DE SOUZA POLSAQUE CAVALCANTI	29/10/2001					Aus.			Desc.
124542	GISELE DE SOUSA ROSALIN DE OLIVEIRA	30/09/1980					Aus.			Desc.
130054	GRAZIELI ALVES TROVO	24/01/2001					Aus.			Desc.
130061	HELTON RODRIGO SALVIATO	08/01/1990					Aus.			Desc.
128119	HENRIQUE DE SOUSA BAIA	06/03/1991					Aus.			Desc.
124673	IANE CAROLINE DA SILVA	19/05/1995					Aus.			Desc.
127982	INGRED DAIANE SILVA ANDRADE	26/07/1993					Aus.			Desc.
124722	JAQUELINE DE SOUZA SILVA	09/04/1990					Aus.			Desc.
129249	JEAN FERREIRA MURARA	16/07/1991					Aus.			Desc.
130383	JESSICA MOSTASSO LISBOA	13/11/1992					Aus.			Desc.
124932	JHENIFER DAIANE FERNANDES CARVALHO	27/11/2000					Aus.			Desc.
126651	JOAO DE CAMPOS LEITE FILHO	28/05/1981					Aus.			Desc.
128645	JOAO VITOR CAVALCANTE DE SOUSA	04/03/2002					Aus.			Desc.
129723	KIESLY NISIA MARIA SILVA	27/07/1983					Aus.			Desc.
125321	LARISSA DAVID GAMA	17/11/1995					Aus.			Desc.
128397	LEONARDO BARBOSA DA CUNHA	02/02/1996					Aus.			Desc.
129435	LEONARDO FERREIRA DOS SANTOS JUNIOR	10/05/1993					Aus.			Desc.
125785	LETICIA DOMINGOS DA CRUZ	11/11/2001					Aus.			Desc.
130091	LETICIA POTRATZ RODRIGUES	20/03/1995					Aus.			Desc.
129657	LILIAN RENATA DE ALMEIDA TURCATO	26/11/1978					Aus.			Desc.
128271	LUCAS DE SOUZA ARAUJO	19/11/1999					Aus.			Desc.
124497	LUCAS ROBERTO FAXINA	08/08/1997					Aus.			Desc.
125065	LUIZ CARLOS MUNIS JUNIOR	19/02/1981					Aus.			Desc.
124969	MARCELA GALVAO MISTRELLI	29/06/1984					Aus.			Desc.
126221	MARCELO HENRIQUE FELIPE	04/03/1986					Aus.			Desc.
130319	MARCOS ROGERIO PERSEGUINI	24/09/1972					Aus.			Desc.
130351	MARIA CONCEICAO SOARES DA SILVA	08/12/1982					Aus.			Desc.
125286	MARIANA CAROLINE MARQUES DA SILVA	11/07/1990					Aus.			Desc.
129334	MARIANA FERREIRA DOS SANTOS	11/05/1998					Aus.			Desc.
128089	MHARLON HENRIQUE CARDOZO	27/03/1993					Aus.			Desc.
127319	MONICA CONEGUNDES DA SILVA	05/12/1990					Aus.			Desc.
129901	NATALIA GOMES ARVANI	03/11/1997					Aus.			Desc.
129818	OSEIAS PEREIRA LINO	17/08/1987					Aus.			Desc.
124912	PAULA CAROLINE M. DOS SANTOS FERREIRA	17/09/1997					Aus.			Desc.
125067	PAULA SERODIO TEREZAN	31/12/1993					Aus.			Desc.
130172	PAULA VITORIA PEREIRA COUTO	21/02/2000					Aus.			Desc.
129559	PAULO ANDRE OLIVEIRA FERRARI	01/08/1998					Aus.			Desc.
125768	RAFAEL FERREIRA LIMA	16/11/1983					Aus.			Desc.
124968	RAFAEL GARCIA	26/11/1982					Aus.			Desc.
124981	ROBSON ALAN SILVEIRA	29/09/1986					Aus.			Desc.
128337	RODRIGO SALUSTIANO DA SILVA	10/11/1997					Aus.			Desc.
130307	RODRIGO TORCHETI DE LIMA	04/06/1986					Aus.			Desc.
130037	RONI REIS DA LUZ	08/04/1995					Aus.			Desc.
124661	RUANA CARLA GONCALVES DOS SANTOS	30/06/1994					Aus.			Desc.
126155	SARA KAROLINE ZANOTTO	08/01/1999					Aus.			Desc.
129708	TAMIRES DE MORAES OLIVEIRA	26/01/2002					Aus.			Desc.
127228	VAGNER SOARES DA SILVA	24/05/1986					Aus.			Desc.
125272	VANESSA NICOLAU DAROLT	17/02/1985					Aus.			Desc.
126493	VITOR LUCAS NUNES	23/09/1994					Aus.			Desc.
129039	VITOR RUBENS BARBIERO IGNACIO	05/01/1996					Aus.			Desc.
128921	WALTER CESAR BESSAO	13/09/1974					Aus.			Desc.
124434	WILLIAM JOSE DEMOZZI JUNIOR	21/09/1988					Aus.			Desc.
128233	YARA DIACOLI SOBRINHO. TEIXEIRA	01/10/1985					Aus.			Desc.

CONTADOR

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG	CE	PE	PT	NF	CLASSIF.
124610	ROBERSON DE OLIVEIRA SOUZA	20/04/1987	20,00	18,00	20,00	40,00	98,00	0,00	**98,00**	Classif.
124821	LEILA CRISTINA KRUGER	18/03/1982	18,00	18,00	20,00	40,00	96,00	2,00	**98,00**	Classif.
124728	RENAN JOSE SOARES	25/01/1993	20,00	18,00	18,00	32,00	88,00	2,00	**90,00**	Classif.
129876	HERIC GARCIA DE MORAIS	06/10/1992	16,00	16,00	14,00	40,00	86,00	2,00	**88,00**	Classif.
130324	ANDREA DE OLIVEIRA VIEIRA	24/05/1989	20,00	14,00	20,00	32,00	86,00	2,00	**88,00**	Classif.
124635	CAROLINA TERUMI KURITA	11/08/1994	18,00	16,00	12,00	40,00	86,00	0,00	**86,00**	Classif.
129753	EMILI KAROLAINI MACEDO GRACI	05/07/1994	20,00	20,00	8,00	36,00	84,00	2,00	**86,00**	Classif.
125034	VANESSA DE AMORIM PINHEIRO LEITE	23/09/1981	20,00	20,00	10,00	32,00	82,00	2,00	**84,00**	Classif.
124782	ALAN RUTKOWSKI BERNARDES	08/10/1992	18,00	18,00	12,00	32,00	80,00	2,00	**82,00**	Classif.
124951	LEANDRO RIBEIRO LEITE	17/10/1982	18,00	16,00	16,00	32,00	82,00	0,00	**82,00**	Classif.
125010	ALINE CRISTINA VALERIO	15/08/1988	18,00	20,00	14,00	28,00	80,00	2,00	**82,00**	Classif.
125080	AUGUSTO TOZONI SAMBUGARI	31/08/1998	16,00	18,00	14,00	32,00	80,00	0,00	**80,00**	Classif.
130386	ALESSANDRO DO NASCIMENTO FERREIRA	18/05/1980	14,00	14,00	10,00	36,00	74,00	2,00	**76,00**	Classif.
129635	JOSE LUIZ DE SOUZA	23/12/1993	8,00	18,00	16,00	28,00	70,00	6,00	**76,00**	Classif.
125178	MAURO SERGIO BAPTISTA	15/10/1973	14,00	12,00	16,00	28,00	70,00	2,00	**72,00**	Classif.
130143	LETICIA RODRIGUES INOCENCIO	26/05/1997	10,00	14,00	16,00	24,00	64,00	0,00	**64,00**	Classif.
129444	JOAO PAULO SOTOCORNO ANDRADE	05/03/1997	16,00	12,00	10,00	24,00	62,00	0,00	**62,00**	Classif.
124859	VALDICEIA DA SILVA FUKUOKA	23/01/1984	14,00	14,00	10,00	24,00	62,00	0,00	**62,00**	Classif.
129682	RENATO AMADEU OSHIMA	14/10/1983	10,00	16,00	16,00	20,00	62,00	0,00	**62,00**	Classif.
124983	FABIO REGINATO DE MELO	28/02/1987	10,00	16,00	16,00	20,00	62,00	0,00	**62,00**	Classif.
124824	FERNANDO DO VALE CORREIA	18/03/1990	12,00	12,00	8,00	28,00	60,00	0,00	**60,00**	Classif.
130410	RONALDO ANTONIO DO NASCIMENTO	20/11/1975	10,00	14,00	18,00	16,00	58,00	2,00	**60,00**	Classif.
124874	GLEICELY F L SOUZA	08/02/1991	12,00	12,00	12,00	20,00	56,00	0,00	**56,00**	Classif.
124593	FRANCIELLI GHIRALDI DE SOUZA	26/09/1990	8,00	16,00	8,00	20,00	52,00	2,00	**54,00**	Classif.
128946	PAMELA CAFACIO GRAU	26/07/1991	8,00	14,00	6,00	24,00	52,00	0,00	**52,00**	Classif.
129489	THAIS GISELI NARCIZO RODRIGUES	11/11/1991	8,00	12,00	10,00	20,00	50,00	2,00	**52,00**	Classif.
125237	FERNANDA IGNACIO DA ROCHA	29/10/1997	12,00	14,00	8,00	16,00	50,00	0,00	**50,00**	Classif.
129079	BRUNA THAIS NAPOLEAO	05/01/1998	14,00	10,00	8,00	16,00	48,00			Desc.
130113	TANIA DE OLIVEIRA BARRETO	11/01/1993	10,00	10,00	12,00	16,00	48,00			Desc.
128499	RAFAELA DOS SANTOS BEZERRA	02/02/1996	4,00	8,00	12,00	20,00	44,00			Desc.
124468	ADRIANA STEVANATO LEAL	29/12/1994	10,00	6,00	12,00	16,00	44,00			Desc.
130278	AMANDA CATIELE DE OLIVEIRA	09/02/1989	8,00	12,00	12,00	12,00	44,00			Desc.
128844	LEANDRO ROQUE AVILA	07/02/1986	8,00	16,00	6,00	12,00	42,00			Desc.
128893	VALMIR FLAVIO DA SILVA	23/01/1996	2,00	10,00	12,00	16,00	40,00			Desc.
128258	TAINA PERRUD DA SILVA	10/03/1997	6,00	12,00	4,00	16,00	38,00			Desc.
127334	SHARLENE FERREIRA DE SOUZA	19/12/1981	2,00	12,00	8,00	16,00	38,00			Desc.
124818	YURI DELAZARI RODRIGUES	30/12/1997	8,00	10,00	12,00	8,00	38,00			Desc.
124586	ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA	03/07/1991	6,00	14,00	6,00	8,00	34,00			Desc.
127816	JULIO CEZAR DOS SANTOS DE OLIVEIRA	17/11/1996	4,00	12,00	10,00	8,00	34,00			Desc.
124688	TATIANE FELINTO PEREIRA	21/04/1986	4,00	4,00	4,00	20,00	32,00			Desc.
129823	ADRIANA VIEIRA	04/01/1986					Aus.			Desc.
124429	ALDREA MAGALI DA MOTTA TOFANIN	25/05/1979					Aus.			Desc.
124547	ALMIR DOS SANTOS	30/12/1991					Aus.			Desc.
129653	ANA PAULA AVANCI LUGLI MATARA	10/08/1988					Aus.			Desc.
130374	ARTHUR VARANDAS DO NASCIMENTO	06/06/1994					Aus.			Desc.
129663	BRUNO ROBISON DE JESUS	21/01/1987					Aus.			Desc.
124660	CARLA FERNANDA FAXINA	15/11/1992					Aus.			Desc.
130146	CARLA FERREIRA DE SOUZA	16/11/1991					Aus.			Desc.
130288	CRISTIAN DOS SANTOS	05/06/1980					Aus.			Desc.
127218	CRISTINA DE ALMEIDA LAVERDE	08/01/1987					Aus.			Desc.
124505	DAIANE FERNANDA PINA	14/03/1992					Aus.			Desc.
130242	DANIEL LOPES BRANDAO	15/08/1990					Aus.			Desc.
129297	DAYANE GOUVEIA OCHMAN	11/01/1990					Aus.			Desc.
124885	EDER BORGES DOS SANTOS	19/12/1983					Aus.			Desc.
130373	ELZANIRA SOUSA DE OLIVEIRA	20/11/1973					Aus.			Desc.
126804	FABIANO HIGOR MARTINS DE FARIA	13/10/1979					Aus.			Desc.
130367	FABIO CARDOSO RADEKE	10/11/1979					Aus.			Desc.
129779	HARIELY ALVES DO NASCIMENTO	09/03/1996					Aus.			Desc.
129576	HEITOR LUIZ PACIFICO DA SILVA	10/08/1985					Aus.			Desc.
125038	IZAMARA POLLI SILVA	04/10/1997					Aus.			Desc.
124670	JOAO RICARDO VOLF DE SOUZA	21/02/1979					Aus.			Desc.
126442	JOHNATHAN CEZAR CASASA	15/05/1985					Aus.			Desc.
129849	KELLY DAIANY MARCONDES	30/01/1983					Aus.			Desc.
129540	LEONARDO ROCHA DA SILVA	22/01/1999					Aus.			Desc.
128798	LEVI SILVEIRA DA CUNHA JUNIOR	24/09/1991					Aus.			Desc.
124735	LUCAS DA SILVA FIRME	06/12/1990					Aus.			Desc.
129015	MARCOS DE JESUS	22/06/1986					Aus.			Desc.
124545	MARCOS GOMES DE LIMA	06/02/1979					Aus.			Desc.
130208	MARIA VANIA BATISTA	15/01/1980					Aus.			Desc.
129956	MATHEUS PRESTES	04/11/1994					Aus.			Desc.
127429	NAYARA ALEXIA FAXINA	31/07/1998					Aus.			Desc.
129765	OSMAIR AGNALDO RODRIGUES	30/07/1967					Aus.			Desc.
126916	RAISSA NATANI ALENCAR DE SOUZA	11/06/1990					Aus.			Desc.
124743	SIRLAINE FERREIRA FREDERICO BLASQUES	31/03/1987					Aus.			Desc.
128049	VANESSA CAROLINE WEBER	15/11/1995					Aus.			Desc.
128862	VERONICA PITOL JULIANI SANCHEZ	26/07/1990					Aus.			Desc.

ZELADOR

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG	CE	PE	PT	NF	CLASSIF.
129384	SIMONE VITORINO DE SOUZA ROCHA	28/05/1983	18,00	12,00	18,00	36,00	84,00	11,00	**95,00**	Classif.
125083	MIRIAN FRANCISCO DE AZEVEDO	19/06/1984	18,00	18,00	16,00	40,00	92,00	0,00	**92,00**	Classif.
129978	MARCELA MICHELI SIGNORINI GOMES	12/11/1990	18,00	20,00	16,00	32,00	86,00	6,00	**92,00**	Classif.
128599	VALDENICE DELFINO ZAMPIERI	24/04/1977	18,00	14,00	12,00	32,00	76,00	13,00	**89,00**	Classif.
127278	KARINA MARQUES RODRIGUES MOURA	05/09/1995	18,00	14,00	12,00	40,00	84,00	0,00	**84,00**	Classif.
127916	SELMO SERGIO DE LIMA	04/05/1977	14,00	18,00	18,00	32,00	82,00	0,00	**82,00**	Classif.
129586	FLAVIO MIRANDA REIS	02/03/1979	14,00	6,00	16,00	32,00	68,00	13,00	**81,00**	Classif.
128290	TAIS GONCALVES CORDEIRO	06/04/1997	20,00	14,00	8,00	28,00	70,00	11,00	**81,00**	Classif.
124907	ROSEMEIRE DO CARMO CARDOSO SPRICIDO	15/07/1974	18,00	12,00	12,00	36,00	78,00	0,00	**78,00**	Classif.
129824	EVERALDO DELLALO	21/07/1986	20,00	12,00	16,00	28,00	76,00	0,00	**76,00**	Classif.
124970	THAYANI TEODORO	16/07/2001	18,00	10,00	10,00	36,00	74,00	0,00	**74,00**	Classif.
129354	ELISANGELA FIRMINO DE SOUZA CARVALHO	05/08/1980	14,00	16,00	10,00	32,00	72,00	2,00	**74,00**	Classif.
124687	ELIANE ALVES DE OLIVEIRA	25/02/1991	16,00	12,00	10,00	32,00	70,00	2,00	**72,00**	Classif.
125302	IVAN JOSE DA SILVA	29/10/1977	10,00	14,00	14,00	32,00	70,00	2,00	**72,00**	Classif.
124548	SIMONE APARECIDA DA SILVA TEIXEIRA	27/10/1986	16,00	10,00	12,00	32,00	70,00	0,00	**70,00**	Classif.
128708	CILENE PACHECO SILVA RODRIGUES	25/11/1975	14,00	12,00	12,00	32,00	70,00	0,00	**70,00**	Classif.
125030	ILSIMARA MACHADO	20/03/1990	18,00	12,00	10,00	28,00	68,00	0,00	**68,00**	Classif.
130261	ERICA MARIO MARTINS	27/12/1981	14,00	8,00	12,00	32,00	66,00	0,00	**66,00**	Classif.
129357	SULIVAM ALVES DA SILVA	26/12/1955	12,00	6,00	16,00	32,00	66,00	0,00	**66,00**	Classif.
128464	LUIZ CARLOS PINTO	18/11/1959	12,00	12,00	14,00	28,00	66,00	0,00	**66,00**	Classif.
124493	AUDIRENE DOS SANTOS	26/01/1985	16,00	8,00	12,00	28,00	64,00	0,00	**64,00**	Classif.
124833	VERCI FERNANDES LIMA	23/08/1963	18,00	6,00	10,00	28,00	62,00	0,00	**62,00**	Classif.
125406	MARCELO ALEXSANDER DIAS DE OLIVEIRA	26/11/1981	14,00	10,00	10,00	28,00	62,00	0,00	**62,00**	Classif.
128737	ANDRIELE MENEZES DE OLIVEIRA MATIN	09/04/1995	14,00	4,00	6,00	36,00	60,00	0,00	**60,00**	Classif.
130281	VERA LUCIA DE SOUZA COSTA	17/07/1973	12,00	12,00	8,00	28,00	60,00	0,00	**60,00**	Classif.
124996	VALMIRA APARECIDA CAMILO	26/05/1971	16,00	12,00	8,00	24,00	60,00	0,00	**60,00**	Classif.
125062	MARISA CRISTINA MIRANDA NAPOLEAO	25/05/1975	10,00	12,00	8,00	28,00	58,00	0,00	**58,00**	Classif.
124986	NATHALIA LUIZA SANTOS	04/12/1999	18,00	4,00	12,00	24,00	58,00	0,00	**58,00**	Classif.
126675	MARIA ANTONIA DE MIRANDA	14/06/1970	12,00	12,00	10,00	24,00	58,00	0,00	**58,00**	Classif.
128739	BRENDA PAULA ANGELICA DE OLIVEIRA	24/10/1992	16,00	8,00	4,00	28,00	56,00	0,00	**56,00**	Classif.
124928	MARIO MASSAO TANAKA	17/04/1983	12,00	8,00	6,00	28,00	54,00	2,00	**56,00**	Classif.
130328	ANA CAROLYNA FREDIANI	15/06/2001	14,00	10,00	8,00	24,00	56,00	0,00	**56,00**	Classif.
127939	ANGELICA DOS SANTOS HEIDRICK	19/07/1991	14,00	4,00	12,00	24,00	54,00	0,00	**54,00**	Classif.
124607	BEATRIZ DOS SANTOS VELASCO	19/09/1997	10,00	12,00	6,00	24,00	52,00	2,00	**54,00**	Classif.
129412	JOANA SOARES DA SILVA	30/12/1964	18,00	6,00	10,00	20,00	54,00	0,00	**54,00**	Classif.
125564	REGINA DIAS DA SILVA	07/08/1972	10,00	4,00	6,00	32,00	52,00	0,00	**52,00**	Classif.
125082	MONICA DOS SANTOS MOTTA	29/06/1993	12,00	8,00	12,00	20,00	52,00	0,00	**52,00**	Classif.
127557	ROSANGELA DOS SANTOS DE OLIVEIRA	04/02/1968	12,00	6,00	4,00	28,00	50,00	0,00	**50,00**	Classif.
128696	DAYANE CRISTINA LOPES DA SILVA	04/04/1991	16,00	8,00	12,00	8,00	44,00			Desc.
124491	VERA LUCIA PERRUD	08/04/1971	2,00	6,00	6,00	28,00	42,00			Desc.
129604	JESSICA DOS SANTOS MORAES	26/05/1989	14,00	4,00	0,00	20,00	38,00			Desc.
129329	SUELI ALVES MARTINS	10/11/1963	8,00	4,00	10,00	16,00	38,00			Desc.
128734	VANESSA CRUZ DE OLIVEIRA DE LIMA	26/09/1996	12,00	2,00	0,00	20,00	34,00			Desc.
124946	ADAM MARCELO CUQUI BORJA LIMA	16/06/1985					Aus.			Desc.
124895	ALEXIA LUCIANA TANGERINO	09/01/1980					Aus.			Desc.
128814	ALINE RIBEIRO DE LIMA	22/07/1999					Aus.			Desc.
124461	ANDERSON PEREIRA DE ALMEIDA	10/05/1996					Aus.			Desc.
128318	ANERITA OHANA DE SOUZA	23/06/1997					Aus.			Desc.
124726	ANTONIO FRANCISCO DO NASCIMENTO	16/09/1974					Aus.			Desc.
128315	CARLA VIVIAN RAMOS DA SILVA	11/06/1986					Aus.			Desc.
124696	DEYZE ANDRESSA TODON FIGUEIREDO	25/10/1988					Aus.			Desc.
124603	EBERSON BARROS DA SILVA NASCIMENTO	03/04/1985					Aus.			Desc.
128046	EDELAINE MARQUES DA SILVA	06/02/1980					Aus.			Desc.
127000	EDNA DE SOUZA PRUDENTE DA SILVA	03/01/1977					Aus.			Desc.
129031	ELIAS GASPARETTO	15/03/1986					Aus.			Desc.
128733	ERICA CRUZ DE OLIVEIRA MARTINS	20/11/1994					Aus.			Desc.
125027	EVA APARECIDA DE SOUZA	15/07/1981					Aus.			Desc.
130352	EVA RENIR ALVES DO NASCIMENTO	27/07/1977					Aus.			Desc.
129641	EVELIN BEKER DOS SANTOS	04/11/1999					Aus.			Desc.
124629	FABIANA ALVES CORREA	11/08/1989					Aus.			Desc.
130358	GEOVANE LEAO	23/03/1999					Aus.			Desc.
128924	GUIOMAR PEREIRA DOS SANTOS	20/12/1976					Aus.			Desc.
126457	HELEN LOPES TEIXEIRA ALONSO	17/02/1986					Aus.			Desc.
130047	IOLINDA BERTOLINO DA SILVA	30/07/1969					Aus.			Desc.
130350	IVANA DOS SANTOS SILVA	26/05/1997					Aus.			Desc.
124976	IVANILDE APARECIDA G. LEITE DOS SANTOS	01/01/1984					Aus.			Desc.
124596	JEFERSON PEREIRA DA SILVA	04/02/1991					Aus.			Desc.
129296	LEANDRO DA SILVA RIBEIRO	11/04/1995					Aus.			Desc.
124645	LUCAS VINICIUS LOPES DA SILVA	24/12/1996					Aus.			Desc.
126996	MARGARETE HERINGER CHAVES	09/05/1976					Aus.			Desc.
129731	MARIA INEZ HANCZ DE SOUZA	08/12/1972					Aus.			Desc.
130267	MARINALVA ALVES DE ALMEIDA	18/10/1976					Aus.			Desc.
129916	MATHEUS GOMES DE SOUSA	29/12/1994					Aus.			Desc.
124961	MICHELEN MARTINS KANEDA	24/04/1981					Aus.			Desc.
124917	MONICA GIMENES	01/03/1988					Aus.			Desc.
124891	NADIA SEPULVEDA DOS SANTOS	10/09/1987					Aus.			Desc.
124583	NILSON MARTINS DE SOUZA	10/03/1972					Aus.			Desc.
128900	ORLEANE FERRO DOS SANTOS LIMA	25/11/1984					Aus.			Desc.
124495	ROSANGELA CAVALCANTI BASILIO	06/04/1969					Aus.			Desc.
129979	SONIA APARECIDA IGNACIO DA ROCHA	05/11/1977					Aus.			Desc.
124576	THAISA SPADREZANI LEITE	10/04/1990					Aus.			Desc.
124990	VALDECIR DE ARAUJO	16/06/1965					Aus.			Desc.
130384	VALDIRENE ALVES DE BRITO	24/12/1978					Aus.			Desc.
129924	WELLINTON REIS DE MORAIS	26/09/1994					Aus.			Desc.

Legenda:
LP – Nota obtida em Língua Portuguesa
MAT – Nota obtida em Matemática
CE – Nota obtida em Conhecimentos específicos
PE – Nota da Prova Escrita
PT – Nota da Prova de Títulos
NF – Nota Final

Na hipótese de igualdade da nota final, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:
a) tiver maior idade, dentre os candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até a data de publicação do resultado e classificação deste concurso, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003).

b) obtiver maior pontuação em Conhecimentos Específicos;
c) obtiver maior pontuação em Língua Portuguesa;
d) obtiver maior pontuação em Matemática;
e) obtiver maior pontuação em Conhecimentos Gerais;
f) persistindo o empate, terá preferência o candidato com mais idade (exceto os enquadrados na alínea "a" deste subitem).

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Tapejara/PR, 02 de dezembro de 2020.

ROGERIO FRANCISCHINI
Presidente da Câmara Municipal de Tapejara– PR

MARIA CHRISTINA GREGO
Presidente da Comissão Organizadora de Concursos

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

Câmara Municipal de Umuarama

ESTADO DO PARANÁ

PAUTA DA ORDEM DO DIA
DIA 03 e 08/ DEZEMBRO/2020 - 18h
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

PROJETO DE LEI Nº 35/2020 – Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Convênio de Cooperação Técnica e Operacional com o Estado do Paraná para a instalação e o funcionamento da sede do 2º Pelotão da 2ª Companhia do Batalhão de Polícia de Fronteira no Município de Umuarama e dá outras providências.
Do Poder Executivo Municipal, **com 04 artigos**.
EM 1ª e 2ª DISCUSSÃO e VOTAÇÃO, e REDAÇÃO FINAL.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N°37/2020 – Dá nome ao antigo Complexo Poliesportivo, da cidade de Umuarama, Estado do Paraná.
Do Vereador Junior Ceranto, **com 02 artigos**.
EM 1ª e 2ª DISCUSSÃO e VOTAÇÃO, e REDAÇÃO FINAL.

Edifício Vereador Antônio Milton Siqueira, em 01 de dezembro de 2020.

NOEL APARECIDO BERNARDINO "NOEL DO PÃO"
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE POSTURA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /993 / 2020
SEQUENCIA: 35

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** com fundamento no artigo 20, §1, 2 e 3 da Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017, para que no prazo de 05 (cinco) dias, efetue a limpeza do imóvel abaixo descrito**. Quadra: 0016, Lote: 0019 - JARDIM AEROPORTO II - N.º: S/Nº -**

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias previstas na Lei Complementar n° 439 de 06 de julho de 2017.

Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.

MOYSES MONTEIRO CPF/CNPJ: 38969009949
CADASTRO: 4305300 QUADRA: 0016 LOTE: 0019
ENDEREÇO: RUA ALEXSANDRO DE OLIVEIRA MOTA, S/Nº CEP: 87506681
BAIRRO: JARDIM AEROPORTO II COMPLEMENTO:

Atenciosamente

Umuarama, terça-feira, 1 de dezembro de 2020

Karine Juliane Giroto dos Santos
Agente Fiscal
Divisão de Posturas

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

Carta
Prefeitura Umuarama
Correios

COMUNICADO: 35 / 993 / 2020
MOYSES MONTEIRO CPF/CNPJ: 38969009949
ENDEREÇO: ROD MT 338, Nº SN CEP.: 78579000 CIDADE: ITANHANGÁ UF.: MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
ESTADO DO PARANÁ
"A capital da amizade"

UMUTRANS - Diretoria de Trânsito

Av. Pe José Germano Neto Junior, nº 3502 - Umuarama-PR - Fone (44) 3906-1018

Ofício nº 099/2020
UMUTRANS – Diretoria de Trânsito
Secretaria Municipal de Defesa Social
Umuarama/PR

A UMUTRNS – Diretoria de Trânsito de Umuarama/PR vem por meio deste, em cumprimento ao art. 4º - Parágrafo Único da Resolução nº 165/204 – CONTRAN, tornar pública a relação de equipamentos não metrológicos de fiscalização, bem como, sua identificação e localização, conforme segue:

Número do ponto 10011
Endereço: Av. Governador Parigot de Souza x Rua do Bosque
Código: Av Gov P Souza x R do Bosque
Sentido Ginásio de Esportes – Bosque dos Xetás

Número do ponto 10012
Endereço: Av. Tiradentes x Av. Presidente Castelo Branco CB
Código: Av Tiradentes x Av Pres C B CB
Sentido centro - bairro

Número do ponto 10013
Endereço: Av. Presidente Castelo Branco x Av. Dr. Ângelo Moreira da Fonseca
Código: Av P C Branco x Av Angelo M F
Sentido centro - bairro

Número do ponto 10014
Endereço: Av. Dr. Ângelo Moreira da Fonseca x Praça Odete Mossurunga
Código: Av Angelo M F x P O Mossurunga
Sentido bairro - centro

Número do ponto 10015
Endereço: Av. Ivo Shizuo Sooma x Praça Odete Mossurunga
Código: Av I S Sooma x P O Mossurunga
Sentido bairro - centro

Umuarama/PR, 01 de dezembro de 2020.

VALDECIR GONÇALVES CAPELLI
Secretário Municipal de Defesa Social

DIANÊS MARIA PIFFER
Diretora de Trânsito

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/2020 – DISPENSA DE LICITAÇÃO
Ofício nº145/2020 - SAD, solicita ratificação do ato por mim praticado, na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, para a contratação da empresa SAMPAIO DIAS & VASQUES DE SOUZA SERVIÇOS DE ENFERMAGEM LTDA, para prestação de serviços em diversas funções, em atendimento a demanda do Ambulatório de Síndromes Gripais da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama, mediante a dispensa de licitação, de acordo com o artigo 4°, da Lei nº 13.979/2020.
DESPACHO/HOMOLOGAÇÃO: RATIFICO, nos termos das razões elencadas no procedimento nº 047/2020, anexo. Em 01 de dezembro de 2020.
Assina: Cecília Cividini Monteiro da Silva – Secretária Municipal de Saúde.
RATIFICO EM 01/12/2020
CECÍLIA CIVIDINI MONTEIRO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
RESUMO DE CONTRATOS
Contrato de Prestação de serviço nº. 191/2020
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: N M GAUDIM – CLINICA MÉDICA - EIRELI
Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação emergencial da empresa para prestação de serviços na área de Consultas de infectologia em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama.
Valor: R$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais).
Vigência: 24/11/2020 a 21/05/2021.
Fundamentação:O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo de Dispensa n° 045/2020 - Saúde, ratificado em 23 de novembro de 2020, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado, de 24 de novembro de 2020, edição nº. 12.014, que integram nos termos do art. 24, inciso IV, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, com nova redação dada pela Lei 8.883 de 18 de junho de 1994, bem como demais alterações.
Umuarama, 01 de dezembro de 2020.
Vicente Afonso Gasparini
Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

LEI Nº 1.997 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2020.
Dispõe sobre as ações prioritárias da Administração Pública, Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2021, e dá outras providências.
Câmara Municipal de Mariluz, Estado do Paraná APROVOU, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º. Ficam estabelecidas para o exercício de 2021, as ações prioritárias da administração pública municipal, diretrizes gerais para elaboração da proposta orçamentária, e normas de execução financeira, em conformidade com o Plano Plurianual e suas alterações, com a Lei Orgânica do Município, da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e demais legislações que disciplinam a matéria, compreendendo:
I.metas fiscais
II.ações prioritárias e metas da Administração Pública Municipal;
III.disposições sobre alterações na legislação tributária;
IV.estrutura e organização da lei orçamentária;
V.diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos;
VI.das despesas com pessoal
VII.normas relativas à execução financeira e orçamentária;
VIII.da seguridade social.
IX. do anexo de riscos fiscais
I - DAS METAS FISCAIS
Art. 2º. Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2021, estão identificados nos Demonstrativos anexos a esta Lei, em conformidade com a Portaria nº 286, de 07 de maio de 2019-STN.
Art. 3º. A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituídas, pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.
Art. 4 º. Os Demonstrativos de Metas Fiscais referidos no Art. 2º estão no Anexo I desta Lei, constituindo-se dos seguintes:
Demonstrativo I - Metas Anuais;
Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
Demonstrativo III -Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Exercícios Anteriores;
Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
Demonstrativo VII -Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e
Demonstrativo VIII- Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.
Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.
METAS ANUAIS
Art. 5º. Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo I - Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos a Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2021 e para os dois exercícios seguintes.
§ 1º. Os valores correntes dos exercícios de 2021, 2022 e 2023 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 286/2019 - STN .
§ 2º. Os valores da coluna "% PIB" serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
Art. 6º. Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
Art.7º. De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, os Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.
Parágrafo único. Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Art. 8º. Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.
Parágrafo Único. O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
Art. 9º. O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos devem estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.
Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
Art. 10. O Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios; O Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS, seguindo o modelo da Portaria nº. 286/2019-STN, estabelecendo um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, apurando o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
Art. 11. Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.
§ 1º. A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.
§ 2º. A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.
Art. 12. O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
Parágrafo Único. O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.
MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.
Art. 13. O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.
Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria nº 286/2019-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2021, 2022 e 2023.
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.
/
Art. 14. A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.
Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.
Art. 15. O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.
Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzida o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.
Art. 16. Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.
Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2021, 2022 e 2023.
II- AÇÕES PRIORITÁRIAS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL
Art. 17. As ações prioritárias, objetivos e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2021 estarão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2018 a 2021, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.
§ 1º. Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2021 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.
§ 2º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2021, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.
III- ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
Art. 18. O Executivo Municipal, no decorrer do exercício seguinte, mediante a edição de ato próprio, poderá ajustar o orçamento em face de alterações na Legislação Tri¬butária ocorridas até 31 de dezembro do exercício corrente, não consideradas até a vigência da presente Lei, em especial quanto:
I.às modificações na Legislação Tributária decorrentes da revisão de Sis¬temas Tributários;
II. à concessão e ou redução de isenções fiscais;
III. à revisão de alíquotas dos tributos de competência;
IV. ao aperfeiçoamento do sistema de controle e cobrança da Dívida Ativa Municipal.
V. a concessão de refinanciamentos fiscais – REFIS.
Art. 19. Os tributos municipais poderão ter um desconto de no máximo 20% do valor lançado, caso seja pago dentro do prazo de vencimento.
Parágrafo Único. Os valores apurados no "caput" deste artigo não serão considerados na previsão das receitas para 2021, nas respectivas rubricas orçamentárias.
Art. 20. O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois exercícios subsequentes (art. 14 da LRF)
Art. 21. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º Da LRF).
Art.22. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14 § 2º Da LRF).
IV- ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA
Art. 23. O orçamento para o exercício financeiro de 2021 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.
Parágrafo único. As programações do Fundos Municipais de: Saúde, Assistência social e dos Direitos da Criança e do Adolescente, serão abertos como atividades nas unidades orçamentárias a que estiverem subordinadas.
Art. 24. A Lei Orçamentária para 2021 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001,Portaria Interministerial 05/2015 - STN e alterações posteriores, a qual deverão estar anexados os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.
Parágrafo único. A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação pertinente.
V- DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS
Art. 25. O Orçamento para o exercício de 2021 destinará recursos para a Reserva de Contingência, em até 1% das Receitas Correntes Líquidas previstas e 15% do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares.
§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares.
§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2021, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.
Art. 26. O Projeto de Lei do Orçamento para 2021 destinará recursos para atender prioritariamente:
I- ao pagamento de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho do presente exercício;
II- as despesas com pessoal ativo, inativo e encargos sociais;
III- ao pagamento do serviço da dívida pública e da dívida para com o Fundo de Previdência Municipal, apurado segundo cálculo atuarial;
IV- aos empréstimos e as contrapartidas de programas objeto de financiamentos;
V- a manutenção e desenvolvimento do ensino, de acordo com o artigo 212 da Constituição Federal, e emenda 14/96;
VI- ao custeio do plano complementar ao Sistema Único de Saúde;
Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/ Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, o saldo de superávit do exercício anterior e o excesso de arrecadação por fonte de recurso, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167,VI da constituição Federal).
Art. 27. O Poder Legislativo, até o dia 05(cinco) do mês de Setembro do presente exercício, encaminhará a proposta orçamentária da Câmara, limitado a 7% da receita tributária e das transferências previstas no § 5º, do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, para fins de inclusão no Orçamento Geral do Município.
Art. 28. As receitas do Orçamento Geral do Município serão programadas para atender prioritariamente gastos com pessoal e encargos sociais, encargos e o principal da dívida, precatórios judiciais, manutenção das atividades e dos bens públicos e contrapartidas de financiamentos e de convênios recebidos de Órgãos Federais, através de seus Ministérios e suas Secretarias e de Órgãos Estaduais, através de suas Secretarias de Estados e seus órgãos.
Parágrafo Único. Os recursos do Tesouro Municipal somente poderão ser programados para atender despesas de capital depois de atendidas as despesas de que trata este artigo.
Art. 29. O produto da alienação de bens e direitos pertencentes a Poder Público Municipal será aplicado no atendimento de despesas de capital.
Parágrafo único. A lei poderá destinar parcela dos recursos que se refere este artigo para custeio de despesas com o regime de previdência Municipal.
Art. 30. O Poder Executivo incluirá na previsão das receitas recursos à conta de Operações de Crédito a serem contratados até o limite das despesas de capital fixadas para o período.
§ 1º A programação das despesas a serem custeadas com recursos de operações de crédito não poderá exceder o montante das despesas de capital fixadas no orçamento, salvo existência de lei específica autorizando a aplicação em despesas correntes, observado o disposto no inciso III, do Art. 167 da Constituição Federal.
§ 2º O Poder Executivo fará constar da programação orçamentária da despesa custos com juros e outros encargos decorrentes da contratação de operação de crédito e de operações de crédito por antecipação de receita, observado o disposto na Seção IV, da Lei Complementar 101/00 e demais normas que regem a matéria.
Art. 31. Constará do Projeto de Lei Orçamentária demonstração dos efeitos sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões e qualquer benefício de natureza financeira, tributária e creditícia, citando as medidas que serão tomadas para compensar as renúncias de receitas e relativas a aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado.
Art. 32. A programação da despesa destinada à cobertura dos gastos com pessoal e encargos sociais à conta de recursos do Orçamento Fiscal, será fixada em até 60% da receita corrente líquida e não poderão exceder os seguintes limites:
6% (seis por cento) para o Legislativo;
54% (Cinqüenta e quatro por cento) para o Executivo;
Parágrafo único. Para fins de cálculo, entende-se como despesas com pessoal, o disposto no art. 18, da Lei Complementar Federal nº 101/00.
Art. 33. O Projeto de Lei Orçamentária considerará, na programação das despesas com pessoal, os efeitos da implantação do Plano de Cargos e Salários, de adicionais por tempo de serviço decorrentes da programação de reajuste salarial aos servidores e agentes políticos e do aumento de número de vagas para as diversas áreas da Administração.
§ 1º. Os custos decorrentes da implementação das ações programadas no caput deste artigo serão custeados com recursos do orçamento fiscal, próprios, e dos órgãos da administração indireta.
§ 2º. Na Lei Orçamentária anual, será destinado no mínimo 60% (sessenta por cento) dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), para remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades na educação infantil e no ensino fundamental público.
§ 3º. Além das demais políticas públicas de Educação será assegurada a universalização de acesso à educação infantil, na etapa pré-escola para todas as crianças de 04(quatro) e 05 (cinco) anos de idade.
§ 4º. Será destinado o percentual mínimo de 15% para os dispêndios com as ações e serviços públicos de Saúde, nos termos da Emenda Constitucional nº 29 de 13 de setembro de 2000.
Art.34. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, incluir na Proposta Orçamentária para o exercício de 2021, custos com ampliação de ações nas áreas de educação, saúde, esporte, ação social, cultura, infra-estrutura, urbanismo e aperfeiçoamento administrativo e com a criação do programa de apoio e financiamento a implantação de indústrias, de fomento a agropecuária e meio ambiente e de estímulo ao comércio.
Parágrafo Único. Os custos decorrentes da implementação das ações programadas no caput deste artigo, correrão a conta de recursos do orçamento fiscal e da seguridade.
Art.35. Consideram como irrelevantes, para efeito do § 3º do artigo 16 de Lei Complementar 101/2000, as despesas com obras, serviços e compras que não ultrapassem os limites dispostos nos incisos I e II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93.
Art.36. Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual poderão ser incorporadas emendas, que:
I. sejam compatíveis com as disposições do Plano Plurianual e da presente lei;
II. indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes da anulação de despesas, excluídas as que:
a) incidam sobre dotações para pessoal ativo, inativo e seus encargos;
b) sobre o serviço da dívida;
c) sobre dotações custeadas com recursos provenientes de convênios, operações de crédito e outras formas de contrato, bem como de suas contrapartidas;
Art. 37. É vedada a inclusão no projeto de lei orçamentária de créditos orçamentários com finalidade imprecisa, com dotação ilimitada, destinados a investimento com duração superior a um exercício, que não esteja previsto no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.
Art. 38. O Projeto de Lei Orçamentária contemplará recursos para concessão de auxílios, doações, transferências e subvenções a pessoas físicas e jurídicas, visando à promoção e desenvolvimento de ações de caráter assistencial, social, médico, educacional, cultural, esportivo, em suplementação aos recursos de origem privada aplicados a esses objetivos.
§ 1º Para consecução do proposto neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios ou acordos com pessoas jurídicas interessadas na parceria, observados a existência de lei autorizatória específica e o disposto nos artigos 16 a 19 da Lei Federal nº 4.320/64
§ 2º Não serão concedidos auxílios, doações, transferências e subvenções para cobertura de déficits ou prejuízos de pessoas jurídicas.
§ 3º Os programas de assistência social que contemplem fornecimento de remédios, cestas básicas, passagens, e a cobertura de outras necessidades de pessoas físicas, deverão estar em conformidade com as normas do Sistema Único de Saúde – SUS do Diagnóstico Social do Município, estarem previstos na Lei Orçamentária ou em Créditos Adicionais e em normas complementares.
§ 4º No Projeto de Lei Orçamentária, em suas emendas e alterações, fica vedado à inserção de projetos ou atividades cuja dotação orçamentária programada não seja suficiente à cobertura integral dos custos no decorrer do exercício, bem como, não serão identificadas instituições privadas a serem beneficiadas com transferências, auxílios e subvenções econômicas ou sociais, observadas as normas da Lei Complementar Federal nº 101/00 e Lei Federal nº 4.320/64.
Art. 39. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com a administração direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados a cobertura de despesas de natureza institucional de outros entes da Federação.
Art. 40. Acompanhará o Projeto de Lei Orçamentária, relação, em ordem cronológica, das sentenças judiciais a serem pagas no exercício seguinte.
Art. 41. Fica o Poder Executivo Municipal nos termos da Constituição Federal, autorizado a abrir créditos Adicionais suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) do orçamento das despesas, nos termos da Legislação vigente.
Art. 42. Não sendo devolvido ao Poder Executivo, o autógrafo de Lei orçamentária até o inicio do exercício, fica este autorizado a realizar a proposta orçamentária, até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês.
VI- DAS DESPESAS COM PESSOAL
Art. 43. No exercício de 2021, as despesas com pessoal, ativo e inativo, e encargos sociais dos Poderes Executivos e legislativos do Município, observarão os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, assegurada a revisão geral anual, conforme dispõe o inciso X do art. 37 da Constituição Federal e o Art. 169, § 1º, II da Constituição Federal.
§ 1º O Município poderá conceder vantagens ou aumento de remuneração aos servidores e empregados públicos municipais, desde que observados os limites legais e autorizados por lei específica.
§ 2º Para atender as demandas do serviço público, o Município poderá efetuar alterações na estrutura e composição dos cargos, empregos e funções, desde que autorizado por lei específica, bem como realizar a contratação de pessoal ou admissão até o limite de vagas estipulado na respectiva estrutura.
Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2021.
Art. 44. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF.
Art. 45. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF:
I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
II - eliminação das despesas com horas-extras;
III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.
Art. 46. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.
Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".
VII- DAS DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
Art. 47. As programações de gastos, em qualquer dos orçamentos, deverão apresentar consonância com as prioridades governamentais estabelecidas no Plano Plurianual e na presente Lei.
Art. 48. Os recursos recebidos pelo Município, provenientes de convênios, ajustes, acordos e outras formas de contratos e ou transferências efetuadas por outras esferas de governo ou pelo setor privado, deverão ser registrados como receita e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias, só podendo sofrer desvinculação por lei específica.
Art. 49. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo estabelecerá por meio de ato próprio, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.
Art. 50. A liberação de Recursos a Programar para emissão de notas de empenho e ou assunção de despesas, depende da existência de superávit a ser demonstrado através da apuração comparativa entre a receita re-estimada para o exercício e o orçamento liberado.
Art. 51. Para consecução das Ações Programáticas e com base na reestimativa da receita a ser arrecadada pelo tesouro municipal, a Secretaria de Finanças estabelecerá cotas mensais para emissão de notas de empenho e ou assunção de despesas.
Art. 52. As obras iniciadas sob a responsabilidade do Município, terão prioridade na alocação dos recursos orçamentários e financeiros, até sua conclusão.
Art. 53. As programações custeadas com recursos provenientes de convênios, contratos e operações de crédito não contratadas, ficarão condicionadas à efetiva formalização dos instrumentos.
Art. 54. Visando adequar as estruturas do orçamento-programa às necessidades técnicas decorrentes da execução das metas físicas, fica o Poder Executivo autorizado, por meio de ato próprio, na medida das necessidades, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2021, no que couber:
I- Por meio da abertura de crédito adicional suplementar, ajustar os valores das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais e ao pagamento de encargos e do principal da dívida pública e, desde que tecnicamente justificado, os valores programados em outras despesas correntes e de capital custeados com recursos do tesouro municipal e de outras fontes, utilizando como recursos às formas previstas no artigo 43, da Lei Federal 4.320/64.
II-As autorizações contempladas neste artigo são extensivas à dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo e as programações orçamentárias dos diversos órgãos.
Art. 55. A contratação, prorrogação e composição de dívidas confessadas, de operações de crédito e de operações de crédito por antecipação de receita dependem de lei específica, observadas as normas que disciplinam a matéria.
Art. 56. A avaliação da gestão fiscal, do equilíbrio orçamentário e financeiro do controle dos custos e dos resultados dos programas, projetos e atividades financiados com os recursos dos orçamentos, serão efetuados de acordo com a legislação vigente.
§ 1º Em caso de déficit ou da constatação da impossibilidade do cumprimento das metas de resultado primário ou nominal nos trinta dias subseqüentes, deverão ser estabelecidas medidas para redução da execução orçamentária e da movimentação financeira.
§ 2º Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para cumprimento ao disposto no art. 9º da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, será fixado em ato próprio os limites de empenho nos percentuais e montantes estabelecidos para cada órgão e excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução e de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária para o exercício de 2021.
Art. 57. Restabelecida a capacidade financeira da receita prevista, ainda que parcial, a retomada da execução orçamentária dar-se-á nos limites das disponibilidades, mediante ato do Executivo, suspendendo os efeitos das medidas de contenção.
VIII- DA SEGURIDADE SOCIAL
Art. 58. Em obediência ao princípio da unidade orçamentária, fica sobre responsabilidade do Poder Executivo, incluir na Proposta Orçamentária do Executivo Municipal para o exercício de 2021, a Proposta orçamentária do Fundo de Previdência.
§ 1º Na estimativa das receitas devem ser consideradas as contribuições patronais e dos servidores, oriundas de aplicações financeiras, aportes financeiros, parcelamentos de dividas, doações, auxílios, transferências, e provenientes de outras fontes.
§ 2º A programação das despesas deve considerar os custos o pagamento de inativos e pensionistas, prever ampliação de aposentadorias por tempo de serviço, por invalidez, o pagamento de pensões e o reajuste salarial programado nesta Lei.
§ 3º Os custos das despesas programadas no parágrafo anterior correrão a conta de recursos em poder do Fundo de Previdência do Município.
§ 4º Visando assegurar liquidez e rentabilidade na aplicação de recursos do Fundo de Previdência a Diretoria, além das normas estabelecidas na Lei complementar nº 101/2000 e na Lei Municipal, a cada quadrimestre deve ser procedida à avaliação da situação financeira, patrimonial e anualmente avaliação atuarial com o objetivo de em caso de déficit, corrigir o percentual de contribuição, estabelecer limites de gastos e evitar eventuais perdas que possam colocar em risco a saúde financeira do Fundo.
IX- DO ANEXO DE RISCOS FISCAIS
Art. 59. Os Riscos Fiscais informados seguidamente em exercícios anteriores serão incluídos no orçamento conforme instrução do Manual de Demonstrativos Fiscais aprovados pela 10ª edição da Portaria nº 286, de 07 de maio de 2019-STN, da Secretaria do Tesouro nacional.
Parágrafo único - O Município poderá adequar o Anexo de Riscos Fiscais no surgimento de riscos fiscais, mediante lei específica,
Art. 60. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício do Paço Municipal, ao 01 dia do mês de dezembro de 2020.
Nilson Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná

PORTARIA Nº 237/2020, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020
SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA ALESSANDRA DE OLIVEIRA SOUSA ZEFERINO, DANDO OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA – Prefeito Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e, de conformidade com o Requerimento protocolado sob nº 282/2020, na data de 26/11/2020,
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares, no período de 01/12/2020 a 30/12/2020, referente ao período aquisitivo de 01/07/2019 a 30/06/2020, à Servidora ALESSANDRA DE OLIVEIRA SOUSA ZEFERINO, inscrita na CI/RG sob nº 8.588.500-4 SSP/PR e CPF sob nº 066.715.389-64, exercente do Cargo de Provimento em Comissão de ASSESSORA TÉCNICA COM 2º GRAU COMPLETO, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ressalvado o disposto no artigo anterior.
Art. 3º - REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Paço Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, aos 30 dias do mês de novembro de 2020.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 238/2020, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020
SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA CELESTE DOS SANTOS, DANDO OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA – Prefeito Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e, de conformidade com o Requerimento protocolado sob nº 257/2020, na data de 09/11/2020,
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares, no período de 01/12/2020 a 30/12/2020, referente ao período aquisitivo de 05/04/2011 à 04/04/2012, à Servidora CELESTE DOS SANTOS, inscrita na CI/RG sob n.º 6.020.457-8 SSP/PR e CPF sob n.º 787.342.829-04, exercente do Cargo de Provimento Efetivo de PROFISSIONAL POLIVALENTE FEMININO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ressalvado o disposto no artigo anterior.
Art. 3º - REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Paço Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, aos 30 dias do mês de novembro de 2020.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 240/2020, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020
SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA SYLVANA PENA VILA GASQUES.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA – Prefeito Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, e considerando o Requerimento protocolado sob nº 256/2020, protocolado no dia 05 de novembro de 2020,
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares, no período de 03/12/2020 a 01/01/2021, referente ao período aquisitivo de 12/06/2019 à 11/06/2020, a Servidora SYLVANA PENA VILA GASQUES, inscrita na CI/RG sob nº 8.473.683-0-SSP/PR e CPF sob nº 006.317619-00, exercente do Cargo de Provimento Temporário de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ressalvado o disposto no artigo anterior.
Art. 3º - REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Paço Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, aos 30 dias do mês de novembro de 2020.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 239/2020, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020
SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA ANSELMA PATRICIA SOUZA, DANDO OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA – Prefeito Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e, de conformidade com o Requerimento protocolado sob nº 280/2020, na data de 23/11/2020,
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares, no período de 01/12/2020 a 30/12/2020, referente ao período aquisitivo de 22/05/2018 à 21/05/2019, à Servidora ANSELMA PATRICIA SOUZA, inscrita na CI/RG sob n.º 9.937.970-7 SSP/PR e CPF sob nº 056.665.199-80, exercente do Cargo de Provimento Temporário de PSICÓLOGA, com lotação na Secretaria Municipal de Ação Social.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ressalvado o disposto no artigo anterior.
Art. 3º - REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Paço Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, aos 30 dias do mês de novembro de 2020.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI
CNPJ: 76.247.352/0001-08
Rua Santos Dumont, 315, fone (44) 3656-8000 Cx. Postal 141
CEP 87.580-000 Alto Piquiri - Paraná

DECRETO Nº 1359/2020, de 11/11/2020

Republicado por incorreção

Súmula: Designa Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei Complementar nº 207 de 18 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Designada a **Comissão de Acompanhamento** do Processo Seletivo Simplificado, Edital 001/2020, para o preenchimento: Professor de Educação Infantil (0 à 3 anos), Professor (Infantil 4 ao 5º ano), para suprir as demandas da Secretaria Municipal da Educação e Cultura, composta pelos seguintes membros:

Nome	RG.	CPF.	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
Jaine da Silva Flóes D´Avila	5.118.989-2	938.928.889-49	Letras
Sandra Regina Gonçalves da Silva	7.871.981-8	025.011.249-36	Pedagogia
Zenaide Campos De Andrade	4.574.000-5	014.845.039-37	Biologia
Vania Mara Vieira	8.001.535-6	005.800.059-33	Pedagogia
Letícia Federle dos Passos	9.627.477-7	054.143.419-58	Enfermagem
Marcos Antonio Colis	5.321.087-2	749.785.609-00	Contador

Art. 2º Os serviços a serem prestados pela Comissão designada pelo artigo 1º serão considerados de relevância, não causando, portanto, prejuízos aos cofres públicos.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alto Piquiri, 11 de Novembro de 2020.

Luis Carlos Borges Cardoso
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

Estado do Paraná
DECRETO N.º 110/2020
Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar junto ao Orçamento Geral do Município de Brasilândia do Sul, relativo ao exercício de 2020, dando outras providências.
MARCIO JULIANO MARCOLINO, Prefeito do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a autorização contida no Inciso IX, do Parágrafo 1º, do Artigo 4.º da Lei Municipal n.º 748/2019, datada de 26 de novembro de 2019, (Lei Orçamentária de 2020).
DECRETA
Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Brasilândia do Sul, do corrente exercício financeiro, um crédito adicional suplementar na importância de R$20.000,00 (Vinte mil reais) que obedecerá a seguinte classificação:
11 - SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
001.26.782.1950.2.022- Manutenção dos Serviços Rodoviários
303 – 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo 20.000,00
Fonte – 01504 - Outros Royalties
SOMA 20.000,00
Art. 2º. Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, fica indicado os seguintes recursos:
I – Na importância de R$20.000,00 (Vinte mil reais), proveniente do produto do excesso real e por tendência de arrecadação, apresentado na Fonte de Recursos 01504 – Outros Royalties, conforme abaixo:
Excesso de Arrecadação
Código da Fonte Descrição da Fonte/Receita Valor
1504 (75) 171802610000000000 – Cota Parte – FEPE – Principal 20.000,00
SOMA . . . . .R$ 20.000,00
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL "Deputado Ulisses Guimarães" aos 1º de dezembro de 2020.
MARCIO JULIANO MARCOLINO
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE DOURADINA.

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO
FUNDAMENTAÇÃO:
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 112/2020
DISPENSA Nº. 057/2020
Base legal – Art. 24, inciso II, da Lei 8.666 de 21/06/93.
OBJETO: É objeto do presente instrumento a Aquisição de eletrodomésticos e mobiliários, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal do Trabalho, Emprego e Promoção Social de Douradina-Pr.
Contrato de Compra e Venda nº. 110/2020
ID: nº. 2171
Data do Contrato 30/11/2020
CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE DOURADINA-PR, com sede à Avenida Barão do Rio Branco 767, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 78.200.110/0001-94, neste ato representado pelo Senhor João Jorge Sossai, Prefeito Municipal, abaixo assinado, em pleno exercício de suas funções.
CONTRATADA:
PERISSATTO & PIRISSATTO LTDA.-, com sede na Avenida Barão do Rio Branco, 745, Centro, CEP. 87.485-000, na Cidade de Douradina, Estado do Paraná, CNPJ sob nº. 78.767.993/0001-19, por ter apresentado o menor preço no valor de R$-17.505,00(dezessete mil, quinhentos e cinco reais).
Prazo de vigência: 12(doze) meses
Paço Municipal Francisco Gil Vera, aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte (30/11/2020).
JOÃO JORGE SOSSAI
Prefeito Municipal

Publicações legais

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
Estado do Paraná

Exercício: 2021

LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO

Órgão : 01 PODER LEGISLATIVO
Unidade : 001 Câmara Municipal

Função: 01 Legislativa
Sub-Função: 031 Ação Legislativa
Programa : 0001 Manutenção do Poder Legislativo Municipal
Objetivo : Visa o Desenvolvimento das ações voltadas ao sesempenho das atividades legislativa municipal
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Melhorar a estrutura e ações voltadas ao Poder legislativo Municipal.
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**
Contínuo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
INEXISTENTE	Pessoas	0	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2001 Outras Unidades e Medidas		90	1.500.000,00

Descrição: Manutenção, Modernização e Melhoramento da estrutura da Câmara Municipal
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 02 GOVERNO MUNICIPAL
Unidade : 001 GABINETE DO PREFEITO

Função: 04 Administração
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0002 GESTÃO DAS POLITICAS DE PLANEJAMENTO
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Inexistente	Outras Uni	0	0,00
Serviço Social Básico Crianças/Adolescentes	Pessoas	179	0,00
Atendimento ao Idoso	Pessoas	100	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2003 Outras Unidades e Medidas	A	95	491.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO GABINETE
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 02 GOVERNO MUNICIPAL
Unidade : 001 GABINETE DO PREFEITO

Função: 04 Administração
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0003 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Inexistente	Outras Uni	0	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
1003 Metros Quadrados	P	90	110.000,00

Descrição: REFORMA DO PAÇO MUNICIPAL
Produto : Obra Contruída/Ampliada
Órgão : 02 GOVERNO MUNICIPAL
Unidade : 002 ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

Função: 04 Administração
Sub-Função: 121 Planejamento e Orçamento
Programa : 0002 GESTÃO DAS POLITICAS DE PLANEJAMENTO
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Inexistente	Outras Uni	0	0,00
Serviço Social Básico Crianças/Adolescentes	Pessoas	179	0,00
Atendimento ao Idoso	Pessoas	100	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2004 Outras Unidades e Medidas	A	95	308.500,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ASSESSORIA E PLANEJAMENTO
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 02 GOVERNO MUNICIPAL
Unidade : 002 ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

Função: 04 Administração
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0003 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Inexistente	Outras Uni	0	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2005 Outras Unidades e Medidas	A	95	496.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO
Produto : Apoio Administrativo

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
1004 Metros Quadrados	P	90	70.000,00

Descrição: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO
Produto : Escola Construída/Ampliada ou Reformada
Órgão : 02 GOVERNO MUNICIPAL
Unidade : 002 ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

Função: 04 Administração
Sub-Função: 124 Controle Externo
Programa : 0002 GESTÃO DAS POLITICAS DE PLANEJAMENTO
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Inexistente	Outras Uni	0	0,00
Serviço Social Básico Crianças/Adolescentes	Pessoas	179	0,00
Atendimento ao Idoso	Pessoas	100	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2006 Outras Unidades e Medidas	A	95	102.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 02 GOVERNO MUNICIPAL
Unidade : 003 PROCURADORIA JURÍDICA

Função: 02 Judiciária
Sub-Função: 061 Ação Judiciária
Programa : 0003 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Inexistente	Outras Uni	0	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2007 Outras Unidades e Medidas	A	95	413.000,00

Descrição: MANUTENÇAO DA DIVISÃO DE PROCURADORIA JURÍDICA
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 03 SECRETARIA DE ADMINISTRACÃO E FINANCAS
Unidade : 001 DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Função: 04 Administração
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0003 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Inexistente	Outras Uni	0	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2008 Outras Unidades e Medidas	A	95	3.594.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 03 SECRETARIA DE ADMINISTRACÃO E FINANCAS
Unidade : 002 DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Função: 04 Administração
Sub-Função: 123 Administração Financeira
Programa : 0003 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Inexistente	Outras Uni	0	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2009 Outras Unidades e Medidas	A	95	305.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 03 SECRETARIA DE ADMINISTRACÃO E FINANÇAS
Unidade : 002 DIVISãO DE CONTABILIDADE

Função: 28 Encargos Especiais
Sub-Função: 843 Serviço da Dívida Interna
Programa : 0004 ENCARGOS ESPECIAIS
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Inexistente	Outras Uni	0	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2010 Outras Unidades e Medidas	A	95	1.720.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO SERVIÇOS DA DÍVIDA PÚBLICA
Produto : Outros Produtos
Órgão : 03 SECRETARIA DE ADMINISTRACÃO E FINANCAS
Unidade : 002 DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Função: 28 Encargos Especiais
Sub-Função: 846 Outros Encargos Especiais
Programa : 0004 ENCARGOS ESPECIAIS
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2125 Outras Unidades e Medidas		95	53.000,00

Descrição: PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS
Produto : Outros Produtos
Órgão : 03 SECRETARIA DE ADMINISTRACÃO E FINANCAS
Unidade : 003 DIVISÃO DE TESOURARIA

Função: 04 Administração
Sub-Função: 123 Administração Financeira
Programa : 0003 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Inexistente	Outras Uni	0	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2011 Outras Unidades e Medidas	A	95	224.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TESOURARIA
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 03 SECRETARIA DE ADMINISTRACÃO E FINANCAS
Unidade : 004 DIVISÃO DE CADASTRO, TRIBUTACÃO E FISCALIZACÃO

Função: 04 Administração
Sub-Função: 129 Administração de Receitas
Programa : 0003 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Inexistente	Outras Uni	0	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2012 Outras Unidades e Medidas	A	95	382.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA DIVISAO DE CADASTRO, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 03 SECRETARIA DE ADMINISTRACÃO E FINANCAS
Unidade : 005 DIVISÃO DE COMPRAS, PATRIMÔNIO E MATERIAL

Função: 04 Administração
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0003 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Inexistente	Outras Uni	0	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2013 Outras Unidades e Medidas	A	95	201.500,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE COMPRAS, PATRIMÔNIO E MATERIAL
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 03 SECRETARIA DE ADMINISTRACÃO E FINANCAS
Unidade : 006 DIVISÃO DE EXPEDIENTE E IMPRENSA

Função: 04 Administração
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0003 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Inexistente	Outras Uni	0	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2014 Outras Unidades e Medidas	A	95	133.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE EXPEDIENTE E IMPRENSA
Produto : Apoio Administrativo

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2015 Outras Unidades e Medidas	A	95	245.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
Produto : Apoio Administrativo

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2016 Pessoas	A	95	90.000,00

Descrição: MANUTEÇÃO DO POSTO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO (DETRAN)
Produto : Alunos Atendidos
Órgão : 04 SECRETARIA DE EDUCACÃO, CULTURA E ESPORTE LAZER
Unidade : 001 DIVISãO DE ENSINO

Função: 12 Educação
Sub-Função: 306 Alimentação e Nutrição
Programa : 0005 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Alunos atendidos da Educação Joves e Adultos	Pessoas	22	0,00
Crianças Atendidas Pré Escola	Pessoas	249	0,00
Crianças Atendidas Creche	Pessoas	125	0,00
Alunos atendidos no Ensino Fundamental	Pessoas	784	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
6017 Pessoas		95	330.200,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
Produto : Alunos Atendidos
Órgão : 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE LAZER
Unidade : 001 DIVISãO DE ENSINO

Função: 12 Educação
Sub-Função: 361 Ensino Fundamental
Programa : 0005 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Alunos atendidos no Ensino Fundamental	Pessoas	784	0,00
Taxa de evasão escolar na rede Municipal	Percentual	2,68	0,00
Taxa de Repetência Escolar	Percentual	5,86	0,00
Taxa de Alfabetismo - 7 a 14 anos	Percentual	98	0,00
Taxa de Frequência Escolar	Percentual	97,32	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
6019 Pessoas		95	257.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - FUNDEB 40%
Produto : Alunos Atendidos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
6020 Pessoas		95	1.483.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA ESCOLA MANOEL RIBAS - FUNDEB 60%
Produto : Alunos Atendidos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
6021 Pessoas		95	197.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA ESCOLA MANIEL RIBAS - FUNDEB 40%
Produto : Alunos Atendidos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
5005 Unidade		95	170.000,00

Descrição: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Produto : Ônibus/Microônibus

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
6022 Pessoas		95	370.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA ESCOLA MANIEL RIBAS - OUTROS RECURSOS DA EDUCAÇÃO
Produto : Alunos Atendidos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
5006 Metros Quadrados		90	100.000,00

Descrição: CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E SECRECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Produto : Creche Construída/Ampliada ou Reformada

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
6023 Pessoas		95	627.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA ESCOLA LAUDELINO ROSA DE MELO - FUNDEB 60%
Produto : Alunos Atendidos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
6024 Pessoas		95	82.200,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA ESCOLA LAUDELINO ROSA DE MELO - FUNDEB 40%
Produto : Alunos Atendidos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
6025 Pessoas		95	311.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA ESCOLA LAUDELINO ROSA DE MELO - OUTROS RECURSOS DA EDUCAÇÃO
Produto : Alunos Atendidos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
6026 Pessoas		95	580.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA ESCOLA AUGUSTA G.LOPEZ - FUNDEB 60%
Produto : Alunos Atendidos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
6027 Pessoas		95	60.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA ESCOLA AUGUSTA G.LOPEZ - FUNDEB 40%
Produto : Alunos Atendidos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
6028 Pessoas		95	140.500,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA ESCOLA AUGUSTA G.LOPEZ - OUTROS RECURSOS DA EDUCAÇÃO
Produto : Alunos Atendidos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
6029 Outras Unidades e Medidas		95	191.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO - FUNDEB 40%
Produto : Apoio Administrativo

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
6030 Outras Unidades e Medidas		95	236.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO - OUTROS RECURSOS DA EDUCAÇÃO
Produto : Apoio Administrativo

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
6018 Pessoas		95	1.053.700,00

Descrição: MANUNTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
Produto : Alunos Atendidos

Órgão : 04 SECRETARIA DE EDUCACÃO. CULTURA E ESPORTE LAZER
Unidade : 001 DIVISãO DE ENSINO

Função: 12 Educação
Sub-Função: 365 Educação Infantil
Programa : 0005 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Crianças Atendidas Pré Escola	Pessoas	249	0,00
Crianças Atendidas Creche	Pessoas	125	0,00
Taxa de evasão escolar na rede Municipal	Percentual	2,68	0,00
Taxa de Frequência Escolar	Percentual	97,32	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
6031 Pessoas		95	625.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA ESCOLA ARNALDO BUSATO - 60%
Produto : Crianças Atendidas

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
6032 Pessoas		95	147.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA ESCOLA ARNALDO BUSATO - 40%
Produto : Crianças Atendidas

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
6033 Pessoas		95	247.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA ESCOLA ARNALDO BUSATO - OUTROS RECURSOS DA EDUCAÇÃO
Produto : Alunos Atendidos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
6034 Pessoas		95	1.140.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO CEMEI - PROFESSORA MARIA BASAGLIA - 60%
Produto : Alunos Atendidos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
6035 Pessoas		95	127.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO CEMEI - PROFESSORA MARIA BASAGLIA - 40%
Produto : Crianças Atendidas

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
6036 Pessoas		95	364.750,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO CEMEI - PROFESSORA MARIA BASAGLIA - OUTROS RECURSOS DA EDUCAÇÃO
Produto : Crianças Atendidas

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
6037 Pessoas		95	386.800,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA CRECHE - 60%
Produto : Crianças Atendidas

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
6038 Pessoas		95	45.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA CRECHE - 40%
Produto : Crianças Atendidas

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
6039 Pessoas		95	237.050,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA CRECHE - OUTROS RECURSOS DA EDUCAÇÃO
Produto : Crianças Atendidas
Órgão : 04 SECRETARIA DE EDUCACÃO. CULTURA E ESPORTE LAZER
Unidade : 001 DIVISÃO DE ENSINO

Função: 12 Educação
Sub-Função: 366 Educação de Jovens e Adultos
Programa : 0005 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Alunos atendidos da Educação Joves e Adultos	Pessoas	22	0,00
Taxa de evasão escolar na rede Municipal	Percentual	2,68	0,00
Taxa de Frequência Escolar	Percentual	97,32	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2041 Pessoas	A	95	150.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - FUNDEB 60%
Produto : Alunos Atendidos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2042 Pessoas		90	6.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Produto : Alunos Atendidos
Órgão : 04 SECRETARIA DE EDUCACÃO. CULTURA E ESPORTE LAZER
Unidade : 001 DIVISÃO DE ENSINO

Função: 12 Educação
Sub-Função: 367 Educação Especial
Programa : 0005 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Taxa de evasão escolar na rede Municipal	Percentual	2,68	0,00
Taxa de Frequência Escolar	Percentual	97,32	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
6043 Pessoas	A	95	48.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE EDUÇÃO ESPECIAL - FUNDEB 60%
Produto : Alunos Atendidos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
6044 Pessoas	A	95	226.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - OUTROS RECURSOS DA EDUCAÇÃO
Produto : Alunos Atendidos
Órgão : 04 SECRETARIA DE EDUCACÃO. CULTURA E ESPORTE LAZER
Unidade : 002 DIVISÃO DE CULTURA

Função: 13 Cultura
Sub-Função: 392 Difusão Cultural
Programa : 0006 INCENTIVO A CULTURA
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Inexistente	Outras Uni	0	0,00
Taxa de Atendimento a População pela Equipe Estratégia da Familia	Pessoas	100	0,00
Taxa de Mortalidade Infantil	Pessoas	0	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2045 Outras Unidades e Medidas		90	220.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE CULTURA
Produto : Outros Produtos
Órgão : 04 SECRETARIA DE EDUCACÃO, CULTURA E ESPORTE LAZER
Unidade : 003 DIVISÃO DE ESPORTES E LAZER

Função: 27 Desporto e Lazer
Sub-Função: 812 Desporto Comunitário
Programa : 0007 ESPORTE E LAZER PARA TODOS
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Inexistente	Outras Uni	0	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
1010 Unidade	P	90	70.000,00

Descrição: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO
Produto : Ônibus/Microônibus

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
1011 Unidade	P	95	330.000,00

Descrição: ILUMINAÇÃO DO ESTÁDIO AZARIAS DINIZ
Produto : Veículos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2046 Outras Unidades e Medidas		95	420.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ESPORTES E LAZER
Produto : Outros Produtos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
1013 Metros Quadrados	P	90	60.000,00

Descrição: CONSTRUÇÃO DE POLOS ESPORTIVOS
Produto : Obra Contruída/Ampliada
Órgão : 05 SECRETARIA DE SAÚDE
Unidade : 001 DIVISÃO DE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 Saúde
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0008 SAÚDE PARA TODOS
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Inexistente	Outras Uni	0	0,00
Taxa de Atendimento a População pela Equipe Estratégia da Familia	Pessoas	100	0,00
Taxa de Mortalidade Infantil	Pessoas	0	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2047 Outras Unidades e Medidas		95	332.044,00

Descrição: COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Produto : Apoio Administrativo

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2048 Outras Unidades e Medidas	A	90	8.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
Produto : Apoio Administrativo

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2121 Pessoas		90	53.000,00

Descrição: ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA EM SAÚDE PÚBLICA COVID 19
Produto : Pessoas Atendidas
Órgão : 05 SECRETARIA DE SAÚDE
Unidade : 001 DIVISÃO DE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 Saúde
Sub-Função: 301 Atenção Básica
Programa : 0008 SAÚDE PARA TODOS
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Taxa de Atendimento a População pela Equipe Estratégia da Familia	Pessoas	100	0,00
Taxa de Mortalidade Infantil	Pessoas	0	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
1014 Unidade	P	90	90.100,00

Descrição: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Produto : Veículos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
1015 Metro Quadrado	P	90	470.000,00

Descrição: CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO, REFORMA E EQUIPAMENTOS PARA UNIDADES DE SAÚDE
Produto : Obra Contruída/Ampliada

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2057 Outras Unidades e Medidas	A	90	15.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE MENTAL - MENTES BRILHANTES
Produto : Outros Produtos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2049 Pessoas	A	95	65.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA ACADEMIA DA SAÚDE
Produto : Pessoas Atendidas

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2098 Pessoas		95	2.310.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA
Produto : Pacientes Atendidos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2099 Pessoas		95	1.829.700,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Produto : Pacientes Atendidos
Órgão : 05 SECRETARIA DE SAÚDE
Unidade : 001 DIVISãO DE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 Saúde
Sub-Função: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa : 0008 SAÚDE PARA TODOS
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Taxa de Atendimento a População pela Equipe Estratégia da Familia	Pessoas	100	0,00
Taxa de Mortalidade Infantil	Pessoas	0	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2061 Pessoas	A	95	1.000.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
Produto : Pacientes Atendidos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2062 Outras Unidades e Medidas	A	95	187.500,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO DE URG.EMERG.DO NOROESTE DO PARANÁ-CIUENP
Produto : Outros Produtos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2120 Pessoas		95	3.123.000,00

Descrição: MANUTEÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALTA E MEDIA COMPLEXIDADE
Produto : Pacientes Atendidos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2126 Pessoas		90	125.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CENTRO DE ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL
Produto : Pessoas Atendidas
Órgão : 05 SECRETARIA DE SAÚDE
Unidade : 001 DIVISãO DE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 Saúde
Sub-Função: 303 Suporte Profilático e Terapêutico
Programa : 0008 SAÚDE PARA TODOS
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Inexistente	Outras Uni	0	0,00
Taxa de Atendimento a População pela Equipe Estratégia da Familia	Pessoas	100	0,00
Taxa de Mortalidade Infantil	Pessoas	0	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2063 Pessoas	A	95	535.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA
Produto : Pacientes Atendidos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2097 Pessoas		90	100.000,00

Descrição: CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE
Produto : Pacientes Atendidos
Órgão : 05 SECRETARIA DE SAÚDE
Unidade : 001 DIVISãO DE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 Saúde
Sub-Função: 304 Vigilância Sanitária
Programa : 0008 SAÚDE PARA TODOS
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Inexistente	Outras Uni	0	0,00
Taxa de Atendimento a População pela Equipe Estratégia da Familia	Pessoas	100	0,00
Taxa de Mortalidade Infantil	Pessoas	0	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2064 Outras Unidades e Medidas		90	223.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
Produto : Outros Produtos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2065 Outras Unidades e Medidas	A	90	40.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO PROG.DE QUALIF.DAS AÇÕES DE VIG.EM SAÚDE-VIG
Produto : Outros Produtos
Órgão : 05 SECRETARIA DE SAÚDE
Unidade : 001 DIVISãO DE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 Saúde
Sub-Função: 305 Vigilância Epidemiológica
Programa : 0008 SAÚDE PARA TODOS
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Inexistente	Outras Uni	0	0,00
Taxa de Atendimento a População pela Equipe Estratégia da Familia	Pessoas	100	0,00
Taxa de Mortalidade Infantil	Pessoas	0	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2066 Outras Unidades e Medidas	A	95	214.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
Produto : Outros Produtos
Órgão : 06 SECRETARIA DE OBRAS E VIAÇÃO
Unidade : 001 DIVISãO DE OBRAS, SERVICOS E VIACÃO

Função: 04 Administração
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0009 INFRAESTRUTURA URBANA
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Inexistente	Outras Uni	0	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2067 Pessoas		95	1.335.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE OBRAS SERVIÇOS E VIAÇÃO
Produto : Pessoas Atendidas
Órgão : 06 SECRETARIA DE OBRAS E VIAÇÃO
Unidade : 001 DIVISãO DE OBRAS, SERVICOS E VIACÃO

Função: 15 Urbanismo
Sub-Função: 451 Infra-Estrutura Urbana
Programa : 0009 INFRAESTRUTURA URBANA
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Pavimentaçã de Vias Urbanas	Metros Qua	7.611,66	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
1016 Metro Quadrado	P	90	640.000,00

Descrição: CONSTRUÇÃO E RECAPE DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E OBRAS COMPLEMENTARES
Produto : Obra Contruída/Ampliada

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
1017 Outras Unidades e Medidas	P	90	220.100,00

Descrição: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MAQUINARIOS E EQUIPAMENTOS
Produto : Outros Produtos
Órgão : 06 SECRETARIA DE OBRAS E VIAÇÃO
Unidade : 001 DIVISãO DE OBRAS, SERVICOS E VIACÃO

Função: 17 Saneamento
Sub-Função: 512 Saneamento Básico Urbano
Programa : 0009 INFRAESTRUTURA URBANA
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Inexistente	Outras Uni	0	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
1018 Pessoas	P	90	120.000,00

Descrição: AMPLIAÇÃO DA REDE DE ESGOTO
Produto : Idosos Atendidos
Órgão : 06 SECRETARIA DE OBRAS E VIAÇÃO
Unidade : 001 DIVISãO DE OBRAS, SERVICOS E VIACÃO

Função: 26 Transporte
Sub-Função: 782 Transporte Rodoviário
Programa : 0010 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA RODOVIÁRIO MUNICIPAL
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Inexistente	Outras Uni	0	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2068 Outras Unidades e Medidas		90	980.656,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL
Produto : Outros Produtos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
1019 Metro Quadrado	P	90	40.000,00

Descrição: CONSTRUÇÃO DE PONTES
Produto : Obra Contruída/Ampliada

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2069 Outras Unidades e Medidas		90	43.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DE PONTES, ESTRADAS E ATERROS
Produto : Outros Produtos
Órgão : 06 SECRETARIA DE OBRAS E VIAÇÃO
Unidade : 002 DIVISãO DE URBANISMO

Função: 15 Urbanismo
Sub-Função: 451 Infra-Estrutura Urbana
Programa : 0009 INFRAESTRUTURA URBANA
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Inexistente	Outras Uni	0	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
1020 Metros Quadrados	P	90	103.000,00

Descrição: AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
Produto : Obra Contruída/Ampliada

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
1030 Metros Quadrados		90	1.601.800,00

Descrição: REVITALIZAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
Produto : Obra Contruída/Ampliada
Órgão : 06 SECRETARIA DE OBRAS E VIACÃO
Unidade : 002 DIVISãO DE URBANISMO

Função: 15 Urbanismo
Sub-Função: 452 Serviços Urbanos
Programa : 0011 URBANIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Inexistente	Outras Uni	0	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2070 Outras Unidades e Medidas		95	903.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE URBANISMO
Produto : Outros Produtos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2071 Outras Unidades e Medidas		90	106.300,00

Descrição: MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS
Produto : Outros Produtos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2072 Outras Unidades e Medidas		90	588.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
Produto : Outros Produtos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2073 Outras Unidades e Medidas		90	40.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DAS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS
Produto : Outros Produtos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
1021 Unidade	P	90	1.450.000,00

Descrição: REVITALIZAÇÃO DE AVENIDAS E PRAÇAS
Produto : Tratores

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2074 Outras Unidades e Medidas		90	126.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO
Produto : Outros Produtos
Órgão : 07 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade : 001 DIVISÃO DE FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 08 Assistência Social
Sub-Função: 241 Assistência ao Idoso
Programa : 0012 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Serviço Social Básico Crianças/Adolescentes	Pessoas	179	0,00
Atendimento ao Idoso	Pessoas	100	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2075 Outras Unidades e Medidas		90	36.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO DA PESSOA IDOSA
Produto : Outros Produtos
Órgão : 07 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade : 001 DIVISÃO DE FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 08 Assistência Social
Sub-Função: 243 Assistência à Criança a ao Adolescente
Programa : 0012 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Serviço Social Básico Crianças/Adolescentes	Pessoas	179	0,00
Atendimento ao Idoso	Pessoas	100	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
6076 Outras Unidades e Medidas		90	340.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Produto : Outros Produtos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
6077 Outras Unidades e Medidas		90	131.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Produto : Outros Produtos
Órgão : 07 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade : 001 DIVISÃO DE FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 08 Assistência Social
Sub-Função: 243 Assistência à Criança a ao Adolescente
Programa : 0013 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Proteção Social Especial Média Complexidade	Pessoas	100	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
6078 Pessoas		95	210.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
Produto : Adolescentes Atendidos
Órgão : 07 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade : 001 DIVISãO DE FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 08 Assistência Social
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária
Programa : 0012 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Serviço Social Básico Crianças/Adolescentes	Pessoas	179	0,00
Atendimento ao Idoso	Pessoas	100	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2079 Outras Unidades e Medidas		95	194.600,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À FAMÍLIA
Produto : Outros Produtos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2080 Pessoas		90	886.000,00

Descrição: MANUTEÇÃO DA DIVISÃO DE FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Produto : Pessoas Atendidas

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2081 Outras Unidades e Medidas		90	60.500,00

Descrição: PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE
Produto : Outros Produtos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2082 Pessoas		90	78.500,00

Descrição: PISO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-PPAS I
Produto : Pessoas Atendidas

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2083 Pessoas		90	17.000,00

Descrição: MANUTEÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA ALIMENTAR
Produto : Pessoas Atendidas

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2123 Pessoas		90	9.000,00

Descrição: ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA-COVID 19
Produto : Pessoas Atendidas
Órgão : 07 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade : 001 DIVISÃO DE FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 08 Assistência Social
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária
Programa : 0013 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Proteção Social Especial Média Complexidade	Pessoas	100	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2084 Pessoas		90	140.500,00

Descrição: MANUTEÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS À FAMÍLIA
Produto : Pessoas Atendidas

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2124 Pessoas		90	4.000,00

Descrição: ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA-COVID 19
Produto : Pessoas Atendidas
Órgão : 08 SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO, EMPREGO E RELAÇÃO DO T
Unidade : 001 DIVISÃO DE FOMENTO AO COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Função: 22 Indústria
Sub-Função: 661 Promoção Industrial
Programa : 0014 INCENTIVO PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Inexistente	Outras Uni	0	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2085 Outras Unidades e Medidas		90	65.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE DE FOMENTO AO COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Produto : Outros Produtos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
1022 Metros Quadrados	P	90	80.000,00

Descrição: CONSTRUÇÃO DE BARRACÕES INDUSTRIAL
Produto : Obra Contruída/Ampliada
Órgão : 08 SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO, EMPREGO E RELAÇÃO DO T
Unidade : 002 DIVISÃO DE RELAÇÕES AO TRABALHO

Função: 11 Trabalho
Sub-Função: 332 Relação de Trabalho
Programa : 0015 PROMOÇÃO INCENTIVO AO TRABALHO
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Inexistente	Outras Uni	0	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2086 Outras Unidades e Medidas		95	130.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE RELAÇÃO E TRABALHO
Produto : Outros Produtos
Órgão : 09 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade : 001 DIVISãO DE AGRICULTURA

Função: 20 Agricultura
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0016 INCENTIVO INTEGRADO DA AGRICULTURA
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Inexistente	Outras Uni	0	0,00
Proteção Social Especial Média Complexidade	Pessoas	100	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2087 Outras Unidades e Medidas		95	456.500,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE AGRICULTURA
Produto : Outros Produtos
Órgão : 09 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade : 001 DIVISãO DE AGRICULTURA

Função: 20 Agricultura
Sub-Função: 606 Extensão Rural
Programa : 0016 INCENTIVO INTEGRADO DA AGRICULTURA
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE

Publicações legais

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Inexistente	Outras Uni	0	0,00
Proteção Social Especial Média Complexidade	Pessoas	100	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
1024 Unidade	P	90	30.000,00

Descrição: PROGRAMA MUN.DE DESENVOLV.DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DE BAIRRO
Produto : Tratores

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2088 Outras Unidades e Medidas		90	10.000,00

Descrição: APOIO AO MANEJO E FERTILIDADE DOS SOLOS
Produto : Outros Produtos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2089 Outras Unidades e Medidas		90	20.000,00

Descrição: CONVÊNIO COM A EMATER
Produto : Outros Produtos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2090 Outras Unidades e Medidas		95	150.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA PATRULHA MECANIZADA
Produto : Outros Produtos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
1025 Unidade	P	90	50.000,00

Descrição: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS,MÁQUINAS EE IMPLEMENTOS AGRICOLAS
Produto : Tratores
Órgão : 09 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade : 001 DIVISãO DE AGRICULTURA

Função: 20 Agricultura
Sub-Função: 608 Promoção da Produção Agropecuária
Programa : 0016 INCENTIVO INTEGRADO DA AGRICULTURA
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Inexistente	Outras Uni	0	0,00
Proteção Social Especial Média Complexidade	Pessoas	100	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2091 Outras Unidades e Medidas		90	17.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL
Produto : Outros Produtos
Órgão : 09 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade : 002 DIVISãO DO MEIO AMBIENTE

Função: 18 Gestão Ambiental
Sub-Função: 451 Infra-Estrutura Urbana
Programa : 0009 INFRAESTRUTURA URBANA
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Inexistente	Outras Uni	0	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2092 Outras Unidades e Medidas		90	20.000,00

Descrição: INCENTIVO ÀS ACÕES DE TURISMO
Produto : Outros Produtos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2093 Outras Unidades e Medidas		90	25.000,00

Descrição: MAUTENÇÃO DO BARRAÇÃO DA RECICLAGEM
Produto : Outros Produtos
Órgão : 09 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade : 002 DIVISãO DO MEIO AMBIENTE

Função: 18 Gestão Ambiental
Sub-Função: 542 Controle Ambiental
Programa : 0017 DESENVOLVIMENTO DO CONTROLE AMBIENTAL
Objetivo :
Gerente :
Público Alvo :
Justificativa :
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Inexistente	Outras Uni	0	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2094 Outras Unidades e Medidas		90	103.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE
Produto : Outros Produtos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2095 Outras Unidades e Medidas		90	31.000,00

Descrição: MANUTEÇÃO DO VIVEIRO DE MUDAS
Produto : Outros Produtos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
12096 Outras Unidades e Medidas		90	95.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS
Produto : Outros Produtos
Órgão : 10 FUNDO MUN. DOS SERV. PÚBLICOS DE MARILUZ - PREVILUZ
Unidade : 001 FUNDO MUN. DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. PÚBLICOS DE MAR

Função: 04 Administração
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0050 Regime Próprio de Previdência Municipal
Objetivo : Tem como objetivo segurar todos os servidores efetivos que exerçam atividade remunerada, dar cobertura aos riscos que estão sujeitos os beneficiários, bem como garantir meios de subsistência nos eventos de invalidez, moléstia profissional, doença, idade avançada e morte, além de proteger a família.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Manter os benficios assistencias previstos em conformidade com a lei, garatindo assistência previdênciaria aos sevidores inativos e pencionistas
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
INEXISTENTE	Pessoas	0	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2101 Outras Unidades e Medidas		95	128.000,00

Descrição: ADMINISTRAÇÃO E SUPERINTENDENCIA DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA-PREVILUZ
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 10 FUNDO MUN. DOS SERV. PÚBLICOS DE MARILUZ - PREVILUZ
Unidade : 001 FUNDO MUN. DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. PÚBLICOS DE MAR

Função: 09 Previdência Social
Sub-Função: 272 Previdência do Regime Estatutário
Programa : 0050 Regime Próprio de Previdência Municipal
Objetivo : Tem como objetivo segurar todos os servidores efetivos que exerçam atividade remunerada, dar cobertura aos riscos que estão sujeitos os beneficiários, bem como garantir meios de subsistência nos eventos de invalidez, moléstia profissional, doença, idade avançada e morte, além de proteger a família.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Manter os benficios assistencias previstos em conformidade com a lei, garatindo assistência previdênciaria aos sevidores inativos e pencionistas
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
Aponsetadorias e Pensões	Pessoas	169	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2100 Pessoas		95	6.672.000,00

Descrição: Manutenção do Fundo M. de Previdência
Produto : Aposentados Atendidos
Órgão : 11 SERVICO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Unidade : 001 SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO

www.elotech.com.br 01/12/2020 Página: 27

Função: 17 Saneamento
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0042 ADMINISTRAÇÃO GERAL
Objetivo : Visa o desenvolvimento dos serviços gerais do SAMAE, para propriciar melhor atendimento à população
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Melhorar e manter regular o funcionamento dos serviços administrativos e o atendimento ao publico.
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**
Contínuo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
LIGAÇÃO DE ESGOTO	Unidade	56	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
1050 Metros Quadrados	P	100.000	55.000,00

Descrição: CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SEDE DO SAMAE
Produto : Obra Contruída/Ampliada

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2110 Outras Unidades e Medidas	A	90	532.100,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 11 SERVICO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Unidade : 001 SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO

Função: 17 Saneamento
Sub-Função: 512 Saneamento Básico Urbano
Programa : 0043 SISTEMA DE ÁGUA
Objetivo : Melhorar e modernizar a estrutura fisica do Sistema de Água, visando ampliar o atendimento á população em geral
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Melhoria e modernização dos sistemas de captação, ampliação de rede de distribuição e a realização de ações para diminuir perdas são essenciais para boa gestão dos serviços de saneamento.
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**
Contínuo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
LIGAÇÃO DE ÁGUA	Unidade	96,50	100,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
1051 Outras Unidades e Medidas	P	100	39.900,00

Descrição: AMPLIAÇÃO, REFORMA E REAPARELHAMENTO. DO SISTEMA DE ÁGUA
Produto : Outros Produtos

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
1052 Metros Quadrados	P	90	90.000,00

Descrição: CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA EDIFICAÇÃO PARA SISTEMA DE ÁGUA
Produto : Obra Contruída/Ampliada

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2111 Outras Unidades e Medidas	A	90	1.255.300,00

Descrição: MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 11 SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Unidade : 001 SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO

Função: 17 Saneamento
Sub-Função: 512 Saneamento Básico Urbano
Programa : 0044 SISTEMA DE ESGOTO
Objetivo : Melhorar a estrutura fisica do Sistema de Esgoto, visando ampliar o atendimento à população em geral.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Com a melhoria e modernização dos sistema de coleta e tratamento de esgoto doméstico e sanitário, melhorando assim as condições sanitarias da população.
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**
Contínuo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021
LIGAÇÃO DE ESGOTO	Unidade	56	0,00

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
1053 Metros Quadrados	P	90	65.000,00

Descrição: IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E REAPARELHAMENTO DO SISTEMA DE ESGOTO
Produto : Obra Contruída/Ampliada

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
2112 Outras Unidades e Medidas	A	90	169.400,00

Descrição: MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTO
Produto : Outros Produtos
Órgão : 99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Unidade : 099 RESERVA DE CONTIGÊNCIA

Função: 99 Reserva de Contingência
Sub-Função: 999 Reserva de Contingência geral
Programa : 9999 RESERVA DE CONTIGÊNCIA
Objetivo : Cobertura de passivos contingentes e utilização para aberturas de créditos adicionais.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Compreede a reserva de dotação orçamentária destinado ao tendimento de passivos contingentes e outros eventos fiscais imprevistos, bem como para cobertura de créditos adicionais.
Natureza **Início Previsto** **Término Previsto**
Contínuo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2021

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
8999 Pessoas		80	22.300,00

Descrição: RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Produto : Pessoas Atendidas

Ação Unid. Medida	Tipo	Meta	2021
9999 Outras Unidades e Medidas	P	80	300.000,00

Descrição: RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Produto : Outros Produtos

Total Geral : **53.212.000,00**

Comentários

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná
DECRETO Nº 265/2020, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2020
SÚMULA: ALTERA REPRESENTAÇÕES NO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE CAFEZAL DO SUL, DANDO OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA – Prefeito Municipal de Cafezal do Sul, Estado de Paraná, no uso de suas atribuições Legais,
D E C R E T A:
Art. 1º - Fica alterada as Representações da SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E RODOVIÁRIOS e da ASSOCIAÇÃO DO NÚCLEO DE PRODUÇÃO DA 3ª IDADE no CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO - CMI de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, constituído através do Decreto nº 086/2019, de 23 de maio de 2019, conforme segue:
 SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E RODOVIÁRIOS
Titular: ...
Suplente: Elton Bruno Custódio
 ASSOCIAÇÃO DO NÚCLEO DE PRODUÇÃO DA 3ª IDADE:
Titular: ...
Suplente: Antônia da Silva Brandão
Art. 2º - Permanecem em vigor as demais disposições contidas no Decreto nº 086/2019, de 23 de maio de 2019.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Paço Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, aos 27 dias do mês de novembro de 2020.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI
CNPJ: 76.247.352/0001-08
Rua Santos Dumont, 315, fone (44) 3656-8000 Cx. Postal 141
CEP: 87.580-000 Alto Piquiri - Paraná

DECRETO Nº 1369/2020, de 01/12/2020

Dispõe sobre adoção de novas medidas e consolidação para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), estabelece critérios sanitários para o funcionamento do comércio local e dá outras providências.

CONSIDERANDO os dispositivos do Decreto Municipal nº 1.269/2020, de 20/03/2020 que estabelecem uma série de medidas e restrições para o enfrentamento da contaminação humana pelo COVID-19 em nosso município;

CONSIDERANDO a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia de 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus, o COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020, que promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional;

CONSIDERANDO a Portaria MS/GM nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional(ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria MS/GM nº 356, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde, que regulamentou e operacionalizou o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus COVID-19, publicado pelo Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, em fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n.º 4230/2020 e o Decreto n.º 4317/2020 do Governo Estadual quanto as restrições e recomendações a estabelecimentos comerciais e setor produtivo para o Estado do Paraná;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n.º 4692/2020 do Governo Estadual quanto a Regulamentação da Lei Estadual nº 20.189, de 28 de abril de 2020, que dispõe sobre o uso geral e obrigatório de máscaras de proteção facial no contexto da pandemia da COVID-19 enquanto perdurar o estado de calamidade pública, e medidas correlatas;

CONSIDERANDO a Resolução n.º 338/2020 da Secretaria Estadual de Saúde do Paraná que implementa medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do Coronavírus - COVID-2019.

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença em todo o território do Município;

CONSIDERANDO o pedido da Organização Mundial de Saúde, para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO o art. 4º do Decreto Municipal que estabelece regras de atendimento à população pelo comercio em geral de nosso município;

CONSIDERANDO as deliberações tomadas pelo Colegiado de Prefeitos que compõe a AMERIOS em conjunto com os representantes das Associações Comerciais e CACIER sobre o regramento para o funcionamento dos estabelecimentos comerciais e setor produtivo em todo o território do município, para reforçar a prevenção e os cuidados atendendo as recomendações sanitárias e evitar o contágio humano pelo COVID-19 e;

CONSIDERANDO o contido na RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA n.º 14/2020 do Ministério Público do Estado do Paraná, Promotoria de Justiça de Alto Piquiri-PR;

CONSIDERANDO o Artigo 30 inciso II da Constituição Federal de 1988, o qual determina aos municípios suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

CONSIDERANDO a Nota Oficial encaminhada pela AMERIOS - Associação dos Municípios de Entre Rios, de 27 de novembro de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º As medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus - COVID-19, no âmbito do município de Alto Piquiri - PR., obrigam as pessoas e os estabelecimentos comerciais e industriais estarem de acordo com o Plano de Contingência Sanitária do Município, ficando definidas nos termos deste Decreto, em consonância com o Decreto Municipal nº 1.269/2020, de 20/03/2020, bem como como com os decretos estaduais e federais e regramentos das autoridades sanitárias, para o fim de restabelecer e regulamentar o funcionamento do setor produtivo e comercial de nosso Município, desde que atenda as seguintes regras e diretrizes deste Decreto.

Art. 2º Todos os estabelecimentos comerciais, industriais, empresariais, bancos, lotéricas, prestadores de serviços, autônomos e escritórios de profissionais liberais, da área de produtiva de nosso município, deverão observar os regramentos sanitários desse decreto, por serem medidas de controle, prevenção e diminuição da contaminação humana pelo COVID-19.

§ 1º Ficam PROIBIDAS todas e quaisquer tipos de aglomeração de pessoas, sejam no âmbito Residencial (PF) ou Comercial (PJ), ficando SUSPENSOS, os Eventos, Festas, Aniversários, Churrasco, Esportes Amadores e tudo que propicie aglomeração de pessoas, inclusive em âmbito privado e domiciliar;

§ 2º Ficam PROIBIDOS a utilização em estabelecimentos Comerciais de NARGUILÉ, inclusive o compartilhamento deste em locais públicos ou privados.

§ 3º Todos os estabelecimentos e atividades comerciais de nosso município deverão respeitar as regras sanitárias para isolamento racional que permita o controle do fluxo de pessoas e a conscientização dos seus colaboradores e clientes no sentido de ajudar na propagação das regras e informações constantes desse decreto e demais documentos de regramento sanitário dos órgãos governamentais;

§ 4º Em hipótese alguma será permitida a aglomeração de pessoas nos estabelecimentos em funcionamento, as pessoas devem manter uma distância de 2 metros uma das outras, cabendo ao proprietário e/ou responsável adotar as medidas para dispersão das pessoas, como medida de isolamento social;

§ 5º Durante o período de vigência da epidemia do Coronavírus COVID-19 e deste Decreto fica orientado que nas ruas, passeios e nos estabelecimentos comerciais e outros, não haja a permanência de pessoas acima de 60 anos, as que estejam em situação comorbidades ou com a saúde fragilizada. Todas as pessoas que transitem nas ruas devem estar utilizando máscaras, sejam as máscaras descartáveis ou de pano, cobrindo nariz e boca, inclusive quando estiverem conversando.

§ 6º Os estabelecimentos comerciais e outros que permanecem abertos durante o período de pandemia deverão adotar as medidas de prevenção estabelecidas, bem como aquelas que forem determinadas pelas autoridades sanitárias, sem prejuízo das que forem impostas pelos Órgãos de Saúde Federal e Estadual competentes;

§ 7º A violação das medidas restritivas ora impostas aos estabelecimentos comerciais implicam na suspensão e/ou restrição de atividades autorizadas pelo Alvará de Licença de Funcionamento concedido, em razão de saúde pública, a reincidência da violação implicará na revogação do alvará e fechamento do estabelecimento, sem prejuízo de eventuais multas;

§ 8º O descumprimento das medidas sanitárias determinadas pela Vigilância Sanitária e Epidemiológica aos estabelecimentos e atividades permitidas, implicará no fechamento do estabelecimento e/ou suspensão das suas atividades pela Vigilância Sanitária, podendo essas se valer do auxílio da força policial, bem como da aplicação de penalidades de multas e demais sanções previstas no Decreto Municipal nº 1.269/2020, de 20/03/2020 e na legislação municipal.

§ 9º A administração municipal irá intensificar a fiscalização referente às barreiras sanitárias impostas às empresas, comerciais e outras, através de servidores que estarão autorizados a entrar no estabelecimento e ali permanecer para verificar o regular cumprimento das exigências e em caso de descumprimento, comunicar às demais autoridades para que sejam tomadas as medidas cabíveis para o caso;

Art. 3º Como medidas coletivas de prevenção, recomenda-se às entidades privadas, e instituições financeiras, sujeitas a aglomeração de pessoas, como associações e assemelhados a mesma adoção de medidas e suspensões definidas neste decreto, visando à redução do risco de contágio.

Art. 4º Com vistas à adoção de medidas sanitárias colaboradoras no combate à transmissão humana do novo coronavírus (COVID-19), sem prejuízo de outras recomendações dos Órgãos Sanitários Federais e Estaduais para funcionamento e desenvolvimento das atividades comerciais, industriais e autônomas, bem como das boas práticas sanitárias já utilizadas, cria-se os seguintes regramentos sanitários como Plano de Ação condicionantes para o funcionamento durante o período da pandemia, conforme os respectivos setores.

§ 1º Aos Estabelecimentos de comercialização de artigos de vestuário, calçados, utensílios, papelaria, móveis, eletroeletrônicos, autopeças, tintas, comércio de material de construção, comércio de materiais elétricos, comércio de produtos agropecuários e veterinários, pet shops, oficina mecânica em geral, funilarias e pintura, lavadores, borracharias, bicicletarias, serralherias, metalúrgicas, os prestadores de serviços unipessoais, profissionais liberais, escritórios contábeis, de assessoria, engenharia, transporte, clínicas odontológicas, fisioterapias, laboratórios, os estabelecimentos prestadores de serviços com atividades de oficina mecânica em geral, consertos de eletro-eletrônicos e assemelhados poderão funcionar de segunda a sexta feira nos horários normais e de sábado até as 12:00 horas, dentro do alinhamento com o decreto estadual de funcionamento desde que cumpridas as recomendações descritas abaixo:

- Reforçar as medidas de higienização e desinfecção de superfície e disponibilização de espaço, na entrada do estabelecimento, para higienização das mãos ou álcool gel ou líquido 70% para os usuários, em local sinalizado;
- Evitar aglomeração de pessoas, com a restrição de entrada de pessoas dentro do estabelecimento com a regra de 10m2 por cliente no interior do estabelecimento;
- Manter distância entre os clientes, evitando filas e proximidade dos presentes com afastamento mínimo de dois metros uns dos outros, devendo manter as superfícies do ambiente limpas e esterilizadas, assim como disponibilizar álcool em gel ou líquido 70% para uso dos presentes tanto na entrada como no interior do ambiente;
- Os teclados de máquinas de cartões de crédito ou débito e de computadores, corrimões e puxadores de portas deverão passar por desinfecção após o uso de cada cliente;
- Manter ambientes ventilados e em caso de uso de ar condicionado mantê-los limpos e higienizados;
- Manter os banheiros limpos e higienizados, equipados com sabonete líquido e papel toalha em recipientes próprios e lixeiras acionadas por pedal;
- Evitar contatos corporais com os clientes em geral, como abraço, beijo, aperto de mão;
- Organizar o fluxo de entrada e saída de pessoas no estabelecimento, de forma a evitar o contato físico entre elas, disponibilizando um colaborador para controlar a entrada e orientação no lado de fora caso tenha clientes esperando para entrar;
- Não utilizar-se de mão de obra de pessoas do grupo de risco do coronavírus (maiores de 60 anos e/ou portadores de comorbidades);
- Caso tenha clientes desse grupo de risco, que o estabelecimento organize um atendimento isolado dessa pessoa com preferência, atendendo às recomendações sanitárias e a legislação vigente;
- Caso haja a necessidade de atendimento à domicílio, realizar a antissepsia das mãos e partes expostas ao entrar no ambiente domiciliar, portar-se de álcool gel ou líquido para o seu uso e do cliente caso seja necessário, e permanecer o mínimo de tempo possível dentro da residência;
- Utilizar-se do sistema de agendamento para os clientes para evitar contato e facilitar a limpeza no local no atendimento de um cliente e outro nos casos de prestadores de serviços unipessoais;
- Os estabelecimentos, deverão realizar monitoramento tanto nos colaboradores quanto nos clientes na entrada do estabelecimento, como tosse, febre, etc;
- Caso identifique alguma pessoa no estabelecimento, com sintomas de coronavírus como tosse, com qualquer sintoma respiratório, coriza, dor de garganta e/ou febre, orientar para que procure a Unidade Básica de Saúde do Município imediatamente;

§ 2º Os prestadores de serviços unipessoais, pedreiros, pintores, jardineiros, gesseiros, instaladores em geral, eletricistas, serralheiros, calheiros e assemelhados poderão prestar seus serviços de segunda a sexta-feira nos horários normais, bem como em finais de semana e feriados para atender emergências que forem solicitados, dentro do alinhamento com o decreto estadual de funcionamento desde que cumpridas as recomendações descritas abaixo:
- Todas as recomendações descritas no § 1º deste artigo;
- Quando as regras forem conflitantes com o § 1º, prevalecerão as constantes neste parágrafo;
- Limitação da quantidade de pessoas na mesma obra ou local com no máximo 10 pessoas ou respeitando o espaço físico;
- Procurar realizar revezamento de pessoas por turno, caso haja necessidade;

§ 3º Aos prestadores de serviços unipessoais, como cabeleireiros, pedicure, manicure, salão de beleza, barbeiros e assemelhados, dentro do alinhamento com o decreto estadual de funcionamento desde que cumpridas as recomendações descritas abaixo:

- Todas as recomendações descritas no § 1º deste artigo;
- Quando as regras forem conflitantes com o § 1º, prevalecerão as constantes neste parágrafo;
- Atendimento somente por Agendamento para evitar aglomeração de pessoas;
- Limpeza do ambiente e instrumentos entre um cliente e outro, dando preferência a materiais descartáveis;
- Em caso de atendimento domiciliar, fazer antissepsia das mãos e partes expostas, redobrar os cuidados de higiene nos equipamentos a serem utilizados, e recomendar a utilização de luvas e máscaras por parte do profissional e de máscaras por parte do cliente;
- Realizar a higienização corporal das partes de contato com os clientes em geral, como mãos, pés, rostos;
- Fazer uso de autoclave para esterilização de materiais e equipamentos utilizados na prestação dos serviços de manicure e pedicure;
- Fazer a desinfecção de tesouras e pentes ao término do atendimento de cada cliente;

§ 4º Aos Estabelecimentos comerciais como supermercados, açougues, mercearias, minimercados, panificadoras e assemelhados poderão funcionar de segunda a domingo nos horários normais, inclusive feriados, dentro do alinhamento com o decreto estadual de funcionamento desde que cumpridas as recomendações descritas abaixo:

- Todas as recomendações descritas no § 1º deste artigo;
- Quando as regras forem conflitantes com o § 1º, prevalecerão as constantes neste parágrafo;
- Realizar a higienização e desinfecção com álcool no mínimo 70%, em todos puxadores de carrinhos tanto de compras dos clientes como de transporte de mercadorias pelos funcionários;
- Manter local com pia, torneira, sabonete líquido e porta papel para os usuários nos estabelecimentos que comercializam frutas e verduras em gôndolas;

§ 5º Aos Estabelecimentos comerciais com atividades de comercialização de alimentos prontos como pizzarias, pesqueiro, sorveterias, lanchonetes, fast food por trailer e assemelhados poderão funcionar de segundas-feiras a domingos, inclusive feriados até às 21h (após esse horário, somente pelo sistema delivery), observando ainda o alinhamento com o decreto estadual de funcionamento desde que cumpridas as recomendações descritas abaixo:

- Todas as recomendações descritas no § 1º deste artigo;
- Evitar o auto-serviço (self-service) caso ocorra, disponibilizar funcionário para servir os clientes no Buffet, para evitar o manuseio coletivo de talheres, e inibir a contaminação;
- Evitar aglomeração de pessoas, mantendo-as em mesas separadas de no mínimo 2,5m (dois metros e meio) umas das outras;
- Disponibilizar frasco de Álcool 70% Gel/Líquido em cada mesa;
- Diminuir ou evitar o fornecimento para consumo no estabelecimento, reforçando e incentivando o sistema Delivery;

§ 6º Aos Estabelecimentos comerciais com atividades de comercialização de alimentos prontos do tipo restaurantes poderão funcionar de segunda a domingos inclusive feriados em seus horários normais de atendimento, observando ainda o alinhamento com o decreto estadual de funcionamento desde que cumpridas as recomendações descritas abaixo:

Todas as recomendações descritas no § 1º deste artigo;
- Quando as regras forem conflitantes com o § 1º, prevalecerão as constantes neste parágrafo;
- Em caso de auto serviço (self-service), disponibilizar luvas descartáveis aos clientes ou disponibilizar funcionário para servir os clientes no Buffet, para evitar o manuseio coletivo de talheres, e inibir a contaminação;
- Evitar aglomeração de pessoas, mantendo-as em mesas separadas de no mínimo 2,5m (dois metros e meio) umas das outras;

- Disponibilizar frasco de Álcool 70% Gel/Líquido em cada mesa;
- Diminuir ou evitar o fornecimento para consumo no estabelecimento, reforçando e incentivando o sistema delivery;

§ 7º Aos prestadores de serviços de indústria, confecção, facção, lavanderias industriais, produtoras e distribuidoras alimentícias, de laticínios, postos de combustíveis, distribuidoras de água e gás e assemelhados dentro do alinhamento com o decreto estadual de funcionamento desde que cumpridas as recomendações descritas abaixo:

- Todas as recomendações descritas no § 1º deste artigo;
- Quando as regras forem conflitantes com o § 1º, prevalecerão as constantes neste parágrafo;
- Diminuir a quantidade de colaboradores no ambiente de trabalho, com escalonamento, adaptação de rotinas de produção ou outros métodos que diminua a intensidade de pessoas no mesmo local, proporcionando sempre que possível, um profissional da área da saúde para controlar os sintomas e condições clinicas dos colaboradores na entrada e durante o horário de serviço, por ser um lugar que naturalmente terá um número de pessoas maior, por se dispor de linha de produção; (Sugere-se escala com redução da carga horaria de 8h para 6h, se possível equipe inicia as 7h e findar às 13h, outra equipe iniciar às 13:15 e finda às 19:15);
- Respeitar o espaçamento entre pessoas;
- Manter os banheiros limpos e higienizados, equipados com sabonete líquido e papel toalha em recipientes próprios e lixeiras acionadas por pedal;
- Dispor os trabalhadores no ambiente de trabalho de forma a manter a distância mínima de 02 (dois) metros uns dos outros.

§ 8º Aos Estabelecimentos prestadores de serviços de hotelaria dentro do alinhamento com o decreto estadual de funcionamento desde que cumpridas as recomendações descritas abaixo:

- Todas as recomendações descritas no § 1º deste artigo;
- Quando as regras forem conflitantes com o § 1º, prevalecerão as constantes neste parágrafo;
- Evitar aglomeração de pessoas em salas de espera;
- Realizar a higienização e desinfecção de todos os ambientes diariamente, sendo que quartos e apartamentos também após saída de cada hóspede, inclusive promovendo a lavagem com esterilização das roupas de cama, tapetes e toalhas, disponibilizando álcool gel ou líquido 70% em todos os ambientes;

§ 9º Sem prejuízo de outras recomendações das Autoridades Sanitárias, os estabelecimentos bancários, correios, lotéricas, PAS de bancos, casas financeiras de crédito ou débito, representantes e assemelhados poderão funcionar de segunda a sexta feira nos horários normais, dentro do alinhamento com o decreto estadual de funcionamento desde que cumpridas as recomendações descritas abaixo:

- Respeitar o atendimento prioritário de idosos, gestantes, lactantes e deficientes físicos;
- São atendimentos presenciais e essenciais, pagamento de aposentadorias, benefícios assistenciais, outros benefícios que o governo venha a criar para a população nesse período de pandemia, e demais serviços que as instituições financeiras venham a julgar essenciais;
- Disponibilizar pessoas para organizar e orientar seu público alvo das normas e horários, distribuição de álcool gel ou líquido 70% para as pessoas se higienizarem durante o aguardo no atendimento, bem como durante o atendimento, e nos casos que requeira maior cuidado, como pessoas que apresentem tosse contínua, que seja fornecido máscara para proteção do ambiente e das demais pessoas;
- Evitar aglomeração de pessoas em salas de espera.
- Realizar a higienização de todos os ambientes diariamente;

§ 10. Aos Estabelecimentos comerciais como Bares, Botecos, Botequins e Lojas de Conveniência poderão funcionar de segunda-feira à domingo, inclusive feriados até às 21 horas, desde que cumpridas as recomendações descritas abaixo:

- Todas as recomendações descritas no § 1º deste artigo;
- Evitar aglomeração de pessoas.

§ 11. As Academias e assemelhados poderão funcionar segunda a sábado das 6h às 23h desde que cumpridas as recomendações descritas abaixo :
- Todas as recomendações descritas no § 1º deste artigo;

- Quando as regras forem conflitantes com o § 1º, prevalecerão as constantes neste parágrafo;
- Limitar o número de 1 (um) cliente dentro do estabelecimento a cada 10 m²;
- Reforçar as medidas de higienização e desinfecção dos aparelhos após a utilização a cada usuário;

§ 12. As Igrejas poderão realizar Celebrações/Cultos desde que cumpridas as recomendações descritas abaixo :

- Todas as recomendações descritas no § 1º deste artigo;

- Quando as regras forem conflitantes com o § 1º, prevalecerão as constantes neste parágrafo;
- Distanciamento de 2 metros umas das outras pessoas na entrada e saída dos templos;
- Distanciamento de 2 metros umas das outras pessoas entre bancos ou cadeiras;
- Não poderão haver cumprimento e aperto de mãos, todos os presentes deverão utilizar-se de máscaras durante todo o período que permanecerem no local;
- Os locais que se assentarem as pessoas, deverão ser higienizados com álcool 70% gel/líquido nos bancos e cadeiras e hiploclorito no piso (Nota Orientativa 23/2020 - SESA-PR);
- Intervalo mínimo de 45 min. entre cada Celebração/Culto;

Art. 5º Como regramento geral, as empresas comerciais e outras de nosso município deverão:

I - Incentivar as vendas e contato com seus clientes preferencialmente por sistema remoto como telefones, whatsapp, redes sociais e assemelhados, evitando ao máximo o atendimento presencial;

II - Reforçar a conscientização dos clientes quanto a manutenção da prevenção quanto ao riscos da transmissão do Coronavírus, e de buscar o isolamento social sempre que possível;

III - Evitar disponibilizar às pessoas itens de difícil higienização como garrafas de café, sucos e água, devendo o estabelecimento se preferir não serví-los, ou fazer que as pessoas sejam servidas pelos funcionários ou pessoas do próprio estabelecimento, tudo a fim de evitar a contaminação através desses utensílios e assemelhados;

Art. 6º O Município deverá utilizar-se do seu Poder de Polícia, inclusive solicitar o auxílio das forças policiais, caso haja o descumprimento do disposto nesse Decreto, configurando a exposição a risco de contágio por parte do responsável do estabelecimento, configurando ainda da imposição de multas e revogação do alvará de funcionamento.

Art. 7º O descumprimento às determinações deste Decreto, bem como às normas estabelecidas para o combate ao Coronavirus poderá configurar crime de desobediência (Art. 330 do Código Penal) ou ainda crime contra a saúde pública (Art. 268 do Código Penal), levando ainda a sanções administrativas.

Art. 8º Como medidas individuais recomenda-se:

- Aos pacientes com sintomas respiratórios fiquem restritos ao domicílio e que pessoas idosas e pacientes de doenças crônicas evitem circular em ambientes com aglomeração de pessoas, exceto para consulta médica ou em situação de urgência ou emergência ou risco a vida;
- Fica proibido contato e visitas, nas instituições de longa permanência para idosos e congêneres, além de adotar os protocolos de higiene dos profissionais e ambientes e o isolamento dos sintomáticos respiratórios;
- Que as pessoas com baixa imunidade (asma, pneumonia, tuberculose, HIV, câncer, renais crônicos e transplantados) evitem sair de casa, exceto para consulta médica ou em situação de urgência ou emergência ou risco a vida;
- Que a população proceda à higienização frequente das mãos, com sabonete líquido e papel toalha ou álcool gel ou líquido 70%;
- Evitar a ida, em locais de grande circulação de pessoas;
- Caso estejam em locais públicos ou privados, não utilizar objetos compartilhados, tais como copos ou outros, sugerindo-se as mesmas que leve sua própria garrafa de água e copo e não o compartilhe;
- Manter uma distância mínima de 2 (dois) metros de distância dos demais.

Art. 9º A adoção de medidas previstas neste Decreto deverá ser considerada pela iniciativa privada em regime de colaboração no enfrentamento da emergência de saúde pública, em decorrência da infecção humana pelo COVID-19, bem como, poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município.

Art. 10. Os velórios ficarão restritos aos familiares, que deverão envidar esforços para manter distância e aglomerações o máximo de tempo possível, devendo as empresas prestadoras de serviços manter as superfícies do ambiente limpas e esterilizadas, assim como disponibilizar álcool em gel ou líquido a 70% para uso dos presentes tanto na entrada como no interior do ambiente, sem prejuízo de outras orientações emitidas pela Vigilância Sanitária.

Art. 11. As pessoas físicas e jurídicas sujeitar-se-ão ao cumprimento das medidas previstas neste Decreto, e o seu descumprimento acarretará responsabilização, nos termos previstos em lei. O seu descumprimento configurará infração sanitária, multa de R$ 1.045,00 a ser revertida ao Fundo Municipal ou Estadual de Saúde, sem prejuízo de comunicação a outras autoridades competentes como Delegacia de Polícia, Polícia Militar e Ministério Público, para que adotem as medidas que entenderem cabíveis.

§ 1º Os descumprimentos dos §§ 1º ao 2º do art. 2º deste decreto, sujeitar-se-ão os responsáveis pelos locais e estabelecimentos a uma multa de R$ 1.045,00 (um mil e quarenta e cinco reais) e aos frequentadores uma multa individualmente de R$ 200,00 (duzentos reais) para cada pessoa.

§ 2º O descumprimento do § 5º do art. 2º deste decreto, bem como a desobediência à quarenta recomendada pelo poder público, sujeitar-se-ão as pessoas físicas a uma multa de R$ 200,00 (duzentos reais) por evento ou por vez que incidir a pessoa.

§ 3º O trabalho de fiscalização poderão se dar por meio de servidores ou fiscais municipais ou estaduais da Vigilância Sanitária e que poderão pedir apoio policial quando necessário. A abordagem preza primordialmente pela educação e bom senso, visando sobretudo a conscientização sobre a importância do uso de máscara para proteção individual e coletiva e da necessidade de observação da quarentena.

§ 4º O infrator deverá apresentar algum documento pessoal que contenha o número de seu CPF, para que seja lavrado o auto de infração com prazo de dez dias para defesa. Caso o recurso seja aceito, a multa é cancelada. Se não, ela deverá ser paga sob pena de inscrição em dívida ativa municipal.

§ 5º Os pais ou responsáveis, são responsáveis para fazer com que seus filhos, quando menores de 18 anos, cumpram o disposto na legislação municipal. Em caso destes descumprirem a legislação a multa será revertida aos pais ou responsáveis.

Art. 12. Essas medidas poderão sofrer alterações a qualquer tempo tanto para aumentar ou diminuir as condicionantes sanitárias ao funcionamento do comercio local, que sejam necessárias para o combate a transmissão humana pelo COVID-19 em nosso município;

Art. 13. Fica revogado Decreto n.º 1310/2020;

Art. 14. Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, tendo seu efeito por tempo indeterminado.

Alto Piquiri, 01 de Dezembro de 2020.

Luis Carlos Borges Cardoso
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REF. A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 008/2020, RESULTANTE DO CHAMAENTO PUBLICO N.º 003/2020, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA – PR E A EMPRESA CLINICA MÉDICA ALAN M. VOLPATO LTDA.
O MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA, ESTADO DO PARANÁ, inscrita no CNPJ/MF n.º 75.377.200/0001-67, com sede a Rua Juscelino Kubitscheck de Oliveira, n.º 2394, centro, Município de Cidade Gaúcha – PR, CEP: 87.820-000, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal Sr. ALEXANDRE LUCENA, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade civil RG n.º 5.192.076-7/SSP-PR, inscrito no CPF n.º 036.950.609-05, residente e domiciliado na Rua J. K., Município de Cidade Gaúcha - PR, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa CLINICA MÉDICA ALAN M. VOLPATO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 37.728.166/0001-51, com sede a Av. Vereador Leo Antonio Rinaldi, n.º 216, sala 01, centro, Cel.: (44) 99991-7944, e-mail: alavolpato23@hotmail.com, Município de Planaltina do Paraná – PR, CEP: 87.860-000, neste ato devidamente representada pelo Sr. ALAN MARCELO VOLPATO, brasileiro, maior, medico, portador da cédula de identidade civil RG n.º 10.620.601-5 SSP/PR, inscrito no CPF sob o n.º 072.857.479-98, CRM-PR n.º 0044577, residente e domiciliado a Av. Vereador Leo Antonio Rinaldi, n.º 216, sala 01, Município de Planaltina do Paraná – PR, CEP: 87.860-000, doravante denominada CONTRATADA.
Considerando a necessidade dos serviços "MÉDICO (A) PLANTONISTA" a regime de 12 (doze) horas, no atendimento clinico geral, de usuários do sistema único de saúde – SUS no Hospital Municipal de Cidade Gaúcha - PR, considerando a vantajosidade à Administração Publica e observando a viabilidade técnica e econômica da contratação no que diz respeito à economia de recursos, agilidade e principalmente a continuidade ao objeto licitado, com fundamento no art. 58, inciso I c/c art. 65, inciso I, e seu § 1º, da Lei n.º 8.666, de 1993 e suas alterações, resolvem pelo presente instrumento ADITAR O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, celebrando o presente instrumento conforme estipulado nas cláusulas abaixo.
CLÁUSULA PRIMEIRA
1.1 Através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem alterar a cláusula 1 (primeira) do contrato original sob n.º 103/2020 que vem acrescer o quantitativo de serviços, passando a vigorar a seguinte composição:
1.1.1 DO REAJUSTE, acrescer em quantidade os serviços:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANT.	VLR. UNIT.	VALOR TOTAL
001	Plantão médico de urgência e emergência com duração de 12 (doze) horas, no período DIURNO, de segunda feira a Sexta feira, exceto feriados.	8	1.200,00	9.600,00
002	Plantão médico de urgência e emergência com duração de 12 (doze) horas, no período NOTURNO, de segunda feira a Sexta feira, exceto feriados.	8	1.250,00	10.000,00
003	Plantão médico de urgência e emergência com duração de 12 (doze) horas, para atendimento no período DIURNO, feriados, sábados e domingos.	7	1.400,00	9.800,00
004	Plantão médico de urgência e emergência com duração de 12 (doze) horas, para atendimento no período NOTURNO, feriados, sábados e domingos.	7	1.430,00	10.010,00

VALOR TOTAL R$ 39.410,00
1.2 O valor total integrado ao exercício de 2020, será de R$ 39.410,00 (trinta e nove mil e quatrocentos e dez reais).
1.3 A clausula quarta contratual, passa a perfazer o valor global de R$ 101.960,00 (cento e um mil novecentos e sessenta reais).
CLÁUSULA SEGUNDA
2.1 As partes resolvem, além disso, alterar a clausula nona do presente instrumento, vindo a estender até a data de 31 de Janeiro de 2021.
CLÁUSULA TERCEIRA
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas, e condições do contrato original, datado de 18 de Agosto de 2020.
3.2 E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que produza seus efeitos jurídicos e legais.
Cidade Gaúcha - PR, 23 de Outubro de 2020.
ALEXANDRE LUCENA
Prefeito Municipal
Contratante
ALAN MARCELO VOLPATO
Representante Legal
Contratado
TESTEMUNHAS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná
DECRETO Nº 263/2020, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2020
SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO CORRENTE ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
PREFEITO MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 898/2019 de 16/12/2019,
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município, para o exercício de 2020, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), para atendimento das seguintes dotações orçamentárias:
Suplementação
02 GOVERNO MUNICIPAL
02.001 GABINETE DO PREFEITO
02.001.04.122.1100.2.002 ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
384 3.1.90.11.00.00 003 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL................ 15.000,00
03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 ADMINISTRAÇÃO GERAL
03.001.04.122.1100.2.003 ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
386 3.1.90.11.00.00 003 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL................ 12.500,00
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.301.1500.2.022 ATENDIMENTO DA SAÚDE
460 3.1.90.11.00.00 310 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL................ 30.000,00
05.001.10.304.1500.2.069 VIGILANCIA SANITARIA
479 3.1.90.11.00.00 494 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL................ 9.000,00
07 SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE
07.001 DEPARTAMENTO GERAL DE EDUCAÇÃO
07.001.12.361.1400.2.011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
391 3.1.90.11.00.00 003 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL................ 8.000,00
10 SEC. MUN. DE SERVICOS PUBLICOS E RODOV.
10.001 DPTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
10.001.15.452.1300.2.009 ADMINISTRACAO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
399 3.1.90.11.00.00 003 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL................ 35.500,00
Total Suplementação: . . . . R$ 110.000,00
Art. 2º - Para cobertura dos créditos adicionais do artigo anterior serão utilizados recursos da redução parcial das classificações orçamentarias seguintes:
Redução
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.301.1500.2.022 ATENDIMENTO DA SAÚDE
390 3.3.90.39.00.00 003 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA........... 51.000,00
436 3.3.90.39.00.00 310 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA........... 15.000,00
437 3.3.90.30.00.00 310 MATERIAL DE CONSUMO 15.000,00
05.001.10.304.1500.2.06 VIGILANCIA SANITARIA
138 3.3.90.39.00.00 494 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA........... 1.000,00
136 3.3.90.30.00.00 494 MATERIAL DE CONSUMO................ 8.000,00
10 SEC. MUN. DE SERVICOS PUBLICOS E RODOV.
10.002 REDE RODOVIÁRIA MUNICIPAL
10.002.26.782.1301.2.01 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA REDE RODOVIÁRIA MUNICIPAL
403 3.3.90.30.00.00 003 MATERIAL DE CONSUMO................ 20.000,00
Total Redução: . . . . R$ 40.000,00
Art. 3º - A alteração orçamentária acima ocasionará em modificações no cronograma de desembolso mensal e anexos da LDO e PPA vigentes.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Paço Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, aos 27 dias do mês de novembro de 2020.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná
DECRETO Nº 264/2020, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2020
SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO CORRENTE ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA – Prefeito Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 898/2019 de 16/12/2019,
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município, para o exercício de 2020, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R$ 20.791,03 (vinte mil setecentos e noventa e um reais e três centavos), para atendimento da seguinte dotação orçamentária:
Suplementação
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
FUNDO 05.001 MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.301.1500.2.022 ATENDIMENTO DA SAÚDE
440 3.1.90.11.00.00 312 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL................ 18.117,82
439 3.3.90.30.00.00 312 MATERIAL DE CONSUMO................ 2.673,21
Total Suplementação: . . . . R$ 20.791,03
Art. 2º - Para cobertura dos créditos adicionais do artigo anterior serão utilizados recursos do excesso pela tendência de arrecadação para a fonte:

Fonte	Descrição	Valor
312 (312)	MS CORONAVIRÚS Port. 1666	20.791,03
Total		R$ 20.791,03

Art. 3º - A alteração orçamentária acima ocasionará em modificações no cronograma de desembolso mensal, programação financeira da receita e anexos da LDO e PPA vigentes.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Paço Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, aos 27 dias do mês de novembro de 2020.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº444
DE 30 DE NOVEMBRO DE 2.020
SÚMULA: "Concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem.".
PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADINA, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal nº. 2.169 de 21 de junho de 2018, que institui o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho;
RESOLVE:
Art. 1° - CONCEDER 01 (UMA) diária de viagem, no valor de R$ 40,00 (Quarenta reais) ao Servidor Municipal WELLINGTON MARTINS EREMITA, matrícula n° 1728, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Manutenção da Divisão do Pronto Atendimento - PAM, no seguinte dia, local e finalidade:
Data Horário Saída/Chegada Destino Motivo
30/11/2020
15:30 hrs/ 22:30 hrs
COLORADO - Paraná
Conduzir paciente para tratamento de saúde.
I – Na concessão das diárias mencionadas no caput, estão inclusos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino final.
II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo próprio do Município.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3° - Dê-se ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Douradina/PR, 30 de Novembro de 2020.
João Jorge Sossai
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 445
DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020
SÚMULA: "Concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem.".
PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADINA, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal nº. 2.169 de 21 de junho de 2018, que institui o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho;
RESOLVE:
Art. 1° - CONCEDER 01 (UMA) diária de viagem, no valor de R$- 40,00, (Quarenta reais), ao Servidor Municipal, CARLOS ALBERTO B. ROBERTI matrícula n° 90, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Manutenção da Divisão do Pronto Atendimento Municipal (PAM), no seguinte dia, local e finalidade:
Data Horário
Saída/Chegada Destino Motivo
30/11/2020
17:00/23:30 HRS
Goioere- PR
Conduzir paciente para internamento de emergência.
I – Na concessão das diárias mencionadas no caput, estão inclusos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino final.
II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo próprio do Município.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3° - Dê-se ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Douradina/PR, 30 de Novembro de 2020.
João Jorge Sossai
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 446
DE 01 DE DEZEMBRO DE 2020
SÚMULA: "Concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem.".
PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADINA, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal nº. 2.169 de 21 de junho de 2018, que institui o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho;
RESOLVE:
Art. 1° - CONCEDER 01 (uma) diária de viagem, no valor de R$- 200,00 (duzentos reais), ao Servidor Municipal MARCIO HENRIQUE MORICO, matrícula n° 1707, ocupante do cargo de Motorista/40hrs, lotado na Manutenção da Divisão da UBS Jardim do Ivaí, no seguinte dia, local e finalidade:
Data Horário
Saída/Chegada Destino Motivo
01/12/2020
05:30HRS/ 17:30 HRS
Londrina-Paraná
Conduzir pacientes para tratamento de saúde.
I – Na concessão das diárias mencionadas no caput, estão inclusos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino final.
II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo próprio do Município.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3° - Dê-se ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Douradina/PR, 01 de Dezembro de 2020.
João Jorge Sossai
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 447
DE 01 DE DEZEMBRO DE 2020
SÚMULA: "Concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem.".
PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADINA, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal nº. 2.169 de 21 de junho de 2018, que institui o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho;
RESOLVE:
Art. 1° - CONCEDER 01 (UMA) diária de viagem, no valor de R$- 200,00, (duzentos reais), ao Servidor Municipal JANDELSON APª ALVES, matrícula n° 1634, ocupante do cargo de Motorista/40hrs, lotado na Manutenção da Divisão da UBS Hélio Corsini, no seguinte dia, local e finalidade:
Data Horário
Saída/Chegada Destino Motivo
01/12/2020
07:00hrs/19:00hrs
CASCAVEL- Paraná
Conduzir pacientes para tratamento de saúde.
I – Na concessão das diárias mencionadas no caput, estão inclusos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino final.
II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo próprio do Município.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3° - Dê-se ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Douradina/PR, 01 de Dezembro de 2020.
João Jorge Sossai
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA & PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 284/2020, DA DISPENSA DE LICITAÇÃO POR JUSTIFICATIVA Nº 153/2020
Contratante: MUNICÍPIO DE GUAÍRA
Contratada: J MALUCELLI EQUIPAMENTOS S/A, CNPJ Nº 95.424.321/0001-20
Objeto do Contrato: Contratação da empresa J MALUCELLI EQUIPAMENTOS S/A, que será responsável pelo fornecimento de peças, materiais e prestação de serviços, os quais serão utilizados na revisão de 1500 horas do veículo pá carregadeira, chassi HBZN621ECKAE10217, Fab/Mod 19/19, modelo 0000198-621E ZBAR CAB, frota 468, patrimônio 34558, pertencente a Diretoria de Estradas de Rodagens, deste município de Guaíra, Paraná.
Valor Total: R$ 2.958,38 (dois mil, novecentos e cinquenta e oito reais e trinta e oito centavos).
Prazo de Vigência: O prazo de vigência do contrato tem início em 01 de dezembro de 2020 e término em 01 de fevereiro de 2021.
Data de Assinatura: 01 de dezembro de 2020.
Foro: Guaíra – Paraná
Guaíra, Paraná, 01 de dezembro de 2020.
HERALDO TRENTO / PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA REF. AO PROCESSO LICITATORIO, TOMADA DE PREÇO N.º 009/2018, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA – PR E A EMPRESA R C M INFRAESTRUTURA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP.
O MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA, ESTADO DO PARANÁ, inscrito no CNPJ/MF n.º 75.377.200/0001-67, com sede a R. 25 de Julho, 1814, neste Município de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. ALEXANDRE LUCENA, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade civil RG n.º 5.192.076-7/SSP-PR, inscrito no CPF n.º 036.950.609-05, residente e domiciliado na Rua J. K., Município de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado à empresa R C M INFRAESTRUTURA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CMPJ/MF sob n.º 04.375.328/0001-43 e cadastrado pela Inscrição Estadual n.º 902.32.549-29, devidamente instalada e em pleno funcionamento a Rua Projetada "A", 1670, Parque Industrial III, Cx. Postal 237, Fone: (44) 3623-3266 no Município de Umuarama – PR, CEP: 87.507-135, neste momento, representada pelo Sr. CLEBER RUIZ MARTINEZ, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade civil RG n.º 6.925.696-1 e inscrita no CPF sob o n.º 021.110.919-3, residente e domiciliada na Rua Eloy Baptista Lopes, 6333, Jd. Harmonia II, no Município de Umuarama – PR, CEP: 87.502-430, doravante denominada CONTRATADA.
Considerando a necessidade de conclusão da I Etapa da Obra de Pavimentação Asfáltica, em vias urbanas da Sede do Município de Cidade Gaúcha - PR, conforme Processo/Convênio n.º 1040387-32, Programa Planejamento Urbano, considerando o art. 58, inciso I c/c art. 65, inciso I, da Lei n.º 8.666, de 1993 e suas alterações, resolvem pelo presente instrumento ADITAR O CONTRATO DE EMPREITADA, celebrando o presente instrumento conforme cláusulas estipuladas abaixo.
CLÁUSULA PRIMEIRA
Através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem alterar a cláusula décima sétima do contrato original sob n.º 118/2018, que vem acrescer o prazo de vigência contratual até a data de 31 de Maio de 2020.
CLÁUSULA SEGUNDA
Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas, e condições do contrato original, datado de 05 de Dezembro de 2018.
E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que produza seus efeitos jurídicos e legais.
Cidade Gaúcha - PR, 01 de Dezembro de 2020.
ALEXANDRE LUCENA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE
CLEBER RUIZ MARTINEZ
REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADO
TESTEMUNHAS:

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA REF. AO PROCESSO LICITATORIO, TOMADA DE PREÇO N.º 007/2018, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA – PR E A EMPRESA R C M INFRAESTRUTURA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP.
O MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA, ESTADO DO PARANÁ, inscrito no CNPJ/MF n.º 75.377.200/0001-67, com sede a Rua Juscelino Kubitscheck de Oliveira, 2394, Município de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal Sr. ALEXANDRE LUCENA, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade civil RG n.º 5.192.076-7/SSP-PR, inscrito no CPF n.º 036.950.609-05, residente e domiciliado na Rua J. K., Município de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado à empresa R C M INFRAESTRUTURA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CMPJ/MF sob n.º 04.375.328/0001-43 e cadastrado pela Inscrição Estadual n.º 902.32.549-29, devidamente instalada e em pleno funcionamento a Rua Projetada "A", 1670, Parque Industrial III, Cx. Postal 237, Fone: (44) 3623-3266, Município de Umuarama – PR, CEP: 87.507-135, neste momento, representada pelo Sr. CLEBER RUIZ MARTINEZ, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade civil RG n.º 6.925.696-1, CPF sob o n.º 021.110.919-3, residente e domiciliada na Rua Eloy Baptista Lopes, 6333, Jd. Harmonia II, no Município de Umuarama – PR, CEP: 87.502-430, doravante denominada CONTRATADA.
Considerando a necessidade de conclusão da III Etapa da Obra de Pavimentação Asfáltica, em vias urbanas da Sede do Município de Cidade Gaúcha - PR, conforme Processo/Convênio n.º 1037997-22 do Programa Planejamento Urbano, considerando o art. 58, inciso I c/c art. 65, inciso I, da Lei n.º 8.666, de 1993 e suas alterações, resolvem pelo presente instrumento ADITAR O CONTRATO DE EMPREITADA, celebrando o presente instrumento conforme cláusulas estipuladas abaixo.
CLÁUSULA PRIMEIRA
Através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem alterar a cláusula décima sétima do contrato original sob n.º 116/2018, que vem acrescer o prazo de vigência contratual até a data de 31 de Maio de 2020.
CLÁUSULA SEGUNDA
Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas, e condições do contrato original, datado de 26 de Novembro de 2018.
E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que produza seus efeitos jurídicos e legais.
Cidade Gaúcha - PR, 20 de Novembro de 2020.
ALEXANDRE LUCENA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE
CLEBER RUIZ MARTINEZ
REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADO
TESTEMUNHAS:

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA REF. AO PROCESSO LICITATORIO, TOMADA DE PREÇO N.º 006/2018, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA – PR E A EMPRESA R C M INFRAESTRUTURA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP.
O MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA, ESTADO DO PARANÁ, inscrito no CNPJ/MF n.º 75.377.200/0001-67, com sede a Rua Juscelino Kubitscheck de Oliveira, n.º 2394, centro, neste Município de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. ALEXANDRE LUCENA, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade civil RG n.º 5.192.076-7/SSP-PR, inscrito no CPF n.º 036.950.609-05, residente e domiciliado na Rua J. K., Município de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado à empresa R C M INFRAESTRUTURA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CMPJ/MF sob n.º 04.375.328/0001-43 e cadastrado pela Inscrição Estadual n.º 902.32.549-29, devidamente instalada e em pleno funcionamento a Rua Projetada "A", 1670, Parque Industrial III, Cx. Postal 237, Fone: (44) 3623-3266, Município de Umuarama – PR, CEP: 87.507-135, neste momento, representada pelo Sr. CLEBER RUIZ MARTINEZ, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade civil RG n.º 6.925.696-1, CPF sob o n.º 021.110.919-3, residente e domiciliada na Rua Eloy Baptista Lopes, 6333, Jd. Harmonia II, no Município de Umuarama – PR, CEP: 87.502-430, doravante denominada CONTRATADA.
Considerando a necessidade de concluir a execução da II Etapa da Obra de Pavimentação Asfáltica, em vias urbanas da Sede do Município de Cidade Gaúcha - PR, conforme Processo/Convênio n.º 1041157-75 do Programa Planejamento Urbano, considerando o art. 58, inciso I c/c art. 65, inciso I, da Lei n.º 8.666, de 1993 e suas alterações, resolvem pelo presente instrumento ADITAR O CONTRATO DE EMPREITADA, celebrando o presente instrumento conforme cláusulas estipuladas abaixo.
CLÁUSULA PRIMEIRA
Através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem alterar a cláusula décima sétima do contrato original sob n.º 110/2018, que vem acrescer o prazo de vigência contratual até a data de 31 de Maio de 2021.
CLÁUSULA SEGUNDA
Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas, e condições do contrato original, datado de 22 de Outubro de 2018.
E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que produza seus efeitos jurídicos e legais.
Cidade Gaúcha - PR, 19 de Outubro de 2020.
ALEXANDRE LUCENA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE
CLEBER RUIZ MARTINEZ
REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADO
TESTEMUNHAS: